10

RELATÓRIO E CONTAS | 10

CONFIANÇA HUMANISMO EFICÁCIA INOVAÇÃO AMBIÇÃO

BANIF
GRUPO FINANCEIRO

Índice

MENSAGEM AOS ACCIONISTAS 5

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro 9

Diagrama de Participações do Banif - Grupo Financeiro em 31-12-2010 10

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 12

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL 12

2. DESENVOLVIMENTO NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS 13

3. A ACTIVIDADE EM PORTUGAL 19

3.1 Procura e oferta 19

3.2 Evolução dos preços 23

3.3 Necessidades de Financiamento da Economia 24

3.4 Política Orçamental 25

4. SISTEMA FINANCEIRO 26

4.1 Situação Global 26

4.2 Mercado de Retalho e de Empresas 27

4.3 Mercados Monetário e Cambial 27

4.4 Mercado de Obrigações 28

4.5 Mercado de Acções 30

II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010 32

1. SOCIEDADES *HOLDING* 32

1.1 Banif SGPS, SA 32

1.2 Banif Comercial SGPS, SA 34

1.3 Banif Investimentos, SGPS, SA 36

1.4 Banif Mais, SGPS, SA 37

1.5 Rentipar Seguros, SGPS, SA 38

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA 39

2.1 Recursos Humanos 39

2.2 Operativa e Tecnologia 44

2.3 Gestão dos Riscos de Actividade 47

2.4 Finanças 76

2.5 Planeamento e Controlo de Gestão 78

2.6 *Compliance* 78

2.7 Auditoria 81

2.8 Imagem e Comunicação 84

3. BANCA COMERCIAL 88

3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA 88

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira 88

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores 90

3.1.3 Actividade Comercial no Continente 91

3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio 94

3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança 103

3.1.6 Actividade Financeira 108

3.1.7 Actividade Internacional 110

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA 112

3.2. Crédito Especializado 120

3.2.1 Banco Mais, SA 120

3.2.1.1 Actividade em Portugal 120

3.2.1.2 Actividade Internacional 121

3.2.2 Banif Plus Bank, Zrt 122

3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA 123

3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA 125

3.3 Actividade Internacional do Grupo 126

3.3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. 126

3.3.2 Banif International Bank, Ltd. 127

3.3.3 Banif Finance (USA) CORP. 128

3.3.4 Banif Financial Services Inc. 129

3.3.5 Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA 130

3.3.6 Banca Pueyo, SA 133

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA 134

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd. 136

3.3.9 Outras Actividades *Offshore* e Internacionais 138

4. BANCA DE INVESTIMENTO 139

4.1 Banif - Banco de Investimento, SA 139

4.1.1 *Corporate Finance* 140

4.1.2 *Structured Finance* 142

4.1.3 Mercado de Capitais 144

4.1.4 *Private* e *Corporate Clients* 147

4.1.5 Pequenas e Médias Empresas 148

4.1.6 Gestão de Activos 149

4.1.7 Financeira e Crédito 153

4.1.8 *Private Equity* 154

4.2 A actividade de Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha 157

4.2.1 Banif Securities, Inc. 157

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA 158

4.2.3 Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA (Bankpime) 159

5. SEGUROS 159

5.1 Principais indicadores consolidados da Rentipar Seguros, SA 164

5.2 Companhia de Seguros Açoreana, SA 165

5.3 Global - Companhia de Seguros, SA 166

5.4 Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA 166

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO 167

6.1 Banif Imobiliária, SA 167

6.2 BanifServ - Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação, ACE 170

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF - GRUPO FINANCEIRO 171

III ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS 176

IV PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E DE DISTRIBUIÇÃO DE RESERVAS 188

V NOTA FINAL 190

VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 195

1. Demonstrações Financeiras Separadas 196

1.1 Balanço 196

1.2 Demonstração de Resultados 198

1.3 Demonstração do Rendimento Integral 199

1.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios 200

1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa 201

1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras 202

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas 226

2.1 Balanço Consolidado 226

2.2 Demonstração de Resultados 228

2.3 Demonstração do Rendimento Integral 229

2.4 Demonstração de Variações em Capitais Próprios 230

2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa 231

2.6 Anexo às Demonstrações Consolidadas 233

VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE 360

VIII OUTRAS INFORMAÇÕES 436

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais 436

2. Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA, pelos seus dirigentes e

por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles 440
3. Informação nos termos do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais 468
4. Informação sobre Acções Próprias 469
5. Titulares de Participações Sociais Qualificadas 473

IX RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS 476

ANEXOS 491
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 492
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 494
Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas 497
Índice de Abreviaturas Utilizadas 500

Mensagem aos Accionistas

O ano de 2010 caracterizou-se, a nível global e sobretudo nas economias emergentes, pelo início da recuperação da recessão económica verificada em 2008 e 2009. Em Portugal, esta recuperação foi fortemente prejudicada, e estima-se que o continue a ser nos próximos anos, pela eclosão da crise da dívida soberana e pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado.

Assim, em 2010, as empresas e os particulares continuaram a sentir graves problemas decorrentes da dificuldade no acesso ao crédito, do custo elevado dos recursos financeiros, do agravamento do desemprego e do substancial aumento da carga fiscal.

Paralelamente, a instabilidade e a volatilidade continuaram a caracterizar os mercados financeiros. O mercado monetário interbancário manteve-se inacessível para a generalidade da banca portuguesa, obrigando as instituições de crédito ao reforço dos seus capitais próprios e a uma cuidadosa gestão da sua liquidez.

Sem prejuízo das especificidades próprias do contexto geográfico em que cada uma das empresas do Banif - Grupo Financeiro desenvolve a respectiva actividade, a estratégia transversalmente seguida passou por um maior controlo e racionalização dos custos, uma gestão criteriosa e concertada da liquidez, contenção na concessão de crédito, reforço das garantias no crédito concedido, uma oferta competitiva em produtos de poupança e com especial atenção à qualidade do serviço como elemento diferenciador e de valor acrescentado.

Na actividade de banca comercial, destaca-se o aumento do capital do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 214 milhões de euros, o maior já alguma vez efectuado na instituição, que passou a dispor de um capital social de 780 milhões de euros, de um rácio de capital *Tier 1* de 10,76% e de um rácio de capital total de 14,54%, ambos claramente acima da média do sistema bancário (em base IAS/IFRS e Basileia).

Em 2010, o Banco empreendeu importantes projectos de reorganização interna, que têm resultado em assinaláveis ganhos de eficiência, sem prejuízo da qualidade do serviço, conforme atestam as sucessivas certificações de qualidade que a instituição tem acumulado, bem como os resultados, muito positivos, dos inquéritos à satisfação dos clientes e à qualidade no atendimento.

Na banca de investimento, regista-se a parceria estabelecida com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, nos termos da qual este último tomará uma participação de 70% na Banif Corretora de Valores e Câmbio, que integra a Banifinvest, *broker on-line* do Grupo no Brasil, através de um investimento avaliado em cerca de 129 milhões de reais (58 milhões de euros).

Este acordo demonstra o acerto da estratégia seguida no desenvolvimento do Banifinvest e a sua efectivação, que aguarda apenas as aprovações das autoridades brasileiras, deverá permitir libertar parte dos capitais investidos, com vista à sua aplicação noutras áreas de negócio.

No sector do crédito especializado, o ano caracterizou-se pela reestruturação operacional tendente à integração de todas as actividades de *leasing* mobiliário e de financiamento no ponto de venda no Banco Mais, SA, dotando o Grupo de uma estrutura empresarial única, em Portugal, para o crédito especializado, mais capitalizada e com maiores valências, capaz de oferecer aos fornecedores e aos consumidores um leque mais adequado de soluções de financiamento, potenciando uma maior rentabilidade dos capitais investidos.

Não obstante o processo de reestruturação em curso, em 2010 o Banco Mais, SA reforçou a sua posição no mercado de concessão de crédito para aquisição de veículos em Portugal, tendo sido o operador do sector que maior crescimento registou. Importa ainda salientar que este crescimento foi conseguido sem comprometer o rigor dos critérios de análise de risco ou a elevada rentabilidade da instituição.

Igual tendência de consolidação e racionalização esteve na base da estratégia do Grupo para o sector segurador. Consumada que foi a aquisição da Global - Companhia de Seguros, SA e da Global Vida, Companhia de Seguros de Vida, SA, no início de 2010, o ano foi caracterizado pelo processo de incorporação de ambas as entidades na Companhia de Seguros Açoreana.

Concluído o processo já no final de Janeiro de 2011, o Grupo passou a dispor de uma única Companhia, com uma quota de mercado global de cerca de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e de 2% no Ramo Vida, a qual se posiciona entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos Ramos não Vida. As novas valências e a maior dimensão da nova Companhia de Seguros Açoreana deverão permitir-lhe tirar partido de todas as oportunidades e economias de escala decorrentes desta fusão, assumindo maiores responsabilidades e objectivos mais ambiciosos.

Não obstante a exigência e o rigor dos processos de reestruturação implementados, que levaram ao encerramento de 7 pontos de atendimento no crédito especializado e de 29 escritórios de seguradoras, a rede comercial do Grupo aumentou, durante o ano de 2010, de 593 para 601 unidades, privilegiando-se, no entanto, unidades de menor dimensão, com estruturas mais flexíveis e menos onerosas.

O crescimento da rede de distribuição pretende acompanhar, de forma prudente, o expressivo aumento da base de Clientes do Grupo, resultante das ambiciosas campanhas de captação e fidelização desenvolvidas nos últimos anos.

Este crescimento da actividade, agora moderado e adaptado ao contexto económico, continua a ser alinhado com o correspondente crescimento dos fundos próprios do Grupo.

No final de 2010, a Banif SGPS, SA procedeu a um aumento do seu capital social, de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros, o qual, juntamente com os resultados da actividade, permitiu aumentar os seus fundos próprios de base (*Tier 1*) para 1.147,2 milhões de euros, o que se reflecte no aumento do seu rácio *Tier 1* de 8,14% para 8,47%, entre o final de 2009 e o final de 2010. Também os rácios de *Core Tier 1* e de solvabilidade total aumentaram, respectivamente, de 6,24% para 7,33%, e de 10,03% para 10,07%, no mesmo período.

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro era, no final de 2010, de 15.710,7 milhões de euros e os Capitais Próprios (deduzidos de interesses minoritários) eram de 1.035,2 milhões de euros, indicadores que se traduzem em crescimentos, respectivamente, de 8,8% e de 9,9% relativamente ao final de 2009.

No âmbito da actividade de 2010, destacam-se ainda o *Cash Flow* consolidado de 223,4 milhões de euros e o Resultado Líquido consolidado de 33,4 milhões de euros, valores muito positivos, atento o enquadramento macroeconómico extraordinariamente adverso em que foram alcançados.

O ano de 2010 ficará ainda na nossa memória pelo falecimento do fundador do Banif - Grupo Financeiro, accionista controlador e Presidente do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, Comendador Horácio da Silva Roque.

Mais do que pelo reconhecimento do seu papel fundamental para o nascimento e o crescimento deste Projecto, é no firme compromisso da sua continuidade, com total respeito pelos valores e princípios do seu fundador, que o Banif - Grupo Financeiro deverá perpetuar a sua homenagem ao Comendador Horácio da Silva Roque, afirmando-se como um legado de inestimável importância para todos os seus *stakeholders*.

O Grupo esteve à altura das suas responsabilidades. Mostrou dispor de uma estrutura organizacional sólida, que foi capaz de assegurar a sucessão necessária nas equipas de gestão e de salvaguardar a normal continuação da actividade das suas empresas. Acima de tudo, demonstrou a capacidade de fazer face às circunstâncias mais adversas, sejam elas resultantes de fenómenos macroeconómicos à escala mundial ou da dramática fragilidade da vida humana.

A dimensão, o dinamismo e a solidez do Banif - Grupo Financeiro, consolidados pelo empenho dos seus Colaboradores, pela confiança dos seus Clientes e pela força de acreditar dos seus Accionistas, são a nossa garantia para os anos que se avizinham e o fundamento da nossa convicção no êxito deste Projecto.

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

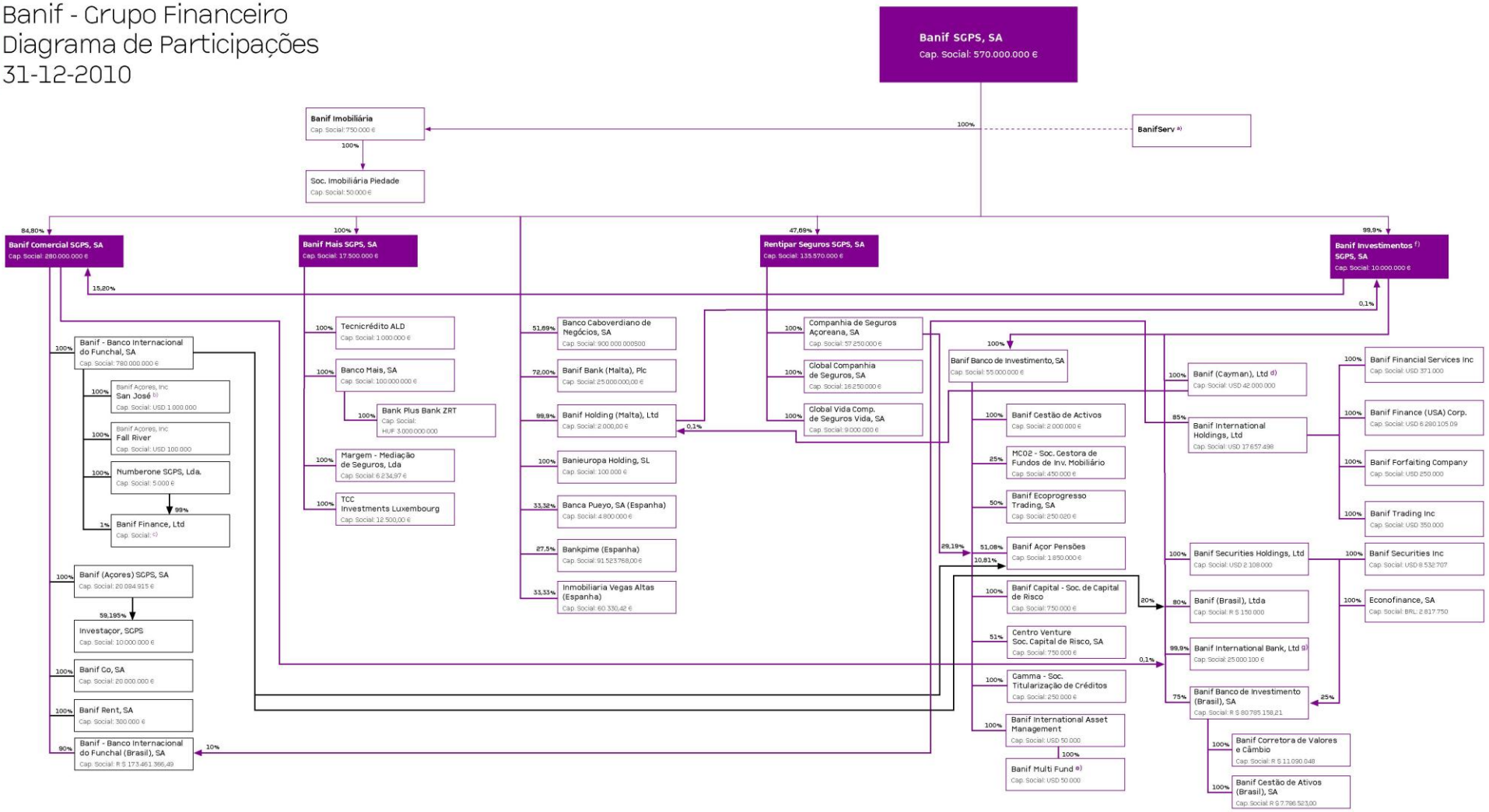
Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Postos de atendimento em 31 de Dezembro de 2010

	CONTINENTE	MADEIRA	AÇORES	ESTRANGEIRO	TOTAL
BANIF Comercial	333	45	57	184	619
1. BANIF	311	43	55	8	417
Agências	276	38	46	0	360
Centros de Empresas	20	1	4	0	25
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	1	0	3
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	8	9
2. BANIF GO	1	1	0	0	2
3. TECNICRÉDITO, SGPS	19	1	2	13	35
BANCO BANIF MAIS	17	1	2	4	24
Outros	2	0	0	9	11
4. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	26	26
Agências	0	0	0	13	13
BANIF Financeira	0	0	0	12	12
Outros	0	0	0	1	1
5. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	8	8
6. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	21	21
7. Banca Pueyo (Espanha)*	0	0	0	88	88
8. Bankpime (Espanha)*	0	0	0	19	19
9. Outros	2	0	0	1	3
BANIF Investimentos	7	1	1	15	24
1. BANIF – Cayman	0	0	0	1	1
2. BANIF International Bank	0	0	0	1	1
3. BANIF Banco de Investimento	2	1	1	0	4
4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	5	5
5. Outros	5	0	0	8	13
Seguros	40	7	18	0	65
1. CSA/GLOBAL	40	7	18	0	65
Sucursais	40	1	18	0	59
Outros	0	6	0	0	6
TOTAL	380	53	76	199	708

* Consolidada pelo método de equivalência patrimonial

Banif - Grupo Financeiro
Diagrama de Participações
31-12-2010



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.

b) Capital Social Realizado USD 100.

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto: 50.000 acções-USD 0,01/acção e 155.000 acções-EUR 0,01/acção.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.

e) Capital Social Realizado USD 100.

f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.998.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00.

g) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal de EUR 0,01.

BANIF GRUPO FINANCEIRO

01

Enquadramento Macroeconómico

01
Enquadramento Macroeconómico

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

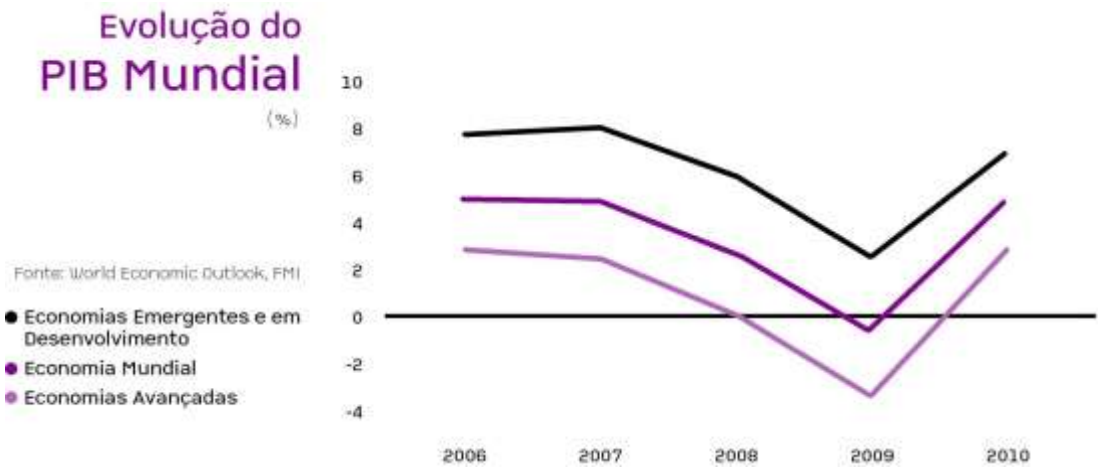
A economia mundial continuou, em 2010, a recuperação que se iniciou no segundo semestre de 2009, após a forte recessão global de 2008/2009. De acordo com o FMI[1], a economia mundial registou um crescimento de aproximadamente 5% em 2010, recuperando de uma recessão global caracterizada pela retracção do crescimento do produto em termos reais da economia mundial em 2009 (-0,6%). A actual fase de recuperação tem-se caracterizado por se processar a duas velocidades, com um crescimento mais moderado nas economias avançadas, apesar de melhor do que inicialmente esperado, apresentando níveis de desemprego ainda elevados, enquanto nos mercados emergentes a actividade permanece robusta e alguns sinais inflacionistas começam a manifestar-se, aparentando sintomas de sobreaquecimento.

O desempenho global foi liderado pelas economias emergentes e em desenvolvimento que, no seu conjunto terão registado um crescimento de 7,1%. Merecem particular destaque os desempenhos da economia chinesa, indiana e brasileira, que terão crescido 10,3%, 9,7% e 7,5%, respectivamente. A recuperação foi igualmente extensível às economias desenvolvidas, não obstante terem registado um menor ritmo de crescimento, que se cifrou em 3%. A economia norte-americana cresceu 2,8% e o Japão 4,3%, a taxa mais elevada desde 1990, tendo os países da Área do Euro (AE) registado um crescimento de 1,8%. Dentro destes, merece particular destaque o desempenho da economia alemã, com um crescimento de 3,6%, exercendo o papel de motor da AE.

No que respeita à evolução dos preços, verifica-se também uma evolução distinta, tendo a ampla capacidade económica ainda ociosa e as expectativas de inflação bem ancoradas contribuído para uma evolução moderada dos preços no consumidor nas economias desenvolvidas, de cerca de 1,5%. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, o forte crescimento económico e a subida dos preços dos bens alimentares, que se manteve persistente ao longo do ano, começou a impactar os preços no consumidor, cujo crescimento se cifrou em 6,3%.

O ano de 2010 ficou também caracterizado pela recuperação do comércio mundial, tendo os volumes de bens e serviços transaccionados crescido cerca de 12% em 2010, face a uma forte contracção de 10,7% registada em 2009. Os preços das "commodities" registaram igualmente uma forte recuperação, tendo o petróleo crescido em termos médios 27,8% em 2010 e as "commodities" ex-petróleo crescido em média 23%, face a quedas de 36,3% e 18,7%, respectivamente, em 2009.

[1] FMI, *World Economic Outlook Update*, Janeiro de 2011



2. DESENVOLVIMENTOS NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS

Na economia norte-americana, a recuperação económica que se iniciou em meados de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, apesar de a taxa de desemprego se encontrar ainda elevada. Os dados mais recentes apontam para um crescimento real de 2,8% em 2010, após uma queda de 2,6% em 2009.

A fase inicial da recuperação, entre a segunda metade de 2009 e a primeira metade de 2010, deveu-se em grande medida à estabilização do sistema financeiro, aos efeitos expansionistas das políticas monetária e fiscal e ao forte incremento na produção, motivado pela recomposição de inventários por parte das empresas.

A sustentabilidade da recuperação começou a ser posta em causa em meados de 2010, à medida que muitos daqueles efeitos se foram desvanecendo e os problemas orçamentais e bancários na Europa afectaram os mercados financeiros. No entanto, a recuperação da actividade económica estabilizou no 3º trimestre de 2010, suportada por um lado pelo aumento das despesas de consumo privado, investimento empresarial, despesas públicas e ainda um forte contributo da acumulação de inventários, que terá contribuído com mais de metade do crescimento do PIB naquele trimestre. O crescimento foi negativamente impactado pela procura externa líquida e pela fraqueza do investimento residencial, devido ao fim dos programas públicos de apoio ao sector. Em consequência, o sector da construção permanece fraco, reflectindo um excesso de casas devolutas e fundamentais negativos para o imobiliário comercial.

O mercado de trabalho recuperou de forma muito moderada. Dos quase 9 milhões de empregos no sector privado destruídos durante a recessão, entre 2008 e 2009, apenas pouco mais de 1 milhão foi criado em 2010, um ganho insuficiente para acomodar os novos participantes no mercado de trabalho e, portanto, incapaz de reduzir a folga existente na economia. Em contrapartida, a persistência dessa folga permitiu uma contenção das pressões sobre os preços, com a inflação a situar-se entre 1,1% e 1,2% desde Junho de 2010. Excluindo as voláteis componentes de alimentação e energia, a inflação situou-se nos 0,7%, recuperando do nível mais baixo de sempre, registado em Outubro.

Neste contexto, a Reserva Federal, com as taxas de juro num intervalo entre 0 e 0,25% desde Dezembro de 2008, teve de recorrer a medidas alternativas de política monetária, com recurso a programas de compra de títulos de dívida de longo prazo em mercado (política vulgarmente designada de "quantitative easing"), nos últimos 2 anos. Em Novembro, a FED anunciou um segundo programa, que consiste na compra de até 600 mil milhões de dólares em dívida pública por um período de 8 meses.

O continente asiático entrou na crise global em boa forma e continuou a liderar o crescimento na fase de recuperação, devido em grande parte a uma procura doméstica resiliente que compensou o impacto negativo da crise na procura externa. A produção industrial e as vendas a retalho foram fortes na China e na Índia e a actividade robusta nestes países impactou favoravelmente o resto da Ásia. De facto, o crescimento forte e sustentado da China nos últimos anos funcionou como suporte do comércio global, beneficiando os exportadores de matérias-primas (por exemplo, Austrália, Nova Zelândia, Indonésia) e de bens de capital (tais como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul, Singapura, entre outros). Contrariamente a recuperações anteriores, a procura doméstica foi impulsionada pelo regresso dos fluxos de capitais privados, traduzindo a reabertura destas economias ao financiamento externo. No curto prazo, subsistem diferenças significativas no desempenho económico destes países, relacionadas com a dimensão dos estímulos e da procura interna, assim como das condições económicas e financeiras e dos riscos subjacentes.

Na China, o PIB real terá crescido 10,3% em 2010, com as vendas a retalho e a produção industrial a confirmar que a procura doméstica conseguiu expandir-se para lá dos estímulos governamentais. No entanto, a segunda metade do ano marcou uma desaceleração significativa face ao crescimento registado nos primeiros meses, desaceleração essa que deverá manter-se ao longo de 2011, em virtude da imposição de limites mais estritos ao crescimento do crédito, de medidas de arrefecimento do mercado imobiliário e da prevista remoção dos estímulos fiscais ao longo do ano.

Na Índia, o desempenho macroeconómico tem sido vigoroso, com os dados mais recentes da produção industrial a situarem-se em níveis máximos dos últimos dois anos. A economia terá registado um crescimento de 9,7% em 2010, impulsionado principalmente pela procura interna, com os fortes lucros empresariais e condições favoráveis de financiamento externo a estimularem o investimento. No entanto, a contribuição das exportações líquidas deverá tornar-se negativa já em 2011, na medida em que o forte crescimento do investimento deverá fazer aumentar as importações. O elevado ritmo de crescimento da actividade doméstica, com reflexos no crescimento rápido da inflação (13,2% em 2010), conduziram o Banco Central a subir a taxa de referência em 125 pontos de base.

No Japão, a recuperação conduzida pelas exportações iniciada no segundo trimestre de 2009 fortaleceu-se ao longo de 2010, devido à recuperação acima das expectativas das economias avançadas e ao aumento da procura de bens de capital por parte da China. Assim, a economia registou a maior taxa de crescimento anual desde o início da década de 90, tendo o PIB real crescido 4,3% em 2010. No entanto, a apreciação do iene (sobretudo em momentos de elevada volatilidade e

de aumento da aversão ao risco, nos quais o iene funciona para os investidores como activo de refúgio) poderá impactar a actividade exportadora o que, associado à remoção dos estímulos fiscais e à fraqueza do mercado de trabalho, deverão condicionar o crescimento económico no curto prazo.

Os principais desafios para a Ásia prendem-se com o rebalanceamento dos motores de crescimento, com maior incentivo à dependência de fontes domésticas por oposição à procura externa. Este rebalanceamento é crítico na China através do incremento do papel do consumo das famílias no crescimento doméstico, para o qual deverá contribuir a progressiva apreciação do renmimbi, fruto da forte acumulação de reservas externas de divisas nos últimos anos.

A América Latina está a sair da crise financeira a um ritmo mais rápido do que o antecipado, reflectindo sólidos fundamentais macroeconómicos, adequado suporte das políticas monetárias e orçamentais, condições de financiamento externo favoráveis e fortes receitas provenientes das exportações de matérias-primas. Os excedentes resultantes dessas exportações potenciaram o crescimento do rendimento interno o que, em conjunto com condições de financiamento favoráveis, suportou a procura interna. Para muitos destes países, o efeito potencialmente negativo de menor procura de importações por parte das economias desenvolvidas poderá não ser muito penalizador, dada a menor dependência do comércio externo e maior dependência da exportação de matérias-primas, para as quais a procura externa deverá manter-se robusta. O crescimento da região ter-se-á situado em 5,9% em 2010.

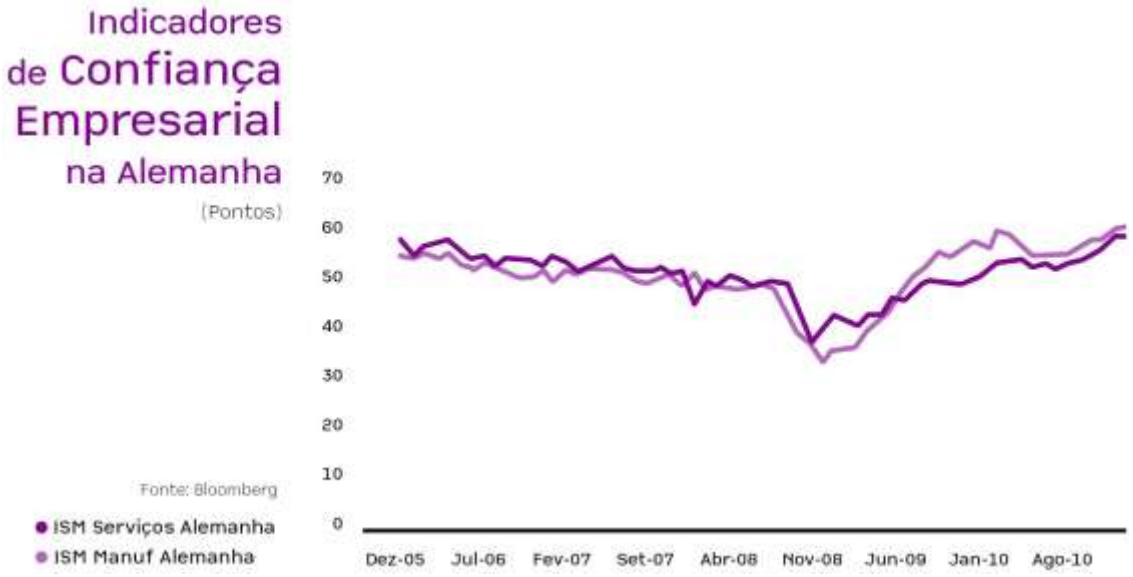
Após um breve interregno nos momentos mais agudos da crise global em 2008, as cinco principais economias da América Latina estão a experimentar um ressurgimento nos influxos de capitais. Os fortes influxos de capitais têm efeitos mistos já que, por um lado, têm sido fonte de financiamento barato e amplamente disponível para expandir a procura interna mas, por outro lado, têm aumentado as preocupações acerca do sobreaquecimento, competitividade externa (dada a significativa apreciação das respectivas divisas), custos de esterilização crescentes (dados os significativos diferenciais de taxa de juro face às taxas externas) e criação de bolhas especulativas nos mercados financeiros.

A economia brasileira deverá ter registado um crescimento de 7,5% em 2010, o maior crescimento das últimas décadas. O crescimento foi muito suportado na procura interna, em particular no consumo privado e no investimento. No entanto, esta dinâmica interna motivou um forte crescimento das importações, que mais do que compensou o crescimento das exportações, a beneficiarem do contexto favorável de procura por matérias-primas mas prejudicadas pela apreciação do real. De facto, esse efeito cambial, decorrente do forte influxo de capitais (as reservas ascenderam a 294 mil milhões de dólares em Dezembro – equivalente a mais do que um ano de importações) favoreceu as importações e prejudicou as exportações, situando o défice da balança corrente em 48 mil milhões de dólares no final de 2010 (3,8% do PIB). Para impedir este efeito, o Governo decidiu aumentar o imposto sobre operações financeiras (IOF), destinado a tributar os capitais de curto prazo que entram na economia brasileira, de 2% para 6%, durante a segunda

metade do ano. A inflação, por seu turno, atingiu um máximo de 5 anos em 5,91% em Dezembro, muito impulsionada pelo aumento dos custos de alimentação e do preço das matérias-primas, num contexto de aumento das pressões da procura interna, alimentada pelo crescimento do crédito.

Na Europa, a recuperação económica tem sido atribulada, sobretudo pela eclosão da crise da dívida soberana. A actividade económica tem vindo a expandir-se a um ritmo moderado desde meados de 2009, após cerca de cinco trimestres consecutivos de queda e tem-se manifestado de forma desigual. A Área do Euro deverá ter crescido 1,8% em 2010, enquanto as economias em desenvolvimento da Europa Central e do Leste terão crescido cerca de 4,2%. Mesmo dentro dos países da AE existem diferenças pronunciadas no desempenho económico, muito motivadas pelas condições dos balanços dos sectores público e privado e pela possibilidade de utilizar a política fiscal para o suporte da recuperação.

Na Alemanha, a actividade revelou-se em 2010 mais dinâmica do que antecipado, após o período de ajustamento e crescimento moderado registado no período anterior à crise e a forte queda de 2009. O crescimento real cifrou-se em 3,6% e deveu-se em grande medida à procura interna, com um crescimento forte do investimento. Paralelamente, a procura externa também contribuiu positivamente para o crescimento, com as exportações e importações a crescerem 8,2% e 7,0% em cadeia, respectivamente, no 2º trimestre. Os principais indicadores quantitativos referentes à produção industrial e encomendas revelaram sinais de forte dinâmica, principalmente em relação a bens intermédios, de investimento e de consumo duradouro. No que respeita aos indicadores qualitativos, nomeadamente a confiança dos empresários e dos consumidores, verifica-se que atingiram valores máximos de duas décadas, quer nas componentes que avaliam a situação presente como nas componentes de expectativas futuras. No entanto, o consumo privado permanece débil, com as vendas a retalho a crescerem 0,6% até Outubro, ainda assim ajudado pelo comportamento favorável do emprego, num quadro de medidas de apoio à criação de emprego implementadas pelo Governo alemão. A taxa de desemprego passou do máximo de 7,7% em Junho de 2009 para cerca de 7,5% no final de 2010.



Em França, a actividade económica recuperou em 2010 da forte recessão registada em 2009, tendo passado de uma quebra do produto de 2,5% para um crescimento de 1,6%. Para esta recuperação contribuiu a dinâmica da procura interna, principalmente pelo contributo da variação de existências mas também do consumo privado e da FBCF. Em contraste, o contributo das exportações líquidas foi negativo, mas os efeitos desfasados da depreciação do euro poderão contribuir para estimular em parte as exportações.

No Reino Unido, a recuperação económica apenas se iniciou no último trimestre de 2009, mas de forma relativamente moderada. A dinâmica da procura interna, incluindo a variação de existências foi responsável pela recuperação, já que as exportações líquidas contribuíram negativamente para o crescimento económico. O consumo privado terá registado um contributo superior no último trimestre do ano pelo efeito de antecipação de consumo decorrente do anunciado aumento do IVA em Janeiro de 2011.

No entanto, a recuperação económica em curso tem sido ameaçada pela "crise da dívida soberana", que afectou os países que se situam na periferia da União Europeia, em particular, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Esta crise impactou directamente estes países através de duas vias: (i) através da remoção antecipada e inversão das medidas de estímulo orçamental e fiscal que haviam sido implementadas com o objectivo de incentivar a procura interna das várias economias, na sequência da resposta à crise financeira internacional; (ii) através das dificuldades de financiamento dos Estados e do sector bancário, o que afecta a confiança e a estabilidade do sistema financeiro e impõe um custo financeiro significativo sobre os agentes económicos domésticos.

A crise iniciou-se ainda em finais de 2009, quando o recém-empossado Governo da Grécia republicou os dados sobre a situação orçamental, apresentando um défice muito acima do esperado, que depois foi sendo sucessivamente revisto em alta, gerando uma desconfiança generalizada por parte dos mercados financeiros sobre a verdadeira situação das contas públicas daquele país. Concomitantemente, as agências de *rating* realizaram sucessivas revisões em baixa da notação de crédito, colocando-a no grau especulativo, o que deteriorou ainda mais a confiança dos investidores, alargando os diferenciais das taxas de juro da dívida pública dos países da AE face à Alemanha para níveis máximos desde o início da União Económica e Monetária (UEM). No início de Maio, estes diferenciais atingiram 962 pontos base para a Grécia e acima de 300 pontos base para Portugal e Irlanda.

Neste contexto, as autoridades anunciaram várias medidas, entre as quais planos de consolidação orçamental por parte dos governos dos países mais afectados e, a 2 de Maio, um plano conjunto da União Europeia (UE) e do FMI de apoio à Grécia no valor de 110 mil milhões de euros. No entanto, a situação continuou a agravar-se para os países mais vulneráveis, com os mercados a considerar que o conjunto de medidas anunciadas era insuficiente, o que conduziu a uma resposta sem precedentes das autoridades europeias, a 9 e 10 de Maio, com a criação de um fundo de estabilização europeu, destinado por um lado a resolver os problemas de financiamento dos países

com dificuldade de acesso aos mercados e, por outro, a quebrar o "ciclo vicioso" que se desenvolveu na AE entre o financiamento dos países soberanos e o dos respectivos sistemas bancários. O fundo ascende a 750 mil milhões de euros e inclui a participação do FMI (até 250 mil milhões de euros). A UE criou a Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (FEEF), que contribui para o fundo com 440 mil milhões de euros, financiados através da emissão de obrigações. Para o fundo contribui igualmente o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF), um mecanismo já existente, com 60 mil milhões de euros. Em Setembro, as três principais agências de rating atribuíram a mais alta notação possível ao FEEF.

No entanto, a turbulência continuou, tendo os diferenciais da dívida irlandesa face à Alemanha atingido níveis superiores a 600 pontos base em Novembro. Em resposta à pressão dos mercados financeiros sobre a estabilidade financeira da AE, o Eurogrupo e o Ecofin decidiram por unanimidade conceder assistência financeira à Irlanda, a 28 de Novembro, na sequência de um pedido de ajuda por parte das autoridades irlandesas realizado a 21 de Novembro. O pacote de assistência irá cobrir necessidades de financiamento orçamental de até 50 mil milhões de euros e do sistema bancário de 35 mil milhões de euros, dos quais 22,5 mil milhões são originários tanto do FMI como do MEEF e 17,7 mil milhões do FEEF. A contribuição da UE também inclui empréstimos bilaterais da Dinamarca, Suécia e Reino Unido, no montante de 4,8 mil milhões. O rácio de financiamento entre a UE e o FMI ascende a 2:1. Também a 28 de Novembro os países da AE decidiram implementar um mecanismo permanente de estabilização financeira, para garantir a substituição do FEEF quando este expirar em Junho de 2013.

Paralelamente, o BCE anunciou um conjunto de medidas destinadas a restaurar a liquidez nos vários segmentos de mercado e a mitigar os potenciais riscos sistémicos, de entre as quais o "Securities Market Program" (SMP), que consistiu num programa de compra esterilizada de títulos de dívida pública e privada da área do euro. Outras medidas consistiram na recuperação de medidas anteriormente tomadas e que já haviam sido suspensas, de entre as quais a expansão das operações de refinanciamento de prazo alargado, a reintrodução do leilão a taxa fixa com satisfação total da procura e ainda o restabelecimento da linha de swaps cambiais com a FED para providenciar fundos em dólares às contrapartes da AE.

Adicionalmente, o Comité Europeu de Supervisores Bancários procedeu à realização de testes de esforço sobre 92 instituições bancárias no espaço da AE, em Julho e, com o objectivo de reforçar a resistência do sistema financeiro a choques e restaurar os balanços das instituições financeiras e a confiança dos investidores, o Comité de Basileia anunciou a reforma de Basileia III, que exige maiores requisitos de capital às instituições financeiras. A reforma inclui a implementação de duas almofadas de capital, uma dita de conservação com o objectivo de absorver em primeiro lugar as perdas decorrentes de choques adversos, e outra cíclica, definida em cada país, com o objectivo de proteger o sistema bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito. É também estabelecido um rácio de alavancagem não ajustado pelo risco e as instituições com relevância sistémica serão ainda alvo de regras adicionais. O Comité de Basileia definiu um período de transição gradual para as novas regras até 31 de Dezembro de 2018.

3. A ACTIVIDADE EM PORTUGAL

3.1 Procura e Oferta

De acordo com o INE, Portugal terá registado um crescimento de 1,4% em 2010, após uma quebra de 2,5% em 2009. Continuou a observar-se um diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da área do euro, tal como verificado ao longo da última década e apenas interrompido em 2009.

O crescimento registado não foi, no entanto, suficiente para inverter a situação do mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego aumentado 1p.p. no 4º trimestre de 2010 face ao período homólogo, atingindo 11,1%. A população desempregada aumentou para 619 mil indivíduos (um crescimento de 9,9% face ao período homólogo).

O fortalecimento da actividade económica em Portugal em 2010 reflecte dinâmicas distintas entre a procura externa e interna. Por um lado, assenta num forte dinamismo das exportações, num contexto de aumento dos fluxos de comércio à escala global. Por outro lado, não obstante a recuperação do consumo privado, que terá voltado a apresentar um crescimento acima do PIB e da média da área do euro, a procura interna terá registado um crescimento modesto. Destaca-se o fraco desempenho do investimento, que terá registado uma queda de cerca de 5% em 2010, embora mais moderada do que a observada no ano anterior.

Após uma década caracterizada por um crescimento muito modesto da actividade económica, que se traduziu na manutenção de um baixo crescimento do produto potencial, a queda do PIB em 2009 foi menos acentuada do que a registada na generalidade das economias avançadas. Entre os factores que terão contribuído para o maior alisamento do PIB neste período, é de destacar a resistência do sistema financeiro português às perturbações decorrentes da crise global e o facto da economia portuguesa não ter evidenciado uma sobrevalorização dos preços no mercado imobiliário.

Adicionalmente, o consumo privado em Portugal apresentou um perfil mais estável do que o registado na generalidade das economias avançadas, situando-se no início de 2010 em níveis superiores aos observados antes da eclosão da crise económica. Em relação às restantes componentes da despesa, a evolução em Portugal foi globalmente idêntica à observada nas principais economias. No entanto, e ao contrário do sucedido em outras economias avançadas, não se observou neste período um ajustamento significativo do défice da balança corrente.

Neste contexto, a evolução da economia portuguesa nos próximos anos será fortemente condicionada pelos processos de consolidação orçamental e de redução do endividamento do sector privado, com destaque para as empresas. Em particular, deverá acentuar-se a diferença entre as dinâmicas da procura interna e da procura externa, com as exportações a manterem-se como a componente mais dinâmica da procura global. Os principais indicadores económicos suportam esta acepção, com o Índice do Volume de Negócios na Indústria a revelar um contraste entre um crescimento robusto da componente de volume de negócios no mercado externo e um crescimento consideravelmente mais reduzido no volume de negócios no mercado nacional. Por seu turno, a informação desagregada do Índice do Volume de Negócios nos Serviços mostra um forte dinamismo dos serviços mais vocacionados para a exportação, em contraste com os serviços mais condicionados pela evolução da procura interna.

O maior dinamismo do consumo privado no conjunto de 2010 terá sido suportado pelo crescimento de algumas componentes do rendimento disponível com elevada propensão marginal ao consumo, designadamente as remunerações do trabalho e as transferências do sector público, bem como pela manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos. A deterioração marcada das condições de acesso ao financiamento nos mercados financeiros internacionais por parte das instituições bancárias não se tem transmitido de forma significativa às condições de financiamento dos particulares, o que terá igualmente favorecido o consumo privado em 2010.

Tal como em 2009, ainda que em menor dimensão, os salários reais voltaram a aumentar em 2010 – a remuneração média por trabalhador para o sector privado registou um aumento de 3,1 por cento nos primeiros sete meses relativamente ao mesmo período de 2009 e a taxa de inflação cifrou-se em 1,3% em 2010. Tal crescimento deverá ser, contudo, inferior ao crescimento estimado para a produtividade média do trabalho (2,5%).

O maior dinamismo do consumo privado em 2010 está expresso tanto no aumento do consumo em bens correntes como em bens duradouros. No que respeita ao consumo de bens de consumo corrente e serviços, tipicamente caracterizado por um perfil intertemporal mais alisado, o Banco de Portugal estima um crescimento de 1,1% em 2010, após um aumento de 0,5% em 2009. Por seu turno, as despesas em bens duradouros deverão registar, de acordo com a mesma fonte, um aumento de 8,7%, depois de uma queda de 14,1% em 2009, em linha com a forte sensibilidade ao ciclo económico desta componente do consumo privado.

O crescimento significativo das despesas em bens duradouros decorre do forte dinamismo das vendas de automóveis, depois das quedas significativas observadas no ano anterior, associadas à recessão económica. Este comportamento está fortemente associado às alterações fiscais ocorridas a meio do ano (o aumento das taxas do IVA a 1 de Julho) e as previstas para o Orçamento de Estado para 2011 (novo aumento do IVA e do ISP e o fim dos programas de incentivo ao abate de veículos em fim de vida), que conduziu a um forte efeito de antecipação de compras naqueles dois momentos. Nos últimos dez anos, tem-se assistido a uma tendência descendente das vendas de automóveis, o que se traduziu num aumento progressivo da idade média do parque automóvel em Portugal, de 7,2 anos em 2000, para 10 anos em 2009.

O Consumo Público deverá registar um crescimento em termos reais de 3,2% (2,9% em 2009), incluindo o impacto significativo da aquisição dos submarinos no segundo trimestre do ano.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), deverá ter registado uma contracção de 5,0%, embora mais moderada do que a observada em 2009 (11,9%). Esta contracção é partilhada pelas componentes pública e privada. Na componente privada, ela reflecte, entre outros factores, a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna, a elevada incerteza e risco associados às decisões de investimento e às condições mais restritivas de acesso ao crédito.

Para além das especificidades que estarão a condicionar o investimento público e o investimento em habitação, também o investimento empresarial voltou a apresentar uma variação negativa em 2010. No conjunto do ano, o investimento empresarial deverá registar uma diminuição de 3,0%, após uma queda de cerca de 17% em 2009. Note-se que, apesar de permanecer em níveis inferiores aos registados no período anterior à eclosão da crise financeira, tem-se observado uma melhoria significativa da confiança na indústria transformadora desde o início do ano, em particular na componente referente à apreciação da carteira de encomendas, assim como um aumento do indicador do volume de negócios na indústria transformadora, nomeadamente no mercado externo. Estas indicações, em conjunto com o aumento do nível de utilização da capacidade produtiva,

podem configurar um cenário de recuperação do investimento em Portugal nos sectores orientados para os mercados externos.

No entanto, a deterioração das expectativas de crescimento da procura em relação à situação prevalecente antes da crise financeira, conjugado com os elevados níveis de endividamento, poderá originar a necessidade de ajustamentos de balanço nas empresas. Estes ajustamentos poderão não permitir uma recuperação tão dinâmica do investimento como a que é tipicamente observada nos períodos pós-recessivos.

A queda da FBCF em 2010 foi generalizada às suas componentes, com excepção da FBCF em "Material de transporte", que deverá registar um aumento significativo (7,5%). A evolução desta componente reflecte o crescimento bastante expressivo das compras de automóveis pelas empresas de *rent-a-car* no primeiro semestre do ano, assim como o aumento significativo das vendas de veículos comerciais ligeiros (pelas razões já anteriormente referidas).

Por seu turno, a FBCF em "Máquinas e equipamento" deverá apresentar uma contracção de 6,2%, depois de uma queda de 11,3% em 2009. Finalmente, a FBCF em "Construção" deverá registar uma nova queda em 2010 (5,1%), um comportamento consistente com a evolução dos indicadores de confiança do sector e das vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno. O comportamento da FBCF em "Construção" em 2010 continuou a ser influenciado pela evolução da componente relativa à aquisição de habitação pelas famílias, que apresentou uma queda pelo 10º ano consecutivo.

Num contexto de recuperação dos fluxos de comércio internacionais e melhoria das perspectivas de crescimento nos principais parceiros comerciais de Portugal, as exportações de bens e serviços registaram uma aceleração pronunciada em 2010. Os dados mais recentes apontam para um crescimento do volume de exportações de bens e serviços em 2010 de 9,0%, após uma queda de 11,8% no ano anterior.

O aumento das exportações em 2010 foi particularmente expressivo no caso das exportações de mercadorias, face a um crescimento mais moderado das exportações de serviços. A evolução mais favorável das exportações foi um fenómeno comum à generalidade das economias mundiais, com as diferenças em termos de desempenho a estarem relacionadas em parte com o facto de os países estarem especializados em mercados geográficos e sectoriais com crescimentos distintos.

As exportações nominais de mercadorias registaram um crescimento em termos homólogos de 14,7% nos primeiros sete meses de 2010. O aumento das exportações nominais verificou-se na generalidade dos sectores, sendo em geral mais expressiva nos sectores que apresentaram maiores quedas em 2009. As exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos, apresentaram um aumento muito acentuado desde o início do ano, depois da forte queda registada em 2009. Refira-se que as exportações de combustíveis em termos nominais têm vindo a ganhar uma importância crescente na estrutura das exportações nacionais, correspondendo a 6,6% do

total nos primeiros sete meses de 2010, um valor que compara com um valor médio de 3,0% no período 2000-2007. Excluindo os combustíveis, o crescimento nominal das exportações de mercadorias nos primeiros sete meses do ano situou-se em 11,6%.

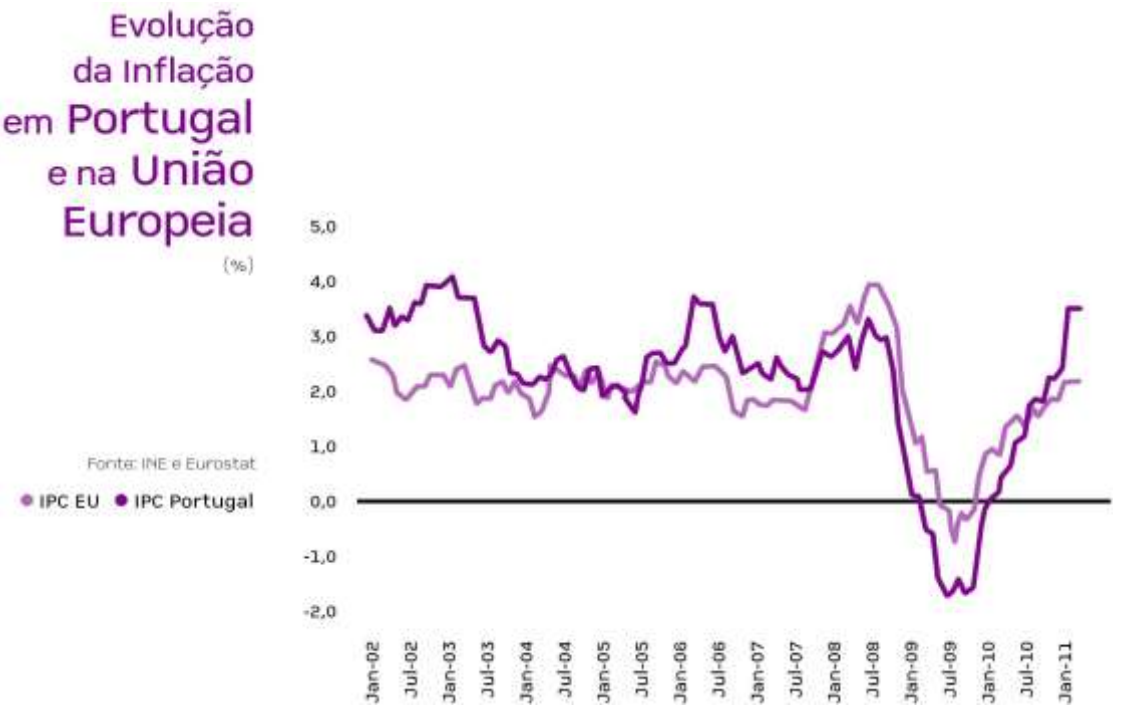
Atendendo ao grau de intensidade tecnológica, o aumento das exportações foi expressivo no caso dos produtos de média-alta e média-baixa tecnologia. Em relação aos primeiros, há a destacar as exportações de veículos automóveis e outro material de transporte, com realce para as destinadas ao mercado alemão, que registaram uma aceleração significativa nos primeiros sete meses de 2010. Em relação aos produtos de média-baixa tecnologia, para além do elevado dinamismo das exportações de combustíveis, há a destacar o crescimento das vendas ao exterior de plásticos e borracha (33,5%), papel e pastas celulósicas (32,4%) e metais comuns (17,8%), cujo desempenho foi particularmente importante para o aumento do contributo das exportações destinadas ao mercado espanhol no conjunto das exportações totais.

A recuperação diferenciada da economia portuguesa em termos sectoriais foi patente em indicadores qualitativos, como sejam os indicadores de confiança na indústria transformadora, serviços, comércio a retalho, e ainda os indicadores de expectativas de produção e de carteira de encomendas. O indicador de confiança no sector dos serviços, apesar de apresentar uma evolução positiva, ficou bastante aquém do nível observado antes da crise (primeiro semestre de 2008), enquanto o indicador da indústria transformadora se aproximou desse nível e o do comércio a retalho o ultrapassou. Em contraste, o indicador de confiança do sector da construção continuou a deteriorar-se, mantendo-se próximo do mínimo histórico atingido em 2002.

A evolução da produtividade do trabalho resulta da evolução (tipicamente pro-cíclica) da taxa de utilização da capacidade produtiva, que no primeiro trimestre de 2010 inverteu a tendência de declínio acentuado iniciada no primeiro semestre de 2008. A evolução da produtividade encontra-se significativamente condicionada pela queda do emprego do sector privado registada em 2009 e no primeiro semestre de 2010. Em termos sectoriais, destaca-se o aumento de produtividade registado no sector da Indústria Transformadora.

3.2 Evolução dos preços

Em 2010, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 1,3%, após ter registado uma queda de 0,9% em 2009. O diferencial de inflação em relação à área do euro foi ligeiramente negativo (-0,3 p.p.), após o mínimo histórico de -1,3 p.p. registado em 2009.



O crescimento dos preços em 2010, após um período de forte desaceleração iniciado no final de 2008 e prolongado ao longo do ano seguinte e que se traduziu numa taxa de inflação média anual negativa em 2009 pela primeira vez nas últimas três décadas, reflecte a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa, reflectindo as perspectivas de crescimento nas principais economias mundiais, e uma recuperação gradual dos fluxos de comércio internacionais, após a forte contracção observada em 2009. Este facto traduziu-se num aumento dos preços internacionais das matérias-primas, tanto energéticas, como não energéticas. Em sentido contrário, os preços da generalidade dos serviços apresentam taxas de crescimento relativamente baixas, num quadro de uma ligeira queda dos custos unitários do trabalho. Finalmente, o impacto do aumento de um ponto percentual de todas as taxas do IVA a partir de 1 de Julho de 2010 foi também relevante.

De acordo com o Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho em Portugal deverão apresentar uma queda ligeira em 2010, o que reflecte um crescimento das remunerações por trabalhador inferior à registada em 2009, assim como um crescimento significativo da produtividade do trabalho, num contexto de recuperação da actividade económica e de uma nova queda no emprego total. Ao contrário do verificado nos últimos dois anos, deverá registar-se um diferencial positivo entre o crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal e na área do euro.

3.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Em 2010, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em percentagem do PIB permaneceram elevadas, registando apenas uma ligeira redução face ao observado no ano anterior. Para esta ligeira melhoria do défice externo terá contribuído uma nova redução do investimento, já que a taxa de poupança interna também terá diminuído ligeiramente. Quer a taxa de poupança quer a taxa de investimento encontram-se actualmente em valores mínimos históricos.

Por sua vez, as transferências líquidas de capital (maioritariamente transferências da União Europeia) voltaram a diminuir, mantendo a trajectória descendente observada desde 1995. A ligeira redução das necessidades líquidas de financiamento externo da economia (em percentagem do PIB) resulta de um menor défice das administrações públicas, registando-se em contrapartida um aumento das necessidades de financiamento do sector privado.

Assim, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa em 2010, que correspondem grosso modo ao défice conjunto da balança corrente e de capital, ter-se-ão mantido elevadas, registando apenas uma ligeira redução, em percentagem do PIB, face ao observado no ano anterior (8,8% do PIB face a 9,5% em 2009), decorrente do expressivo abrandamento da procura interna.

3.4 Política Orçamental

Portugal terá atingido em 2010 um défice global das administrações públicas de 7,3% do PIB, face a 9,3% em 2009). No entanto, a concretização deste resultado exigiu medidas adicionais significativas, tendo sido anunciada, a 29 de Setembro, a transferência do fundo de pensões da PT para a Segurança Social, de forma a garantir a redução programada do défice. Esta medida, de natureza temporária, afecta apenas as receitas do ano em curso, não alterando o saldo estrutural, nem a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas. A projecção para o rácio da dívida no final de 2010, incluída na notificação de Setembro, cifra-se em 83,3% do PIB.

O ano de 2010 ficou marcado por uma acentuada instabilidade e diferenciação nos mercados de dívida pública na área do euro. Em Portugal, como em alguns outros países, observou-se um aumento do risco soberano em resultado da deterioração significativa e não completamente antecipada do défice e da dívida das administrações públicas, conjugada com a manutenção de problemas estruturais. O exacerbamento desta situação a partir de finais de Abril, que afectou significativamente o financiamento dos bancos portugueses nos mercados internacionais de dívida por grosso, conduziu à adopção, em meados de Maio, de medidas de consolidação orçamental adicionais, para além das anunciadas em Janeiro no Orçamento do Estado para 2010 (OE2010) e em Março na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Na sequência da divulgação destas medidas, foram revistos em baixa os objectivos oficiais para o défice em 2010 e 2011, para 7,3% e 4,6% do PIB, respectivamente. As novas metas para o défice em 2012 e 2013, bem como uma trajectória revista para o rácio da dívida pública em todo o período de 2010 a 2013, foram apresentados no início de Julho no Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO). Este documento não explicitou medidas adicionais mas incluiu projecções da conta das administrações públicas em relação ao PIB para 2010-2013. De acordo com a estimativa para 2010, a diminuição do défice deverá resultar predominantemente do aumento do rácio da receita total no PIB (em 1,8 p.p. do PIB), uma vez que a despesa primária em percentagem do PIB deverá registar uma redução menos significativa (0,5 p.p. do PIB), estimando-se que a despesa em juros tenha um acréscimo de 0,4 p.p. do PIB.

4. SISTEMA FINANCEIRO

4.1 Situação Global

O ano de 2010 foi um ano marcado por grandes níveis de incerteza e volatilidade nos mercados financeiros. Os sinais de algum abrandamento da recuperação durante a primeira metade do ano, tanto nos EUA como na Europa, assim como as medidas de austeridade impostas na Europa e incertezas relativas às capacidades de financiamento de países periféricos da UE, tais como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Bélgica, introduziram maior dificuldade. Durante 2010 também se assistiu a uma subida acentuada dos preços das matérias-primas, com diversos sectores a atingirem máximos de 10 anos.

O ano de 2010, à semelhança de 2009, foi também marcado pelo empenho dos Governos e Bancos Centrais em tomar medidas adicionais para estimular as economias e suportar os mercados financeiros. Merece, por isso, destaque o apoio mais directo na forma de medidas de política monetária não convencionais, introduzindo suporte aos mercados de títulos da dívida pública nos EUA e na Europa.

Nos EUA, o anúncio da Reserva Federal em Novembro de uma segunda ronda de "Quantitative Easing" (QE2) gerou algumas incertezas quanto às expectativas de inflação e valorização do dólar. As taxas de juro de referência permaneceram em mínimos históricos, dentro do intervalo 0,00-0,25%. A taxa de desemprego começou o ano em 9,7%, caiu para 9,5% em Julho, mas voltou novamente a subir para 9,8% em Novembro.

Na Europa, o enfraquecimento da situação orçamental de alguns Estados europeus levantou preocupações sobre uma possível transferência da crise financeira para os balanços do sector público. Assistiu-se ao longo do ano a diversas reduções das notações de risco da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia, que vieram pressionar Estados e empresas, assim afectando (por vezes de forma incomportável) a sua capacidade de refinanciamento. Os países da UE e o Fundo Monetário Internacional responderam com empréstimos e resgates condicionais, tendo paralelamente os vários Estados implementado medidas de austeridade significativas, como forma de tentar reduzir os seus défices e mitigar a percepção do seu risco soberano. Em auxílio dos países da zona euro em dificuldades financeiras, a UE acordou a constituição de um fundo de emergência no valor de 750 mil milhões de euros.

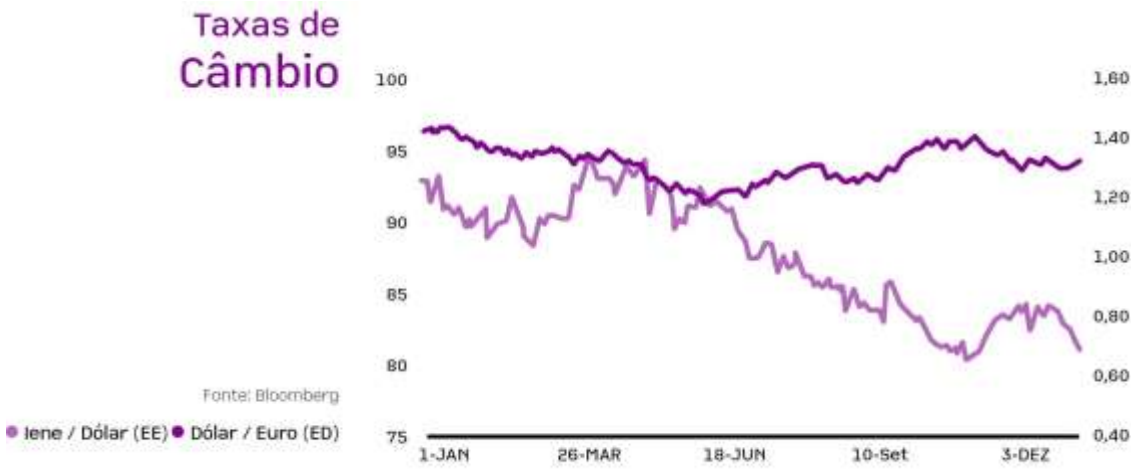
Os programas de austeridade apresentados pelos Governos para assegurar cumprimento do Pacto de Estabilidade e respectivos Programas de Crescimento geraram um maior nível de pessimismo sobre o crescimento da economia europeia (e, por sua influência, da economia mundial) a curto e médio prazo. Deve ser também destacado o papel do BCE ao procurar abrandar a subida das taxas dos títulos de dívida de alguns países europeus através da compra de títulos no mercado secundário, no âmbito do programa SMP.

4.2 Mercado de Retalho e de Empresas

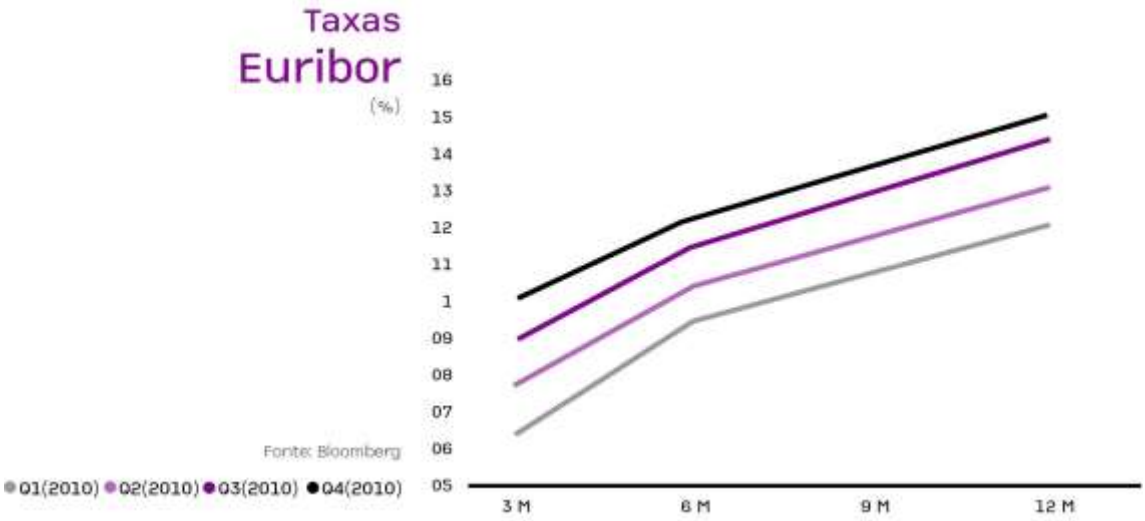
Com a extensão dos efeitos da crise, a menor capacidade das políticas públicas em apoiarem a actividade económica e o crescimento dos custos associados ao financiamento conduziram a um reforço das políticas de captação de depósitos, venda de activos não estratégicos e aumento dos activos com elevada liquidez. O aumento disperso dos prémios de risco e a carência de financiamento nos mercados interbancários condicionaram as taxas de juro praticadas nos mercados de retalho domésticos, afectando a robustez do balanço dos bancos. Este enquadramento tem concorrido para uma maior ponderação quanto à forma e ao momento ideais para a adopção do novo quadro regulamentar proposto para a actividade bancária. A actividade bancária continuará a desenvolver-se num contexto de imprevisibilidade superior ao normal, marcado pela redução progressiva da liquidez nos mercados monetário e de crédito.

4.3 Mercados Monetário e Cambial

Em 2010, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade do dólar, que oscilou entre um máximo face ao euro de 1,1923 e /um mínimo de 1,4513, tendo terminado o ano em 1,3384, com uma queda de 8,3%. Enquanto a FED manteve o nível historicamente baixo da sua refi-rate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%). O Euro foi particularmente afectado pela crise instalada na Europa associada aos mercados de dívida soberana e também às menores perspectivas de crescimento económico a médio prazo, decorrentes das políticas de austeridade que entretanto foram sendo adoptadas. No que respeita ao lene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar (12,2%), tendo atingido o patamar de 81,12 USD/JPY voltando a ser uma moeda de uma moeda refúgio em momentos de instabilidade financeira.



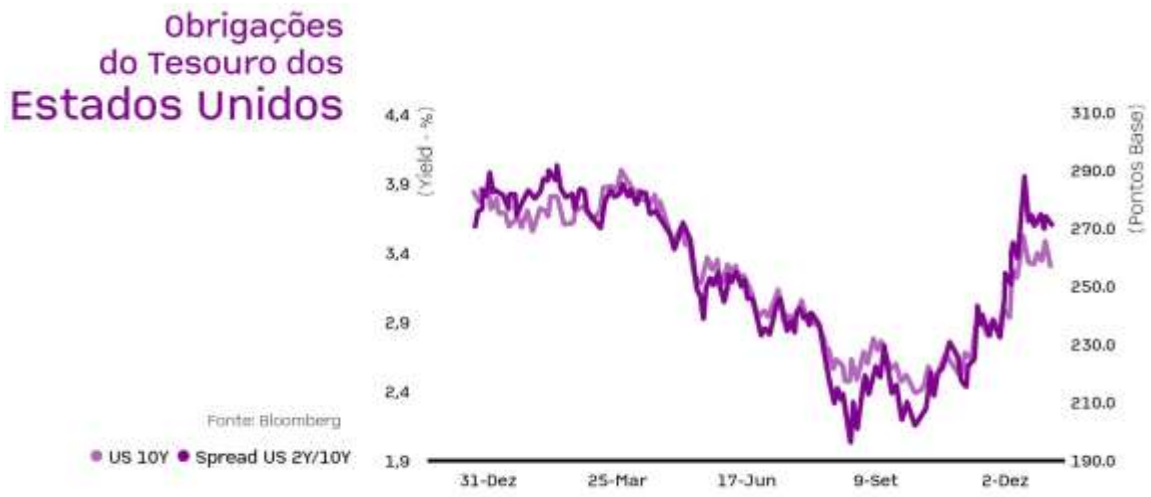
Durante 2010, o clima de aversão ao risco travou o funcionamento habitual dos mercados interbancários, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante o ano, tendo a taxa a 3 meses subido 31 pontos base, para 1,01%; a taxa a 6 meses 23 pontos base para 1,227% e a taxa a 12 meses 26 pontos base para 1,507%. Os Bancos Centrais nos EUA e na AE mantiveram as suas medidas extraordinárias de cedência de liquidez.



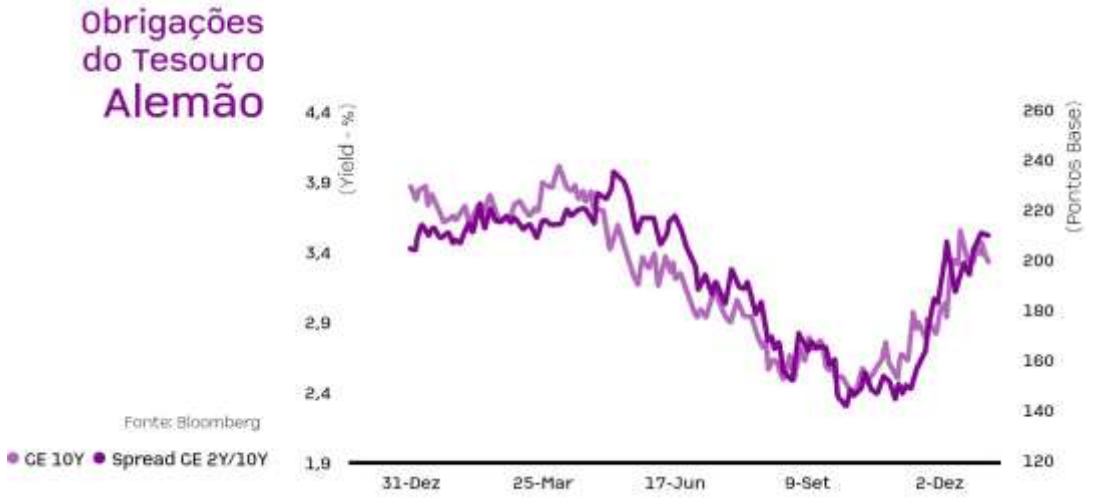
4.4 Mercado de Obrigações

O mercado de obrigações soberanas esteve no centro das atenções, principalmente no segundo semestre de 2010. Depois do resgate à Grécia ocorrido em Maio, rapidamente propagou o contágio a outros países periféricos da AE como a Espanha, Portugal e Irlanda, acabando esta última por necessitar também de uma intervenção de auxílio, a 28 de Novembro. As taxas de rendibilidade das obrigações dos estados atingiram máximos históricos e os bancos centrais viram-se obrigados a intervir para acalmar os mercados secundários.

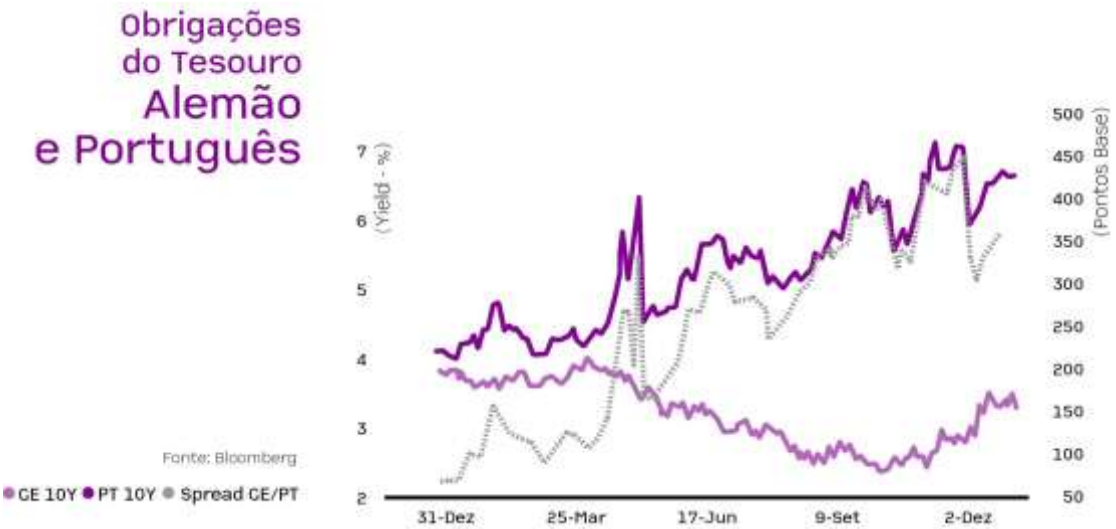
A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00–0,25% ao longo de todo o ano e anunciou a segunda ronda de "Quantitative Easing" (compra de até 600 mil milhões de dólares em títulos do Tesouro de longo prazo até o final do 2T11), a um ritmo de cerca de 75 mil milhões de dólares por mês. A taxa de rentabilidade das obrigações do Tesouro norte-americano para o prazo de dez anos caiu 54 pontos base, fixando-se em 3,29% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos diminuiu 91 pontos base.



O Banco Central Europeu manteve a taxa de referência em mínimos históricos de 1%. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 2,96%, o que correspondeu a uma queda de 42 pontos base face a 2009. Ao contrário dos Estados Unidos, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica diminuiu em 5 pontos base.



A dívida pública portuguesa sofreu com o contágio da crise vivida pela Grécia e Irlanda, e com o fraco desempenho orçamental, que obrigou o Governo à adopção de medidas adicionais para o cumprimento das metas oficiais. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã aumentou 296 pontos base. A rentabilidade de uma Obrigação do Tesouro a 10 anos encerrou 2010 com uma taxa de rendibilidade de 6,6%, chegando a atingir máximos de 7% em Novembro.

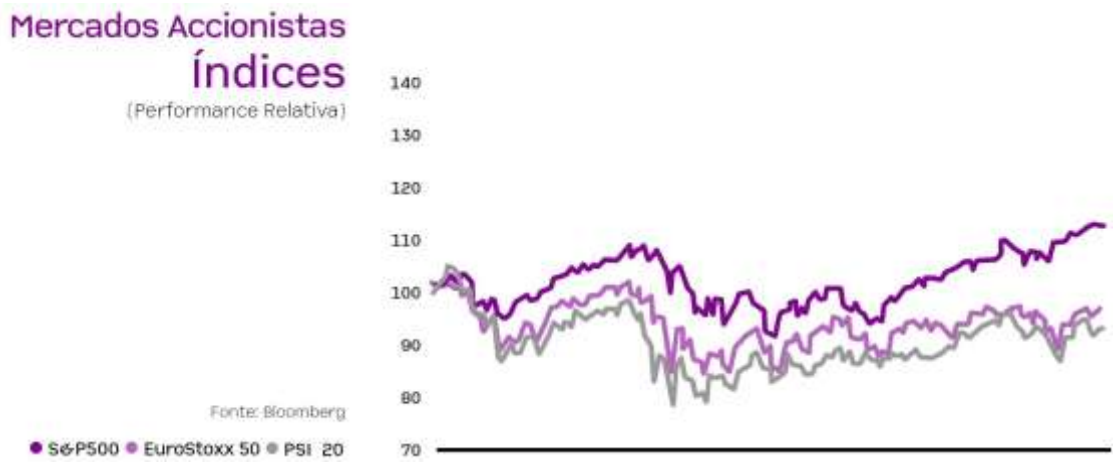


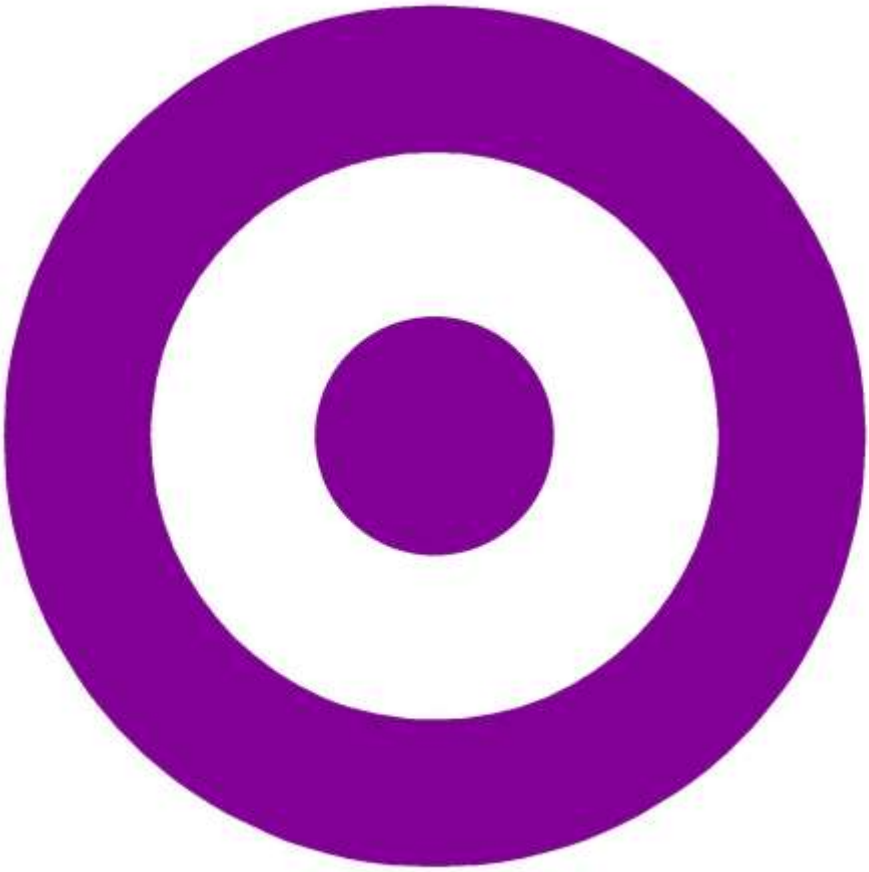
4.5 Mercado de Acções

Os principais índices accionistas dos Estados Unidos registaram valorizações significativas em 2010. O Dow Jones, Nasdaq, e S&P registaram subidas anuais de 11%, 17% e 13%, respectivamente. O ano foi caracterizado por uma forte volatilidade e incerteza em relação à sustentabilidade de uma potencial recuperação económica. Contudo, os mercados financeiros beneficiaram da divulgação de resultados positivos da generalidade das empresas e da manutenção das medidas de estímulo orçamentais e monetárias. Neste contexto, é importante destacar o anúncio, no mês de Dezembro, de que o Presidente Norte-Americano, Barack Obama, e os líderes republicanos no Congresso concordaram em prolongar, por mais dois anos, os cortes de impostos iniciados no mandato do anterior Presidente George W. Bush. Nesse mês, o Dow Jones, Nasdaq e S&P subiram 5,2%, 6,2% e 6,5%, respectivamente.

Na Zona Euro, a generalidade dos índices europeus, com excepção da Alemanha, sofreu fortes desvalorizações. Os índices CAC40, IBEX e Euro Stoxx 50 registaram correcções de 3%, 17% e 6%, respectivamente. Os mercados accionistas foram penalizados pelos receios em relação às consequências da grave crise financeira e de dívida soberana que afectou vários países da Europa, entre os quais Portugal, e pela possibilidade de efeito de contágio a outros países europeus. Por sua vez, o DAX registou uma subida anual de 16%, reflectindo a forte expansão do PIB alemão (3,6%) em 2010, sobretudo impulsionado pelas exportações.

A nível nacional, o índice de referência do mercado nacional, o PSI 20, registou uma desvalorização de 10%. A performance do PSI20 foi caracterizada por um nível de volatilidade elevada, com a desvalorização acumulada a Junho de 2010 a atingir 17%. As cotações das empresas do sector da construção foram as que sofreram maiores correcções, penalizadas pelas condições económicas e pela necessidade do Governo de reduzir significativamente os investimentos em obras públicas. A Martifer, a Mota-Engil e a Soares da Costa desvalorizaram mais de 55%. Por sua vez, o sector financeiro foi também bastante penalizado devido às fortes restrições em termos de acesso a financiamento por grosso e provável necessidade de reforço dos rácios de capital. O BCP, BES e BPI sofreram correcções de 31%, 37% e 35%, respectivamente. A Jerónimo Martins foi a empresa com o desempenho mais favorável em 2010, acumulando um ganho de 65,5%, beneficiando principalmente do bom desempenho da sua unidade polaca, que de forma regular superou as estimativas dos analistas, bem como da valorização do Zloty face ao euro.





02

Actividade do Banif - Grupo Financeiro em 2010

02
Actividade do BANIF - Grupo Financeiro em 2010

1. SOCIEDADES *HOLDING*

1.1 Banif SGPS, SA

Durante o ano 2010, a sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, complementada com a gestão da sua tesouraria e com a definição e dinamização de estratégias transversais às diversas sociedades do Banif - Grupo Financeiro, em termos que se concretizam no capítulo 2 "Actividade Corporativa".

A 23 de Dezembro, a Banif SGPS, SA procedeu ao aumento, no montante de 80 milhões de euros, do seu capital social, que passou de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros, mediante uma oferta pública de subscrição destinada a accionistas e titulares dos 70 milhões de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis emitidos de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 14 de Agosto de 2009 (VMOCs).

O aumento do capital foi integralmente subscrito e apresentado a registo na Conservatória do Registo Comercial, no dia 23 de Dezembro de 2010, tendo as 80.000.000 novas acções sido admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon no dia 28 do referido mês.

Com o objectivo de gerir as suas participações financeiras, a sociedade reforçou a sua tesouraria, recorrendo a financiamento junto de sociedades do Grupo Rentipar Financeira e do Banif - Grupo Financeiro. Obteve dois financiamentos junto da Rentipar Financeira SGPS, SA, nos montantes de 75 milhões de euros, pelo prazo de um ano, e de 25 milhões de euros, pelo prazo máximo de 10 dias, que totalizam 100 milhões de euros e representam a totalidade do endividamento junto deste accionista. Ainda no decorrer do 1º trimestre procedeu à liquidação do financiamento contratado no exercício anterior, junto da Rentipar Financeira, no montante de 13.5 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2010, a sociedade obteve, junto do Banif, três financiamentos, nos valores de 45 milhões de euros, 120 milhões de euros e 67 milhões de euros, todos pelo prazo de um ano. Posteriormente, amortizou 40 milhões ao primeiro dos financiamentos concedidos por esta última instituição. Assim, o endividamento junto do Banif, à data de 31 de Dezembro de 2010, totalizava 192 milhões de euros, tendo ainda liquidado os financiamentos obtidos no exercício anterior, junto do mesmo banco, nos montantes de 50 milhões de euros e de 115 milhões de euros.

A 23 de Dezembro, a Sociedade procedeu à emissão de 50.000 obrigações, ordinárias, escriturais, ao portador, com o valor nominal unitário de 1.000 euros, representativas do empréstimo obrigacionista, Banif SGPS, SA – 2010/2013, no valor de 50 milhões de euros.

Os financiamentos obtidos destinaram-se a sustentar o crescimento da actividade do Banif - Grupo Financeiro, quer no reforço de participações financeiras em instituições de crédito nacionais e internacionais, quer ainda na constituição de novas filiais e no reforço dos fundos próprios de diferentes sociedades do Grupo, nomeadamente da Banif Comercial, à qual concedeu prestações acessórias/suplementares de capital no montante de 164 milhões de euros.

No primeiro trimestre de 2010, a sociedade aumentou a sua participação no capital da Rentipar Seguros, SGPS, SA, tendo subscrito 4.706.878 acções, do respectivo aumento de capital, pelo valor de 23.534 milhares de euros e adquirido ao Banif 3.814.651 acções pelo montante de 26.664 milhares de euros, passando a deter um total de 12.930.529 acções, representativas de 47,69% do capital social daquela sociedade, sendo que o investimento total ascende a 72.244 milhares de euros.

A Banif SGPS concedeu à Rentipar Seguros SGPS, SA prestações acessórias de natureza pecuniária no montante de 11,9 milhões de euros, que se destinam a reforçar os fundos desta participada.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Rentipar Seguros SGPS, SA, a Banif SGPS concedeu ainda àquela sociedade um financiamento de apoio à tesouraria, no montante de 45 milhões de euros. Posteriormente, a sociedade participada amortizou 40 milhões, fixando a divida em 5 milhões de euros.

Em 15 de Março de 2010, a sociedade efectuou o acerto final do preço referente à integração da Tecnicrédito SGPS, SA, pagando aos accionistas vendedores um total de 17.793 milhares de euros.

A 30 de Setembro de 2010, a Sociedade pagou 4,9 milhões de euros referentes à remuneração do 1º cupão, devida aos titulares dos VMOC's emitidos pela Banif SGPS.

No final de 2010, a Banif SGPS vendeu as 17.217.294 acções da Finibanco Holding, SGPS, SA, representativas de 9,84% do capital social daquela sociedade, pelo valor de 33,5 milhões de euros, no âmbito da Oferta Pública de Aquisição apresentada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

A sociedade concedeu financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Imobiliária, no valor de 102 milhões de euros, ficando esta última com um endividamento, junto da Banif SGPS, no valor global de 135 milhões de euros.

A Banif SGPS recebeu dividendos das suas participadas, no montante global de 47,4 milhões de euros, e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 19,5 milhões de euros, traduzidos num dividendo por acção de 0,04 euros. A Banif SGPS recebeu ainda dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,2 milhões de euros, da Sociedade Inmobiliária Vegas Altas, SA, no valor de 0,01 milhões de euros, e da Finibanco Holding, SGPS, SA, no valor de 0,3 milhões de euros.

Atendendo à especificidade da actividade das sociedades gestoras de participações sociais, as quais, por si só, não geram resultados susceptíveis de serem distribuídos, bem como à cadeia de participações existentes no Banif - Grupo Financeiro e à necessidade de se assegurar uma adequada remuneração aos seus accionistas, a Banif SGPS continuou a utilizar o mecanismo de apropriação de resultados consagrado no parágrafo 30 da IAS 18, conjugado com o parágrafo 33 da IAS 37, em virtude de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes e ainda de acordo com a carta circular 18/DSB/2004 do Banco de Portugal, tendo reconhecido, como resultados, o valor de 36,2 milhões de euros, proveniente da sua sociedade directamente participada, Banif Mais SGPS, SA. Este mecanismo de apropriação de resultados foi aplicado na cadeia de participações do Banif - Grupo Financeiro.

A Banif SGPS entregou, na 1ª Repartição de Finanças do Funchal, o montante de 1.389,00 euros, referente a dividendos de 2003 que não foram reclamados.

No que se refere aos principais indicadores e ao nível das contas individuais, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade ascendia a 1.298 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010, enquanto, no final de 2009 atingia o montante de 1.081 milhões de euros, o que representa um crescimento de 20,06%. No mesmo período, o Passivo fixou-se em 484 milhares de euros contra 339,7 milhões, no ano anterior, o que significa uma subida de 42,55%.

Em 2010, a sociedade obteve um Resultado Líquido, Lucro, de 14,4 milhões de euros, contra um Lucro de 12,1 milhões de euros em 2009, o que traduz um crescimento de 18,79%, elevando-se, no final de 2010, os seus capitais próprios a 814,2 milhões de euros, enquanto, no final de 2009, este agregado atingia o valor de 741,8 milhões de euros, o que representa uma subida de 9,77%.

A sociedade não dispunha, no final de 2010, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS — Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo líquido	1.298.494	1.081.494	20,06
Passivo	484.268	339.711	42,55
Capital próprio	814.226	741.783	9,77
Resultado líquido	14.366	12.093	18,80

1.2 Banif Comercial SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Comercial consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No exercício de 2010, a sociedade obteve, junto da sua accionista Banif SGPS, prestações acessórias de capital, com a natureza das prestações suplementares, no montante de 164 milhões de euros,

que utilizou para subscrever integralmente o aumento de capital do Banif, no montante de 214 milhões de euros, de 566 milhões de euros para 780 milhões de euros.

A sociedade resgatou 9.394.925 unidades de participação do Fundo Imopredial, pelo valor de 69,9 milhões de euros, e vendeu 1.788.535 unidades de participação do Fundo Imogest, pelo valor de 72,0 millhões de euros.

A Banif Comercial liquidou as contas correntes caucionadas obtidas junto do Banif, nos montantes de 38,1 milhões de euros e 396,0 milhões de euros, e contratou novos financiamentos, também sob a forma de conta corrente caucionada, com o Banco Espírito Santo (50 milhões de euros) e com o Banif (400 milhões de euros) das quais foram utilizados 50 milhões e 171 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, a sociedade liquidou à Banif SGPS o financiamento de apoio à tesouraria, no valor de 10 milhões de euros.

A Banif Rent e a Banif Açores SGPS, SA liquidaram suprimentos nos montantes de 84 milhões de euros e 79 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, os suprimentos concedidos pela Banif Comercial à Banif Rent eram de 5,5 milhões de euros e para a Banif Açores SGPS, SA, de 11 milhões de euros.

Ao nível das participações internacionais, a sociedade subscreveu e realizou o aumento de capital social do Banif (Brasil), no montante de 13.502 milhares de reais com o contra-valor de 6.168 milhares de euros.

Integrada na estratégia global do Banif - Grupo Financeiro, a Banif Comercial, entidade cuja actividade está vocacionada para o acompanhamento das suas subsidiárias, está exposta a um conjunto de riscos e incertezas, que podem afectar os resultados da sua exploração futura, nomeadamente riscos de mercado, decorrentes da exposição cambial dos investimentos em moeda estrangeira, e risco país, na medida em que poderão colocar-se restrições nas transferências de capital e/ou rendimentos gerados no exterior.

Com o objectivo de controlar esses riscos e de implementar mecanismos de prevenção e mitigação, a Banif Comercial efectua periodicamente uma análise da evolução dos riscos a que se encontra exposta e dos diferentes mecanismos de cobertura que pode aplicar, caso se justifique.

Para o exercício de 2010, a sociedade continuará a analisar todas as oportunidades de negócio que surgirem, tendo em vista a concretização da estratégia do Banif - Grupo Financeiro, consubstanciada num crescimento sustentado e diversificado.

A sociedade recebeu dividendos das participadas, no montante global de 21,2 milhões de euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 20,5 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, salienta-se que o Activo Líquido da sociedade decresceu de 1.002,2 milhões de euros, no final de 2009, para 925,1 milhões de euros, no final de 2010.

O Passivo, em comparação com o exercício transacto, decresceu de 437,2 milhões de euros para 214 milhões de euros.

Os resultados de 2010 sofreram os efeitos negativos do abrandamento económico, tendo-se situado abaixo dos comparáveis do ano anterior, por terem passado de um Lucro de 21,1 milhões de euros, em 2009, para um Prejuízo de 4,5 milhões de euros, em 2010.

Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 711 milhões de euros, enquanto no final de 2009, eram de 565 milhões de euros.

A Sociedade não dispunha, no final de 2010, de um quadro de pessoal próprio.

CONTAS INDIVIDUAIS — Milhares de Euros

	2010	2009	Variação %
Activo líquido	925.124	1.002.211	-7,69
Passivo	214.003	437.234	-51,05
Capital próprio	711.121	564.977	25,87
Resultado líquido	-4.500	21.097	-78,67

1.3 Banif Investimentos SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

A sociedade reforçou o investimento em participações financeiras, acompanhando o aumento de capital da sua subsidiária, Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, no montante de 11,25 milhões de reais e adquirindo 85% do capital social da Banif International Holdings, Ltd., no montante de 15 milhões de dólares.

A Banif Investimentos financiou a sua actividade através da obtenção de um financiamento junto do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman, Ltd.), no montante de 5 milhões de euros, e de suprimentos concedidos pela accionista Banif Holding (Malta), Ltd., no montante de 15 milhões de dólares.

Ainda relativamente à sua actividade de financiamento/investimento, no exercício de 2010 a sociedade liquidou suprimentos que haviam sido concedidos pela Banif SGPS no montante de 13,3 milhões de euros, enquanto a própria Banif SGPS, amortizou 13,3 milhões de euros relativos à linha de apoio à tesouraria concedida pela Banif Investimentos.

A sociedade recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 3,1 milhões de euros e pagou dividendos aos seus accionistas no valor de 1,4 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade elevava-se a 284,0 milhões de euros no final de Dezembro de 2010, contra 281,4 milhões de euros no final de Dezembro de 2009, tendo sido apurado um Resultado Líquido negativo de 0,8 milhões de euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2009, havia sido obtido um Resultado Líquido positivo de 1,3 milhões de euros. Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010 a 36,6 milhões de euros, contra 36,2 milhões de euros no final de 2009.

A Banif Investimentos não dispunha, em 31 de Dezembro de 2010, de um quadro de pessoal próprio.

Principais indicadores:

CONTAS INDIVIDUAIS			Milhares de Euros
	2010	2009	Variação %
Activo líquido	283.951	281.414	0,90
Passivo	247.373	245.212	0,88
Capital próprio	36.578	36.202	1,04
Resultado líquido	-779	1.321	-158,97

1.4. Banif Mais SGPS, SA

Na sequência da integração do grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro, em 4 de Junho de 2010 foi alterada a denominação social da *sub-holding* Tecnicrédito SGPS, SA para Banif Mais SGPS, SA.

A actividade desta sociedade em 2010, consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

Durante 2010, a Banif Mais SGPS, SA distribuiu dividendos ao seu accionista Banif SGPS, SA no valor de 26,25 milhões de euros.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2010 do sub-grupo Banif Mais apresentam um Activo Líquido de 927,1 milhões de euros, Capitais Próprios de 259 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado, de 23,5 milhões de euros. Quanto ao contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado, registaram-se 21,6 milhões de euros em Portugal, -1,8 milhões de euros em Espanha, 0,6 milhões de euros na Eslováquia, -0,02 milhões de euros na Polónia e 3,1 milhões de euros na Hungria.

CONTAS CONSOLIDADAS (base IAS/IFRS)			Milhares de Euros
	2010	2009	Variação %
Activo líquido	927.099	927.331	0,0
Passivo	668.059	665.609	0,4
Capital próprio	259.040	261.722	-1,0
Resultado líquido	23.496	23.638	-0,6

1.5 Rentipar Seguros SGPS, SA

As opções estratégicas da Rentipar Seguros SGPS, SA têm prosseguido os desígnios da política de crescimento do Banif - Grupo Financeiro no sector segurador.

Neste contexto, a Rentipar Seguros expandiu a sua dimensão, com a aquisição à CNP Assurances, no dia 3 de Março de 2010, das participações de 83,52% na Companhia de Seguros Global, SA (Global) e de 83,57% na Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA (Global Vida).

Em 12 de Maio de 2010, ficou concluído o processo de aquisição de 100% do capital social das referidas companhias seguradoras, o qual representou um investimento global superior a 137 milhões de euros.

A fim de reforçar os capitais próprios da Rentipar Seguros, de modo a financiar as referidas aquisições, a sociedade procedeu, já em 2010, a um aumento do seu capital social, por entradas em dinheiro, no montante de 70 milhões de euros (que foi subscrito e realizado pelos seus accionistas Soil, SGPS, SA, Banif SGPS e Banif, na proporção das respectivas participações, pelo que o capital social da Rentipar Seguros passou para 135,57 milhões de euros), e a um reforço de Prestações Acessórias de Capital, no montante de 25 milhões de euros, concedidas pelos seus accionistas.

O maior potencial de negócio decorrente da aquisição da Global e da Global Vida insere-se na estratégia seguida pela Rentipar Seguros, em estreito alinhamento com o Banif - Grupo Financeiro, para a consolidação da posição no mercado segurador por via de aquisições.

Assim, durante o exercício de 2010, a Rentipar Seguros a controlou um grupo segurador responsável pela gestão de um activo líquido consolidado de 1.472,9 milhões de euros e por mais de 509,7 milhões de euros de prémios brutos emitidos anuais (crescimento de 14,2% face ao ano anterior), que correspondem a uma quota de mercado global agregada, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e 2% no Ramo Vida, as quais a posicionam entre as 5 maiores seguradoras portuguesas e entre as 3 maiores nos Ramos não Vida.

Os principais indicadores financeiros consolidados da Rentipar Seguros encontram-se descritos no ponto 5.1 infra.

CONTAS CONSOLIDADAS			Milhares de Euros
RUBRICA	2010	2009	Variação %
Activo líquido	1.472.853	876.308	68,10
Passivo	1.338.614	824.803	62,30
Capital próprio	134.239	51.505	160,60
Resultado líquido	4.438	-21.062	121,10

Nota: O exercício de 2010 reflecte a incorporação da Global Seguros e Global Vida, a partir de 1 de Março de 2010 e o produto das suas operações desde a mesma data.

2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

2.1 Recursos Humanos

A actividade dos Recursos Humanos Corporativos, em 2010, ficou marcada pela implementação do projecto ValoresCentauro. Após a realização dos trabalhos conducentes à definição da Missão, da Visão e dos Valores do Grupo – Confiança, Humanismo, Eficácia, Inovação e Ambição –, levados a cabo em 2009, foram desenvolvidas as seguintes acções: a) análise e preparação dos conteúdos para incorporação nos *learning maps*, meio de formação dirigido aos empregados sobre a cultura e valores do Banif - Grupo Financeiro; b) selecção e formação de 226 Formadores, neste projecto designados como Facilitadores, oriundos de todas as empresas do Grupo para a divulgação, apropriação e formação sobre os ValoresCentauro; c) realização de 659 acções de formação dirigidas aos cerca de 4.000 Colaboradores das várias empresas do Grupo, em Portugal, realizadas no Continente e Ilhas.

Toda esta fase foi acompanhada de um intenso plano de comunicação, que passou pela criação de um micro-site ValoresCentauro, pela publicação de notícias nos órgãos de comunicação interna do Grupo e pela criação de *merchandising* com o "logo" e as mensagens ValoresCentauro.

Foi ainda criado um Prémio ligado aos ValoresCentauro – "Prémio Comendador Horácio Roque – A força de acreditar". No total, foram atribuídos 27 prémios a Colaboradores das várias empresas do Banif - Grupo Financeiro.

Conforme o plano de acção aprovado na Área de Recursos Humanos corporativos, a implementação do estudo de satisfação 2010 ocupou grande parte do segundo semestre do ano de 2010. Depois de definidos os parâmetros do questionário e a entidade externa a contratar para este estudo, cumpriram-se as seguintes etapas: a) envio do questionário a todos os Colaboradores das empresas participantes no estudo; b) período de resposta por parte dos Colaboradores; c) tratamento dos questionários e construção do relatório por parte da entidade externa; d)

apresentação dos resultados às Administrações e Comissões Executivas das Sociedades do Grupo; e) *workshops* com Directores para construção de planos de acção nas respectivas empresas.

Participaram no estudo 2.162 Colaboradores de um Universo de 2.534, o que representa uma participação total de 85%. Este valor é muito relevante, comparativamente com Empresas/Grupos com dimensão similar.

Relativamente ao Índice de Satisfação Global, o principal indicador do estudo, o Grupo encontra-se com uma média de 3,6 pontos em 5 possíveis e com 60,7% de respostas favoráveis o que é, considerado positivo pelos valores de *benchmark*.

Quanto às estratégias da formação e desenvolvimento, estão a ser equacionadas acções comuns, susceptíveis de serem concretizadas nas várias empresas do Grupo, através da metodologia de formação à distância, e.g. formação inicial/acolhimento.

Relativamente aos quadros de pessoal do Grupo, apresentam-se os seguintes dados:

O número de Colaboradores do Banif - Grupo Financeiro, em 31 de Dezembro de 2010, era composto por 5.400 Colaboradores, menos 99 que em 30 de Junho de 2010 e menos 250 que no final de 2009. Em termos de peso relativo, o Banif, com 2.669 Colaboradores, representa 49,4% do total do quadro de pessoal do Grupo. Segue-se a Companhia de Seguros Açoreana que tinha, em 31 de Dezembro de 2010, um quadro com 514 Colaboradores, que representam 9,5% do total do Grupo.

No que respeita às actividades desenvolvidas pelos Recursos Humanos das maiores empresas do Grupo destacam-se:

No Banif, a Renovação da Acreditação da Formação pela Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP), em três vertentes: Concepção de intervenções, programas, Instrumentos e suportes formativos; Organização e promoção de intervenções ou actividades formativas e Desenvolvimento/ execução de intervenções ou actividades formativas.

No total, foram realizadas, pelo Banif, cerca de 80.750 horas de formação, o que equivale a, aproximadamente, 30 horas de formação por Colaborador.

Durante o ano 2010, o Plano de Formação do Banif focou-se na elaboração de novos cursos *e-Learning* para disponibilização na plataforma "EVOLUIR". São exemplos destas acções, as de Crédito Pessoal – Instruções e Procedimentos, *Compliance*, Crédito Imobiliário e SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade. Foi também iniciado o desenvolvimento dos cursos de Cartões e CGT – Conta Gestão Tesouraria, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2011. Durante o ano 2010, mantiveram-se os cursos já anteriormente lançados, nomeadamente Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, Banif4Client – Standards de Atendimento, Crédito Pessoal e ainda a formação obrigatória decorrente da legislação e normativo das entidades supervisoras.

Durante o ano foram admitidos no Banif 209 empregados, tendo saído 189. O quadro de pessoal, no final de 2010, era composto por 2.669 empregados. Manteve-se o nível de formação superior (49% dos empregados) e a idade média de 39 anos.

Na Companhia de Seguros Açoreana (CSA), destacam-se os processos relativos à integração, nesta Sociedade, da Global e da Global Vida, nomeadamente a realização de um *assessment* de potencial de recursos humanos, o enquadramento legal e remuneratório e a homogeneização de políticas e processos. A CSA realizou ainda o Encontro Anual de Colaboradores da Açoreana e diversas iniciativas do projecto FAZ UNIR, com o objectivo de desenvolver soluções para construir a maior seguradora privada nacional.

O Banif Mais realizou um conjunto de acções de sensibilização para todos os seus 228 Colaboradores, por forma a facilitar a integração no Banif - Grupo Financeiro.

Destaca-se ainda a elaboração e implementação de um Modelo de Funções alinhado com o Grupo.

O Banco de Investimento desenvolveu um conjunto de acções de formação para as equipas de primeira intervenção em caso de incêndio, terramoto e outras situações de emergência. Desenvolveu também, acções de carácter técnico em aplicações bancárias e *audit*. O ano ficou ainda marcado pela participação no prémio "Excelência no trabalho 2010/2011", onde a instituição venceu o prémio no Sector de Banca e Serviços Financeiros, na categoria de médias empresas, alcançando um honroso 37º lugar a nível nacional das empresas que se candidataram. O BBI concorreu ainda às "Melhores Empresas para Trabalhar 2011".

Ao nível da comunicação, o *strategy day* foi um importante marco, nomeadamente ao nível do alinhamento estratégico que se pretende, dentro da instituição.

O Banif (Brasil) manteve o desenvolvimento do programa de certificação profissional 10 (CPA-10), destinado a todos os profissionais com funções comerciais e de distribuição de produtos bancários. Paralelamente, continuou a desenvolver actividades de formação em prevenção de crimes de branqueamento de capitais e/ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como outros programas de formação em atendimento e acolhimento de novos Colaboradores. O banco manteve o programa de estágios qualificados CIEE e, ao nível da comunicação, a empresa continuou o desenvolvimento da página de recursos humanos na intranet e a *newsletter* "RH Informa".

Destacam-se ainda uma palestra realizada no âmbito da "inclusão Social de Pessoas com Deficiência" e uma acção de formação com o objectivo de treinar os Colaboradores na inclusão social e profissional de surdos.

O Banco Caboverdiano de Negócios deu ênfase à racionalização de processos, com a implementação do projecto "Gestão Documental e Workflow", à formação em "Banking English", "General English" e à concretização de estágios para recém-licenciados.

Foi também desenvolvida uma aplicação de um novo sistema de controlo de presenças, baseado no sistema biométrico. Este processo deverá permitir uma melhoria clara dos níveis de serviço.

No que respeita à mobilização dos Colaboradores, foram comemorados os dias do trabalhador e da mulher, com diversas iniciativas. Foram ainda divulgados, na *newsletter*, os ValoresCentauro.

O Banif (Malta) proporcionou aos seus Colaboradores um conjunto de acções de formação tendo em conta as suas respectivas necessidades específicas. Estas acções tiveram um âmbito bastante alargado e abarcaram temas como: integração no Grupo, comercial, risco, auditoria, produtos, empréstimos, aspectos relacionados com fraude e outros.

No Plano de Acção da Segurança e Saúde no Trabalho Corporativa (SSTC) para o ano de 2010 foram estabelecidas quatro estratégias a nível corporativo:

- Coordenação dos Serviços de SSTC em todas as posições nacionais e internacionais, dando cumprimento às responsabilidades das sociedades nesta matéria;

- Potenciação de sinergias na decisão e na execução de medidas de SSTC, com base nas melhores práticas de gestão e na transversalidade do órgão;

- Garantia da segurança e protecção dos colaboradores, clientes e público em geral, em todas as unidades de negócio nacionais e internacionais, dando cumprimento à legislação aplicável;

- Implementação de instrumentos de gestão operacional para controlo e avaliação do grau de cumprimento dos requisitos legais e de SSTC.

Estas linhas de acção estratégica foram complementadas com a definição de dezoito objectivos de SST, implementados através de várias acções, das quais se destacam:

- Criação de uma base de dados para gestão dos elementos de conformidade legal em matéria de SST, com actualização permanente do arquivo de legislação, permitindo a fácil pesquisa de diplomas e o acesso integral aos mesmos. Esta ferramenta permite conhecer as obrigações legais, bem como definir e controlar as acções necessárias para garantir o cumprimento dos requisitos;

- Manutenção dos meios de extinção do fogo, nomeadamente, os extintores, carretéis e sistemas automáticos de extinção de incêndio, bem como a manutenção dos sistemas de detecção e alarme nas unidades de negócio e nos edifícios centrais do Grupo Banif, garantindo, deste modo, a sua operacionalidade e disponibilidade;

- Visita a 16 edifícios centrais do Banif - Grupo Financeiro para avaliação e actualização das condições de segurança contra incêndio;

- Avaliação sistemática de riscos a 912 postos de trabalho e a 179 unidades de negócio, do Banif, da CSA e do Banco Mais, o que representou um acréscimo de 38% em relação às unidades de negócio avaliadas em período homólogo de 2009, bem como a implementação das medidas correctivas identificadas, com o objectivo de eliminar ou reduzir os riscos existentes;

- Avaliação de dois edifícios centrais, "Vieira da Silva" e "Duque d'Avila", em Lisboa, no âmbito da segurança contra incêndio em edifícios, dos riscos para a segurança no trabalho, da análise ergonómica e da avaliação dos factores psicossociais, tendo sido abrangido um total de 148 postos individuais de trabalho;

- Desenvolvimento de um método para análise ergonómica dos postos de trabalho dos edifícios centrais do Grupo Banif, tendo sido concluído o projecto-piloto, no edifício das Amoreiras, que envolveu o Banco de Investimento, a Banif Açor Pensões e a Banif Gestão de Activos. Foram avaliados 160 postos de trabalho, através de um questionário de autoavaliação, da medição dos parâmetros das condições ambientais e de iluminância e de acordo com uma entrevista individual a cada colaborador;

- Avaliação da qualidade do ar interior nos edifícios centrais do Banif, BanifServ e do Banco de Investimento;

- Realização de reuniões mensais da Comissão de Segurança do Banif e consulta dos representantes dos trabalhadores;

- Conclusão da auditoria inicial de segurança no trabalho e de segurança de pessoas e bens. Nesta fase, foi realizada a auditoria ao Banco Mais, à Margem Mediação de Seguros Lda, à Tecnicrédito ALD, ao Banif Açores, Inc. Fall River, ao Banif Açores Inc. San José, incluindo o escritório de Newark, aos escritórios de Toronto e de Caracas, ao Banif International Bank, Ltd., nas Bahamas, ao Banif Financial Services, Inc. e ao Banif Finance (USA), CORP., tendo-se identificado as áreas de intervenção prioritárias;

- Realização de 5 acções de formação vestibular no Banif, com um módulo de qualificação inicial em SST e Segurança Bancária, no qual participaram 77 colaboradores;

- Realização de 11 acções de formação, teórica e prática, em prevenção e segurança contra incêndio, evacuação e plano de emergência, as quais foram complementadas com a execução de exercícios de evacuação dos edifícios centrais;

- Lançamento do curso "Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho", em formato *e-Learning*, no âmbito do novo conceito de formação - a Plataforma Evoluir.

De acordo com a estratégia definida pela SST corporativa, foi realizada a actualização da informação disponível no âmbito do Plano de Contingência de Pessoas e Bens, com base no novo *Framework* do Plano de Continuidade de Negócio do Banif - Grupo Financeiro, aprovado em Conselho de Administração da Banif SGPS.

Na sequência da constituição do Gabinete de Gestão de Crise do Banif e da sua instalação em Lisboa, foram criadas instalações alternativas, no Porto, com as infra-estruturas necessárias e com uma sala de comando com características semelhantes.

Com o objectivo de melhorar a taxa de sobrevivência em casos de vítimas de fibrilhação ventricular, foi aprovado o programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE), susceptível de providenciar o suporte básico de vida e a desfibrilhação, com rapidez e eficácia. O Banif é o primeiro banco português a implementar o programa DAE.

O Programa DAE, que inclui a instalação, sinalização e manutenção de equipamentos, a formação e treino de colaboradores, bem como a autorização de todo o processo junto do Instituto Nacional de Emergência Médica, está a ser implementado, a nível nacional, nos edifícios centrais do Banif - Grupo Financeiro, tendo sido adquiridos os equipamentos necessários e realizadas 15 acções de formação, abrangendo um total de 90 colaboradores.

Foram concluídas as obras de reabilitação e renovação do espaço ocupado pela Central de Segurança, com a implementação do projecto lançado no ano transacto e com a modernização e adequação de meios tecnológicos, bem como das condições físicas e ergonómicas que permitem garantir a gestão dos sistemas integrados de segurança do Banif e dar uma resposta rápida e eficaz, através de um serviço de carácter permanente, 24 horas por dia, todos os dias do ano.

2.2 Operativa e Tecnologia

Durante o ano de 2010, ao nível das infra-estruturas tecnológicas, foi colocado especial enfoque no estudo de viabilidade técnica e financeira de evolução do actual sistema central do Banif para ambiente *mainfram*e e sistema operativo Z OS. Igual atenção mereceu a componente de ergonomia, normalização e simplificação da utilização dos postos de trabalho, através da implementação de uma solução de single sign-on para os balcões do Banif.

Ao longo deste período, para além do suporte à actividade, manteve-se a aposta no reforço qualitativo das condições infraestruturais de suporte, na melhoria global dos níveis de serviço e da disponibilidade das aplicações.

Neste âmbito, merecem referência as seguintes realizações:

- Estudo de viabilidade da migração para sistema *mainframe* Z OS, incluindo a definição da respectiva arquitectura e modelo de suporte;

- Reforço da capacidade de processamento do sistema central, com a aquisição e instalação de processadores e memória adicionais, melhorando a *performance* e a capacidade de resposta ao crescimento vegetativo dos sistemas de informação;

- Renovação da rede de comunicações do edifício Solmar (RAA), reforçando a estabilidade, qualidade e *performanc*e da infra-estrutura de voz e dados;

- Alargamento da abrangência do Plano de Continuidade de Operações do Banif à Sala de Mercados e à Direcção de Rede Directa, reforçando, por essa via, a capacidade do Banco responder face a situações de desastre;

- Normalização dos postos de trabalho dos balcões e edifícios centrais do Banif, incluindo a respectiva actualização de sistema operativo, como forma de aumentar a ergonomia, a produtividade e o nível de desempenho – em curso;

- Estudo e implementação de uma solução de *single sign-on* para os balcões do Banif, reforçando a ergonomia, segurança e a facilidade de utilização das aplicações disponíveis nos postos de trabalho;

- Análise, definição e implementação das linhas de evolução do correio electrónico do Banif, com a instalação de uma nova infra-estrutura de suporte e migração de utilizadores – em curso;

- Reforço da abrangência das ferramentas de monitorização de sistemas e redes, permitindo desta forma reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências;

- Alargamento do horário de funcionamento da Banca Electrónica, passando a mesma a estar disponível 24 horas por dia, reforçando a proximidade do Banif aos seus Clientes;

- Lançamento do projecto de reestruturação da infra-estrutura de suporte à Banca Electrónica do Banif e aos *sites* do Grupo, disponibilizando novos patamares de qualidade de serviço, reforçando a capacidade de resposta, estabilidade e performance ao dispor – em curso;

- Lançamento do projecto de reestruturação da infra-estrutura intermédia de armazenamento e espaço em disco, destinada a suportar o crescimento vegetativo dos servidores distribuídos (Windows e Linux) – em curso.

Durante o período foram realizados os testes semestrais à efectividade do Plano de Continuidade de Operações do Banif, envolvendo as direcções DRA, DCRAM, DCRAA, DEO, DOQ, DGR e DAI, com elementos em todos os edifícios centrais e em cinco agências do Continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira e três equipas técnicas (BanifServ, IBM e PT). No 2º semestre do ano, com a conclusão dos respectivos projectos, foram igualmente envolvidos nos testes a DF e a DRD.

Como habitualmente, foram igualmente realizados os testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

Em 2010, num contexto de contenção, a actividade da Direcção de Organização e Qualidade focalizou-se na racionalização e melhoria dos processos, excelência do serviço prestado ao Cliente, enquadramento legal e regulamentar, redução de custos e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Com base nas orientações estratégicas, executou-se um vasto plano de acção, composto por 106 actividades e projectos, dos quais, 61 foram concluídos e 45 continuaram em curso para além do Final do ano.

Destacam-se, pela sua relevância e impacto, a concordância dos seguintes projectos:

- Restruturação dos processos de Recuperação de Crédito Vencido, criando condições para antecipação da intervenção do Banco junto dos Clientes que revelem sinais de dificuldades futuras na solvência das suas responsabilidades, visando uma maior eficácia no acompanhamento dos activos em curso;

- Adaptação ao novo Sistema de Informação da Central de Responsabilidades de Crédito, em cumprimento e conformidade com as alterações ocorridas no âmbito da actividade;

- Adesão do Banco aos pagamentos transfronteiriços, com a utilização do veículo Sistema de Débitos Directos no Espaço Europeu (SEPA-SDD);

- Racionalização das Notas de Lançamento emitidas, reflectindo o empenhamento na redução de custos dos processos operativos.

No final do 4.º trimestre de 2010, continuaram ainda em curso, numa fase adiantada, os trabalhos de análise e optimização de processos nos Serviços Centrais, a reengenharia do processo de arquivo documental do Banco e a optimização do *front office* com o objectivo de alcançar ganhos de eficácia e eficiência na concretização de operações.

Numa óptica de melhoria contínua da Qualidade percebida pelo Cliente, durante o período em análise foi sistematicamente monitorizado e melhorado o Sistema de Gestão da Qualidade do Banif, obteve-se a renovação da Certificação dos processos anteriormente certificados e a extensão da Certificação à Conta de Gestão de Tesouraria e aos processos de atendimento nos Centros de Empresas e Banif Privado, aumentando o número de processos e produtos do Banco que já se encontram Certificados.

No que diz respeito à execução, propriamente dita, das operações que consubstanciam a actividade do Banif, desenvolvida pela Direcção do Executivo de Operações (DEO) o volume de operações manteve-se, apesar de um ligeiro decréscimo com maior expressão nas operações documentarias e

valores mobiliários, que foi compensado com o crescimento verificado nas operações de crédito pessoal, contas gestão de tesouraria, crédito à habitação e limites de descoberto.

No início de 2010, a DEO deu continuidade ao projecto de integração/racionalização ainda decorrente da integração do BBCA, com a externalização da Tesouraria de Ponta Delgada, centralização do processamento de todas as operações de crédito em Lisboa e transferência da operativa de cartões para a DMP.

Ainda no que se refere a medidas tomadas durante o exercício de 2010, destaca-se a intervenção nas operações de securitização de crédito imobiliário e pessoal, cuja preparação decorreu em colaboração com o Banco de Investimento e os auditores externos, a colocação em *outsourcing* dos processos de crédito à habitação da RAA e recuperação dos seguros de vida para cumprimento dos requisitos exigidos pela nova legislação.

No âmbito dos projectos, merecem ainda referência, a correcção da base de dados, a recuperação de colaterais, a recuperação de bonificações e os procedimentos para adesão à SEPA (Single Euro Payments Área), na vertente transferências a crédito.

No decorrer do ano procedeu-se ainda ao levantamento de alguns processos operativos que permitiram identificar e remediar algumas deficiências, exercício que contribuiu para reduzir o risco operacional na actividade do Banco.

Visando uma racionalização de custos a DEO, reduziu o seu quadro de pessoal, promoveu a colocação em *outsourcing* dos processos físicos de crédito à habitação e abertura de conta D.O., implementou a digitalização dos principais documentos da maioria das operações, permitindo a sua consulta de uma forma organizada por todos os órgãos do Banco, e eliminou listagens que não tinham utilidade.

2.3 Gestão dos Riscos de Actividade

A gestão dos riscos no Banif - Grupo Financeiro assenta na identificação e análise dos principais riscos aos quais o Grupo se encontra exposto, na medição e gestão adequada das diversas posições em risco e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O controlo e a gestão dos riscos assume-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rendibilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se cada vez mais focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a *performance* financeira do Grupo.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS.

O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão dos riscos de modo a reflectir os movimentos dos mercados, dos produtos e das melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio do Órgão de Risco corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – e, propondo sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Ainda, e em termos de estruturas de suporte à gestão dos riscos, existem outros Órgãos que assumem um papel importante na área de gestão e controlo dos riscos do Grupo, nomeadamente:

- Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO – *Assets and Liabilities Committee*): é um Órgão consultivo do Grupo que assiste o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão estratégica das principais massas de balanço e, bem assim, na gestão do risco estrutural do Grupo. O ALCO reúne-se com uma periodicidade trimestral e, no desempenho das suas funções, analisa a informação macroeconómica do país e das principais economias regionais, de forma a antecipar impactos na exposição ao risco e na actividade financeira do Grupo. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo e de cada uma das suas principais subsidiárias, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, disponibilizando ao Conselho de Administração os elementos necessários para a definição dos objectivos estratégicos comerciais (captação de recursos, concessão de crédito e políticas de investimento financeiro), de gestão da estrutura de capital, e respectivos prazos, e *pricing*/margens.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de auto - avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

Adequação de Capital Interno (ICAAP)

O Grupo dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – Modelo de *Risk Taking Capacity* – que garante a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro, sem afectar a sua solvabilidade, respeitando os objectivos estratégicos definidos.

O modelo considera os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto, dos quais se salientam o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco cambial, o risco operacional, os sistemas de informação, *compliance* e o risco reputacional.

Na aferição dos recursos financeiros existentes, o Grupo considera duas perspectivas que se complementam: a perspectiva da gestão corrente e a perspectiva da liquidação. Estas perspectivas agrupam e hierarquizam as diferentes componentes de capital que se encontram disponíveis para fazer face a diferentes cenários de perdas, respectivas severidades e consequentes impactos na solvabilidade.

No processo de determinação do *Risk Taking Capacity* os diferentes recursos financeiros são classificados de acordo com a sua acessibilidade, liquidez, utilização e respectiva repercussão no mercado (efeito reputacional), protecção dos accionistas e elegibilidade por parte das entidades de supervisão.

O modelo de *Risk Taking Capacity* do Grupo assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por níveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

O Grupo agrega os recursos financeiros disponíveis em quatro níveis de segurança e quantifica a contribuição de cada um para o nível de capital interno do Grupo.

Após a quantificação dos riscos e recursos financeiros disponíveis, o Grupo desenvolve um conjunto de acções de adequação de capital interno, nomeadamente a alocação de capital económico pelas suas diversas entidades e áreas de negócio.

Numa base anual, o Grupo analisa a adequação do capital face à evolução prevista dos riscos e dos recursos financeiros disponíveis para o prazo de dois anos, quer para o cenário base quer para os cenários de agravamento da conjuntura macroeconómica onde são consideradas como principais variáveis, a taxa de inflação, taxa de desemprego, o PIB e a taxa de juro.

A análise efectuada à adequação do capital tem demonstrado, até à data, que os fundos próprios do Grupo se apresentam suficientes para fazer face aos riscos incorridos.

2.3.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, relacionado com a probabilidade de incumprimento do Cliente ou contraparte em cumprir os seus compromissos perante o Grupo, constitui um dos riscos mais relevantes a que o Grupo se encontra exposto.

A actividade de concessão e acompanhamento do crédito tem por base um conjunto de políticas orientadoras, que decorrem da estratégia de risco de crédito definida no Grupo, tendo em conta o desenvol-vimento do negócio e das condições económicas, sendo essas políticas ajustadas, sempre que tal se justifique.

A gestão do risco de crédito e, bem assim, a delegação de competências, desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes previstos em normativos, os quais são alvo de actualizações e ajustamentos sempre que tal se mostre necessário.

Os normativos são de aplicação genérica no Grupo, porquanto incluem regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização assim como regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Gestão do Risco de Crédito

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

A avaliação da carteira é realizada tendo em conta os objectivos qualitativos estabelecidos anualmente, e visa orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. Assim, fazem parte deste enquadramento, a definição de objectivos de notação de risco da carteira, de concentração/dispersão de exposição ao risco, de distribuição geográfica, sectorial, de grandes riscos, de riscos por colateral/garantias, entre outros. A informação de gestão, preparada regularmente, tem em conta estas variáveis e promove a sua divulgação pelas estruturas de decisão e órgãos de gestão.

Considerando as particularidades do Portfolio de crédito do Grupo, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos clientes, a variáveis históricas de relacionamento e às características das operações quer qualitativas quer quantitativas.

a) Medição do Risco de Crédito

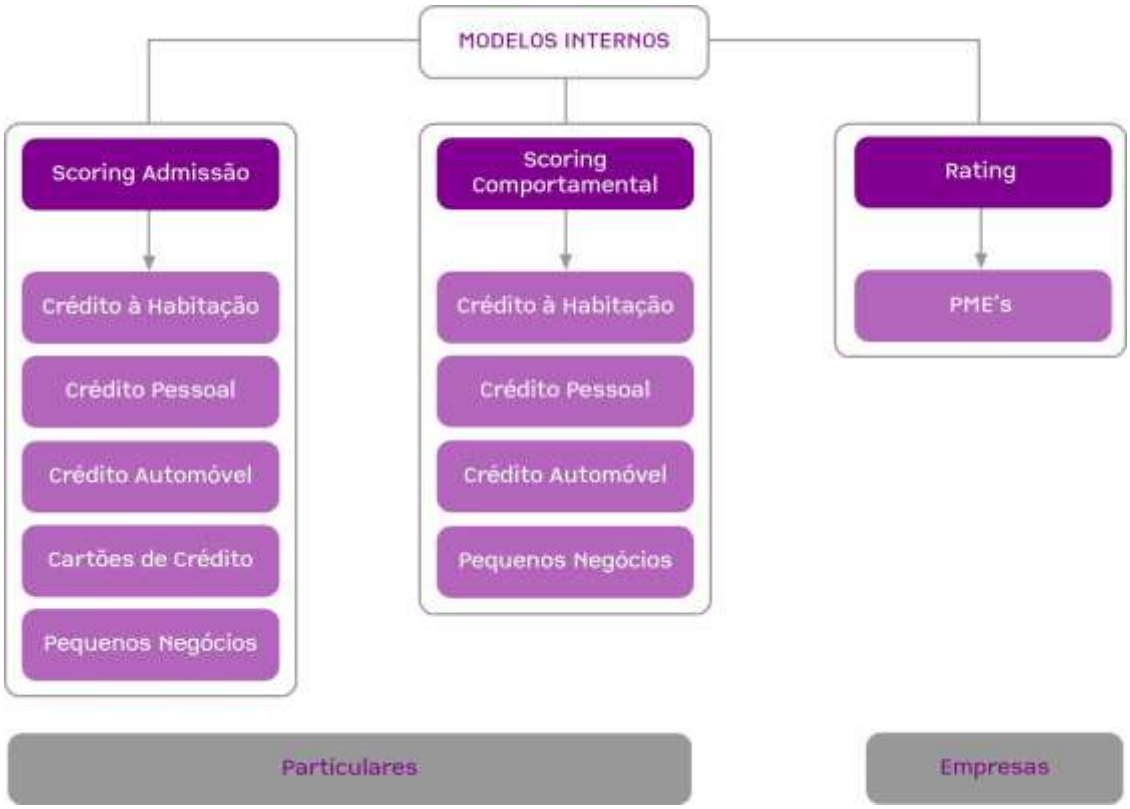
Sistemas Internos de Notação de Risco

O Grupo recorre a metodologias para efectuar o cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, muito embora ainda numa óptica menos sofisticada. Os métodos utilizados são:

- O Método *Standard* para o risco de crédito;
- O Método do Indicador Básico para o risco operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para o risco de mercado.

O Grupo dispõe de Modelos Internos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu *portfolio* de crédito concedido, nomeadamente para os segmentos de negócio mais relevantes. Os modelos foram desenvolvidos internamente considerando as metodologias mais adequadas para cada um dos segmentos e/ou produtos. Com efeito, o Grupo dispõe de uma equipa com conhecimentos especializados, responsável pelos processos de construção e acompanhamento dos modelos desenvolvidos com base na experiência de incumprimento dos Clientes, e que combinam um vasto conjunto de variáveis sócio-demográficas, de relação da operação e financeiras, proporcionando uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

Os sistemas internos de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:



Modelos internos de *Scoring* e *Rating*

- Modelos Internos de *Scoring* – Admissão e Comportamental
  Os modelos de Scoring de Admissão permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), sendo utilizados no momento da concessão do crédito. Estes modelos permitem também classificar uma operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito ao longo da sua vida útil, através do comportamento irregular ou não, da contraparte da operação, com mais de um ano de vida.

- Modelo Interno de *Rating*
  O modelo de *Rating* atribui a cada Cliente (Empresa), uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte. Este modelo comporta as vertentes de admissão e comportamental, considerando a regularidade de actualização para cada entidade.

b) Análise do Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2010, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

Milhares de Euros

	2010		2009	
	EXPOSIÇÃO MÁXIMA*	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA**	EXPOSIÇÃO MÁXIMA*	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA**
Activos financeiros detidos para negociação	461.311	461.311	352.487	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	393.508	393.508	470.314	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	294.410	294.410	105.371	105.371
Crédito a Clientes	12.206.255	6.488.728	11.487.864	6.094.685
Investimentos detidos até à maturidade	63.939	63.939	80.399	80.399
Outros activos	2.291.269	2.291.269	1.945.770	1.945.770
Sub-Total	15.710.692	9.993.165	14.442.205	9.049.026
Passivos contingentes	3.783.518	3.783.518	2.730.094	2.730.094
Compromissos assumidos	1.197.193	1.197.193	1.611.862	1.611.862
Sub-Total	4.980.711	4.980.711	4.341.956	4.341.956
Total	20.691.403	14.973.876	18.784.161	13.390.982

* Exposição máxima: respeita ao valor líquido de balanço, sempre que aplicável

** Exposição líquida: respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação considerado como efectivamente redutor do risco de crédito, não se considerando assim avales/fianças e outros colaterais de fraco valor

A exposição máxima representa o maior cenário de exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Dezembro, nos exercícios de 2010 e 2009, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos financeiros. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes reflectindo um efeito redutor do risco de crédito de cerca de 47%.

Ainda, e em termos de exposição ao risco de crédito, o total dos activos do Grupo ponderados por classes de risco apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2010, os seguintes ponderadores médios:

Milhares de Euros

	2010		2009	
	ACTIVOS PONDERADOS*	POND. DE RISCO MÉDIO**	ACTIVOS PONDERADOS*	POND. DE RISCO MÉDIO**
Administrações e sector público	292.989	32%	150.623	27%
Empresas	4.049.703	95%	3.910.907	93%
Instituições	231.332	42%	146.979	34%
Carteira de retalho	2.067.578	72%	2.033.846	73%
Posições garantidas por bens imóveis	1.536.741	41%	1.532.029	42%
Outras classes de risco	2.773.829	79%	2.296.442	76%
Total	10.952.172		10.070.826	

* Não inclui posições extrapatrimoniais

** Ponderador de risco médio = Activos ponderados/Posição original

A decomposição dos activos ponderados por classes de risco demonstra que a exposição ao risco de crédito por segmento mantém-se em linha com a actividade desenvolvida pelo Banif - Grupo Financeiro, tendo em conta a contribuição significativa observada nos dois períodos pelos segmentos Empresas e Retalho de 37% e 19% em 2010 e, um acréscimo de 0,7 p.p. observado pelo contributo do segmento Instituições.

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, em 31 de Dezembro de 2010, o risco de concentração dos activos financeiros, assume a seguinte distribuição:

2010

Milhares de Euros

	EUROPA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA LATINA	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	118.383	1.478	340.923	527	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	306.917	568	73.395	12.628	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	242.890	32.397	8.105	11.018	294.410
Crédito a clientes	11.007.495	149.631	824.259	224.870	12.206.255
Investimentos detidos até à maturidade	42.499	16.557	4.744	139	63.939
Total	11.718.184	200.631	1.251.426	249.182	13.419.423

Face aos valores apresentados importa referir que o crédito a Clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina representando 94% e 66% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado.

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam uma relevância significativa no mercado da América Latina representando 27% dos activos geridos nesse mercado.

c) Estrutura da Carteira de Crédito

À data de 31 de Dezembro de 2010, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

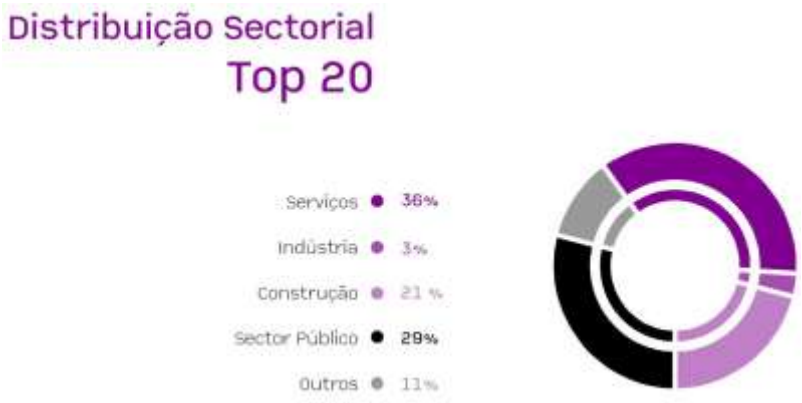
Milhares de Euros

	2010		2009	
	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Indústria	820.900	630.994	752.485	589.755
Construção	1.357.119	809.467	1.265.967	753.998
Vendas a retalho	531.330	334.952	477.295	306.633
Serviços *	2.681.060	1.604.389	2.235.247	1.261.230
Instituições financeiras e seguradoras	195.839	175.371	239.027	219.924
Sector público	158.283	155.987	94.455	92.573
Outros (inclui particulares)	6.461.724	2.777.568	6.423.388	2.870.572
Total	12.206.255	6.488.728	11.487.864	6.094.685

* Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas

O segmento "Serviços" representa 22% do total da exposição máxima em 2010, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 11% de exposição.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos top-20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2010 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.675 milhões de euros. A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:



Exposição aos Mercados

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 90%.

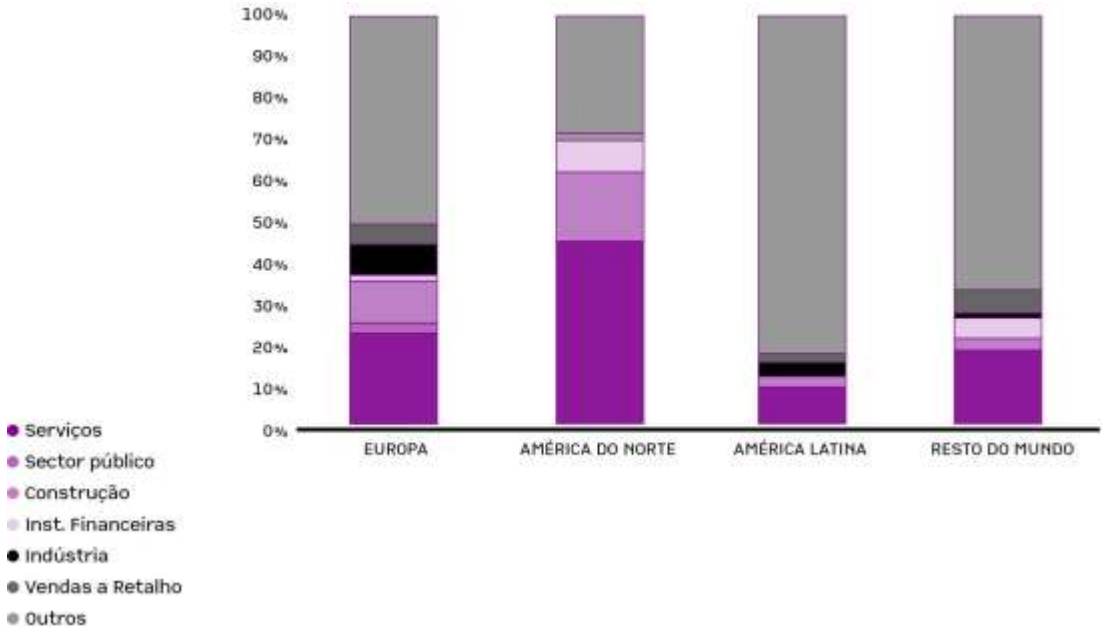
Milhares de Euros

	2010		2009	
	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Europa	11.007.495	5.477.757	10.503.431	5.255.380
América do Norte	149.631	101.080	153.469	105.265
América Latina	824.259	756.449	614.015	587.705
Resto do Mundo	224.870	153.442	216.949	146.335
Total	12.206.255	6.488.728	11.487.864	6.094.685

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 7%.

Exposição aos mercados por distribuição sectorial

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:



Montantes médios por intervalos de exposição

Em 31 de Dezembro de 2010, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

2010 Milhares de Euros

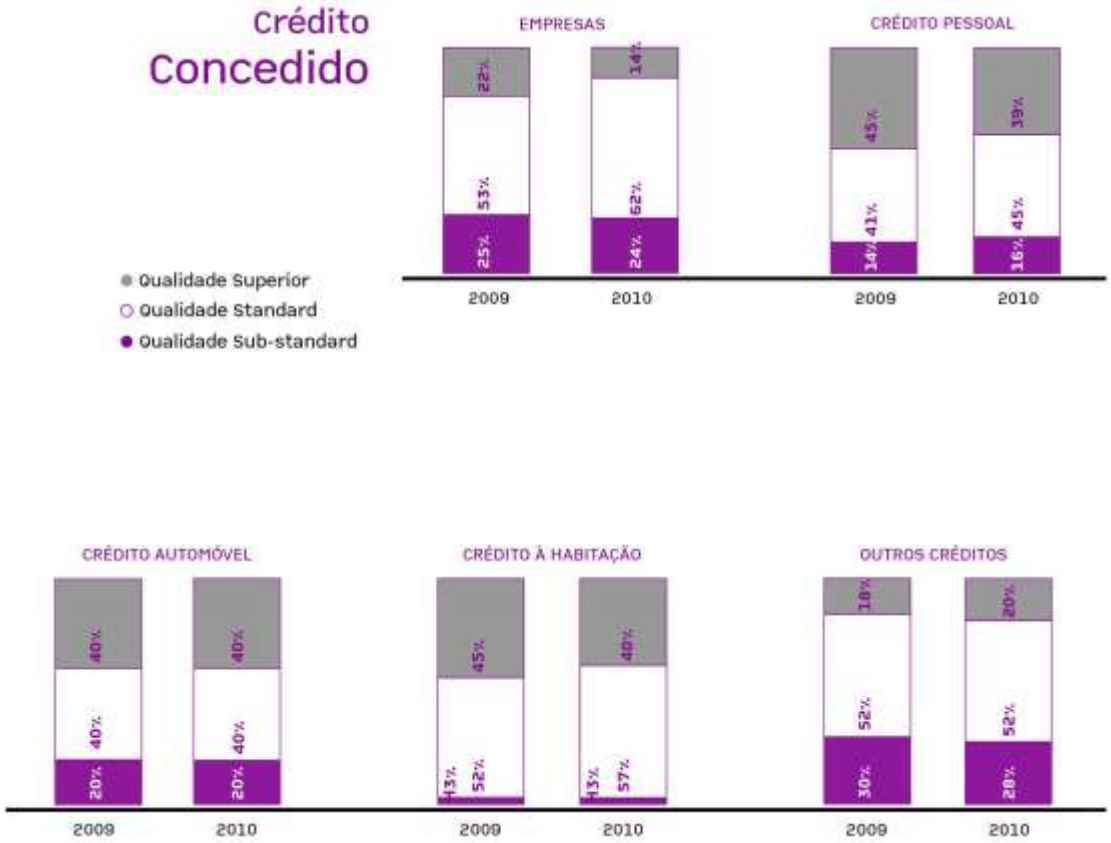
INTERVALO DE VALOR POR OPERAÇÃO	NR CLIENTES	CRÉDITO	EXPOSIÇÃO MÉDIA	PESO
] 0M a 0,5M [	425.626	7.377.950	17	60,4%
] 0,5M a 2,5M [	1.348	1.746.515	1.296	14,3%
] 2,5M a 5M [	223	877.025	3.933	7,2%
] 5M a 10M [	103	775.125	7.525	6,4%
] >10M [	62	1.429.640	23.059	11,7%
TOTAL	427.362	12.206.255		

Face aos valores apresentados, 74,7% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de Euros, o que denota a disseminação existente no crédito concedido.

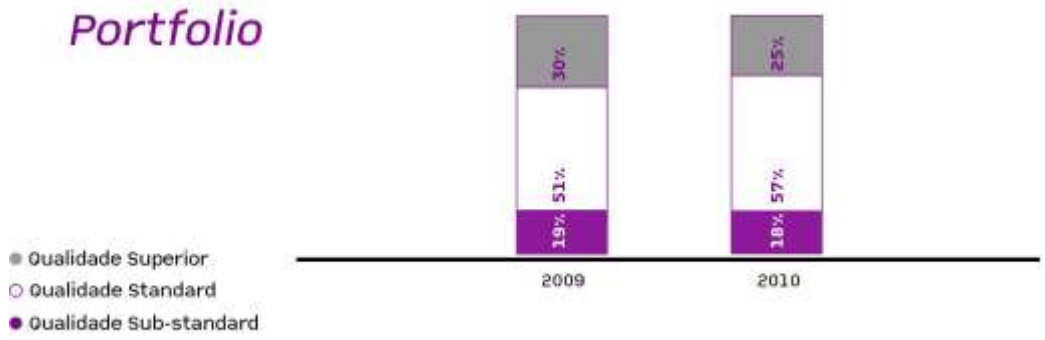
d) Qualidade do Crédito e Outros Activos Financeiros

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo por notação de risco para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2010, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



A evolução da carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a Clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco. A carteira de crédito foi objecto de avaliação interna de risco, baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As *PD*'s foram agregadas por níveis de risco de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade *Standar*d e de Qualidade *Sub-Standard*.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2010, os seguintes valores:

Milhares de Euros

	2010	2009
Crédito a Clientes (1), do qual:	12.586.267	11.889.493
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias	831.401	640.284
Imparidade do crédito	(594.857)	(517.199)
Indicadores (%)		
Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias/Crédito a Clientes	6,61%	5,39%
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	4,73%	4,35%

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2010, se registou uma degradação da qualidade da carteira de crédito. Esta situação prendeu-se não apenas com o aumento dos valores das perdas por imparidade estimadas no âmbito da análise individual mas também, pelo agravamento verificado no parâmetro *LGD – Loss Given Default*, nomeadamente no Segmento Empresas, após o exercício de actualização dos parâmetros do Modelo de Imparidade do Grupo.

O valor de crédito e juros vencidos inclui 131.883 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das Entidades do Grupo.

Compromissos e Garantias

Para fazer face às necessidades dos seus Clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

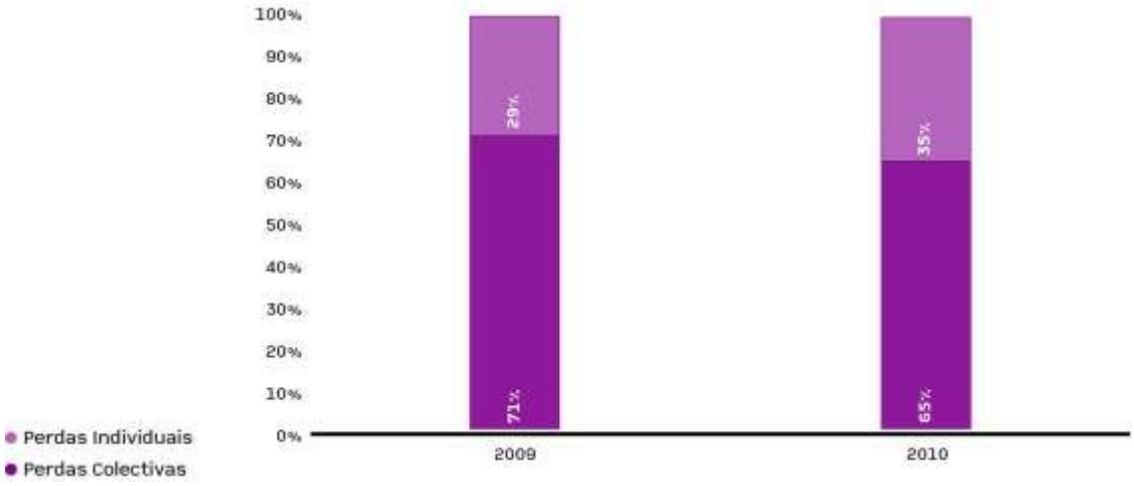
Os valores de exposição máxima para compromissos e garantias assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2010, encontram-se divulgados na nota 29.

Avaliação de Imparidade

À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 390.968 milhares de euros (2009 – 370.832 milhares de euros) e 206.603 milhares de euros (2009 – 148.770 milhares de euros), respectivamente.

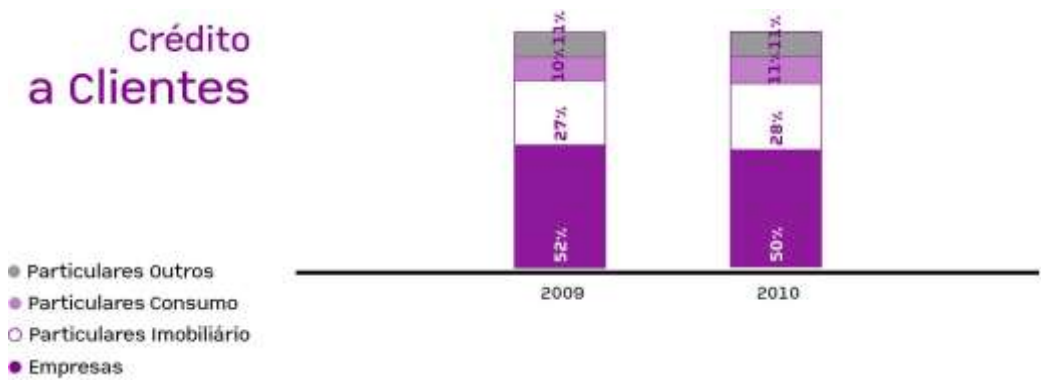
Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito analisado individualmente ascendeu a 1.608.980 milhares de euros.

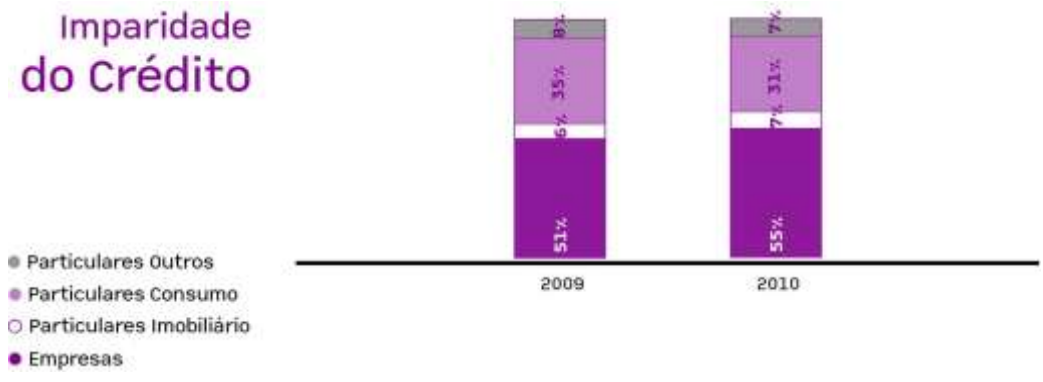
No final do exercício, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, é apresentado como segue:



Ainda no exercício findo em 2010, o justo valor dos colaterais associados às operações analisadas individualmente, para efeitos do apuramento da imparidade individual, ascendem a cerca de 889.457 milhares de euros (2009: 543.687 milhares de euros). Os colaterais associados a estas operações são representados essencialmente, por hipotecas, títulos e depósitos.

O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2010 e 2009, apresenta os seguintes valores:





Em 2010, verifica-se uma degradação da carteira de crédito a clientes do Segmento Empresas cuja imparidade representa cerca de 55% do total da imparidade do crédito estimado, face a 51% registada em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2009:

Milhares de Euros

	EMPRESAS	PARTICULARES CONSUMO	PARTICULARES IMOBILIÁRIO	PARTICULARES OUTROS	TOTAL
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199
Reforços	110.733	43.028	13.863	9.471	177.095
Utilizações e regularizações	(18.091)	(8.570)	-	(3.625)	(30.286)
Reversões e recuperações	(31.132)	(27.404)	(3.904)	(6.711)	(69.151)
Saldo 2010	326.805	186.755	39.330	41.967	594.857

Milhares de Euros

	EMPRESAS	PARTICULARES CONSUMO	PARTICULARES IMOBILIÁRIO	PARTICULARES OUTROS	TOTAL
Saldo 2008	174.675	173.569	19.533	31.218	398.995
Reforços	183.889	19.679	11.510	27.607	242.685
Utilizações e regularizações	2.898	(5.293)	-	(1.294)	(3.689)
Reversões e recuperações	(96.167)	(8.254)	(1.672)	(14.699)	(120.792)
Saldo 2009	265.295	179.701	29.371	42.832	517.199

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

2010

Milhares de Euros

	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	>3 ANOS	TOTAL
Empresas	34.754	90.952	193.553	103.121	422.380
Particulares consumo	10.402	21.743	89.882	89.457	211.484
Particulares imobiliário	303	1.047	40.199	11.906	53.455
Particulares outros	3.788	16.792	55.516	67.986	144.082
TOTAL	49.247	130.534	379.150	272.470	831.401

2009

Milhares de Euros

	3-6 MESES	6-12 MESES	1-3 ANOS	>3 ANOS	TOTAL
Empresas	19.249	90.832	103.413	130.578	344.072
Particulares consumo	4.297	20.571	95.203	79.579	199.650
Particulares imobiliário	1.476	5.607	13.663	6.440	27.186
Particulares outros	2.614	8.178	31.581	27.003	69.376
TOTAL	27.636	125.188	243.860	243.600	640.284

Créditos Renegociados

As políticas seguidas pelo Grupo para a renegociação de créditos, em situação de crédito vencido, pressupõem a realização de procedimentos de regularização, como seguem:

- Pagamento dos juros vencidos;
- Reforço de garantias;
- Reclamação junto das Instâncias Judiciais com vista à recuperação dos valores em dívida;
- Reclamação, quando aplicável, de montantes a receber relativo a indemnizações decorrentes de sinistros reclamados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito não vencido, mas cujas condições foram renegociadas ascende aos seguintes valores:

Milhares de Euros

	2010	2009
Empresas	28.483	6.272
Particulares - Consumo	5.593	2.357
Particulares - Imobiliário	344	1.273
Particulares - Outros	2.098	488
TOTAL	36.518	10.390

Outros Activos Financeiros

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida e derivados ventiladas por ratings externos (emissão/emitente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

2010 Milhares de Euros

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	3.890	205.545	19	170.970	380.424
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	83.636	22.213	2.631	48.669	157.149
Activos financeiros disponíveis para venda	183.337	37.605	18.692	35.494	275.128
Crédito a clientes	50.626	7.613	17.194	14.178	89.611
Investimentos detidos até à maturidade	36.701	25.764	1.338	136	63.939
Total	358.190	298.740	39.874	269.447	966.251
Em %	37,1%	30,9%	4,1%	27,9%	100%

2009 Milhares de Euros

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	8.696	150.388	7.016	141.216	307.316
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	128.740	37.378	-	90.540	256.658
Activos financeiros disponíveis para venda	6.288	2.016	9.815	28.315	46.434
Investimentos detidos até à maturidade	62.992	10.782	6.625	-	80.399
Total	206.716	200.564	23.456	260.071	690.807
Em %	29,9%	29,0%	3,4%	37,6%	100%

CLASSIFICAÇÃO	
HIGH GRADE	[AAA TO A-]
STANDARD GRADE	[BBB+ TO BBB-]
SUB-STANDARD GRADE	<=BB+
NOT RATED	NR

A identificação dos títulos incluídos nas diversas carteiras encontra-se descrita nas notas 8, 9, 10, 13 e 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

e) Monitorização do Risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

O Grupo dispõe de um sistema de identificação de eventos de risco que permite a detecção de situações de provável incumprimento de Clientes.

A gestão dos referidos eventos de risco assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos alertas, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Com a preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas, a monitorização do risco de crédito é efectuada, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas, a rendibilidade ajustada ao risco e eventual aplicação de medidas correctivas.

f) Mitigação do Risco de Crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido - bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

No entanto, existem alguns colaterais que, por natureza, estão associados a determinado tipo de crédito concedido, a saber:

- No crédito de médio/longo prazo a Particulares, como o crédito imobiliário, o colateral tem normalmente a natureza de garantia real, nomeadamente a hipoteca do imóvel e/ou penhor de depósitos;

- No crédito de curto prazo a Particulares são normalmente exigidas apenas garantias pessoais;

- No caso do crédito a Empresas, nomeadamente o crédito *revolving*, são solicitadas garantias pessoais dos sócios/accionistas sendo que, nalguns casos, são exigidas garantias reais, tais como a hipoteca de imóveis ou penhor de depósitos ou títulos. Estas situações variam em função do risco atribuído ao Cliente e da maturidade do crédito concedido a Empresas.

Os colaterais que, por incumprimento do Cliente, são executados e passam para a posse do Grupo são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida.

g) Processo de Recuperação de Créditos

O acompanhamento dos Clientes que apresentam sinais de alerta ou crédito em incumprimento e, a recuperação de créditos, são assegurados com base em modelos organizacionais, processos e prazos que privilegiam uma celeridade de actuação, diferenciados em função dos respectivos segmentos de negócio.

A gestão da recuperação de crédito é assegurada numa óptica de Cliente, e assenta na função de "Recuperador de Crédito" enquanto elemento responsável pela liderança do processo e coordenação do envolvimento dos restantes intervenientes que participam no seu desempenho.

Os Clientes do segmento Retalho são geridos com base em estruturas centralizadas, transitando entre as diferentes fases e equipas de acordo com prazos pré-definidos, que asseguram a sua gestão com base em procedimentos uniformizados, que variam em função da natureza dos clientes e dos créditos e garantias associadas.

Os Clientes do segmento Empresas são geridos por núcleos de recuperação, em função da sua proveniência geográfica. A sua transferência para essas estruturas processa-se mediante decisão das Unidades de Negócio, sob a supervisão de um órgão superior. Os Clientes transferidos para recuperação são objecto de acompanhamento e recuperação com base em estratégias definidas numa óptica casuística, que privilegiam, sempre que possível, a via negocial.

2.3.2 Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Gestão do Risco de Mercado

Ao nível do Banif - Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

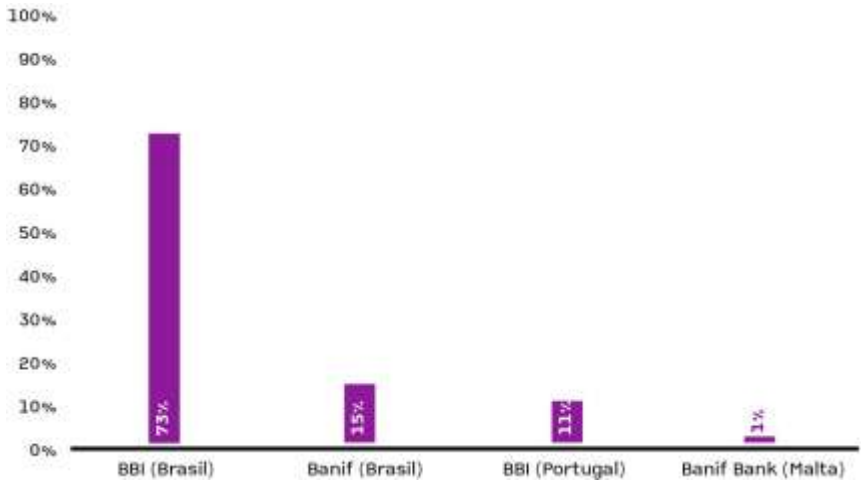
Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 355 milhões de euros, composto por 347 milhões de euros de posições longas e 8 milhões de euros de posições curtas.

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o

conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, e a unidade de banca comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA e, ainda, o Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal.

Em termos consolidados, o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas, representa a maior fatia da carteira de negociação, com um peso de 73%, seguido do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA com 15% e do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com um peso de 11%. As posições das restantes subsidiárias são residuais.

À data de 31 de Dezembro de 2010, a carteira de títulos de negociação pelas principais subsidiárias apresentava a seguinte repartição:



A gestão do risco de mercado no Grupo é desenvolvida com o apoio da ferramenta BarraOne, a qual permite analisar o risco das carteiras, desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente, entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual, por sua vez, é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco, numa perspectiva *forward-looking.*

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.

O cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial – componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor, o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico e correlação.

Risco Global – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

Acções: cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

Obrigações: os activos são analisados em duas vertentes: i) Taxa de Juro (*Yield Curve*), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*) e ii) *Spread*, que analisa a diferença entre a curva *Swap* e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR;

Mercados Emergentes: mede o risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

De referir que as instituições do Grupo Banif a operar no Brasil, nomeadamente a unidade de banca de investimento, Banif Banco de Investimento (Brasil), SA e a unidade de banca de comercial, Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da entidade de supervisão, o Banco Central do Brasil. Em termos regulamentares, o Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições.

O sistema MAPS, propriedade da MAPS, SA Soluções e Serviços, é uma importante ferramenta de suporte à gestão e controlo dos riscos destas duas instituições, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.

Análise do Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para as carteiras de títulos de negociação do Banif - Grupo Financeiro. O VaR foi apurado seguindo o modelo paramétrico, para um horizonte de 10 dias e com um intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2007). A referir que, no cômputo global, as carteiras são compostas maioritariamente por títulos de renda fixa.

O sistema BarraOne foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado, o MAPS, revela-se mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais. A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo sociedades participadas, correspondia a cerca de 261 milhões de euros à taxa de câmbio de final do ano. O VaR total carteira do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, excluindo a Beta Securitizadora[2], cifrava-se em BRL 2.771 mil (ou 1.250 mil euros) no final do ano, sendo composta maioritariamente por títulos de dívida pública brasileira (66%).

No que diz respeito à carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 52 milhões de euros no final do ano, era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 73% composta por dívida pública brasileira, de taxa fixa, em moeda local, com maturidade de curto prazo (inferior a 2 anos), e uma *duration* de cerca de um ano. O VaR total da carteira ascendia a BRL 1.015 mil (458 mil euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal, incluindo sociedades participadas, que ascendia a cerca de 37 milhões de euros em valor absoluto, a 31 de Dezembro de 2010, era composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa, com cerca de metade da carteira denominada em dólares. A componente de acções assume um peso imaterial, que se traduzia num valor de mercado de cerca de 25 mil euros. Relativamente risco-país, cerca de 48% da carteira corresponde a investimento em títulos do Brasil. O VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia a 653 mil euros no final do ano.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Dezembro de 2010, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA:

Milhares

	VaR DA CARTEIRA (BRL)	VaR DA CARTEIRA (EUR)
Risco Total	2.771	1.250
Risco de mercado	2.771	1.250
Acções	-	-
Fundos	349	157
Obrigações	2.423	1.092
Risco cambial	-	-

[2] Os títulos da Beta Securitizadora ascendem a cerca de 15 milhões de Euros de valor de mercado, correspondente a cerca de 4% do valor da carteira de negociação do Grupo.

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA:

Milhares

	VaR DA CARTEIRA (BRL)	VaR DA CARTEIRA (EUR)
Risco Total	1.015	458
Risco de Mercado	1.015	458
Risco Global (factores comuns)	985	444
Acções	428	193
Sector	312	141
Estilo	376	170
Obrigações	887	400
Curva de Rendimento	892	402
Spread	238	107
Mercados Emergentes	-	-
Correlação – factores comuns	(330)	(149)
Risco Específico	247	111

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco de Investimento, SA[3] e outros:

Milhares

	VaR DA CARTEIRA (EUR)
Risco Total	653
Risco de Mercado	429
Risco Global (factores comuns)	399
Acções	205
Sector	205
Estilo	1
Obrigações	345
Curva de Rendimento	301
Spread	144
Mercados Emergentes	167
Correlação – factores comuns	(317)
Risco Específico	158
Risco Cambial	634
Correlação Moeda/Mercado	(410)

[3] Para efeitos de simplificação, incluem-se no quadro as exposições de carteira de negociação do Banif (Malta), com um valor de mercado de cerca de 3,2 milhões de euros.

Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Banif - Grupo Financeiro ascende a cerca de 2,3 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, representando menos de 1% do respectivo valor de mercado em base consolidada. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (*Tier 1*), assume um peso muito reduzido.

2.3.3 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Gestão do Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, sendo que, no exercício, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

A quantificação do risco de taxa de juro é efectuada através da metodologia prevista na Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal e é processada através da multiplicação da posição líquida dos elementos registados na carteira de negociação (incluindo extrapatrimoniais), de cada banda temporal, por um factor de ponderação. Para o cálculo da posição ponderada total, é utilizada a *framework* da Instrução n.º 19/2005 do Banco de Portugal.

Foram realizados no exercício, testes de esforço ao risco de taxa de juro da carteira bancária, com base nas metodologias preconizadas na Instrução n.º 19/2005 e Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal. Adicionalmente, foi elaborado um relatório intercalar no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), tendo-se concluído que a magnitude dos impactos simulados não é significativa.

Análise do Risco de Taxa de Juro

A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros considera um choque *standard* positivo ou negativo de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo o Grupo determina o impacto nos seus indicadores de outras magnitudes de choque.

Desta análise, foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extrapatrimoniais que, por definição, não são sensíveis a variações ocorridas nas taxas de juro. A exposição do Banif - Grupo Financeiro, na sua larga maioria em Euros, não se encontra sujeita a volatilidades da taxa de juro de outras moedas de forma material.

Análise de sensibilidade impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

Milhares de Euros

		2010	2009
EUR	Impacto na Situação Líquida	(85.592)	(74.730)
	Fundos Próprios	1.165.521	1.176.768
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-7,3%	-6,4%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(4.924)	14.664
	Margem Financeira	348.132	288.494
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-1,4%	5,1%
USD	Impacto na Situação Líquida	(14.510)	(2.496)
	Fundos Próprios	1.165.521	1.176.768
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-1,2%	-0,2%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(5.609)	(10.533)
	Margem Financeira	348.132	288.494
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-1,6%	-3,7%
Total	Impacto na Situação Líquida	(100.101)	(77.226)
	Fundos Próprios	1.165.521	1.176.768
	Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-8,6%	-6,6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	(10.532)	4.131
	Margem Financeira	348.132	288.494
	Impacto na Margem Financeira anual, em %	-3,0%	1,4%

2.3.4 Risco Cambial

O risco cambial representa as flutuações de valor que os instrumentos financeiros podem sofrer decorrente de alterações verificadas nas taxas de câmbio.

Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, centra-se na carteira de crédito concedido em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

Milhares de Euros

	2010	2009
EUR	10.962.300	10.447.593
BRL	646.333	462.143
USD	340.030	371.863
CVE	87.934	79.706
CHF	81.815	106.876
GBP	63.907	3.560
HUF	13.945	7.533
PLN	5.427	4.542
JPY	4.506	3.988
Outras	58	60
Total	12.206.255	11.487.864

2.3.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada.

A pressão imposta pelos mercados internacionais, relativamente ao excessivo endividamento dos países e instituições, veio traduzir-se numa subida do custo de financiamento, bem como numa maior dificuldade de obtenção de financiamentos para maturidades mais longas, o que veio implicar um redesenho da política de gestão de tesouraria e da política de financiamento das Instituições Financeiras.

Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *Gaps* de liquidez.

As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos clientes, quer no mercado financeiro e Banco Central Europeu, continuaram a garantir, ao longo do exercício de 2010, a estabilidade dos recursos necessária ao desenvolvimento da actividade normal do Grupo. Apesar de uma redução generalizada verificada dos níveis de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os vários períodos analisados.

Em virtude da elevada volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais onde o Grupo actua, manteve-se um acompanhamento apertado na situação de liquidez corrente, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados a uma gestão eficiente diária.

Análise do Risco de Liquidez

À semelhança do risco de taxa de juro, foram realizados também testes de esforço relativos ao risco de liquidez bem como foi efectuado no âmbito do Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), uma análise deste risco. A magnitude dos impactos simulados e a análise efectuada permitiram concluir que a exposição a este risco é aceitável dado o enquadramento macroeconómico verificado.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas, regularmente, análises quantitativas e qualitativas e *stress testings* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas num Plano de Contingência, que visem o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

Concentração de Risco por data de maturidade

2010 — Milhares de Euros

	ATÉ 1 MÊS	1 – 3 MESES	3 – 6 MESES	6 – 12 MESES	1 – 5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	3.896.225	2.444.919	1.829.764	1.384.902	3.034.522	1.841.483	14.431.815
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	1.486.536	328.228	159.178	362.539	688.999	199.546	3.225.026
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.118.331	2.020.211	1.440.726	888.443	1.348.526	23.813	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	228	43.659	209.050	109.212	758.434	1.259.438	2.380.021
Passivos Subordinados	-	5.964	-	553	116.335	145.326	268.178
Outros Passivos	289.800	46.590	17.268	24.063	26.989	298.600	703.310
Provisões	1.330	267	3.542	92	95.239	(85.240)	15.230
Capital e Reservas	-	-	16	8	50.247	1.228.606	1.278.877
TOTAL	3.896.225	2.444.919	1.829.780	1.384.910	3.084.769	3.070.089	15.710.692
ACTIVO							
Crédito sobre IC's	421.533	70.118	33.127	19.703	77.137	87.219	708.837
Crédito a Clientes	481.983	930.660	1.257.541	1.801.127	3.570.872	4.164.072	12.206.255
Activos financeiros	27.524	6.196	55.799	217.908	309.169	532.633	1.149.229
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	1.406	9	-	-	102.891	338.414	442.720
Outros Activos	391.130	28.174	5.763	228.790	29.239	520.555	1.203.651
TOTAL	1.323.576	1.035.157	1.352.230	2.267.528	4.089.308	5.642.893	15.710.692

2009 Milhares de Euros

	ATÉ 1 MÊS	1 – 3 MESES	3 – 6 MESES	6 – 12 MESES	1 – 5 ANOS	>5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	2.181.354	2.053.350	2.151.725	2.086.469	2.808.805	1.980.576	13.262.279
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	133.729	141.705	498.009	1.120.058	996.953	119.601	3.010.055
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.870.538	1.831.824	1.502.857	801.024	728.827	66.404	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	5.307	34.844	128.218	72.837	892.717	1.123.012	2.256.935
Passivos Subordinados	-	-	-	515	170.328	151.640	322.483
Outros Passivos	171.780	44.977	22.641	92.035	19.980	505.038	856.451
Provisões	-	-	-	-	-	14.881	14.881
Capital e Reservas	-	-	-	-	-	1.179.926	1.179.926
TOTAL	2.181.354	2.053.350	2.151.725	2.086.469	2.808.805	3.160.502	14.442.205
ACTIVO							
Crédito IC's	148.705	95.873	82.153	94.600	58.244	43.196	522.771
Crédito a Clientes	692.977	1.152.085	959.279	1.946.804	3.308.679	3.428.040	11.487.864
Activos financeiros	25.704	10.320	122.876	185.470	134.621	449.181	928.172
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	33.246	397.215	430.461
Outros Activos	511.397	32.389	5.507	184.710	46.695	292.239	1.072.937
TOTAL	1.378.783	1.290.667	1.169.815	2.411.584	3.581.485	4.609.871	14.442.205

A análise dos desfasamentos (*Gap's*) verificados entre os prazos de maturidade dos instrumentos financeiros considerados, permite também verificar concentrações de risco de liquidez nos vários prazos.

2010 Milhares de Euros

	GAP	GAP ACUMULADO	% GAP/TOTAL ACTIVO	% GAP ACUMULADO/ TOTAL ACTIVO
Até 1 Mês	(2.572.649)	(2.572.649)	-16,4	-16,4
1 – 3 Meses	(1.409.762)	(3.982.411)	-9,0	-25,3
3 – 6 Meses	(477.550)	(4.459.961)	-3,0	-28,4
6 – 12 Meses	882.618	(3.577.343)	5,6	-22,8
1 – 5 Anos	1.004.539	(2.572.804)	6,4	-16,4
>5 Anos	2.572.804	-	16,4	-

2009				Milhares de Euros
	GAP	GAP ACUMULADO	% GAP/TOTAL ACTIVO	% GAP ACUMULADO/ TOTAL ACTIVO
Até 1 Mês	(802.571)	(802.571)	-5,6	-5,6
1 – 3 Meses	(762.683)	(1.565.254)	-5,3	-10,8
3 – 6 Meses	(981.910)	(2.547.164)	-6,8	-17,6
6 – 12 Meses	325.115	(2.222.049)	2,3	-15,4
1 – 5 Anos	772.680	(1.449.369)	5,4	-10,0
>5 Anos	1.449.369	-	10,0	-

Em 2010, prosseguiu o projecto para o desenvolvimento de um Modelo de ALM - Asset and Liabillity *Management* que visa introduzir melhorias efectivas na actividade de gestão de activos e passivos no Banco. Este projecto, cuja conclusão se prevê para 2011, permitirá aperfeiçoar as metodologias de medição e gestão dos vários riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado.

2.3.6 Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo é desenvolvida por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

As entidades do Grupo estão focadas e orientadas para a identificação de focos de risco e respectiva mitigação, que, sem prejuízo da responsabilização de toda a organização, assentam no contributo dos Gestores de Risco Operacional, distribuídos pelas diversas Direcções das entidades do Grupo.

Relativamente ao modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, é de salientar que o Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes, assegurando, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

Considerando a heterogeneidade das entidades que compõem o Grupo, bem como a sua dispersão geográfica, no decurso de 2010 o Grupo promoveu um trabalho de *self-assessment* com o objectivo de aferir sobre o grau de desenvolvimento da gestão do risco operacional nas entidades do Grupo e, bem assim, informar-se sobre as normas regulamentares de Risco Operacional a que cada entidade está sujeita.

Os resultados deste trabalho permitiram ao Órgão de Risco Corporativo identificar e suprir as principais necessidades de formação existentes, bem como consolidar informação, uniformizar procedimentos e actividades indispensáveis à preparação da candidatura, ao Banco de Portugal, à aplicação do Método de Abordagem *Standard*.

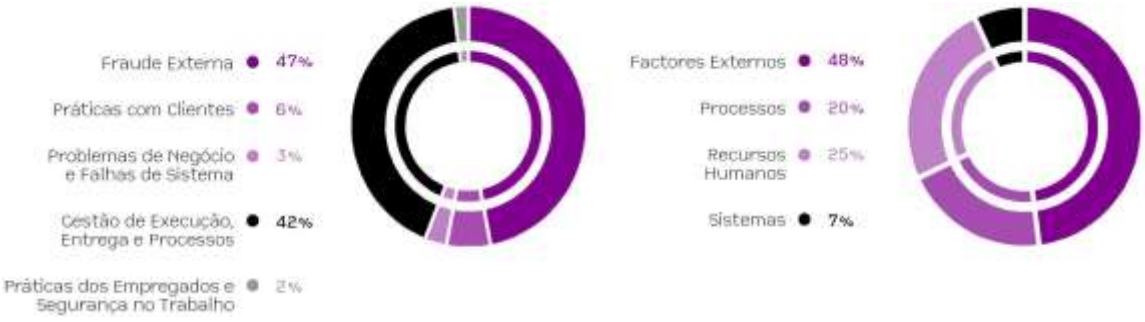
Perdas Operacionais

O registo de eventos de perda operacional, permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação de perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos caracterizados quanto à sua fonte de risco, sendo quantificados e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

A base de dados do registo de perdas tem vindo a aumentar nas diferentes entidades do Grupo, estando, neste momento, completamente consolidada ao nível do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

Os resultados do exercício de captação de perdas, em termos de distribuição de eventos de perda e por categorias de risco, apresentam, em 2010, as seguintes representatividades:



Plano de Continuidade de Negócio (PCN)

Considerando a dispersão geográfica do Grupo e o elevado número de actividades e áreas de negócio, o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou, em 2010, um *framework* cujo objectivo visou garantir a coerência e uniformidade de procedimentos na abordagem à crise e ao desastre, promovendo a adopção de uma política de continuidade consistente com os níveis de resiliência legalmente recomendados e com as melhores práticas nesta área.

Assim, independentemente do esforço continuado que cada entidade do Grupo tem vindo a desenvolver neste sentido, o *framework* e a sua implementação ou adequação global permitirá uma resposta eficaz e coerente, em caso de desastre, aos seus requisitos de negócio e aos requisitos das entidades de supervisão, nacionais e internacionais.

Ainda neste âmbito, o Conselho de Administração da Banif SGPS, aprovou a formação de uma equipa, de âmbito corporativo, para o apoio e coordenação de todo o projecto, ao nível do Grupo. Desta forma, espera-se um desenvolvimento acentuado no decorrer do primeiro semestre de 2011, com a elaboração e aprovação superior de um plano de implementação ou adequação global.

2.4 Finanças

O ano de 2010 revelou-se especialmente complexo para o sistema financeiro português, na medida em que, para além da difícil conjuntura macroeconómica, a crise da dívida soberana europeia, que se foi desenrolando ao longo do ano, viria agravar ainda mais as dificuldades de acesso aos mercados de financiamento por grosso. A evolução das notações de *rating* soberano, que constituem uma âncora das notações atribuídas ao sector bancário, também não se revelou favorável, com a República Portuguesa a sofrer várias revisões em baixa por parte das agências mais credenciadas.

Neste contexto desafiante de captação de *funding*, o Conselho de Administração deliberou, no início de Setembro de 2010, a reestruturação do Orgão de Finanças Corporativas, o qual de acordo com o seu estatuto orgânico, aprovado em Novembro, e reportando directamente ao Administrador com o pelouro financeiro do Grupo (*Chief Financial Officer* ou CFO), tem por principais missões:

- Assessorar o Conselho e Administração da Banif SGPS na definição dos objectivos e das políticas financeiras do Grupo, devidamente alinhadas com os objectivos de crescimento, solvabilidade, rendibilidade e de risco;

- Assessorar o *Chief Financial Officer* na implementação e na operacionalização da gestão financeira integrada do Grupo.

A concretização destes objectivos globais envolveu a definição de atribuições específicas, designadamente:

- O acompanhamento e gestão do Balanço do Grupo, de forma a monitorizar a sua rentabilidade e a criação de valor, colaborando nas propostas a apresentar no Comité de Activos e Passivos (ALCO);

- A implementação de mecanismos que permitam o acompanhamento e gestão da exposição ao Risco do Grupo através da coordenação com a função corporativa de Risco;

- A gestão integrada do Risco Estrutural (ALM / Liquidez) do Grupo;

- A análise e subsequente proposta de medidas de desenvolvimento da função financeira no Grupo e nas unidades de negócio, nomeadamente a tesouraria.

O Órgão assumiu ainda a responsabilidade pelo relacionamento formal com agentes de mercado, agregando o Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (GRII). Neste âmbito, merece destaque a intensificação do relacionamento com as agências de *rating*, que constituíram um foco importante das actividades iniciais do Orgão de Finanças Corporativas, bem como o forte envolvimento na operação do aumento do capital da Banif SGPS, ocorrido em Dezembro de 2010, tendo o GRII disponibilizado informação aos accionistas com o objectivo de clarificar detalhes, resolver dúvidas e responder a questões formuladas por estes, nas diferentes etapas do processo.

Nos seus três meses de actividade em 2010, o Órgão de Finanças Corporativas focou-se sobretudo em:

- Melhorar a qualidade e sistematização da informação prestada às agências de rating, tendo incrementado proactivamente o número de contactos com os analistas responsáveis pela cobertura do Banif - Grupo Financeiro. Estas actividades foram desenvolvidas no âmbito da actividade do GRII;

- Proceder a um levantamento exaustivo da informação de gestão sobre liquidez, transversal a todas as unidades de negócio do Grupo, com vista ao lançamento de um Comité de Tesouraria do Grupo, que se espera venha a iniciar actividade no início de 2011. A consolidação da informação produzida ao nível das tesourarias das várias unidades de negócio tem por objectivo primordial potenciar a liquidez consolidada, optimizando os fluxos intra-grupo e monitorizando de forma ainda mais estrita o respectivo risco;

- Lançar as bases, em termos de sistemas de informação e procedimentos, para o acompanhamento regular e tempestivo da posição financeira do Grupo em termos de alocação de capital, com o objectivo de melhorar os níveis de rentabilidade e solvência;

- Assessorar o Administrador do Pelouro em projectos casuísticos de relevância para a gestão financeira do Grupo.

O Órgão de Finanças Corporativas assumiu ainda a responsabilidade pelo apoio às várias unidades de negócio, na disponibilização de informação financeira apropriada às suas necessidades, tendo

igualmente participado activamente nos processos de estruturação de emissões de dívida e outros instrumentos de capital por parte das várias entidades do Banif - Grupo Financeiro, mais uma vez no âmbito das actividades do GRII.

2.5 Planeamento e Controlo de Gestão

A Direcção de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo (DPCGC), foi implementada no 2º Semestre de 2010 assumindo funções anteriormente desempenhadas por outras Direcções, quer Corporativas quer do Banif, bem como a responsabilidade por desempenhar tarefas específicas que eram asseguradas de forma dispersa.

A DPCGC é responsável pela elaboração das contas consolidadas do Grupo ao nível da Banif SGPS. A maior parte das sociedades do Grupo dispõe das suas próprias áreas de contabilidade, o Banif desempenha essas funções também para algumas sociedades de reduzida dimensão e a DPCGC assegura a consolidação. Este órgão tem ainda como missão a harmonização de todas as políticas contabilísticas, bem como prestar apoio técnico às subsidiárias.

A DPCGC é ainda responsável por elaborar diversos relatórios de reporte prudencial para as autoridades de supervisão, mantendo ainda um sistema de reporte mensal de informação de gestão sobre as unidades mais relevantes do Grupo.

A DPCGC passou também a agregar diversas funções de planeamento de várias unidades do Grupo, nomeadamente quanto à sua integração no plano global a nível consolidado, tarefa que era anteriormente desempenhada pelo Banif. É objectivo da DPCGC tornar este planeamento mais abrangente, bem como monitorar de forma mais regular e precisa o seu cumprimento.

2.6 *Compliance*

No início do ano em apreço o Conselho de Administração aprovou o Plano de Acção do *Compliance* Corporativo para 2010, o qual dá continuidade ao tratamento dos temas identificados na matriz de *compliance* como relevantes, no contexto das actividades desenvolvidas pelo Grupo.

Em 2010, foi implementado o reporte funcional regular ao *Compliance* Corporativo por parte das Unidades de *Compliance* das várias Entidades do Grupo. Este reporte é efectuado trimestralmente e suporta-se num modelo conciso e capaz de, a um tempo, veicular ao órgão corporativo a informação necessária ao exercício das suas funções de coordenação e de reporte ao órgão de administração do Grupo. No exercício em análise, cumpriram-se quatro períodos de reporte, estando presentemente a processar-se o tratamento da informação relativa ao quarto reporte (Dezembro de 2010).

A implementação do reporte funcional, acima referido, contribuiu também de forma sensível para uma maior articulação entre o Compliance Corporativo e as várias Unidades de *Compliance* do Grupo, bem como para uma interacção que se concretiza na troca de informação relevante e no apoio prestado às Unidades de *Compliance*, versando pedidos de esclarecimento e questões de compliance eminentemente práticas. Em sentido idêntico, importa sublinhar igualmente o trabalho desenvolvido com referência à sistematização de contributos e análise crítica de conteúdos no contexto da elaboração dos relatórios de controlo interno individuais das diversas Entidades do Grupo.

No âmbito do Programa de *Compliance* Corporativo, prosseguiram os trabalhos relativos à sua 2ª Fase, que contempla a definição e o desenvolvimento de políticas e procedimentos de alto nível, relativamente aos temas de compliance considerados prioritários.

Neste contexto e em convergência com as linhas de actuação e prioridades definidas, o *Compliance* Corporativo desenvolveu várias iniciativas, nos domínios da Prevenção do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, nomeadamente, (i) no projecto de partilha dos processos de due diligence para potenciais clientes do Banif Bank (Malta) Plc., que já sejam clientes do Banif, e seu eventual alargamento a outras entidades do Grupo, (ii) na definição dos processos de *due diligence* no estabelecimento e manutenção de relações com entidades financeiras, nomeadamente no que respeita a relações com bancos correspondentes e de procedimentos de abertura de contas a este tipo de contrapartes, (iii) na obtenção e negociação de propostas para a informatização dos processos de monitorização do cumprimento das sanções internacionais, com a respectiva cotação dos serviços de implementação e manutenção de sistemas para o BCN - Banco Caboverdiano Negócios, SA e para o Banif Bank (Malta) Plc.

Deu-se igualmente início à 3ª Fase do Programa, correspondente à implementação das mencionadas políticas e procedimentos, com a Estruturação da Função de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBC-FT) no Grupo e os respectivos processos internos de comunicação e divulgação.

Este trabalho aponta as grandes linhas de organização a que deve obedecer esta função e identifica quais os enquadramentos legais e regulamentares que deverão balizar as actividades de PBC-FT nas diversas Entidades do Grupo. Na sua elaboração prevaleceu o princípio da adequação das práticas de cada Entidade do Grupo em matéria de PBC-FT ao enquadramento da jurisdição da casa-mãe (quadro normativo e regulamentar português - 3ª Directiva UE sobre PBC-FT) sempre sem prejuízo das exigências e especificidades locais das demais jurisdições onde o Grupo opera.

No plano do acompanhamento das medidas legislativas e regulamentares dirigidas ao sector financeiro, destacam-se as relativas à matéria das políticas de remuneração, onde intervieram os três reguladores nacionais, com o Regulamento CMVM n.º 1/2010 – Governo das Sociedades Cotadas; o Código de Governo das Sociedades da CMVM 2010 (Recomendações); o Aviso do BdP n.º 1/2010 – Divulgação de informação relativa à política de remuneração; a Carta-Circular do BdP n.º 2/2010/DSB – Recomendações sobre políticas de remuneração; a Norma Regulamentar do ISP n.º 5/2010-R –

Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões e a Circular do ISP n.º 6/2010 – Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões.

O *Compliance* Corporativo tem vindo igualmente a acompanhar o processo de implementação dos mecanismos de registo e de comunicação ao Banco de Portugal das operações de transferência que tenham como beneficiário as entidades sediadas em jurisdição offshore (Instr. BdP n.º 17/2010) junto das Entidades do Grupo envolvidas nesta matéria e a assegurar a elaboração dos competentes pontos de situação ao Conselho de Administração da Banif SGPS, e ao Banco de Portugal.

Em 2010 procedeu-se ainda à actualização da Estruturação da Função de *Compliance* no Grupo, decorrente das alterações verificadas por força da integração da então designada Tecnicrédito SGPS, SA, da dinâmica do Grupo e dos seus sistemas de controlo interno e ainda de exigências regulamentares que se prendem com a definição das competências do órgão de administração relativamente ao ambiente de controlo interno.

Ao nível do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A., a respectiva Direcção de *Compliance* (DCO) prosseguiu, no exercício de 2010, as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de *Compliance* 2010/2011 do Banco, documento aprovado pela Comissão Executiva e pelo Comité de *Compliance* no início do ano, onde se definem as prioridades em matérias de *compliance* e se estabelecem os referenciais de actuação da função.

Através do seu Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais (GPBC), para além de assegurar a monitorização da actividade transaccional e a filtragem de Clientes e Contrapartes, a DCO promoveu, ao longo do ano em apreço, a optimização dos procedimentos e circuitos de análise, investigação e comunicação de operações suspeitas e, em paralelo, análises circunstanciadas a várias funcionalidades daquelas aplicações, por forma a maximizar o seu potencial.

No âmbito do exercício das atribuições da DCO em matéria de revisão e actualização do normativo interno, destacam-se a publicação, em Março de 2010, da Norma sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento de Terrorismo e, em Dezembro, da Norma sobre Sanções Internacionais, em ambos os casos sem descurar a articulação com as Unidades de Negócio no sentido da implementação dos necessários ajustamentos aos procedimentos internos, por forma minimizar impactos negativos nos processos respectivos.

De referir também a implementação da nova geração de reportes regulares à Comissão Executiva, que reflecte as novas metodologias e processos de trabalho associados às rotinas de exploração das aplicações de monitorização e filtragem, reforçando-se a frequência de reporte para trimestral (anteriormente semestral). Já em Dezembro, foi iniciado o processo de revisão do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais do Banco, a submeter à Comissão Executiva no primeiro trimestre de 2011.

No domínio da intermediação financeira, a DCO continuou a desenvolver a implementação do modelo de sistema de controlo interno aprovado no final de 2009 e iniciou um ciclo de acções de controlo ao cumprimento de legislação e regulamentação pelo Banco e às normas internas de conduta pelos Colaboradores, no sentido de assegurar que o Banco, no exercício de actividades de intermediação financeira, cumpre com os deveres legais e regulamentares a que está sujeito, contribuindo, por essa via, para reforçar a qualidade dos serviços prestados e a confiança dos Clientes que optam por aplicar as suas poupanças em produtos do mercado de capitais comercializados pelo Banco.

Importa ainda salientar o lançamento, em Setembro de 2010, do curso de formação *e-learning* sobre *Compliance* com resultados positivos e encorajadores, nomeadamente, em termos da percentagem de cursos concluídos com sucesso e da avaliação global do curso pelos formandos, curso este que foi desenvolvido com recurso às competências dos Gabinetes que integram a DCO em 3 módulos distintos: "*Compliance* e Supervisão Comportamental", "Intermediação Financeira" e "Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Fraude".

2.7 Auditoria

À Auditoria Interna Corporativa (AIC), estão atribuídas as seguintes funções principais:

a) Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política no universo do Grupo;

b) Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;

c) Acompanhar as actividades do Grupo na área da auditoria interna e executar directamente ou coordenar a subcontratação das acções de auditoria nas entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;

d) Garantir o reporte consolidado da auditoria interna do Grupo aos respectivos órgãos sociais e às entidades de supervisão.

Em 2010 a AIC realizou acções de auditoria directas, com o objectivo de avaliar os requisitos do sistema de controlo interno que devem ser implementados pela Banif SGPS, conforme previsto no n.º 2 do artigo 24º do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) tendo elaborado o parecer com as respectivas conclusões, apresentado ao Conselho de Administração da Banif SGPS.

A AIC efectuou uma proposta de acção de auditoria à documentação do sistema de controlo interno, como um todo, executada pelas funções de auditoria individuais. Esta iniciativa insere-se

no âmbito da estratégia aprovada e das suas competências de proposta de metodologias, práticas e acções coerentes e consistentes, a adoptar por todas as filiais, que permitam o aumento da eficácia da auditoria, a nível do Grupo.

Neste exercício, foram efectuadas as necessárias alterações à estrutura da função de auditoria interna, resultantes da inclusão das entidades detidas pela Banif Mais, SGPS.

Ao longo de 2010, a AIC acompanhou as entidades do Grupo na adopção dos documentos estruturais, designadamente, a Carta de Princípios, a Estratégia e o Regulamento de Auditoria, completando a moldura orgânica e de actuação da função de auditoria interna, em base coerente e consistente. Nestes termos, foi reforçado o controlo corporativo e, consequentemente, promovidas a convergência e a eficiência na consecução dos objectivos a nível individual.

O Banif - Grupo Financeiro passou a fazer parte do universo de organizações aderentes às "boas práticas" no que respeita à implementação de um processo de avaliação da qualidade e aperfeiçoamento da função de auditoria interna. Utilizando o modelo aprovado, a AIC e as funções de auditoria interna individuais desenvolveram um processo de auto-avaliação, do qual resultou a identificação de oportunidades de melhoria.

Foi aprovado e implementado o Código de Ética, tendo em vista promover uma cultura ética na profissão da auditoria interna e reforçar o desenvolvimento e o reconhecimento desses valores no Grupo, na medida em que contém os princípios gerais recomendados a aplicar/seguir pelos seus profissionais de auditoria interna.

A AIC desenvolveu as actividades normais de coordenação (inerentes à relação funcional com as entidades de auditoria individuais) necessárias à implementação da estrutura, à definição dos Planos de Actividades, ao acompanhamento de acções de auditoria, à aprovação dos respectivos documentos estruturantes, à elaboração dos relatórios de controlo interno e à gestão de informação para efeitos de controlo interno na vertente de auditoria.

No ano de 2010, a AIC consolidou a sua estrutura e aprofundou a sua actuação, no que respeita às acções de auditoria directas e de coordenação das funções de auditoria individuais. Foram ainda implementadas boas práticas, aumentando a conformidade da actividade de auditoria interna do Grupo com as orientações e melhores práticas, reconhecidas e aceites a nível nacional e internacional, para a prossecução da visão, missão, objectivos estratégicos e atribuições definidas.

Segundo estes objectivos, o ano de 2011 constituirá uma fase de aprofundamento da actuação da função de auditoria interna, a nível do Grupo, de acordo com a estrutura implementada e com o Plano de Actividades definido.

Ao nível do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, a Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI) assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos

programas de trabalho para a auditoria operacional e de auditoria contínua, dirigidos às unidades de negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, transpostas na publicação do Aviso n.º 5/2008, levaram a uma revisão contínua dos processos de análise de prevenção de Fraude Interna assim como a uma especialização da actividade de auditoria contínua, no âmbito da prevenção do risco operacional.

Em resultado da experiência acumulada, desenvolveu-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e *compliance*, aproveitando as sinergias advindas da implementação da "Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais" ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar os meios humanos disponíveis, a fim de manter as acções de auditoria em todo o território nacional.

Foi garantido o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, o serviço de meios de pagamento electrónicos, banca electrónica e comunicação de responsabilidades à Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal e o suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais e serviços centrais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Foi ainda dado especial atenção à actividade de auditoria contínua, com suporte na monitorização informática e acções de âmbito transversal, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Foram tomadas várias acções de formação em Auditoria Bancária com o objectivo de desenvolver competências no pessoal afecto à DAI.

Foram realizadas, durante o ano de 2010, as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	366
Serviços Centrais	15
Sistemas de Informação	12
	393

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão dos papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, todos estes foram alvo de Despacho da Comissão Executiva do Banco e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados e/ou dos órgãos que foram envolvidos nas recomendações, tendo sido os relatórios devidamente arquivados, uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

2.8 Imagem e Comunicação

No ano de 2010, a Função Imagem Corporativa efectuou a gestão da marca do Banif - Grupo Financeiro e, nesse pressuposto, assegurou o cumprimento, por todas as empresas do Grupo, das normas estabelecidas nesta matéria.

No exercício em referência, teve lugar a implementação do projecto *Brand Center* da marca, que constitui uma ferramenta fundamental susceptível de permitir disponibilizar a Marca de forma transparente, normalizada e facilitadora junto dos vários utilizadores.

Neste período, foram igualmente iniciados um conjunto de projectos que têm por objectivo estabelecer uma comunicação (interna/externa) mais acessível e eficaz no Banif - Grupo Financeiro: Intranet; *Newsletter* para Clientes; nova revista interna "A Nossa Força" e brochura institucional.

Numa perspectiva de criar novos métodos e instrumentos de trabalho, com o objectivo máximo de ultrapassar as barreiras da comunicação, que, no dia-a-dia, são colocadas às áreas de *Marketing* e Comunicação do Banif - Grupo Financeiro, a Função Imagem Corporativa organizou, pela primeira vez, uma acção de *Outdoor* que reuniu todos os Colaboradores afectos às várias Direcções de Comunicação e *Marketing* das Empresas do Grupo.

Na sequência da integração do Grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro, a Função Imagem Corporativa acompanhou e geriu todo o processo de *rebranding* do Banco Mais, agora a operar sob a marca Banif Mais e organizou, no início do ano, no Convento do Beato, a respectiva Convenção Anual, a qual contou com a presença de cerca de 600 pessoas.

O programa ValoresCentauro foi outro dos grandes projectos implementados no corrente ano, tendo a Função Corporativa colaborado com a Função Recursos Humanos Corporativos na definição, desenvolvimento estratégico, na materialização gráfica e criativa do projecto, bem como na sua aplicabilidade nos mais variados suportes de comunicação.

No âmbito da Imagem Corporativa e no que diz respeito aos factos relevantes registados, o Banif - Grupo Financeiro, de acordo com resultados publicados no início do corrente ano, integrou, pelo segundo ano consecutivo, o "Global 500 Banking Brands Index", um ranking de empresas do sector financeiro, elaborado pela Brand Finance e publicado pela "The Banker Magazine", que posiciona a marca "Banif" entre as 400 mais valiosas do mundo, ocupando a 389ª posição, depois de no ano anterior ter ocupado a 493ª posição, o que se traduz na maior subida de um Grupo Financeiro, considerando as 5 instituições financeiras nacionais presentes no *ranking*.

A marca "Banif" atingiu, durante o ano passado, um valor (***brand value***) de 185 milhões de dólares (135 milhões de euros), mais 107 milhões de dólares do que no ano anterior.

Este resultado demonstra que a marca Banif, após o recente rebranding, aumentou substancialmente o seu valor. A tangibilização do mesmo encontra-se também reflectida na manutenção, em níveis elevados, das notoriedades Expontânea e Total.

Uma outra evidência do impacto positivo deste rebranding, foi o facto de o Banif ter sido nomeado para os Prémios Marketeer, da revista com o mesmo nome, na categoria "Banca".

Ainda durante o exercício de 2010, procedeu-se à execução e à distribuição dos Relatórios e Contas de 2009 da Banif SGPS, em versão bilingue e em CD.

A Função de Imagem Corporativa integra também a Área de Sustentabilidade, que desenvolve iniciativas com vista à introdução das questões ambientais e sociais no seio das actividades das empresas do Grupo. Esta área coordena o trabalho de 6 *Task Forces* criadas para gerir a temática da sustentabilidade de forma transversal ao Grupo, para além da comunicação interna e externa a este nível, no âmbito da qual se incluem as respostas a vários Inquéritos sobre Sustentabilidade provenientes de *stakeholders* externos.

Em termos de comunicação, esta área coordenou, executou e divulgou, interna e externamente, o 3º Relatório de Sustentabilidade do Banif - Grupo Financeiro, em português e em inglês, o qual manteve o nível B em termos de qualidade e abrangência da informação das "Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade" da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI). Para além disso, esta área deu continuidade ao esforço de sensibilização e comunicação internas nas temáticas da sustentabilidade e à promoção do relacionamento com *stakeholders*, através de vários fóruns. Neste âmbito, os responsáveis desta área têm participado nos Grupos de Trabalho "Sustentabilidade no Sector Financeiro" e "Desenvolvimento" do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável - BCSD Portugal, que culminarão com a divulgação de publicações sobre esta temática.

No pilar ambiental, a Área de Sustentabilidade deu continuidade à aposta na responsabilidade climática, com a neutralização de emissões de carbono dos Relatórios e Contas das empresas do Grupo, do Relatório de Sustentabilidade 2010, da revista "A Nossa Força", da Agenda de Secretária para 2011 (que foi dedicada ao tema da sustentabilidade, com dicas de comportamentos) e do Almoço de Natal do Grupo. Ainda a este nível, destaque para a resposta ao inquérito *International Carbon Disclosure Project* que teve a colaboração do Gabinete de Relação com Investidores e Institucionais.

No que respeita à análise de riscos ambientais e sociais na carteira de crédito, deu-se continuidade a este estudo, bem como à análise dos mecanismos para implementação dos Princípios do Equador, na modalidade de *Project Finance*.

Ao nível da Área de Sustentabilidade, destaca-se ainda o 1º Projecto de Voluntariado para o Banif, iniciativa desenvolvida em parceria pelas Direcções de Recursos Humanos e Marketing e

Comunicação, o qual teve início no 4º trimestre de 2010 e incide em duas áreas: "literacia financeira", em colaboração com a Associação *Junior Achievement*, e "ambiente", em colaboração com a Agência Cascais Natura. Neste âmbito, foi definida a identidade do projecto – VAMOS - Valores Mais Humanos – e um micro-site, uma peça central da comunicação interna.

Em parceria com o Clube Banif, esta área desenvolveu ainda um projecto de apoio à Campanha Pobreza Zero, da OIKOS - InEvents. Foi criada a Conta Pobreza Zero para angariação de fundos para a Campanha, foi efectuado um donativo e foi implementada uma recolha de bens para a população carenciada do Bairro dos Navegadores, em Oeiras.

Foram ainda desenvolvidas outras iniciativas como a continuação da participação na Equipa do Projecto ValoresCentauro que, em 2010, divulgou a Missão, Visão e Valores do Grupo.

Destaca-se ainda a continuação e a conclusão da implementação de Projecto de Recolha de Telemóveis desenvolvido em parceria com a AMI, que pretendeu atingir objectivos de combate à exclusão social e protecção ambiental.

Estando integrada na holding, esta área dá ainda apoio às várias empresas do Grupo em projectos ou questões relacionadas com a "Sustentabilidade", sempre que solicitado.

Relativamente ao *site* do Banif - Grupo Financeiro, foram efectuadas as habituais actualizações de todas as informações institucionais e as referentes à Relação com os Investidores (v.g. indicadores financeiros, relatórios e contas, dividendos, assembleia geral), e foram disponibilizados todos os comunicados efectuados ao mercado, bem como um *clipping* de notícias sobre o Grupo.

Ao nível do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, a Direcção de Marketing e Comunicação (DMC) manteve o acompanhamento das acções locais associadas às 11 novas Agências do Banco abertas durante o período, assim contribuindo para criar uma ligação de grande proximidade entre o Banco e as comunidades envolventes.

Durante o ano de 2010 foram lançadas várias campanhas promocionais, salientando-se a campanha Soluções Poupança, que contou com uma divulgação mass mediática, e a do Cartão de Crédito Hello Kitty para não Clientes. Refira-se que o Banif e a Hello Kitty associaram-se, com esta campanha, à Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Sul e doaram 5 euros da anuidade de cada cartão para o Programa de Prevenção do Cancro da Mama.

Ainda no âmbito das Campanhas Publicitárias, destaque para as da Poupança Banif, do Crédito Pessoal, dos Créditos Multimédia, Soluções Emigrante, Soluções Business Saúde e Bem-estar, e Turismo, as Campanhas Nova Geração Natal e Especial Dia Mundial da Criança e ainda para a Campanha de parceria com a 'Atlântico Line', empresa de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, através da qual os Clientes aderentes, ao comprarem os

bilhetes com um cartão de crédito Banif, beneficiam da duplicação dos pontos convertíveis em milhas marítimas.

No que respeita à política de patrocínios, o Banco deu continuidade à sua estratégia de apoio às actividades desportivas, com especial enfoque nos patrocínios do Club Sport Marítimo e do Clube Desportivo Nacional, bem como ao Nike Camp, um campo de férias para jovens dos 7 aos 16 anos, que proporcionou uma experiência única a alguns jovens, oferecendo 10 inscrições a alunos integrados no Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Especial) do Ministério da Educação, que tem como objectivo promover o sucesso educativo de alunos integrados em meios particularmente desfavorecidos, com prioridade para as escolas com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar.

Tal como nos anos anteriores, o Banco apoiou, no final do ano, 14 Instituições de Solidariedade Social, das quais 4 da Região Autónoma dos Açores e 4 da Região Autónoma da Madeira, distribuindo, nesta acção específica, 70.000 euros.

Ainda neste âmbito, o Banco patrocinou, pela quarta vez consecutiva, as Meias Maratonas de Lisboa e de Portugal, que constituem uma referência no panorama dos eventos desportivos realizados no nosso país.

Em termos de Responsabilidade Social Empresarial, destaque para a Campanha de Solidariedade para com as vítimas do temporal que assolou a Madeira, a 20 de Fevereiro de 2010. Para o efeito, o Banif disponibilizou, logo no dia do temporal, uma conta bancária com o objectivo de apoiar as vítimas da tragédia e lançou, posteriormente, linhas de crédito especiais destinadas a apoiar a população afectada. A DMC, desenvolveu um conjunto de acções de comunicação interna e externa que permitiram divulgar a conta, tornando mais eficaz o esforço de angariação das verbas para apoio à reconstrução. Neste contexto, foi ainda patrocinador do Concerto de encerramento da campanha RTP "Juntos pela Madeira", que teve lugar no Funchal.

Refira-se ainda o apoio, pelo quinto ano consecutivo, da Corrida da Mulher "Lisboa a Mulher e a Vida", prova organizada pelo Maratona Clube de Portugal e que contou com a participação de cerca de 15.000 mulheres, destinando-se a verba angariada à aquisição de aparelhos de rastreio do cancro da mama, bem como o patrocínio, através da Associação Nacional do Desporto para Deficientes Intelectuais, ao atleta Lenine Cunha, recordista nacional e mundial em várias modalidades de atletismo adaptado.

No âmbito da sua associação à Cultura, deu continuidade à parceria estabelecida com a Casa da América Latina, a qual tem por objectivo estimular a edição e leitura em Portugal de obras de autores latino-americanos, distinguindo anualmente uma vertente da literatura. Após a distinção da melhor tradução, em 2009, o Prémio de Literatura Casa da América Latina / Banif distinguiu, em 2010, a melhor Criação Literária.

Relativamente ao *site*, foram actualizadas e desenvolvidas novas áreas, por forma acompanhar todas as campanhas desenvolvidas pelo Banif, acções e novos produtos disponibilizados e promovidos junto dos Clientes e utilizadores deste canal de comunicação. Foi, igualmente, efectuada a actualização da área institucional e de relação com os investidores.

De registar os bons resultados em termos de Desempenho e Disponibilidade do *site* Banif relativamente a alguns dos principais *players* do mercado. O Banif.pt encontra-se entre as 30 páginas nacionais de referência, monitorizadas, semanalmente, pela empresa MarketWare, posicionando habitualmente no top10 em ambas as vertentes.

Nos canais específicos da Madeira e dos Açores, além da actualização contínua dos conteúdos específicos para cada Região, prosseguiu-se à interacção com todos os seus utilizadores, promovendo-se passatempos e outras iniciativas de valor acrescentado.

No canal Atrium Banif, dedicado à apresentação de parcerias vantajosas para Clientes e conteúdos de lazer não financeiros, desenvolveram-se novas áreas de conteúdo e fortaleceram-se as parcerias já existentes.

Ainda no ano de 2010, através das redes sociais *Facebook* e *Twitter*, o Banif chegou a cerca de 2.000 pessoas e instituições, revelando-se esta presença uma boa aposta enquanto canal de comunicação e interacção com Clientes e utilizadores.

3. BANCA COMERCIAL

3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM durante o ano de 2010, desenvolveu-se num contexto marcado por dois factores de ordem e grandeza distintos, embora ambos com implicações directas no desenvolvimento da actividade.

Por um lado, verificou-se um agravamento da conjuntura macro e micro-económica e, por outro lado, foram sentidas as consequências da catástrofe natural que assolou a Madeira em Fevereiro de 2010 e que, a nível regional agravou as consequências de tal conjuntura adversa.

Não obstante este enquadramento, a Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (DCRAM), adaptou-se naturalmente à nova realidade do negócio bancário, procurando manter a evolução do negócio e a consolidação da sua posição de liderança no mercado regional.

Neste sentido, a DCRAM viu a sua base de Clientes crescer em 5.533 novos Clientes. Este aumento foi igualmente acompanhado pelo crescimento do número médio de produtos por Cliente de Retalho (de 2,6 em 2009 para 3,0 em 2010), materializando desta forma, a crescente fidelização dos tradicionais e dos novos Clientes ao Banco. De modo a reforçar esta estratégia, a DCRAM, envolvendo as suas três direcções RERAM (Rede de Agências), CERAM (Centro de Empresas) e CPIRAM (Centro Banif Privado), contribuiu activamente no processo de renovação da certificação de qualidade, quer dos produtos, quer dos serviços disponibilizados.

A rubrica "Recursos de Clientes", evoluiu positivamente 8%, sobretudo devido à angariação de novos recursos junto do mercado da Emigração, fruto de um plano estruturado de deslocações à Venezuela, África do Sul e Reino Unido. Esta rubrica fechou com um total de 2.250,4 milhões de euros.

Por outro lado, o volume de crédito concedido a Clientes manteve-se praticamente inalterado, registando-se no final de 2010, uma carteira de 1.637,3 milhões de euros, valor que representa uma ligeira redução de 0,3%, face a 2009.

Fruto da normal dinâmica do Banco e da própria evolução da actividade, a estrutura comercial do Banif foi alvo de algumas adaptações ao longo do ano. A este nível, destaca-se o facto das Equipas de Serviço ao Cliente do Centro de Empresas terem sido reorganizadas.

Com o objectivo de dinamizar a acção comercial e conforme anteriormente referido, foram realizadas viagens aos países de forte implementação da comunidade emigrante madeirense, nomeadamente Venezuela, África do Sul e Reino Unido, as quais foram complementadas com a realização do IX Encontro de Gerações, em Caracas, pelo patrocínio à Festa Luso Venezuela e ainda por alguns encontros, na Região, com emigrantes de elevado potencial.

Para a Rede de Retalho, foram desenhadas várias campanhas internas, destacando-se a campanha com os parceiros Zon Madeira e Toshiba, a Campanha com a ACIF – Associação Comércio e Indústria do Funchal e as campanhas com o Gabinete de Acesso ao Ensino Superior e com o Gabinete do Desporto Escolar.

RUBRICA	VARIAÇÃO
Recursos	8,10%
Crédito	-0,30%
Base de Clientes Activos	-0,80%
Base de Clientes	2,40%

3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

Durante 2010, a actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores foi orientada para o cumprimento dos objectivos de negócio e para o reforço da posição de liderança do Banco na Região. O contexto económico adverso, que caracterizou o ano de 2010, impôs um reajustamento de estratégias e redefinição de prioridades.

É neste contexto que, ao nível da Gestão de Clientes, o Banif fechou o ano com um total de 4.565 contas abertas na Rede de Agências da RAA, com uma taxa de activação associada na ordem dos 82%. Manteve-se um elevado nível no que concerne o número médio de produtos por Cliente, com um rácio de 3,47.

No que respeita à carteira de Recursos de Balanço, conseguiu-se um crescimento líquido positivo de cerca de 1%, suportado, essencialmente, pela rubrica de Depósitos a Prazo, a qual neste ano, cresceu 5%. A Rede de Retalho teve um papel determinante na captação destes Recursos.

Em termos de Crédito por Desembolso, registou-se um crescimento positivo na ordem dos 5% face a 2009. Esta variação foi suportada, essencialmente, pelo crédito financeiro, quer de curto prazo (+13%), quer de médio e longo prazo (+9%), e, bem assim, pelo crédito imobiliário, o qual, no ano transacto, cresceu 3%. Apesar de todas as redes terem dado a sua contribuição para este crescimento, coube aos Centros de Empresas da RAA o papel de destaque em matéria de concessão de crédito.

Relativamente ao Crédito Imobiliário, acreditando que apenas através de uma lógica diferenciadora, baseada na qualidade de serviço e que vá de encontro às dinâmicas do mercado imobiliário, será possível dar corpo à aposta clara do Banco nesta área, a Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores inaugurou, no dia 16 de Abril de 2010, um espaço especializado em crédito à habitação - o Espaço Banif Habitação - dedicado especialmente aos mediadores imobiliários que passam a dispor de um único e exclusivo interlocutor. Este espaço assegura ainda toda a gestão decorrente dos processos de crédito imobiliário, desde a elaboração das propostas à produção de minutas para as escrituras.

Ao longo do ano, o Banco desenvolveu diversas parcerias locais para a dinamização do negócio. Foi realizada uma campanha com a ZON Açores e a TOSHIBA, com o objectivo de dinamizar a venda de um pacote de alta definição (TV+BOX), com recurso ao crédito Banif, no contexto das transmissões televisivas referentes ao campeonato do Mundo de Futebol da África do Sul. No início de Julho, foi assinado um protocolo de cooperação com a Atlânticoline (à semelhança do que aconteceu em 2006 com a SATA), de incentivo à utilização dos Cartões de Crédito do Banif. À semelhança de anos anteriores, foram ainda desenvolvidas parcerias junto de concessionários automóvel locais, com vista à comercialização de viaturas, através de financiamento Banif, agora realizado através do Banif Mais. No final do ano, a Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores dinamizou uma campanha própria destinada à captação de recursos.

No início do mês de Dezembro, foi realizada uma visita às ilhas Bermudas pelo gestor de emigração da Agência Matriz e pela Responsável pelo Escritório de Fall River nos EUA, com o objectivo de aprofundar a presença do Banif neste arquipélago, apresentando o Banco como parceiro privilegiado dos clientes açorianos lá emigrados. Finalmente, o Banco disponibilizou aos seus Clientes residentes no estrangeiro, a possibilidade de envio de um cabaz de Natal aos seus familiares e amigos residentes nos Açores.

No dia 26 de Maio de 2010, o Banif celebrou um protocolo de colaboração institucional com o Governo Regional dos Açores, denominado Linha de Crédito Açores Empresas II, que visava assegurar o financiamento às empresas junto das quais os Municípios ou Empresas Municipais registavam dívidas.

RUBRICA	VARIAÇÃO HOMÓLOGA 2010/2009
Recursos	1,1%
Crédito	5,4%
Base de Clientes Activos	-1,15%
Base de Clientes	3,8%

3.1.3 Actividade Comercial no Continente

3.1.3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio-Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

O ano de 2010 continuou a reflectir a conjuntura económico-financeira adversa que marcou o ano de 2009, com consequências directas na deterioração da carteira de crédito. Adicionalmente, as pressões internacionais sentidas ao nível da dívida soberana tiveram implicações no acesso ao financiamento internacional. Neste contexto, a DEP focou a sua actividade quer na consolidação do negócio de bom risco, quer na captação e manutenção de recursos de Clientes.

O abrandamento da actividade económica e o aumento dos custos de financiamento levaram à adopção de políticas de crédito progressivamente mais restritivas, através da aplicação de critérios de risco prudenciais, rigorosos e selectivos. Tendo sempre presente a solidez do negócio, os níveis de liquidez e os rácios de solvabilidade do Banco, a DEP utilizou o *pricing* do crédito e dos recursos como ferramenta de gestão, recorrendo, nomeadamente, ao *repricing* de operações de crédito. Conseguiu-se assim, apesar do aumento dos custos de financiamento, uma melhoria de 1,41% na

margem financeira do crédito, que ascendeu a 3,75% em 2010. Por forma a garantir um acompanhamento estrito e sempre actualizado dos Clientes e dos respectivos negócios, antecipando, nomeadamente, situações de incumprimento, definiu-se em 2010 uma política de visitas trimestrais. Ainda neste âmbito, destaca-se o funcionamento dos Comités de Vigilância, que têm sido um importante instrumento na efectivação deste controlo.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, prosseguiu-se a política de controlo anteriormente implementada, continuando-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio. No segmento de empresas, a DEP encerrou o ano com 13 Centros de Empresas e 45 Gestores. No segmento de particulares, apostou-se na área de institucionais como estratégia para aumento da capacidade de captação e diversificação de recursos. Pretendeu-se, assim, assegurar uma gestão de liquidez activa, com os recursos de Clientes a representarem uma fonte crescente de financiamento. O segmento privado encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente a 2009, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 206 milhões de euros (+20%), tendo atingido o montante de 1.246 milhões de euros no final de 2010. Relativamente ao Crédito concedido a Clientes, verificou-se um acréscimo de cerca de 36 milhões de euros (+1%), ascendendo o valor respectivo a 3.656 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 2% face ao final ao ano anterior. Esta variação, relacionada com o agravamento da conjuntura económica e, consequentemente, com a deterioração da carteira de crédito, reflecte o aumento das situações de incumprimento e verificou-se maioritariamente no segmento de empresas.

RUBRICA	VARIAÇÃO HOMÓLOGA 2010/2009
Recursos	20%
Crédito	1%
Base de Clientes Activos	-2%
Base de Clientes	3,3%

Actividade do Núcleo de *Factoring*

Em 2010, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou um crescimento assinalável.

As variações positivas anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em 33% e 5%, respectivamente, atingindo, no final de 2010, 594 milhões de euros e 172 milhões de euros.

Em linha com o crescimento do volume de negócio gerido por esta área, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 69%, relativamente ao ano anterior, atingindo 7,1 milhões de euros. Para esta variação, o contributo da margem financeira foi determinante, com um

incremento de 108% face ao ano de 2009. As comissões e margem financeira ascenderam a 1,5 milhões de euros e 5,6 milhões de euros, respectivamente.

O sector de construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (78% em 2010), seguido da actividade extractiva e do comércio por grosso, com 5% e 4%, respectivamente.

3.1.3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA), canalizou o esforço comercial na captação de recursos, na colocação de produtos estratégicos de crédito e na prestação de serviços no seu segmento alvo – particulares, pequenas empresas e profissionais liberais – aumentando a carteira de Clientes activos.

A DRA continua a ser o canal principal da comercialização dos produtos estratégicos da Banca Comercial (Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria e Cartões), destacando-se na captação de recursos, na colocação de produtos de outras empresas do Grupo e no aumento da carteira de Clientes activos. Uma atitude de venda multiproduto continua a ser a estratégia seguida na abordagem comercial.

Em 2010, iniciou-se um processo gradual de racionalização de algumas Agências, adaptando alguns quadros de pessoal à dimensão da actividade, tendo em vista incrementar a produtividade por empregado.

O processo de racionalização conduziu ao encerramento de 5 Agências, de pequena dimensão, em situações nas quais a existência de outras unidades de negócios próximas permitiram a realocação dos Clientes sem qualquer perda de qualidade no serviço prestado.

Simultaneamente, continuou o programa de expansão, com a abertura de 11 novos postos de venda, dos quais 6 com um empregado apenas, em parceria com Juntas de Freguesia e Mediadores da Açoreana.

A DRA terminou o ano com uma Rede de 273 Agências e um rácio de 3,91 empregados por Balcão, um dos mais baixos da Banca Portuguesa.

Durante 2010, a DRA continuou com o "Programa de Gestão de Clientes" que, apesar da conjuntura desfavorável, teve resultados muito satisfatórios: cerca de 59.000 novos Clientes captados, nos quais foram colocados 126.000 produtos e terminando o ano com quase 300.000 Clientes activos, a evidenciarem um rácio de 3,29 produtos por Cliente activo.

Ao longo do ano, manteve-se o reforço dos 3 grandes projectos estruturantes iniciados em 2008, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários; representando uma nova oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e Gestores de Negócio dedicados, instalados em Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano de 2010 com 52 Gestores de Negócios, aumentando em 8 o número existente no final de 2009;

- Os Promotores *Assurfinance*; rede de promotores de negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócios para as Agências, atingindo já o número de 369 Promotores com código atribuído;

- As Agências Associadas; considerando que das 11 Agências abertas em 2010, 9 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. Quanto aos serviços prestados e produtos vendidos são Agências iguais às demais estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo *Standard*.

Comparando os finais de 2009 e 2010, a DRA registou uma variação positiva nos Recursos de +11%, tendo atingido o montante total de 2.932 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 3.016 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de +5%, destacando-se o Crédito Imobiliário com +6%.

Assinala-se ainda o forte crescimento das Comissões geradas na DRA, que atingiram mais de 59 milhões de euros, representando um crescimento de 27%, face a 2009.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2009/2010
Recursos	11%
Crédito	5%
Base de Clientes Activos	9%
Base de Clientes	10%

3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

3.1.4.1 Actividade de *Call Centre* e Banca Electrónica

Banca Telefónica

Alinhada com a estratégia comercial definida pelo Banco, a DRD, na sua vertente "Outbound", realizou, no decorrer de 2010, cerca de 1.630.000 chamadas, valor que representa um crescimento superior a 60% relativamente a 2009.

No período em análise decorreram duas campanhas de crédito pessoal pré-concedido, as quais permitiram alcançar uma taxa de subscrição (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) que se situou nos 82%, em linha com o valor apurado no ano de 2009. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre não clientes resultaram numa taxa de subscrição que ascendeu aos 40%, registando-se, assim, um acréscimo de 12 p.p. face ao ano anterior.

Ao nível da captação de recursos, foram concretizadas diversas iniciativas comerciais, tendo sido atingida uma taxa de subscrição na ordem dos 93% similar à taxa conseguida em 2009.

No âmbito do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes e em articulação com a DME, incrementaram-se os inquéritos de satisfação. De igual modo, concretizaram-se campanhas dirigidas à promoção/colocação de produtos específicos tais como activação de cartões e Banif Triplus.

Destacam-se ainda as iniciativas dirigidas aos Clientes Banif Mais, cujos objectivos visaram a domiciliação de pagamentos e a abertura de contas. Em termos absolutos, obtiveram-se um total de 263 domiciliações e registou-se a abertura de 340 novas contas.
No que concerne ao núcleo de "Contact Center", o número de chamadas atendidas na Linha Banif sofreu uma quebra de 18% face a 2009.

O Banif encerrou o ano mantendo a liderança no domínio da banca comercial relativamente à avaliação da qualidade de serviço no atendimento realizada por entidade externa, resultados que traduzem uma forte aposta na qualidade.

Na componente de recuperação de crédito não contenciosa, foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação: Crédito Pessoal – 85%, crédito imobiliário e recuperação de juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria – 87%. Nos últimos 6 meses de 2010, com a adopção do novo modelo de recuperação, a DRD iniciou, também, o acompanhamento comercial sobre outro tipo de responsabilidades, nas quais se registaram as seguintes taxas de regularização: contas correntes caucionadas 86%, letras e livranças 93%, descobertos contas à ordem 33% e cartões 59%.

Banca Electrónica

Ao longo do ano 2010 foram desenvolvidas e disponibilizadas várias soluções que contribuíram de uma forma significativa para o continuo crescimento da utilização do serviço e para o aumento da fidelização dos Clientes. Estas acções permitiram, ainda, enquadrar o Banif@st com as melhores práticas do mercado.

Destas soluções, destacamos as novas funcionalidades de Compra e Venda de Acções, de Subscrição e Resgate de Fundos e, bem assim, a subscrição do envio do Extracto Integrado por e-mail.

Relativamente às operações de Bolsa e Fundos, permitiram não só fechar o leque de funcionalidades consideradas prioritárias para a prestação de um serviço de Qualidade, mas também conquistar um novo segmento de Utilizadores frequentes com perfil para este tipo de transacções.

Quanto ao envio do Extracto Integrado por e-mail, possibilitou a simplificação do acesso à informação e a redução do tempo de disponibilização da mesma. Através desta opção os Clientes podem, ainda, solicitar o cancelamento da produção e do envio do extracto físico por correio. Esta facilidade vai de encontro aos objectivos do Banco no que respeita à sua politica de responsabilidade social, designadamente na sua vertente ambiental.

Dando continuidade a uma das principais preocupações dos últimos anos, foram desenvolvidas diversas acções no sentido de reforçar a segurança na utilização do serviço Banif@st.

Neste sentido, o Banco investiu fortemente na optimização dos processos de monitorização das operações, na prevenção através de comunicação atempada e actualizada das ameaças conhecidas e também na dissuasão, através da disponibilização de um novo sistema para validação das operações que envolvem a saída de fundos. Este sistema tem vindo a ser implementado de forma gradual junto dos Clientes utilizadores frequentes e os seus resultados têm sido bastante satisfatórios. Desta forma e apesar das ameaças serem cada vez mais sofisticadas e frequentes, tem sido possível reduzir o seu impacto no funcionamento normal do serviço.

Analisando os resultados quantitativos, 77% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao Banif@st. Destes, 19% utilizam regularmente o serviço, com particular incidência no canal Internet.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 17% face a 2009, o que resultou, igualmente, num aumento de 17% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em sintonia com os crescimentos verificados, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 10%, em 2010, mesmo considerando a eliminação de algumas comissões.

Na contratação de aplicações a prazo, destaca-se o crescimento verificado nos produtos de Poupança, na sequência do alargamento do número de produtos disponibilizados pelo Banco através da "Soluções Poupança". Em 2010, o montante total de contratação cresceu 71% face a 2009. A par destes valores, o reforço de poupanças através da banca electrónica teve também um aumento significativo de 88%.

3.1.4.2 Canais Agenciados

A Direcção de Canais Agenciados (DCA), enquanto Direcção responsável pela coordenação de toda a actividade dos Promotores Externos, continuou, durante o ano de 2010, a evidenciar-se, na estrutura comercial do Banco, como um importante canal de angariação de negócio, nomeadamente na colocação de produtos de crédito considerado estratégico e na captação de recursos. Salienta-se ainda uma intervenção muito positiva dos Promotores Externos na angariação de novos clientes,

continuando, tal como em anos anteriores, a contribuir para o assinalável êxito das diversas campanhas que pretendem promover o crescimento sustentado da base de clientes do Banco.

Em 2010, num contexto particularmente difícil, a Direcção de Canais Agenciados, em linha com a estratégia comercial do Banco, orientou a sua acção para as vertentes de negócio definidas como prioritárias – a captação de recursos de novos Clientes.

Esta estratégia resultou num crescimento significativo dos recursos captados através da Rede de Canais Agenciados, determinando uma variação positiva de 44% face ao ano anterior e uma carteira, no final do ano, com um valor próximo dos 155 milhões de euros.

Relativamente à angariação de novos clientes, o contributo dos Promotores Externos, veio confirmar, não só o potencial desta rede, mas também o êxito das políticas e práticas adoptadas no relacionamento com os mesmos. A realização, ao longo do ano, de campanhas regulares expressamente dirigidas à captação de contas e recursos, permitiram uma elevada taxa de sucesso, traduzida num crescimento de 15% em novas contas relativamente a 2009, ano em que a tendência tinha sido de sinal contrário.

No que respeita ao crédito estratégico, apesar dos constrangimentos resultantes de uma política de forte contenção e grande rigôr impostas para o ano de 2010, o volume de crédito contratado atingiu um valor de 110 milhões de euros, ainda assim, inferior em 25% ao verificado em 2009, sobretudo por força de uma acentuada baixa na contratação de crédito imobiliário de "Não Residentes", onde se verificou uma quebra de cerca de 33% relativamente ao ano anterior.

Analisada numa perspectiva de negócio global, considerando a colocação de produtos de crédito estratégico e captação de recursos, a *performance* da Rede de Canais Agenciados, representa, para o período em análise, um volume de negócio contratado superior a 260 milhões de euros, fruto da actividade desenvolvida por 1.346 promotores (845 promotores comerciais, 152 mediadores imobiliários e 369 promotores *assurfinance*).

Salienta-se, ainda, o desempenho da Rede *Assurfinance*, vocacionada para a venda de produtos bancários através dos mediadores de seguros agentes da Companhia de Seguros Açoreana, com 38 milhões de euros de negócio contratado, valor correspondente a um crescimento de 65% em comparação com o ano anterior, além de um contributo significativo na angariação de novos clientes, com um crescimento de 62% no mesmo período.
Pelos resultados apresentados, a Rede de Canais Agenciados consolida a sua posição como um importante canal de negócio, face ao valor do seu contributo para o cumprimento dos objectivos do Banco.

3.1.4.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

Relativamente à actividade de gestão de Terminais de Pagamento Automático, no final de 2010 existia um total de 6.745 equipamentos apoiados pelo Banco, número que consubstancia um acréscimo de aproximadamente 30% face aos equipamentos registados no ano de 2009. Os proveitos obtidos pelos TPA cifraram-se nos 288 milhares de euros, devido à substituição massiva de equipamentos fixos por móveis, a qual decorre das solicitações do mercado e de imperativos técnicos impostos pela SIBS sobre os novos equipamentos a instalar (PCI compliance).

Relativamente aos Caixas Automáticos, em 2010 o Banif continuou a política de limitar o número de instalações destes equipamentos "fora de loja", concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos Caixas Automáticos existentes e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano de 2010, o número de Caixas Automáticos existentes era de 570, o que representou um acréscimo de 5% face ao número destes equipamentos no final de 2009. Os proveitos obtidos pelos CAs cifraram-se nos 3.534 milhares de euros.

3.1.4.4 Protocolos e *Cross-Selling*

A actividade de Cross-Selling do Banif - Grupo Financeiro durante o ano de 2010 caracterizou-se pela adopção de políticas de Produto com enfoque no Cliente que possibilitaram às Redes Comerciais do Banif atribuir especial ênfase à venda cruzada, através da qual se promoveu uma crescente fidelização dos Clientes ao Grupo Financeiro Banif.

No final de 2010, a carteira de produtos de Cross-Selling representava 12% da carteira de produtos detidos pelos Clientes Banif. Tomando em consideração a variação líquida de produtos registada entre 2010 e o ano anterior, o contributo dos produtos de *Cross-Selling* foi de 26%.

Em termos de desempenho, os indicadores mais relevantes centram-se na colocação com êxito de 3 Emissões Obrigacionistas na base de Clientes do Banif, num montante global de 110 milhões de euros. Os Seguros Não-Financeiros foram outro dos produtos em destaque, com uma variação homóloga de +7% e os PPR, com 22,3 milhões de euros colocados, correspondentes a uma variação positiva de 10% face ao ano anterior, merece igualmente uma referência positiva.

Os Protocolos Comerciais, continuaram a representar uma importante ferramenta para a captação de Clientes pelo Banco, destacando-se em particular os chamados Protocolos Ordenado.

Adicionalmente, os Protocolos desempenham um importante papel na fidelização da base de clientes já existente, designadamente, através da domiciliação de ordenados, intrínseca aos Protocolos com mais expressão, e da oferta integrada e direccionada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas.

Neste contexto, os resultados obtidos em 2010 foram apreciáveis, traduzindo-se, por exemplo, num número médio de 4,4 produtos em cada Cliente beneficiário de Protocolos, 26% acima do rácio médio verificado no universo de Clientes, que foi de 3,27 por Cliente.

Nos Protocolos foram angariados cerca de 7.500 novos Clientes durante o exercício de 2010, número esse que corresponde a cerca de 11% do total de Clientes angariados pelo Banco, durante o mesmo período.

3.1.4.5 Marketing Estratégico

No decorrer do ano de 2010, a DME desenvolveu e concluiu um conjunto de projectos e iniciativas com significativo impacto na actuação comercial das unidades de negócio, contribuindo, desta forma, para uma maior eficiência das mesmas e para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Clientes.

Na vertente de aplicações de suporte ao negócio, destacam-se as seguintes realizações:

- Disponibilização de uma nova versão da Aplicação de Gestão de Oportunidades comerciais – GOP;
- Desenvolvimento do Dossier do Cliente, funcionalidade que permite ter uma visão integrada e completa do Cliente no Grupo Banif;
- Integração do *Call-Center* no GOP, passo determinante para garantir a perfeita interacção entre os diferentes canais do Banco, assegurando, desta forma, uma superior qualidade de serviço ao Cliente;
- Desenvolvimento de uma Aplicação especificamente vocacionada para monitorização exaustiva da Rentabilidade e Produtividade das unidades de negócio, designada de RP;
- Lançamento, no SIG, de um novo módulo de informação de gestão vocacionado para a monitorização de sinais de alerta de Clientes, informação particularmente relevante para o apoio à tomada de decisões de carácter preventivo na gestão da relação com Clientes;
- Alargamento da Aplicação de *Workflow* da Área de Empresas – GEPC – à Direcção de Executivo de Operações (DEO). Com o finalizar destes desenvolvimentos, ficam integrados os seguintes processos:
  - Propositura de Crédito pelas Equipas de Serviço ao Cliente;
  - Análise de Risco de Crédito pelos Analistas de Crédito;
  - Decisão de Crédito pelos Escalões de Decisão e Poderes Unipessoais;
  - Pedido de formalização à DEO.

Na área do planeamento e estratégia de *marketing* destacam-se as seguintes actividades:

- Produção de diversos estudos de *benchmarking* regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfólio de produtos e serviços do Banco face ao mercado;

- Análise sistematizada das campanhas da concorrência e desenvolvimento do Boletim Semanal da Concorrência;

- Análise estratégica do mercado, com particular enfoque para a exploração dos segmentos Universitário, Business, Sénior e Mulher;

- Análise do mercado bancário e posicionamento do Banif, bem como análises do mercado local;

- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;

- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;

- Gestão estratégica e operacional do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes, com propostas de alteração em comissões consideradas relevantes para a actividade do banco;

- Gestão permanente do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes particulares e empresas do Banco (inquéritos), estabelecimento de objectivos anuais para os principais indicadores de desempenho do inquérito à satisfação dos clientes de retalho, introdução de novos inquéritos de satisfação dos clientes (CGT, cartões em estado inactivo e atendimento telefónico das redes comerciais), alteração da metodologia na realização dos inquéritos relativos aos produtos considerados estratégicos (passagem a periodicidade mensal) e desenvolvimento do Manual Operativo da Monitorização da Qualidade de Serviço;

- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da "Qualidade de Serviço" das Agências Banif, assim como relativa aos *Mystery Calls (call-center)*;

- Dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com as Direcções Comerciais, Direcções de Produto e Direcção de *Marketing* e Comunicação;

- Dinamização do Comité de *Benchmarking* e Inovação, com a realização de diversos estudos de mercado que contribuíram, directa ou indirectamente, para reflexão interna no desenvolvimento de novas propostas de valor;

- Dinamização do portal do Marketing Estratégico, que permite o acesso às aplicações de suporte ao negócio e disponibiliza alguns conteúdos de interesse para as redes comerciais e centrais: novidades, notícias de natureza económico-financeira, informação útil sobre o catálogo de produtos de retalho e produtos / campanhas do Banco em destaque;

- Realização de acções de formação, no âmbito da Formação Vestibular do Banif, nos módulos "Segmentação, Produtos e Cross-Selling" e "Ferramentas Comerciais".

Foram ainda desenvolvidas iniciativas em articulação com outras entidades do Banif - Grupo Financeiro, designadamente:

- Participação no projecto "Reforço de Cross-Selling", no âmbito do Comité de Particulares do Banif - Grupo Financeiro;

- Elaboração mensal dos relatórios da actividade do BCN e da área automóvel do Grupo Banif;

- Participação no projecto de integração do l*easing* mobiliário não-estratégico e *leasing* imobiliário no Banif, em estreita articulação com a Banif GO, DCP e DOQ;

- Participação no projecto "Oferta de Produtos e Serviços", no âmbito do Comité de Empresas do Banif - Grupo Financeiro;

- Exploração de sinergias comerciais com o Banco Mais, designadamente na definição de uma campanha permanente de captação de clientes para o Banif.

3.1.4.6 Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de Dezembro de 2010, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, atingiu 374,7 milhões de euros dos quais 334,3 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos.

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no exercício de 2010, ascenderam a 257,7 milhões de euros (face a 166,9 milhões de euros em igual período do ano anterior, o que se traduz num acréscimo de 54%), dos quais 100,4 milhões de euros provenientes das redes de "Retalho", 152,9 milhões de euros das redes de "Empresas" e 4,3 milhões de euros das redes de "Private".

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 127,4 milhões de euros e na reformulação de créditos num montante total de 22,9 milhões de euros. Estas rubricas registaram um incremento de, respectivamente, 61% e 101%, face ao ano anterior, em que atingiram 79,0 e 11,4 milhões de euros.

No decorrer de 2010 concluiu-se a operacionalização dos modelos de recuperação de crédito resultantes da transformação que se havia iniciado anteriormente nesta área, e que contemplava, designadamente:

- O reforço do modelo de recuperação de créditos, processos e ferramentas na antecipação e gestão de sinais de alerta;

- A introdução de prazos mais reduzidos na actuação inicial e na tramitação dos Clientes em incumprimento entre as diferentes fases de recuperação – acompanhamento comercial, recuperação negocial e recuperação judicial;

- A revisão das atribuições, responsabilidades e procedimentos na gestão do crédito vencido;

- A conclusão da reestruturação das estruturas centralizadas de recuperação e o redimensionamento dos recursos afectos às mesmas;

- O reforço das atribuições e competências da função "Recuperador de Crédito", centralizando nesta função a responsabilidade por garantir a liderança da totalidade do processo de recuperação relativamente aos Clientes transferidos para DRC;

- O alargamento do recurso à externalização de actividades no âmbito da recuperação negocial e judicial, tendo em vista uma maior flexibilidade / eficiência no ajustamento da capacidade de resposta à evolução do crédito vencido e promover uma maior abertura no acesso às "melhores práticas" de mercado;

- A melhoria das aplicações e ferramentas de suporte à gestão do crédito vencido.

O Modelo de Recuperação de Crédito aplicável ao segmento "Retalho" encontra-se implementado. No contexto das acções desenvolvidas em 2010, salientam-se:

- O reforço e estabilização das estruturas afectas a este segmento;

- A redução do prazo na transferência dos Clientes em situação de incumprimento para recuperação central.

No que concerne ao Modelo de Recuperação de Crédito de "Empresas", este foi objecto de um conjunto de ajustamentos importantes em 2010, do qual se destacam:

- A redução gradual dos prazos na transferência dos Clientes para recuperação central, bem como na subsequente definição e operacionalização da estratégia na sua recuperação;

- A introdução de uma abordagem especializada na gestão dos Clientes em processo de insolvência, que promove uma abordagem fortemente proactiva no acompanhamento dos Clientes com maior potencial de recuperação.

Foram ainda concretizadas melhorias importantes ao nível dos processos, ferramentas e meios na gestão dos Clientes com sinais de alertas e crédito vencido, em que se destacam as seguintes iniciativas:

- A formalização e entrada em funcionamento de um novo sistema de sinais de alerta, suportado numa aplicação que permite a monitorização e gestão dos Clientes nessa situação em tempo real;

- O desenvolvimento de um módulo de informação de gestão especializado para apoio ao acompanhamento do desempenho na gestão do crédito vencido;

- A entrada em funcionamento de uma nova aplicação para suporte à gestão processual de crédito vencido.

A evolução verificada traduziu-se em ganhos de eficiência e controlo no desempenho dos processos de recuperação, não obstante o enquadramento macro-económico adverso.

3.1.5 Produtos de Crédito e de Poupança

3.1.5.1 Crédito Imobiliário

A Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI) é o órgão do Banco responsável pela gestão e desenvolvimento dos produtos destinados ao financiamento da aquisição de habitação e espaços comerciais, bem como ao financiamento destinado ao desenvolvimento de projectos imobiliários.

No ano de 2010 o sector da construção evoluiu de forma desfavorável, sendo marcado por uma forte retracção da procura, que se traduziu numa quebra dos preços e consequente esmagamento das margens, e pela retracção da dinâmica de novos projectos, traduzida na redução do número de pedidos de novos licenciamentos.

Esta conjuntura, que se agudizou no segundo semestre, marcou toda a actividade da DCRI, que se viu obrigada a monitorizar de forma sistemática as carteiras e o mercado, com o objectivo de identificar tendências, antecipar possíveis situações de incumprimento, adaptar a oferta às necessidades dos Clientes e à manutenção da qualidade creditícia.

Exemplos do acima referido foram a reformulação da oferta de financiamento à aquisição de habitação pelo Segmento de Não Residentes e o alargamento da oferta dos produtos de Crédito Fomento à Construção, com a introdução de financiamentos destinados ao arrendamento ou exploração.

Apesar dos condicionalismos externos, a carteira de crédito imobiliário (crédito habitação e espaços comerciais), incluindo os créditos securitizados, cresceu 4%, atingindo no final de 2010 um valor de 3.345 milhões de euros (Continente: 2.194 milhões de euros; Madeira: 488 milhões de euros e Açores: 663 milhões de euros), o que representa um aumento de 129 milhões de euros face ao final de Dezembro de 2009. Tal facto permitiu ao Banif manter a sua quota de mercado neste produto (2,95%) e registar uma quota na produção de 3,63%, superior à da carteira.

A produção realizada atingiu um valor de 363 milhões de euros, com um spread médio de 1,97%, o que teve um reflexo positivo no spread médio da carteira, que atingiu um valor de 1,07% (face a 0,94% em Dezembro de 2009).

Em termos de originação, a rede comercial do Banco representou 70% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 30% da produção em 2010.

Relativamente ao crédito a Não Residentes, a carteira em 2010 aumentou 10% face ao ano anterior. No entanto, a produção nova neste segmento em 2010 teve um decréscimo de 44% face a 2009.

Crédito Fomento à Construção

No que respeita à carteira de Crédito Fomento à Construção, a mesma apresentou um valor de 426 milhões de euros (sendo o valor contratado de 661 milhões de euros) o que representou uma variação negativa de 1% face a 2009. Tal facto é explicado não só pela conjuntura, mas também pelo estreitamento dos critérios de aprovação das novas operações.

Também nesta carteira se observou um crescimento dos spreads aplicados, que atingiram um valor médio de 3,23% (face a 2,32% em 2009).

As obras em carteira apresentam um grau de execução médio de 65%, havendo um claro predomínio de edifícios para habitação colectiva. Observa-se ainda uma concentração nas regiões de Lisboa (13% em número de operações e 21% no valor), Porto (16% em número de operações e 10% no valor), Algarve (20% em número de operações e 22% no valor) e Madeira (20% em número de operações e 18% no valor), que globalmente representam 70% do negócio.

Encontra-se em curso um processo de reestruturação da actividade de locação financeira imobiliária do Grupo em Portugal, até agora desenvolvida exclusivamente pela Banif Go e que, a partir de 2011, passará a ser realizada através do Banif. Para tanto, o Banif integrará toda a carteira de leasing imobiliário daquela Instituição Financeira de Crédito, através de uma operação de cisão-fusão cujo projecto mereceu a aprovação do Banco de Portugal em 28 de Dezembro de 2010.

A conclusão deste processo permitirá ampliar a oferta de produtos de financiamento imobiliário disponibilizada pelo Banco.

3.1.5.2 Crédito ao Consumo

Cartões de Pagamento

Durante o ano 2010, a Direcção de Meios de Pagamento centrou a sua actividade no processo de migração da carteira de cartões de crédito para a operativa própria implementada no Banco, e na mudança de centro autorizador dos cartões de débito, processos que concluiu com êxito, tornando o Banco totalmente autónomo em todos os domínios da gestão do produto cartão – débito e crédito. Não obstante este processo de natureza operacional, o Banco continuou a dar primazia à sua aposta no aumento da qualidade de serviço aos Clientes, com o lançamento de novos produtos ou iniciativas, entre os quais, se destacam:

- Cartões Hello Kitty para Não Clientes: Foi lançado o Cartão de Crédito Hello Kitty para não Clientes, através do qual se pretendeu atingir um novo segmento de mercado, alargando o âmbito deste produto já fortemente implantado na base de Clientes do Banif.

- Programa de Fidelização para Cartões de Crédito Hello Kitty: Foi lançado no segundo semestre um programa de fidelização para os Cartões de Crédito Hello Kitty, dirigido a Clientes e a não Clientes. Este programa teve por objectivo a fidelização destes cartões e teve por base de cálculo a acumulação de pontos que se traduz num posterior desconto na compra de artigos com a marca Hello Kitty.

- Cartões Contactless: O piloto do Cartão Contactless, iniciado no primeiro semestre de 2010, que teve por objectivo apresentar a inovadora solução de pagamentos contactless paywave a consumidores e comerciantes na zona de Lisboa, terminou no segundo semestre de 2010.

No que respeita à carteira, o Banif registou, face ao final de 2009, um decréscimo global da carteira de Cartões de -3,33%, justificado pelo facto da carteira de Cartões de Crédito ainda residente na Unicre ter migrado na sua totalidade no 2º semestre de 2010 para o Banco. Esta migração teve por consequência directa a normalização da carteira de Cartões de Crédito, eliminando todos os cartões inactivos da base (cartões sem transaccionar há mais de 3 meses), do que resultou a sua redução de 91.763 cartões no final de 2009 para 66.892 cartões no final de 2010. Em Cartões de Débito, o Banif registou um ligeiro aumento em 2010, traduzido numa variação de 4,68% face ao ano anterior.

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Cartões de Crédito	66.892	91.763	-28,67
Cartões de Débito	310.312	296.430	4,68
Total de Cartões	377.204	390.202	-3,33

Os proveitos decorrentes da actividade de cartões de Débito do Banif fixaram-se nos 8,07 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 21,88% face ao ano anterior. Destaca-se a rubrica de comissões, na qual se verificou um aumento de 15,60%.

Os proveitos relativos à actividade de cartões de Crédito do Banif fixaram-se nos 9,78 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 5,96% face ao ano anterior. Este decréscimo justifica-se pela normalização da carteira de cartões de Crédito decorrente da migração ocorrida no segundo semestre de 2010. Não obstante a redução dos proveitos directos, em termos globais, verificou-se um aumento em 15,70% na rubrica de comissões, obtidas com cartões de crédito, face ao ano anterior.

Crédito Pessoal

A carteira de crédito ao consumo, na modalidade de Crédito Pessoal, registou em 2010 um decréscimo em saldo, consequência do contexto económico envolvente.

Em 2010, verificou-se um crescimento de 7% no número de contratos em carteira e um decréscimo de 4% no volume de crédito sob gestão, em resultado da contratação de empréstimos com montantes de financiamento inferiores, em média, aos registados no ano anterior.

Deste modo, a carteira de Crédito Pessoal, no final do período em análise, cifrou-se em 307 milhões de euros de crédito, correspondentes a 56.763 contratos, com um valor médio unitário de 5,4 milhares de euros e uma taxa média de 10,49%.

Com o intuito de atenuar a evolução negativa esperada na produção de Crédito Pessoal, realizaram-se algumas iniciativas de dinamização da produção, entre as quais se destacam, o lançamento de produtos de crédito ao consumo com finalidade pré-definida, "Crédito Pessoal Multimédia", bem como a revisão das condições de comercialização do Crédito Pessoal Formação Académica.

No âmbito do apoio às vítimas da intempérie ocorrida na Região Autónoma da Madeira, foi criada uma linha de crédito com condições de financiamento bonificado, com o objectivo de apoiar a recuperação de infra-estruturas e fazer face às necessidades financeiras dos Clientes daquela Região.

No período em referência, de acordo com a regulamentação do Banco de Portugal, procedeu-se ainda à revisão do preçário praticado na generalidade dos produtos de Crédito Pessoal.

Em 2010, foi revalidada a Certificação de Qualidade do processo de Crédito Pessoal, segundo a norma ISO 9001:2008.

Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

Relativamente aos produtos de concessão de crédito a Pequenos Negócios através da Rede de Retalho, desenvolveu-se, em 2010, uma oferta sectorial atractiva e relevante, apostando na

captação de clientes, gerando, simultaneamente, mecanismos de fidelização e sustentabilidade da relação, suportada por diversas iniciativas de dinamização comercial.

Deste modo, a partir da oferta de pacotes de produtos e serviços do Grupo, específicos para pequenas empresas e empresários em sectores de actividade económica considerados estratégicos, desenvolveram-se as Soluções Business: Turismo e Saúde e Bem-Estar.

De igual forma e com o intuito de se flexibilizar a oferta associada ao segmento de Pequenos Negócios, promoveu-se o lançamento de um novo produto: o Crédito Investimento Agrícola. Este produto destina-se a apoiar empresas que actuem essencialmente no sector primário, através do financiamento de investimentos em explorações agrícolas (aquisição de terrenos, projectos de modernização, diversificação e reconversão de explorações) e de projectos relacionados com actividades de produção animal, explorações florestais, caça e pesca.

Estas novas ofertas sectoriais constituem, assim, um instrumento para alavancar a captação de negócio, nomeadamente de forma a satisfazer as necessidades muito específicas dos diversos sectores, através de uma oferta agregada de produtos e serviços.

A Carteira de crédito, composta pelas diversas soluções que integram a oferta da Conta de Gestão de Tesouraria, registou um decréscimo de 3% face ao ano anterior, cifrando-se em 295 milhões de euros. Não obstante, verificou-se um aumento do número de contratos em Carteira, num total de 334, que corresponde a um incremento de 1,75% do número de contratos face ao ano anterior. No que respeita ao comissionamento directamente gerado pelas Contas de Gestão de Tesouraria, o aumento foi de 37%, face a 2009, totalizando 2,6 milhões de euros.

No que respeita aos recursos associados à Conta de Gestão de Tesouraria, registou-se um acréscimo de 9% relativamente ao final de 2009, atingindo-se o valor de 44 milhões de euros no final de 2010.

Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

No âmbito da gestão da carteira de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes Particulares, assistiu-se, em 2010, à reestruturação global da oferta de contas de Depósito à Ordem e ao lançamento de novas Soluções de Poupança.

Atendendo a critérios específicos para segmentação dos Clientes, foram desenvolvidos dois novos produtos de Depósito à Ordem – as contas Plus e Platinum, as quais, a par do ajustamento de outros produtos em carteira, permitiram criar uma carteira completa, com características específicas e adequadas a Clientes *mass-market*, *affluent* e *private*.

Com o intuito de continuar a incentivar a poupança das famílias, foram lançados no segundo semestre, o Depósito a Prazo comemorativo do Dia Mundial da Poupança e a campanha Soluções de

Poupança, esta última suportada na comercialização de novos Depósitos a Prazo com estrutura de taxa de juro crescente e numa ampla divulgação nos meios de comunicação.

No que concerne à dinamização de produtos de passivo para o segmento jovem, implementaram-se várias iniciativas de dinamização da Conta Nova Geração, nomeadamente, campanhas de captação de novos clientes no Dia Mundial da Criança e de Contas Poupança no período de Natal.

No seguimento da integração do Banco Mais no Banif - Grupo Financeiro, e com o intuito de tirar partido de sinergias entre as duas Empresas, o Banif lançou ainda uma campanha de dinamização de captação de novos Clientes, suportada na atribuição de condições promocionais aos clientes daquela instituição na abertura de conta e domiciliação de vencimentos e de débitos directos.

3.1.6 Actividade Financeira

O ano de 2010 foi marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Nestas circunstâncias, assistiu-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE com um ligeiro decréscimo nos últimos meses do ano e também a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os Lucros de Operações Financeiras em 2010 somaram 2,8 milhões de euros, contra 4,5 milhões de euros em 2009, menos 1,7 milhões de euros. A principal causa na diminuição registada decorreu dos Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 7,8 milhões de euros, justificados principalmente pelas desvalorizações das Obrigações de Tesouro, em consequência das avaliações negativas do *rating* da Republica Portuguesa. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda contribuíram positivamente para a formação dos Lucros de Operações Financeiras, principalmente em resultado da alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Alienação de Outros Activos foram contabilizados 2,3 milhões de euros, e

em Resultados de Reavaliação Cambial 0,8 milhões de euros, que comparam com -8,6 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente, registados em 2009.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante 2010. Os problemas surgidos na Grécia e na Irlanda, e a necessidade do cumprimento das metas do défice orçamental no âmbito da UE, obrigaram à adopção de um pacote de medidas, entre elas, a criação de um Fundo de Estabilização Financeiro Europeu no montante de 500 milhões de euros e o compromisso, por parte dos Estados Membros, da tomada de medidas necessárias à consolidação fiscal.

Por seu turno, a divulgação de que o crescimento económico nos Estados Unidos da América, em 2009, se situou nos 2,2%, a publicação de indicadores económicos apontando para uma recuperação económica moderada e posteriores projecções de revisão em alta do crescimento mundial não foram suficientes para criar estabilidade nos mercados financeiros.

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25%, e o BCE nos 1%. De salientar que o BCE foi obrigado a repor algumas medidas extraordinárias, para além de promover a compra de dívida pública da Zona Euro, a fim de restaurar a confiança dos mercados, afectada pelas crises grega e irlandesa.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, cotando-se nos 1,3362 no final de Dezembro de 2010.

A envolvente anteriormente mencionada foi um factor conducente à não obtenção de resultados significativos nas operações cambiais do Banco, que ascenderam, no final de 2010, a um valor de 783 milhares de euros, contra os 1,8 milhões de euros obtidos em 2009.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação permanente desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi conseguida através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2010, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e as aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE, existente na carteira no final de 2010, ascendia a 3 mil milhões de euros, com um valor total líquido de "haircuts" no montante de 1,9 mil milhões de euros, contra 1,8 mil milhões de euros e 1,15 mil milhões de euros, respectivamente, em 2009. Refira-se que, durante o corrente ano e com o objectivo de reforçar os activos elegíveis, foi estruturada uma nova operação de Titularização de Crédito Pessoal e Automóvel do Banif, Banif Go e Banif Mais, no montante de 390 milhões de euros, finalizada em Julho de 2010, e uma operação de

Titularização de Crédito Hipotecário, no montante de 500 milhões de euros, que foi finalizada em Novembro de 2010.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2010 as principais agências de *rating* procederam ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa (2 notas). Apesar de considerarem que Portugal não foi dos países da UE mais afectados pela crise económica global, as agências centram as suas atenções nas fracas perspectivas de recuperação económica e no elevado *déficit* orçamental. Mesmo depois de conhecidas as medidas anunciadas no Pacto de Estabilidade Económica, as Agências de Rating ainda mantêm a sua atenção sobre o potencial impacto negativo da envolvente macroeconómica global no nível das finanças públicas, desemprego e fraco desempenho da economia portuguesa no médio prazo.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curtos prazo do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	*OUTLOOK*
Moody´s (14/07/2010)	Baa3	P-3	Negativo
Fitch (08/11/2010)	BBB-	F-3	Negativo

3.1.7 Actividade Internacional

A actividade internacional do Banif - Grupo Financeiro continuou a centrar-se em consolidar a sua presença estratégica em mercados com potencial de negócios e de desenvolvimento de sinergias para o Grupo no seu todo, destacando-se a presença no Brasil, EUA, Malta, Espanha, Reino Unido e em Hong Kong, esta última iniciada em Novembro de 2009.

Paralelamente, deu-se seguimento à aposta em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial a proveniente da Madeira e Açores) tem uma forte presença, como sejam os Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Ainda de destacar a aposta em mercados com relações de negócio com países de expressão portuguesa como Cabo Verde, porta de entrada para o Grupo no continente africano.

Por fim, destaca-se ainda a aposta nos mercados da Hungria, Eslováquia e Polónia, onde o Banif - Grupo Financeiro passou a dispor de uma presença significativa, após a integração do Grupo Tecnicrédito.

Durante o ano de 2010, assistiu-se a uma crescente dificuldade por parte dos bancos portugueses no acesso aos mercados interbancários e financeiros internacionais, em resultado das

preocupações relacionadas com a dívida soberana dos continuados constrangimentos de financiamento e liquidez a nível internacional. Os investidores estrangeiros receiam que os Governos dos países europeus, especialmente dos países periféricos, não consigam cumprir as suas metas orçamentais, nem melhorar as suas perspectivas económicas.

Apesar do contexto actual, o Banif continuou a contar com uma regular relação de negócios com as suas contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera (embora com volumes mais reduzidos e no curto prazo) nos mercados cambiais e monetário. O Banco tem contado ainda com o apoio dos seus bancos parceiros, realizando, numa base regular, operações comerciais, nomeadamente, pagamentos, remessas, Cartas de Crédito, prestação de Garantias e de Comércio Exterior.

O Banif conta actualmente com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e de 35 contas directas de correspondentes (*Nostro* e *Vostro*).

Em termos de negócio internacional, durante o ano de 2010 e apesar de políticas creditícias mais restritivas, o Banif manteve a aposta no trade finance internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco corporate português e brasileiro.

O Banif tem ainda concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance* e no apoio às empresas portuguesas, através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Neste sentido, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de Comércio Exterior (importação e exportação) destinados a apoiar os seus Clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional. Em 2010, o Banif apresentou um incremento ligeiro neste tipo de operações, com especial ênfase nas operações de importação (créditos documentários e financiamentos).

Para apoiar a sua actividade de *Trade Finance*, o Banco conta também com linhas comerciais dos seus bancos correspondentes, na Europa e EUA, numa base *funded* e *unfunded*.

Para além do *Trade Finance*, o Banco tem também apoiado a expansão do negócio dos seus Clientes no estrangeiro através da coordenação entre a área internacional e as estruturas do Grupo Banif no exterior.

No Reino Unido, durante o ano de 2010, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos Clientes da Sucursal, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (*Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Ba*nking e *Pure Trade Finance*), particulares (*Private Banking* e negócios com a Emigração), com ênfase para Clientes com origem e/ou com relações de negócios

em países nos quais o Banif- Grupo Financeiro está presente, e ainda no *Real Estate* com foco para negócios em *Property Finance*, com *local developers* e com clientes residentes naquele país com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

O Banif - Grupo Financeiro conta com presença física internacional em 17 países e 5 Continentes, tendo, durante o ano de 2010, apostado no reforço e incremento de negócio através das suas estruturas no exterior, nomeadamente através do aumento da actividade e ganhos de *market share* em mercados onde já tem presença e na expansão através das novas aquisições/incorporações entretanto concluídas no decorrer do exercício.

3.1.8 Síntese da Actividade e Resultados do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SGPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A análise daqueles elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2010, do qual se destaca:

- O Lucro Líquido ascendeu a 36,2 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 7,7 milhões de euros, que representa uma subida de 27,0% quando comparado com o resultado apurado em 2009;

- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 63,78% em 2009 para 60,86% em 2010, em consequência da conjugação da subida do Produto da Actividade em 1,3% e da descida dos Custos de Funcionamento em 3,3%.

- Os Capitais Próprios elevaram-se a 925,4 milhões de euros no final de 2010, um crescimento de 32,3% face a 2009, devido ao aumento de capital de 214 milhões de euros ocorrido já no final do exercício;

- A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) atingiu 5,19%, enquanto a Rendibilidade do Activo (ROA) ascendeu a 0,30%, contra 4,84% e 0,25%, respectivamente, em 2009.

Demonstração de Resultados

Em 2010 a conjuntura económico financeira agravou-se com a crise da dívida soberana, que afectou Portugal e aprofundou as condições adversas nos mercados financeiros, nomeadamente a escassez generalizada de recursos. Mesmo neste ambiente desfavorável, o Banif alcançou um desempenho positivo, medido pela evolução do Produto de Actividade, que variou +1,3% e pela expansão do Activo Líquido, com uma subida de 7,4%.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma subida de 0,2% face ao final de 2009, elevando-se a 231,8 milhões de euros, apesar da diminuição dos dividendos distribuídos antecipadamente pela Sociedade Numberone SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passou de 39,6 milhões de euros em 2009 para 16,8 milhões de euros em 2010. O comportamento da margem financeira propriamente dita foi favorável, pois beneficiou, por um lado, da descida das taxas de juro passivas, iniciadas no ano anterior e que, devido à sua estrutura temporal, se prolongou em parte de 2010, enquanto as taxas activas mantiveram uma tendência de subida, na sequência da revisão em alta dos *spreads* de crédito. Neste contexto, estima-se que a margem de intermediação financeira tenha melhorado cerca de +20 b.p. face ao exercício de 2009, passando em termos médios anuais de 1,82% para 2,02% entre 2009 e 2010.

Os Lucros de Operações Financeiras em 2010 somaram 2,8 milhões de euros, contra 4,5 milhões de euros em 2009, menos 1,7 milhões de euros. A principal causa na diminuição registada decorreu dos Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 7,8 milhões de euros, justificados principalmente pelas desvalorizações das Obrigações de Tesouro, em consequência das avaliações negativas do *rating* da Republica Portuguesa. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda contribuíram positivamente para a formação dos Lucros de Operações Financeiras, principalmente em resultado da alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Alienação de Outros Activos foram contabilizados 2,3 milhões de euros, e em Resultados de Reavaliação Cambial 0,8 milhões de euros, que comparam com -8,6 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente, registados em 2009.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Comissões por Prestação de Serviços e Reembolso de Despesas, apresentaram uma subida de 6,1%, passando de 88,7 milhões de euros em 2009, para 94,2 milhões de euros no exercício em análise. O aumento verificado neste agregado evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de Clientes do Banco e a revisão das condições de preçário.

Em resultado da evolução das rubricas acima referidas, o Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, pelos Lucros de Operações Financeiras e pelas Comissões e Outros Resultados Líquidos, cresceu 1,3%, totalizando 328,8 milhões de euros.

Os custos de funcionamento do Banco, que incluem Custos com o Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 200,1 milhões de euros, menos 3,3% do que no exercício de 2009, conseguindo-se assim ganhos de eficiência na utilização dos recursos. Todas as componentes dos custos de funcionamento diminuíram entre 2009 e 2010. Os Custos com o Pessoal apresentaram uma diminuição de cerca de 0,2%, e nos Gastos Gerais Administrativos a poupança ascendeu 5,6 milhões de euros, ou seja, menos 7,2% do que o registado em 2009. As maiores poupanças registaram-se em publicidade, comunicações, deslocações e estadas. Como já referido, também ocorreram poupanças nas amortizações, menos 1,1 milhões de euros, que reflectem uma descida de 7,1%, como resultado da desaceleração da expansão da rede de unidades de negócio e de novos investimentos significativos em aplicações informáticas.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento, o rácio "Cost to Income" evidencia um acréscimo de eficiência de 2,92% p.p. (incluindo amortizações), tendo passado de 63,78%, no final de 2009, para 60,86%, um ano depois.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 143,2 milhões de euros, representando um crescimento de 7,5% quando comparado com o final do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 85,6 milhões de euros em 2010, que, apesar de inferior aos 97,3 milhões de euros registados em 2009, são ainda reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os impostos do exercício, em 2009 e 2010, são influenciados com o regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior.

Em resultado da evolução da actividade em 2010, o Lucro Líquido do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, em base IAS/IFRS, ascendeu a 36,2 milhões de euros, mais 27,0% do que o resultado obtido em final de 2009, que se fixou em 28,5 milhões de euros.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2010 se fixaram em 564 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 131,7 milhões de euros (100,6 milhões de euros no final de 2009), e a imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 85,6 milhões de euros (97,3 milhões de euros no exercício de 2009), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 33,1 milhões de euros.

Balanço

No final de 2010, e como resultado da actividade comercial, as principais variações ocorridas no Balanço do Banif, foram as seguintes:

- O Activo Líquido aumentou 7,4% para 12.402,7 milhões de euros;

- O Crédito sobre Clientes Bruto subiu 4,8% para 10.419,1 milhões de euros;

- Os Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos) subiram 10,7% para 7.918,6 milhões de euros;

- Os Capitais Próprios registaram um aumento de 226,0 milhões de euros (+32,3%) para 925,4 milhões de euros.

Como já referido, o Activo Líquido apresentou um acréscimo de 7,4% relativamente ao final de 2009, ascendendo a 12.402,7 milhões de euros, mais 856,1 milhões de euros.

O Crédito a Clientes apresentou, no final de 2010, um saldo bruto de 10.419,1 milhões de euros, mais 4,8% do que no exercício anterior. Cerca de 41,8% do total do crédito está concedido a particulares, do qual 74% é crédito imobiliário. O crédito imobiliário ascendia, em 31 de Dezembro de 2010, a 3.223,0 milhões de euros, dos quais 2.774,4 milhões de euros se encontravam titularizados. Comparativamente a 2009, o saldo do crédito imobiliário aumentou na globalidade 4,4%, e o titularizado 11,8%. Para este último aumento contribuiu a realização, em 2010, de uma operação de securitização, a Atlantes Mortgages 7, que ascendeu a 397,8 milhões de euros.

Ainda no crédito a particulares, o crédito ao consumo ascendia no final de 2010 a 375,1 milhões de euros, contra 391,2 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 4,1%. Em 2010, também foi concretizada uma operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 3, que abrangeu 240,5 milhões de euros de créditos.

O crédito a empresas, que no final de 2010 representava cerca 57,7% do crédito total, ascendia a 6.013,9 milhões de euros, mais 6,1% do que no final de 2009.

O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

Milhões de Euros

	DEZ-10	DEZ-09	VARIAÇÃO %
Particulares			
Crédito Imobiliário	3.223,0	3.086,3	4,4
Do qual titularizado	2.774,4	2.480,4	11,8
Crédito ao consumo	375,1	391,2	-4,1
Do qual titularizado	195,4	0,0	-
Outros	753,6	759,2	-0,7
Total particulares	4.351,7	4.236,7	2,7
Empresas			
Desconto	293,2	333.1	-12,0
Empréstimos	2.705,8	2.366,1	14,4
Contas Correntes	2.259,.8	2.472,4	-8,6
Outros	755,1	498,1	51,6
Total empresas	6.013,9	5.669,7	6,1
Juros a receber e vencidos	53,6	34,6	55,0
Total crédito bruto	10.419,1	9.940,9	4,8
Imparidade de Crédito	346,9	303,5	14,3
Total Crédito Líquido	10.072,2	9.637,4	4,5

Além das operações de titularização atrás referidas, o Banif realizou, em 2010, cessões de crédito com outras empresas do Grupo, desreconhecidas do Balanço, no total de 83,0 milhões de euros, pelo preço de 65,8 milhões de euros, valores semelhantes às cessões realizadas em 2009, que somaram 75,3 milhões de euros, pelo preço de 68,1 milhões de euros.

O rácio de "Imparidade/Crédito Total" situou-se, no final de 2010, em 3,33% (3,05% em 31 de Dezembro de 2009), reflexo da actual conjuntura económica adversa.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda ascendiam, em 31 de Dezembro de 2010, a 451,4 milhões de euros, mais 327,1 milhões de euros do que em 2009. Neste aumento, cerca de 248,7 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2010, a Atlantes Mortgages 7 e Atlantes Finance 3. O restante aumento corresponde a aquisições de diversas obrigações e de OT's.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se um aumento de 69,9 milhões de euros, aumento influenciado principalmente pela aquisição de UP's e de obrigações Rentipar Seguros 2015.

Relativamente ao passivo, a estrutura do *funding* do Banif alterou-se ligeiramente entre os períodos em análise. Esta alteração configura-se favorável no actual contexto financeiro e foi conseguida devido a uma maior captação de Recursos de Clientes.

Milhões de Euros

	DEZ-10	ESTR.	DEZ-09	ESTR.	VARIAÇÃO %
Recursos de Bancos Centrais	1.651.0	15,0%	1.103.4	10,7%	49,6
Recursos de Outras Instituições de Crédito	1.012.5	9,2%	1.621.0	15,7%	-37,5
Recursos de Clientes	7.918.6	71,8%	7.155.1	69,3%	10,7
Passivos Financeiros	17.0	0,2%	8.8	0,1%	92,0
Passivos Subordinados	428.9	3,9%	434.4	4,2%	-1,3
Total de *Funding*	11.028.0	100,0%	10.322.8	100,0%	6,8

O total do funding aumentou 705,3 milhões de euros entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2010, ou seja, subiu 6,8%. Os Recursos de Clientes foram os que apresentaram maior subida, com um aumento de 763,5 milhões de euros, mais 10,7%, passando a representar 71,8% do total do *funding*, contra 69,3% um ano antes.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 547,5 milhões de euros, mais 49,6% do que estava registado em 31 de Dezembro de 2009, passando a representar 15,0% do total do *funding*, contra 10,7% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos foi potenciado com o aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito evoluíram em sentido contrário, diminuindo 608,5 milhões de euros face a Dezembro de 2009, menos 37,5%, reduzindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2010, para cerca de 9,2%, em comparação com 15,7% no final de 2009.

Os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor, apresentaram a seguinte evolução face ao final de 2009:

Milhões de Euros

	DEZ-10	DEZ-09	VARIAÇÃO %
Depósitos de Clientes	7.158,3	6.606,.4	8,4
À ordem	1.311,3	1.189,6	10,2
A prazo	5.303,6	4.773,3	11,1
Poupança	503,4	600,1	-16,1
Outros	39,9	43,4	-8,0
Responsabilidades representadas por títulos	755,3	528,3	43,0
Passivos financeiros ao justo valor	5,0	20,4	-75,7
Recursos de Clientes	7.918,6	7.155,1	10,7

Os Depósitos de Clientes subiram 8,4%, no período em análise, representando um aumento de 551,9 milhões de euros. Os Depósitos a Prazo aumentaram 530,4 milhões de euros, mais 11,1%, e os Depósitos à Ordem mais 121,7 milhões de euros, uma subida de 10,2%. Os restantes tipos de depósitos, "Poupança" e "Outros", diminuíram 96,7 milhões de euros e 3,5 milhões de euros, respectivamente.

No final de 2010, os Passivos Financeiros ao justo valor apresentavam um saldo de 5,0 milhões de euros, que representava na sua totalidade obrigações de caixa BCA 2006/2011. A diferença de saldo para 2009 (15,4 milhões de euros), corresponde ao reembolso das obrigações de caixa Banif Euro Multiactivos 2005/2010 e Banif Eurostoxx 2005/2010.

Em Junho de 2010, o Banco emitiu Obrigações, BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM PROGRAM, no montante de 150,0 milhões de euros, com vencimento em Junho de 2011, registados na rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos. A restante variação nesta rubrica decorre do aumento de Certificados de Depósito.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, atingiram 925,4 milhões de euros no final de 2010, um aumento de 32,3% face ao registado no final de 2009, devido ao aumento do capital social do Banco, de 214,0 milhões de euros, realizado pela Banif Comercial SGPS, SA em Dezembro de 2010.

Como resultado do reforço de capitais próprios, acima referido, o Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, subiu para 14,00%, no final de 2010, face a 13,23% no final de 2009. O Rácio de Solvabilidade, em contas IAS/IFRS e determinado de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situava-se em 14,54% no final de 2010 (13,10% em 31 de Dezembro de 2009), enquanto o rácio *CoreTier I* atingiu 10,76% (8,93% em 31 de Dezembro de 2009).

Os Resultados Líquidos de 36,2 milhões de euros, conjugados com o aumento verificado ao nível da base de capital, proporcionaram um ROE de 5,19% (4,84% em 2009) e um ROA de 0,30% (0,25% em 2009), ambos calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Banco.

Análise Comparativa, em base IAS/IFRS:

Milhares de Euros

	31-DEZ-10	31-DEZ-09	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO %
Balanço				
Activo líquido	12.402.714	11.546.621	856.093	7,4
Crédito s/ Clientes (Bruto)	10.419.117	9.940.935	478.182	4,8
Recursos de Clientes (incluindo Resp. Representadas por Títulos)	7.918.592	7.155.098	763.494	10,7
Capitais próprios	925.380	699.391	225.989	32,3

	31-DEZ-10	31-DEZ-09	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO %
Demonstração de Resultados				
Margem financeira (incl. rendimento de instrumentos de capital)	231.818	213.320	498	0,2
Lucro de operações financeiras	2.813	4.532	(1.719)	-37,9
Outros proveitos líquidos	94.191	88.743	5.448	6,1
Produto da actividade	328.822	324.595	4.227	1,3
Custos administrativos	(185.671)	(191.481)	5.810	-3,0
Cash Flow	143.151	133.114	10.037	7,5
Amortizações do exercício	(14.434)	(15.532)	1.098	-7,1
Provisões/Imparidade	(85.604)	(97.385)	11.781	-12,1
Resultados antes de impostos	43.113	20.197	22.916	113,5
Impostos	(6.937)	8.298	(15.235)	-183,6
Resultado do exercício	36.176	28.495	7.681	27,0

	31-DEZ-10	31-DEZ-09	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO %
Outros Indicadores				
Imparidade de crédito/Crédito Total	3,33%	3,05%	-	-
Resultados antes de impostos/Activo líquido médio	0,36%	0,18%	-	-
Produto bancário/Activo líquido médio	2,75%	2,90%	-	-
Resultados antes de Impostos/Capitais Próprios Médios	5,31%	3,43%	-	-
Cost to income	60,86%	63,78%	-	-
Custos com o pessoal/Produto bancário	34,35%	34,86%	-	-
ROE	5,19%	4,84%	-	-
ROA	0,30%	0,25%	-	-
Rácio de solvabilidade *(Core Criteria* de Basileia)	14,54%	13,10%	-	-
Tier 1 *(Core Criteria* de Basileia)	10,76%	8,93%	-	-
Nº de empregados	2.669	2.656	13	0,5
Nº de pontos de venda	417	410	7	1,7

3.2 Crédito Especializado

3.2.1 Banco Mais, SA

3.2.1.1 Actividade em Portugal

O ano de 2010 foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- O reforço da posição do Banco Mais no mercado de concessão de crédito para aquisição de veículos em Portugal;

- O *rebranding* do Banco Mais – que passou a adoptar a marca comercial Banif Mais – e o desenvolvimento e aproveitamento de sinergias no âmbito do Grupo;

- Preparação para o processo de integração no Banco Mais da actividade de crédito e *leasing* mobiliário da Banif Go, cujo projecto de cisão-fusão foi entregue ao Banco de Portugal no final do primeiro semestre e aprovado no final do ano de 2010.

- Entrada do Banco Mais no "Crédito de Marca" com o desenvolvimento da parceria com a Chevrolet e o início da parceria com a Hyundai.

Em 2010 o Banco Mais foi o operador que apresentou maior crescimento, atingindo, no último trimestre do ano, a 2ª posição no mercado de veículos usados, com 12,9% de quota anual (7,6% em 2009). Também no mercado de veículos novos, o Banco Mais aumentou a quota de mercado para 3,3% (1,1% em 2009). No mercado de financiamento de motos o Banco Mais é um dos dois operadores que lideram o mercado, tendo atingido uma quota de mercado de 29,0% em 2010.

No ano em análise, o banco desenvolveu trabalhos de relevo no sentido de obter maiores níveis de sinergia e eficiência operacional, tirando partido da dinâmica de integração no Grupo Banif. Neste âmbito, há a assinalar as campanhas de cross-selling de produtos Banif/Banco Mais e a passagem progressiva para o Banco Mais das novas operações de crédito e de leasing mobiliário, anteriormente efectuadas pela Banif Go. Uma parte importante destas operações diz respeito a financiamentos para aquisição de equipamentos, o que levou à criação de uma nova direcção – a Direcção Comercial *Cross Selling* e Equipamentos.

Em Dezembro de 2010, o Banco de Portugal aprovou o processo de fusão dos activos afectos às actividades de crédito e *leasing* mobiliário da Banif Go no Banco Mais, devendo esta fusão, uma vez concretizada, reproduzir efeitos contabilísticos reportados a partir de 1 de Janeiro de 2011.

O Mercado Automóvel

Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, as vendas de veículos novos ascenderam a 223.491 unidades em 2010, o que representou um crescimento de 38,8%, face ao ano anterior.

No mês de Dezembro de 2010, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros registou um forte crescimento de 61,9% em relação a igual mês do ano anterior, tendo sido comercializados 28.142 veículos. Este aumento deveu-se, essencialmente, a três factores que, de forma conjugada, conduziram a um aumento significativo da carga fiscal em 2011, e, consequentemente, provocaram uma antecipação da procura no final de 2010:

- Extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida para automóveis não exclusivamente eléctricos;

- Aumento da taxa normal de IVA de 21% para 23%;

- Aumento do Imposto Sobre Veículos (ISV) e do Imposto Único de Circulação (IUC).

Produção e Carteira

Em Portugal, 2010 foi um ano de incremento da actividade comercial, mantendo-se, contudo, critérios de análise muito restritivos. Assim, foram celebrados 21.013 contratos, aos quais correspondeu um volume de crédito de 169,2 milhões de euros.

Apesar do forte incremento da originação de novos contratos face ao ano anterior, a carteira de crédito, líquida de imparidade, em Portugal, apresentou ainda uma redução de cerca de 6%.

3.2.1.2 Actividade Internacional

Na Eslováquia, em 2010, o mercado automóvel registou um abrandamento acentuado, tendo o segmento de veículos ligeiros de passageiros novos decrescido 14%, face a 2009.
Na Polónia, o mercado automóvel melhorou o seu desempenho em 2010 face ao ano anterior, com o nível de vendas de automóveis ligeiros de passageiros novos a apresentar um aumento de 4,2%.
Neste contexto e dada restritividade mantida na concessão de crédito, as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram, no ano em análise, 1.579 contratos, com um total de crédito concedido de 6,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 23,2% e de 26,3%, respectivamente, face a 2009.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2010, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

Banco MAIS, SA

Números significativos (base IAS)			Milhares de Euros
	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	827.278	810.038	2,1
Crédito total	780.091	790.385	-1,3
Capitais próprios	215.824	198.185	8,9
Produção global	173.772	97.943	77,4
Margem financeira	39.112	47.378	-17,4
Produto da actividade	49.596	63.989	-22,5
Cash flow	28.282	42.721	-33,8
Resultado líquido	19.726	22.943	-14,0
Custos pessoal/Produto bancário	17,3%	12,9%	-
Cost to income	45,1%	35,3%	-
Produto bancário/Activo líquido médio	6,5%	7,2%	-
ROE	11,0%	13,2%	-
ROA	2,3%	2,4%	-
RAI/Activo líquido médio	2,9%	3,5%	-
RAI/Capitais próprios médios	12,6%	17,8%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	22,9	18,9%	-
Rácio solvabilidade	23,4%	25,1%	-
Pontos de venda	20	29	-31,0
N.º de empregados	267	297	-10,1

3.2.2 Banif Plus Bank, ZRT

A actividade da subsidiária do Banco Mais na Hungria acompanhou a tendência negativa do mercado automóvel húngaro em 2010, que registou um decréscimo de 28% do volume de vendas. No entanto, a quebra no número de contratos celebrados pela filial foi de apenas 5,4% (e de 1,1% em termos de valor de crédito concedido) uma vez que, no ano de 2009, havia tido uma diminuição bastante acentuada na concessão de crédito.

Na sequência da crise financeira internacional e do panorama macroeconómico, as autoridades húngaras introduziram medidas que impõem restrições ao crédito para compra de veículos, com a introdução de limites legais ao *loan-to-value* e a obrigação da introdução de modelos para aferição das taxas de esforço dos proponentes. Estas medidas são no sentido de limitar o risco de crédito das operações, o que impôs maior disciplina ao mercado, tendendo a favorecer a qualidade das novas carteiras de crédito e indo de encontro àquela que é a estratégia do Banif Plus em termos de política de concessão de crédito.

Os novos critérios de *loan-to-value* impostos são diferentes em função da moeda de referência do empréstimo, tornando mais difícil o acesso aos empréstimos concedidos em moeda estrangeira. Em resultado destas novas regras, e acompanhando a tendência geral do mercado, a penetração dos empréstimos na moeda local, o forint, subiu de cerca de 8% em 2009 para 83% em 2010.

BANK PLUS, ZRT

Números significativos (base IAS/IFRS)			Milhares de Euros
	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	113.021	120.415	-6,1
Crédito total	111.107	126.307	-12,0
Capitais próprios	29.923	35.052	-14,6
Produção global	6.732	6.661	1,1
Margem financeira	9.914	11.820	-16,1
Produto da actividade	12.156	13.468	-9,7
Cash flow	6.985	9.424	-25,9
Resultado líquido	3.095	5.137	-39,8
Custos Pessoal/Produto bancário	29,0%	20,1%	-
Cost to income	45,0%	32,5%	-
Produto bancário/ Activo líquido médio	10,3%	9,8%	-
ROE	10,2%	15,2%	-
ROA	2,6%	3,7%	-
RAI/Activo líquido médio	3,1%	4,6%	-
RAI/Capitais próprios médios	12,2%	18,7%	-
Imparidade do crédito/Crédito total	14,4%	10,5%	-
Rácio solvabilidade	21,2%	23,0%	-
Pontos de venda	9	9	0,0
N.º de empregados	90	85	5,9

3.2.3 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA

3.2.3.1 Produção e Carteira

A produção global, no exercício de 2010, foi de 102,5 milhões de euros, dos quais, 70,1 milhões de Euros (68,4%) referentes a contratos de locação financeira mobiliária, 30,0 milhões de euros (29,3%) a contratos de locação financeira imobiliária e 2,4 milhões de euros (2,3%) relativos a contratos de crédito.

Em relação ao exercício anterior, verificou-se um decréscimo de 32,6% da produção global da empresa. Esta situação explica-se, basicamente, por dois motivos distintos: em primeiro lugar, a continua degradação da conjuntura económica, com reflexo nas politicas de maior contenção e restrição de crédito, e em segundo lugar, a transferência directa de negocio da Banif Go para a nova estrutura do

Banif Mais. Em termos parcelares, há a referir que, em relação ao mesmo período, a locação financeira mobiliária decresceu 26,8%, a locação financeira imobiliária decresceu 41,1% e os contratos de crédito decresceram 55,5%.

As redes de distribuição do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA contribuíram com cerca de 60,6% para a produção de *leasing* mobiliário, com 37,5% para a produção dos contratos de crédito e com a totalidade da produção de *leasing* imobiliário.

A carteira de crédito, antes de imparidade, em 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 490 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 16% relativamente ao exercício anterior.

No 1º trimestre de 2011, irá verificar-se a extinção da Banif Go, enquanto entidade jurídica, com a integração de alguns dos seus activos e passivos no Banif Mais (ex. Banco Mais) e os restantes no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA.

3.2.3.2. Conta de Exploração

A conta de exploração da Banif Go em 2010, reflete o impacto do processo de integração de toda a sua actividade no Banco Mais e para o Banif, o qual se desenvolveu ao longo de 2010 e se estima concluir até ao final do 1.º Semestre de 2011.

A margem financeira teve uma quebra de cerca de 113%, em relação ao exercício de 2009.

O *Cost to Income*, relação entre custos operativos e o produto bancário, teve um decréscimo relevante, tendo em conta a verificação de um valor de Produto Bancário negativo.

O resultado líquido apurado foi negativo em 3.659 milhares de euros, registando um decréscimo de 199% em relação ao ano transacto.

O *cash flow* gerado, no montante de -8.721 milhares de euros, representou um decréscimo de 193% face ao mesmo período de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de colaboradores da sociedade era de 48.

Números significativos (base IAS/IFRS) — Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Produção global	102.532	152.149	-32,61
Activo líquido	583.913	574.308	1,67
Crédito total	490.161	583.088	-15,94
Capitais próprios	57.949	51.608	12,29
Margem financeira	-1.549	12.109	-112,79

Cash flow	-8.721	9.315	-193,62
Resultado líquido	-3.659	3.711	-198,60
ROE	-6,31%	7,19%	-
ROA	-0,63%	0,65%	-
Custos pessoal/Produto bancário	-192,79%	19,79%	-
Cost to income	-603,77%	34,15%	-
Rácio solvabilidade	28,30%	9,30%	-
Crédito vencido/Crédito total	9,78%	7,75%	-
Imparidade/Crédito vencido	38,54%	44,31%	-
N.º de empregados	48	68	-29,41

3.2.4 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Em 2010 foram celebrados 2.800 novos contratos (3.125 no exercício de 2009), o que se traduziu num decréscimo de 10%, num investimento total de 26 milhões de euros. O referido decréscimo deveu-se, em grande parte, à decisão da redução da exposição a Clientes do segmento "Rent-a-Car", bem como à situação macroeconómica que se viveu em 2010.

Durante o ano, manteve-se a estratégia de proceder ao realuguer de viaturas, o que permitiu uma maior rentabilidade das mesmas antes da sua alienação.

O crescimento verificado no mercado de veículos ligeiros de passageiros foi, em grande parte, impulsionado pelas vendas a particulares, para as quais contribuiu o incentivo especial para o abate de viaturas com mais de 10 anos.

No final de 2010, a frota total sob gestão era de 4.671 veículos (4.387 no final de 2009), o que representa um acréscimo de 6%.

Do total dos veículos sob gestão, 3.138 (67%) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro Açoreana) o que representa um acréscimo de 21% face a 2009.

O resultado líquido do exercício de 2010 foi de 320 mil euros, o que representa um decréscimo de 41% face aos 541 mil euros de 2009. Para esta redução contribuiu, com um peso significativo, o aumento do custo de *funding* verificado em 2010.

No que respeita à área de Operações, procedeu-se à implementação do serviço 1 *Link Service Network,* uma solução de *Market Intelligence*, que consiste numa plataforma online para a gestão das autorizações relacionadas com intervenções de manutenção. Esta aplicação permitiu agilizar as intervenções oficinais e reduzir o seu custo.

Para 2011, em termos de produção, o objectivo passa por um crescimento de aproximadamente 18%. Para o efeito, a empresa irá manter a estratégia de apoio junto das redes comerciais do Banif, tendo em consideração a integração dos parceiros do Banif Mais (Rede de Concessionários Chevrolet, Hyundai e Concessionários do Grupo Auto Industrial). Irão ainda ser privilegiados os Pontos de Venda (Concessionários de Marca) e alargar a base de trabalho junto de Clientes directos. Contrariamente às expectativas económicas futuras do país, o mercado de aluguer operacional de viaturas deverá crescer em 2011, uma vez que o *renting* se apresenta como um produto atractivo, sobretudo em alturas de crise para as empresas Portuguesas.

A 31 de Dezembro de 2010, o número de colaboradores da sociedade era de 35. O crescimento verificado resulta da integração de 13 colaboradores oriundos da Banif Go, com o objectivo de dotar a estrutura organizacional da empresa dos profissionais necessários para alcançar os objectos que a empresa se propõe atingir no futuro próximo.

Números significativos

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Produção – N.º contratos	2.800	3.125	-10
Produção – Investimento	26.282	26.146	0,5
Frota sob gestão	4.671	4.387	6
EBITDA	14.323	12.343	16
Activo	95.306	92.521	3
Capitais próprios	1.138	817	39
Número de empregados	35	22	59
Resultado antes de impostos	121	366	-67
Resultado líquido	320	541	-41

3.3 Actividade Internacional do Grupo

3.3.1 Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

À data de 31 Dezembro de 2010, o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. (Banif (Cayman), Ltd.), cifrava-se em cerca de 518 milhões de dólares, tendo-se verificado um decréscimo de 36,5%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2009.

O decréscimo verificado no volume dos activos do Banif (Cayman), Ltd., é explicado essencialmente pelo comportamento das rubricas de "Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados" e "Crédito a Clientes", que sofreram uma quebra de 107 e 171 milhões de dólares, respectivamente, face ao exercício anterior. Também a alienação da totalidade das participações detidas pelo Banif (Cayman), Ltd., no capital social da FINAB e da Banif International Holdings, Ltd.

(BIH), durante o exercício de 2010, contribuíram para a redução do volume de activos do Banco face a 2009.

Relativamente ao Passivo do Banif (Cayman), Ltd., verificou-se um decréscimo de 38% face ao fecho do exercício do ano de 2009. Esta variação é essencialmente explicada pelo decréscimo ocorrido nas rubricas de "Recursos de Outras Instituições de Crédito", "Responsabilidades Representadas por Títulos" e "Outros Passivos", as quais tiveram uma redução de 40%, 45% e 89%, respectivamente.

O Banif (Cayman), Ltd., apresentou um resultado líquido positivo, em 31 de Dezembro de 2010, de cerca de 111 mil dólares, o qual, no entanto representa uma diminuição de 75,1%, face a 31 de Dezembro de 2009.

Verificou-se, no período em análise, um crescimento significativo do Produto Bancário (+145%), potenciado pelo incremento da margem financeira e das comissões. Contudo, o resultado gerado foi parcialmente absorvido pelos custos com pessoal e imparidades associadas ao crédito a Clientes e valores a receber de outras instituições de crédito.

Considerando a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no país, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro ("AML rules and regulations") e as regras de identificação de Clientes ("KYC rules"), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman), Ltd. nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	518.283	816.780	-36,6
Crédito concedido	265.015	435.861	-39,2
Depósito de clientes	91.942	104.048	-11,6
Capitais próprios	42.910	48.750	-12,0
Resultado líquido	111	446	-75,1

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3362 Dólares (USD)

3.3.2 Banif International Bank, Ltd.

À data de 31 de Dezembro de 2010, o volume de activos do Banif International Bank, Ltd. (BIB), ascendia a 636 milhões de dólares, verificando-se um acréscimo de 18%, comparativamente ao final do exercício de 2009.

O acréscimo verificado no volume dos activos do BIB é maioritariamente explicado pelas variações ocorridas nas rubricas de "Crédito" e "Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito", face a 31 de Dezembro de 2009. Registou-se um decréscimo muito significativo da rubrica de

"Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito", em cerca de 81% (253 milhões de dólares), que por sua vez foi compensado pela variação positiva ocorrida na carteira de crédito, a qual teve um crescimento de cerca de 326 milhões de dólares, face ao final do exercício anterior.

No que respeita ao Passivo do BIB, verificou-se um acréscimo de 21%, face ao exercício de 2009. Esta variação é, essencialmente, explicada pelo comportamento das rubricas de "Recursos de Outras Instituições de Crédito" e "Recursos de Clientes e Outros Empréstimos". Entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010, pese embora a redução de cerca de 68 milhões de dólares na carteira de Depósitos de Clientes, verificou-se um incremento de cerca de 156 milhões de dólares na captação de "Recursos de Outras Instituições de Crédito", o que compensou o efeito acima referido

O BIB apresentou um resultado líquido negativo, em 31 de Dezembro de 2010, de cerca de 237 mil dólares. O resultado, apesar de se manter negativo, representou uma evolução positiva, face a 31 de Dezembro de 2009.

Esta melhoria do resultado, face a 2009, deveu-se essencialmente ao aumento do produto bancário, por via do incremento das receitas de serviços e comissões (5.438 milhões de dólares em 2010, face a 3.303 milhões de dólares em 2009).

Considerada a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no país, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro – "AML rules and regulations" – e as regras de identificação de Clientes – "KYC rules"), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção Geral do Banif International Bank, Ltd. nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	635.755	538.998	18,0
Crédito concedido	469.344	143.021	228,2
Depósito de clientes	245.945	314.022	-21,7
Capitais próprios	43.772	48.354	-9,5
Resultado líquido	-237	-2.496	90,5

Em 31 de Dezembro de 2010 1 Euro (EUR) equivalente a 1,3362 Dólares (USD)

3.3.3 Banif Finance (USA) Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário licenciada no Estado da Florida, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

De acordo com a regulamentação do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFUSA está sujeita a fiscalização governamental e correspondente legislação. A verificação ao nivel de *compliance* local é também levada a efeito, anualmente, por uma terceira entidade independente, a fim de reduzir os riscos legais e operacionais a que possa estar exposta.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, como resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif - Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o ano de 2010, a sociedade continuou a exercer a sua actividade sob condições de mercado bastante adversas. Continuando a aplicar critérios de concessão de crédito muito restritivos, a BFUSA financiou um total de 13 novas operações, no montante total de USD 20,3 milhões, valor que compara com os USD 56 milhões financiados em 2009.

Durante o exercício de 2010 a BFUSA constituiu provisões adicionais para risco de crédito no valor total de USD 2,9 milhões.

O lucro líquido da sociedade em 2010 foi de USD 2,4 milhões (USD 1,6 milhões em 2009).

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	264.997	302.953	-13
Capitais próprios	12.986	10.595	+23
Proveitos totais	19.074	23.377	-18
Lucro líquido	2.391	1.565	+53

3.3.4 Banif Financial Services, Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de

ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

A BFS actua nos EUA como US Investment Adviser e tem como missão:

- Desenvolver e apoiar os negócios do Banif - *Private Wealth Management*, contando, para tal, com uma equipa de Investment Advisers que, a partir de Miami, cobre os mercados do Brasil, Venezuela e Argentina;

- Articular com a sede do Banif - Grupo Financeiro em Lisboa, com o Banif Brasil, com o Banif (Cayman), com o BIB e outros prestadores de serviços, todo o processo de criação, implementação e manutenção de serviços e produtos do Banif - *Private Wealth Management*.

No final de 2010, a sociedade contava com um total de 265 Clientes e um total de activos sob gestão de USD 154 milhões (USD 118 milhões no final de 2009).

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	382	365	+5
Capitais próprios	361,4	357	+1
Proveitos totais	465	740	-37
Lucro líquido	4	4	0

3.3.5 Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

Das 15 maiores economias do mundo, o Brasil foi um dos países que apresentou uma menor queda do Produto Interno Bruto em 2009, conseguindo mitigar o impacto da crise de 2008. O Brasil foi ainda o país que, no ano de 2010, conseguiu o maior crescimento do Produto Interno Bruto, de entre o referido conjunto de países, alcançando 7,5% de crescimento. Este desempenho resultou de um clima político de cariz marcadamente social, mas que também tem permitido o crescimento do sector privado, melhorando a distribuição de rendimentos e incentivando o desenvolvimento das suas infra-estruturas. Foi ainda o resultado de um conjunto de medidas de redução de impostos sobre a indústria, principalmente a automóvel, que atingiu vendas de 3,6 milhões de unidades, levando o Brasil a ser o quarto maior produtor automóvel mundial. Por outro lado, a forte expansão do crédito ao consumo e imobiliário para a população de baixo rendimento e de classe média, o que promoveu uma forte competição - entre os bancos privados, pelo referido segmento de mercado.

O Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA ("Banif Brasil") manteve-se fiel ao objectivo de se vir a tornar num importante banco de média dimensão, aumentando progressivamente a sua

quota de mercado e oferecendo um serviço personalizado aos Clientes de classe média e alta. O banco aposta num conceito de "banca de relacionamento", oferecendo produtos de "private banking". Mantém ainda uma importante área de crédito ao consumo, com a Banif Financeira - e o BanifCard, e de serviços de apoio à exportação, capitalizando a vocação internacional do Grupo e fazendo uso da sua importante rede comercial a nível internacional. Por fim, a actividade do banco é ainda complementada pelos serviços do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, principalmente na venda de serviços da Banifinvest e nas operações de mercado de capitais e *asset management.*

Este ano, no contexto do crescimento do país e das fortes medidas económicas implementadas, o Banif Brasil cresceu significativamente, sendo reconhecido como um banco de grande dinâmica, com uma estratégia definida e de grande envolvimento com o Brasil. O Banif Brasil é já uma marca brasileira reconhecida e continua melhorando a sua posição no ranking das instituições bancárias daquele país. De acordo com as estatísticas das associações bancárias e do Banco Central do Brasil, o Banif Brasil é, actualmente, o 20º em operações do comércio exterior e câmbio, o 62º em depósitos e o 79º em activos.

O ano de 2010 iniciou-se com relativa estabilidade nos mercados externos, pelo que, considerando que a crise internacional não teve um impacto forte no Brasil, o Banco procurou manter o seu crescimento orgânico e ganhar quota de mercado. No ano em referência, o Banif Brasil aumentou os seus activos em 33%, atingindo 1.978 milhões de reais, e apresentou a excelente marca de crescimento de 39% nos recursos captados junto a Clientes, atingindo 1.042 milhões.

A Banif Financeira, *brand* para o sector do crédito automóvel e ao consumo, que funciona em parceria com a promotora Lusicred, já se classifica entre as dez mais dinâmicas do país no crédito automóvel e apresenta, nestes quatro anos de operação, um dos melhores indicadores de qualidade de risco, quando comparada com outras empresas do sector, atingindo em 2010 um crescimento de 183%, fechando o ano com 362,8 milhões de reais de reais de carteira de crédito.

A área de cartões de crédito BanifCard, comercializados sob a bandeira Visa, tem desenvolvido diversos processos para aceder a uma base ampliada de clientes. No sentido de procurar atender os seus Clientes de uma forma mais personalizada "tailor made", desenvolveu os cartões "private label", da Lusa, do Palmeiras e da Proteste. Os dois primeiros são desenhados para atingir o público de importantes clubes de futebol e o último visa atingir os 350.000 associados da Proteste, entidade altamente conceituada e que optou pela parceria com o Banif no tocante ao cartão de crédito. As acções de marketing implementadas no contexto da venda dos produtos de consumo do Banif Brasil têm ainda desempenhado um importante papel no reconhecimento da marca "Banif" em território brasileiro.

A area de Comércio Exterior e Câmbio tem sido, ao longo dos anos, de uma importância vital e estratégica no desenvolvimento da actividade, o que levou o banco a ser apontado como "dealer" pelo Banco Central durante os últimos seis anos. Actualmente, o banco é o 20º no seu país, no ranking do Comércio Exterior. No tocante aos financiamentos ao comércio exterior, que, no

passado, tinham uma participação relativa mais significativa, actualmente montam a 125 milhões de reais, em função do redirecionamento da actividade do banco para activos mais rentáveis e das dificuldades no acesso a linhas de crédito externas para financiamento da referida actividade.

Com o decorrer de 2010, o agravamento da crise internacional, que fortemente abalou a economia dos países europeus e dos Estados Unidos da América, afectou fortemente o sector do comércio externo brasileiro, pois houve uma redução substancial das linhas de crédito externo, principalmente para os bancos de menor dimensão, e a utilização de reais para o financiamento de operações de exportação, aumentou fortemente os custos de produção de alguns sectores, como o do agro business, que continuou a sofrer impactos negativos na sua *performance*, obrigando grandes exportadores de *"commodities"* a renegociar as suas dívidas, o que provocou um aumento das provisões na generalidade do sector bancário.

Apesar do recrudescimento da crise internacional, o Banif Brasil encontra-se agora mais salvaguardado, dispondo de activos mais diversificados e pulverizados, que o expõem a um menor risco. Adicionalmente, a estratégia seguida permitiu ao banco estabelecer melhores "spreads" nas suas operações e aumentar as suas receitas. Contando com o apoio do Grupo, as operações de crédito consignado em folha de pagamento do funcionalismo público cresceram 54%, atingindo 253 milhões de reais.

Dentro deste cenário, o resultado líquido do Banif Brasil continuou fortemente impactado pelo critério conservador na constituição de provisões. Porém, o lucro líquido cresceu 115%, atingindo 1,9 milhões de reais, destacando-se a forte evolução do Produto Bancário, em 38%, que atingiu 94,7 milhões de reais, quando comparados aos 68,8 milhões de reais do ano anterior. Os referidos indicadores justificam a continuidade do trabalho desenvolvido e a estratégia seguida nos últimos 14 anos, de constituir o Banif Brasil como um banco comercial com uma presença marcante no mercado brasileiro .

Em 2010, o contributo do Banif Brasil para o resultado consolidado do Banif - Grupo Financeiro foi de 12,2 milhões de euros (contra 8,2 milhões de euros em 2009).

CONTAS INDIVIDUAIS (de acordo com as normas brasileiras)			Milhares de Reais
	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.978.000	1.486.465	33
Crédito líquido	1.194.371	898.470	33
Recursos de clientes	1.042.321	750.597	39
Capitais próprios	176.744	160.184	10
Produto bancário	94.791	68.800	38
Cash flow	27.621	47.709	-42
Resultado líquido	1.929	899	115
Pontos de venda	25	25	-
N.º de colaboradores	322	303	6

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro equivalente a Reais 2,2130
Em 31 de Dezembro de 2009: 1 Euro equivalente a Reais 2,5113

3.3.6 Banca Pueyo, SA

A Banca Pueyo, SA (Banca Pueyo) contava, em finais de 2010, com 88 agências bancárias nas Comunidades Autónomas da Estremadura, Madrid e Sevilha.

A Banca Pueyo desenvolve a actividade típica de um banco comercial destinado a clientes de retalho, abrangendo não só os produtos típicos bancários, contas correntes e de depósitos, depósitos a prazo, contratos de crédito e de *leasing*, mas também outros, como os depósitos e a intermediação de valores mobiliários e ainda a comercialização de seguros de diferentes ramos, de fundos de investimento e planos de pensões.

A Banca Pueyo é a sociedade-mãe de um grupo de empresas, entre as quais se encontram, como mais significativas, uma sociedade gestora de fundos de pensões – Pueyo Pensiones EGFP, SA – e uma sociedade agente de seguros – Pueyo Mediación, SA.

Durante o exercício de 2010, a Banca Pueyo manteve a estratégia de expansão da sua rede de Agências, tendo inaugurado 4 novas Agências, todas na Estremadura.

A actividade do sector bancário espanhol, em 2010, esteve marcada pela crise económica internacional e pela reestruturação das Caixas de Aforro. A necessidade de liquidez por parte do sector financeiro provocou uma elevada concorrência pelos depósitos dos Clientes, o que manteve a remuneração dos mesmos em níveis elevados, com a consequente redução da margem financeira. Por este motivo, um dos principais objectivos da Banca Pueyo durante todo o ano de 2010 foi o de conseguir um crescimento equilibrado entre Crédito e Recursos de Clientes, de modo a não fazer depender o seu crescimento de outro tipo de recursos, mantendo os seus excelentes rácios de liquidez.

Em resultado desta política, foi possível atingir um crescimento de 3,41% no Crédito Concedido e de 4,13% nos Depósitos de Clientes, valores muito positivos dada a conjuntura económica verificada durante todo o exercício de 2010. Estes números permitem à Banca Pueyo iniciar o exercício de 2011 em óptimas condições de liquidez para atingir os objectivos propostos para o mesmo.

O Crédito a Clientes atingiu, em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 664 milhões de euros. Deste valor, 70% está coberto por garantias reais, quase exclusivamente hipotecárias.

Os Depósitos de Clientes atingiram o montante de 831 milhões de euros.

Todos estes dados de crescimento estão acompanhados de um Rácio de Crédito Vencido de 2,12% sobre o total da Carteira de Crédito, muito abaixo da média do sector em Espanha, com uma cobertura por provisões de 159%.

Quanto a resultados, o Grupo Banca Pueyo obteve, em 2010, um Lucro Líquido de 5,8 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 23,41% em relação ao resultado do exercício anterior.

Esta diminuição resulta, essencialmente, da redução da margem financeira e dos montantes destinados ao fortalecimento do balanço através da constituição de provisões para imparidade.

CONTAS IAS / IFRS (consolidadas)			Milhares de Euros
	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	982.806	936.551	+4,93
Crédito concedido bruto	663.943	642.055	+3,41
Depósitos de clientes	831.446	798.499	+4,13
Capitais próprios	81.170	76.622	+5,94
Margem financeira	28.746	30.906	-7,26
Produto da actividade	12.767	15.081	-7,38
Resultado líquido	5.761	7.521	-23,41
ROA	0,5%	0,81%	-
ROE	6,87%	9,56%	-
Crédito vencido/Crédito total	1,65%	1,31%	-
Cost to income	50,45%	48,41%	-
N.º de agências	88	84	+3,70
N.º de empregados	230	227	+1,01

3.3.7 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

Depois de um assinalável crescimento em 2006 e 2007, os anos seguintes foram de forte desaceleração da actividade económica, em Cabo Verde, em virtude da crise financeira mundial que afectou negativamente o turismo, a construção e os fluxos de investimento directo estrangeiro, conforme se constata da evolução das taxas de crescimento real do PIB, com valores próximos de 10% p.a. em 2006 e 2007, que foram reduzidos para cerca de 4 a 5% p.a. nos anos de 2008 e 2010, sendo que, em 2011, as previsões apontam para 5,5% p.a.

A taxa média de inflação tem registado valores moderados nos últimos anos – com excepção do período compreendido entre 2006 e 2008, em virtude do elevado crescimento da economia – sobretudo em resultado da política cambial que liga o Escudo Cabo-Verdiano (CVE) ao Euro. As perspectivas de evolução para a economia de Cabo Verde mantêm-se positivas, baseadas no aumento do investimento directo estrangeiro e do investimento público, em especial ligado aos sectores do turismo e da construção.

Para o BCN, o ano de 2011 foi marcado por uma expansão selectiva da carteira de crédito, que apresentou uma variação (em termos líquidos) de cerca de 10%, e por uma redução da carteira de recursos de Clientes, em cerca de 17%, o que está associado à saída de fundos de um conjunto de Clientes institucionais e empresas internacionais ligadas ao turismo e à construção. Em termos de quota de mercado, o BCN detém cerca de 12% no crédito e de 9% em recursos, o que compara com 12% e 11% em 2009, respectivamente.

A nível da conta de resultados, os Resultados Líquidos aumentaram cerca de 22%, o que decorre dos seguintes contributos: (1) redução da margem financeira em cerca de 7%, o que espelha o aumento do custo de *funding* local, num mercado com taxas de transformação crescentes e elevados requisitos de disponibilidades mínimas de caixa; (2) aumento de 43% nas comissões líquidas, o que reflecte a revisão de preçário e a introdução de novos serviços (p.ex., Western Union); (3) aumento do produto bancário em cerca de 4%; (4) aumento dos custos com pessoal em 6%, em resultado da estabilização do quadro de pessoal, após os últimos anos de expansão da Rede de Agências; (5) redução dos gastos gerais administrativos em 12%, em virtude da continuidade da política de contenção de custos decorrente do PCC - Plano de Controlo de Custos iniciado em 2009; (6) aumento das imparidades do exercício em cerca de 53%, reflectindo também a manutenção do grau de cobertura da carteira de crédito vencido em níveis próximos aos evidenciados em 2009.

O ano de 2010 foi ainda marcado pelo aumento da carteira de crédito em incumprimento (segundo Circular E125.30 do BCV, corresponde a crédito com mais de 90 dias e de cobrança duvidosa), que passou de 1,30% para 2,24% da carteira total, apesar dos esforços das áreas comerciais e do reforço do Gabinete de Recuperação de Crédito. Contudo, é de salientar que os valores apresentados ainda se situam claramente abaixo da média do mercado (cerca de 3,5%). O grau de cobertura do crédito em incumprimento pela imparidade é de 166% vs. 174% em 2009.

Em 2010, o BCN passou a contar com uma presença física verdadeiramente nacional, em todas as 9 ilhas habitadas, ao inaugurar, em Setembro, a sua 21ª Unidade de Negócios na ilha da Brava. O banco procedeu ainda ao lançamento de novos produtos de poupança e à introdução do factoring, onde foi inovador no mercado.

Contas IFRS

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	114.438	130.102	-12,0
Crédito concedido bruto	91.309	82.046	11,3
Depósitos de clientes	82.130	98.923	-17,0
Capitais próprios	10.374	9.280	11,8
Margem financeira	4.530	4.846	-6,5
Produto da actividade	6.266	6.057	3,5
Cash flow de exploração	2.994	2.650	13,0
Resultado líquido	716	586	22,2
ROA	0,63%	0,45%	38,9
ROE	6,90%	6,31%	9,3
Crédito em incumprimento/Crédito total	2,24%	1,30%	72,3
Imparidade/Crédito em incumprimento	165,56%	173,83%	-4,8
Cost to income	62,95%	67,70%	-7,0
N.º de agências	21	20	5,0
N.º de colaboradores	124	123	0,8

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2009 = 31 Dezembro de 2010 (currency peg existente) 1 Euro = 110,265 CVE

3.3.8 Banif Bank (Malta), Ltd.

O Banif Bank (Malta) plc (Banif (Malta)) foi constituído pelo Banif - Grupo Financeiro em 27 de Março de 2007, data em que obteve a licença para operar como instituição de crédito nos termos do *Banking Act*, Cap 371 das Leis de Malta, tendo iniciado as suas operações em Janeiro de 2008.

No final de 2007, um conjunto de investidores locais foram convidados a participar no capital social do Banco tendo, no total, subscrito 28% do mesmo. Mais tarde naquele ano, a empresa aumentou o seu capital social para 25 milhões de acções ordinárias de 1,00 euro cada, 60% dos quais foram pagos na subscrição, tendo os restantes 40% sido pagos em 2009. O capital social ascende, assim, a 25 milhões de euros. Não ocorreram quaisquer aumentos de capital durante o ano em análise.

O banco actualmente disponibiliza uma completa gama de serviços a residentes e não residentes, através de uma rede de oito Agências, um Centro de Empresas, e um Centro Privado

Em 2010, o Banif (Malta) continuou a prosseguir a sua estratégia de crescimento com vista a tornar-se uma referência no mercado bancário local. O Banif (Malta) apresentou um crescimento significativo na sua carteira, tanto em termos de empréstimos como de depósitos, o que se reflectiu de igual forma no correspondente produto da actividade. A carteira de crédito cresceu para 157 milhões de euros, representando um aumento de 162% quando comparado com os 59,5 milhões de euros alcançados no final de 2009, enquanto a carteira de depósitos cresceu para 433,7 milhões de euros, representando um aumento de 197% quando comparado os 146,1 milhões de euros alcançados no final de 2009.

O ano em análise voltou a apresentar-se pleno de desafios, aos quais não foram alheios a crise da dívida soberana em vários países da UE e a manutenção do cenário de recessão global. O Banco continua empenhado na execução da estratégia de penetração e crescimento traçada no seu plano de negócios.

Em 2010, o Banif (Malta) obteve um produto da actividade total de 5,126 milhões de euros, representando um aumento de 176% relativamente aos 1,855 milhões de euros registados em 2009. A margem financeira fixou-se em 1,123 milhões de euros (contra 1,104 milhões de euros em 2009).

Os rendimentos de serviços e comissões foram de 806 milhões de euros (contra 335 milhões de euros em 2009) enquanto os rendimentos de *trading* ascenderam a 1,009 milhões de euros (416 milhões de euros em 2009). O Banco aumentou a actividade de *trading* durante o ano em análise, nas vertentes de negociação de derivativos cambiais, com alguns Clientes, assim como na compra e venda de títulos de dívida soberana e privada cotados localmente e títulos emitidos por empresas do Grupo cotadas em bolsas estrangeiras.

No total, o produto da actividade cobriu 60,26% (27,64% em 2009) das despesas. Os custos operacionais totais, incluindo gastos com pessoal, depreciação de activo imobilizado e amortização

de activos intangíveis totalizaram 8,507 milhões de euros (6,712 milhões de euros em 2009). As despesas com pessoal representaram 43,63% (42,22% em 2009) do total dos custos operacionais.

Em 2010, o Banco registou um prejuízo de 2,675 milhões de euros, líquido de impostos, representando uma redução de 855 milhões de euros quando comparado com os 3,530 milhões de euros registados em 2009.

Em consonância com a política de provisionamento do Banif (Malta) e tendo em consideração o crescimento da carteira de empréstimos registado durante o ano em análise, o banco registou imparidades num total de 670 milhares de euros (contra 367 milhares de euros em 2009). A provisão total para imparidades no final de 2010 situou-se em 1,186 milhões de euros, representando 0,76% da carteira total de empréstimos (2009: 0,86%).

O total do activo atingiu 458,6 milhões de euros (170,4 milhões em 2009), dos quais 432,3 milhões de euros são relativos a aplicações em instituições de crédito e empréstimos a clientes, representando 94,26% (84,74% em 2009) da base total de activos. A componente do passivo relativo a depósitos somou 433,7 milhões de euros (146,1 milhões em 2009), com um rácio de transformação de depósitos em crédito a Clientes de 36,19% (40,73% em 2009).

Durante o ano em análise, o Banif (Malta) também atingiu outros marcos importantes, com o lançamento dos cartões de crédito e de débito para empresas. Seguindo a tendência dos anos anteriores, o Banco continuou a lançar um conjunto de produtos de depósito e de empréstimo inovadores e competitivos, com o objectivo de aumentar a penetração em todos os sectores relevantes de mercado, aumentando assim a sua quota de penetração.

Tudo isto foi suportado numa abordagem que garantiu uma adequada disponibilidade de recursos, técnicos e humanos, ao nível do *front* e do *back office*. O quadro de pessoal atingiu os 137 colaboradores no final de 2010, tendo aumentando em 22 face aos 115 existentes no final de Dezembro de 2009. O banco continua empenhado em garantir um alto nível de qualidade do serviço e em disponibilizar uma oferta de produtos e serviços que melhor se adeque às necessidades do mercado.

Em 2010, o Banco continuou a investir em campanhas de *marketing* orientadas a produtos específicos, lançando novos conceitos que diferenciaram a sua oferta das restantes ofertas no mercado. O banco associou-se a uma série de eventos de projecção nacional como *Rockestra, The President's Charity Fun Run* e *L-Istrina*, estes últimos com uma relevante intervenção no campo da solidariedade social. O sucesso destes eventos foi extraordinário, estando o Banco empenhado em manter o seu apoio a iniciativas semelhantes nos próximos anos.

No ano em análise, o Banif (Malta) recebeu o prémio de Melhor Grupo Bancário em Malta em 2010, atribuído pela *World Finance*. Este prémio foi atribuído em reconhecimento do desempenho financeiro do Banco, do seu *corporate governance* e da qualidade e inovação da sua oferta de produtos e serviços,

que proporcionam valor aos Clientes. Esta foi uma importante conquista e uma clara demonstração da confiança de que o Banco dispõe por parte dos seus clientes, colaboradores e accionistas.

Adicionalmente, o Banif (Malta) está prestes a disponibilizar ao público a sua rede interna de ATMs, após um intenso período de testes e uso interno. Ainda em Março, serão lançados outros novos serviços, com destaque para a funcionalidade de pagamento de contas via Banif@st.

O Banif (Malta) está confiante de que 2011 será um ano em que o seu volume de negócios continuará a crescer e em que provavelmente se alcançará o "break-even" operacional.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	458.641	170.366	169,21
Crédito concedido bruto	156.950	60.004	161,57
Depósitos de clientes	433.679	146.066	196,91
Capital social	25.000	25.000	-
Margem financeira	1.123	1.235	-0,112
Crédito vencido/Total crédito	2,7%	0,00%	2,7
Produto da actividade	5.126	1.855	176,33
Resultados líquidos	-2.675	-3.530	24,22
ROA	-0,88%	-3,1%	2,22
ROE	-28,11%	-30,57%	2,46
Rácio de solvabilidade	8,32%	17,89%	9,57
Cost to income	165,96%	361,83%	195,87
N.º de agências	8	8	-
N.º de empregados	137	115	19,13

3.3.9 Outras actividades *Off Shore* e Internacionais

A Banif International Holdings, Ltd. (BIH) é uma sociedade holding constituída nas ilhas Caimão em 2004, que possui 100% das acções ordinárias de três subsidiárias: Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA); Banif Financial Services, Inc. (BFS), e Banif Forfaiting Company (BFC).

A BIH detém também no Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, uma posição accionista de 10% do seu capital.

O objecto da BIH consiste na gestão das participações no capital das suas subsidiárias, para que estas possam desenvolver os respectivos negócios, responder às suas obrigações financeiras e cumprir todos os requisitos regulamentares, de acordo com as licenças e jurisdições em que desenvolvem as suas actividades.

Em 2010, a BIH apresentou um Resultado Líquido praticamente nulo, que compara com 1,5 milhões de dólares registado no exercício de 2009.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	54.104	43.279	+25
Capitais próprios	21.052	20.156	+4
Proveitos totais	2.037	2.654	-23
Lucro líquido	1	1.538	-100

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.3362 Dólares (USD)

A Banif Forfaiting Company, Ltd. (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de trade finance do Grupo no continente americano. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de trade finance (letras, promissórias, aceites, etc.) para posterior venda/distribuição a terceiros.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Milhares de Dólares

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	25.321	71.285	-64
Capitais próprios	-633	684	-193
Proveitos totais	1.691	1.266	+34
Lucro líquido	-1.317	338	-490

Em 31 de Dezembro de 2010: 1 Euro (EUR) equivalente a 1.3362 Dólares (USD)

4. BANCA DE INVESTIMENTO

4.1 Banif - Banco de Investimento, SA

Os resultados do Banif - Banco de Investimento, SA ("Banco de Investimento") evoluíram de forma vincadamente positiva em 2010 e de tal forma que:

- No plano individual, o resultado líquido passou de 1,7 milhões de euros para 5,8 milhões de euros, graças a um aumento do produto bancário de quase 5 milhões de euros que, contrastando com uma redução dos custos operacionais de quase 5%, permitiu baixar o *cost to income ratio* para 53%;

- No plano consolidado, o resultado líquido atingiu 8,2 milhões de euros, avançando cerca de 4,5 milhões de euros (+120%) sobre o resultado de 2009 e elevando o retorno sobre capitais

próprios para 12,2%. O *cost to income ratio* caiu de 72% para 61% graças à conjunção de maiores proveitos (+8%) e menores custos operacionais (-9%).

O crescimento do Produto Bancário consolidado foi impulsionado pelo acréscimo de 3 milhões de euros (+26%) registado no agregado "Margem Financeira e Resultados de Operações Financeiras", enquanto as Comissões Líquidas decresciam de 21,8 milhões de euros para 21,4 milhões de euros. Nos custos operacionais destaca-se uma forte correcção nos serviços e fornecimentos de terceiros (-3 milhões de euros) que compensou largamente os acréscimos (muito menos significativos) nos custos com o pessoal e nas amortizações.

Milhares de Euros

CONTAS INDIVIDUAIS	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.322.666	989.007	34
Capitais próprios	60.968	62.030	-2
Produto da actividade	28.512	23.621	21
Cash flow	14.493	8.666	67
Resultado do exercício	5.836	1.742	235
ROA	0,5%	0,2%	-
ROE	10,6%	3,6%	-
Cost to income	53,1%	67,2%	-
Rácio de solvabilidade	8,9%	11,0%	-

Milhares de Euros

CONTAS CONSOLIDADAS	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.339.229	986.850	36
Capitais próprios*	94.185	74.373	27
Produto da actividade	35.916	33.312	8
Cash flow	15.102	10.219	48
Resultado do exercício	8.182	3.714	120
ROA	0,7%	0,4%	-
ROE	12,2%	6,6%	-
Cost to income	61,4%	72,4%	-

** Inclui interesses minoritários*

4.1.1 *Corporate Finance*

Em 2010, assistiu-se ao prolongamento dos efeitos da crise económico-financeira internacional, a qual foi ainda agravada em Portugal e Espanha pelos efeitos da crise da dívida soberana dos mercados periféricos da Zona Euro. Em particular, as condicionantes enfrentadas pelas empresas e particulares no acesso a crédito bancário afectaram, de forma determinante, a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal e Espanha.

Em resultado desta evolvente adversa, a actividade de Fusões & Aquisições em Portugal registou – de acordo com a informação constante da Bloomberg – 73 transacções em 2010, representando uma redução de 10%, em volume, e de 14%, em valor, face ao ano de 2009, o qual já tinha apresentado uma contracção notória da actividade de Fusões & Aquisições.

Ainda assim, a Direcção de *Corporate Finance* angariou e esteve envolvida em vários mandatos de assessoria financeira, incluindo relevantes operações cross border, das quais merecem destaque:

- Assessoria financeira ao Grupo Altrad na aquisição de Irbal;
- Assessoria financeira à Companhia de Seguros Açoreana na aquisição da Global e da Global Vida;
- Assessoria financeira à Fomentinvest na aquisição de 30% da Enersistemas, Energias, SA (Central Solar Fotovoltaica de 6MW);
- Assessoria financeira ao Banif - Grupo Financeiro na alienação de 70% do capital da Banif Invest no Brasil;
- Assessoria financeira ao TIIC - Transport Infrastructure Investment Company na análise, avaliação e negociação de oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à Palamon Capital Partners na análise e estudo de várias oportunidades de investimento;
- Assessoria financeira à Dalkia na prospecção, análise e avaliação de oportunidades de investimentos no sector da energia em Portugal;
- Assessoria financeira à Sapec e à Fomentinvest na análise, avaliação, estruturação e negociação de oportunidades de investimento no sector do ambiente;
- Assessoria financeira à ProA Capital na análise e estudo de oportunidades de investimento no sector da saúde;
- Assessoria na avaliação financeira da STDA - Sociedade Turística do Alentejo, SGPS, SA

4.1.2 Structured Finance

O ano de 2010 manteve a tendência, já verificada em 2009, de muito maior selectividade e restrição na concessão de crédito às empresas e projectos de investimento, acompanhada por um ajustamento em alta das condições de *pricing* das operações e agravada pelas dificuldades de liquidez dos bancos portugueses. Neste contexto, a maior parte das operações de financiamento em regime de *Project Finance* e *Acquisition Finance* continuaram a ser estruturadas em *club deal* incluindo vários bancos, notando-se, contudo, crescentes limitações na disponibilidade de concessão de crédito estruturado em virtude das fortes restrições de liquidez enfrentadas pelos bancos portugueses.

Não obstante, a Direcção de *Structured Finance* continuou a aproveitar esta janela de oportunidade para conquistar importantes clientes por via da estruturação e montagem de relevantes operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance* em Portugal e Espanha, sendo pertinente destacar as seguintes intervenções:

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Consis Loures (Consórcio liderado pelos Grupos Mota-Engil e Banco Espírito Santo) da Concessão do Novo Hospital de Loures;

- *Lead Arranger* no financiamento à Iberwind II (Magnum Capital Partners) para a aquisição do maior portfolio eólico em Portugal, de 681MW, constituído por 33 parques eólicos;

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento Aenor Pinhal Interior (Consórcio liderado pelos Grupos Mota-Engil e Banco Espírito Santo) da Subconcessão do Pinhal Interior;

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Infusion e à ES Capital para a construção e exploração do Parque Eólico de 23MW localizado em Cinfães (Concelho de Viseu);

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Magnum Capital Partners para a aquisição do Centro Médico Teknon, maior e mais prestigiado hospital privado de Barcelona;

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento à Escala Vila Franca de Xira (Consórcio liderado pelos Grupos José de Mello, Somague e Edifer) da Concessão do Novo Hospital de Vila Franca de Xira;

- *Mandated Lead Arranger* no financiamento ao Grupo Generg para a construção e exploração do Parque Fotovoltaico de 6MW localizado em Porteirinhos (Concelho de Almodôvar).

Na vertente de assessoria financeira, nomeadamente em Project Finance, destacam-se as seguintes operações:

- Assessor financeiro exclusivo à Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;

- Assessor financeiro exclusivo à SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;

- Assessor financeiro do Grupo ETE, Edifer e TIIC no Concurso Público para a Concessão da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

Por fim, realça-se que, no âmbito dos World Finance Banking Awards, o Banco de Investimento foi galardoado com o prestigiado prémio de Excellence em Structured Finance 2010.

4.1.3 Mercado de Capitais

Mercado Primário de Dívida

Em 2010, a área de Mercado de Capitais – Dívida esteve envolvida na estruturação e colocação de 10 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 345 milhões de euros.

Salientam-se, enquadradas na política de captação de recursos para o Banif - Grupo Financeiro, as seguintes transacções: duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, no montante de cerca de 20,6 milhões de euros; duas emissões de Fixed Rate Notes para o Banif Finance Ltd., no valor global de 77,5 milhões de euros; uma emissão de Senior Notes para o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no valor de 150 milhões de euros; uma emissão de obrigações para a Rentipar Seguros SGPS, SA, no montante de 40 milhões de euros; e uma emissão de obrigações para a Banif SGPS, SA, no montante de 50 milhões de euros.

Importa referir que, no âmbito da estruturação de financiamentos garantidos para clientes externos, o banco liderou uma emissão de *Secured Notes*, no formato de private placement, para a Kamai International, no montante global de 2,5 milhões de dólares e prazo de 4 anos, garantida por penhor de acções de uma empresa brasileira do sector agro-pecuário. A referida emissão foi colocada junto de um único investidor institucional.

Por último, o Banco de Investimento liderou, conjuntamente com o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, dois programas de emissões de papel comercial para a Empresa Madeirense de Tabacos, SA, no montante de 2,5 milhões de euros cada.

Mercado Primário de Acções

No Mercado de Capitais – Acções, o Banco de Investimento assumiu o estatuto de Intermediário Financeiro na operação de colocação de 80 milhões de acções da Banif SGPS, SA, integrada na operação de aumento de capital social desta última de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros.

Securitização

Durante o ano de 2010 foram estruturadas 3 operações de Titularização pelo Banco de Investimento, num montante global de aproximadamente 1.000 milhões de euros.

No final de 2010, a Direcção de Securitização era responsável pela gestão de aproximadamente 3.450 milhões de euros, correspondentes a 11 operações, das quais cerca de 3.250 milhões de euros foram emitidos através da Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, SA ("Gamma").

Refira-se que a estratégia do Banco de Investimento, nesta área de actividade, tem vindo a assentar nos seguintes vectores:

- Estruturação de novas operações;
- Concretização de emissões através da Gamma;
- Gestão de operações em que o Banif - Grupo Financeiro intervém.

Operações concretizadas em 2010

- Junho/10: o Banco de Investimento organizou e liderou a estruturação de uma operação de Titularização de *Non Performing Loans* originados pelo Banif - Banco Internacional do Funchal, SA ("Banif") A emissão das obrigações resultante, no montante total de 113 milhões de euros, foi concretizada pela Gamma, registada e liquidada através da Interbolsa;
- Julho/10: foi concretizada a Atlantes Finance No. 3, uma operação de Titularização envolvendo uma carteira de crédito ao consumo, automóvel e leasing originada pelo Banif, Banif Mais e Banif Go. O Banco de Investimento actuou como *Joint Arranger* nesta operação, que envolveu a emissão, pela Gamma, de obrigações no montante global de aproximadamente 411 milhões de euros. Esta emissão obteve um rating de AAA pelas agências Standard & Poor's e Moody's;
- Novembro/10: foi concretizada uma operação de Titularização denominada Atlantes Mortgage No. 7, a qual envolveu a Titularização de uma carteira de créditos imobiliários originados pelo Banif. A Gamma actuou como emitente das obrigações num montante agregado de aproximadamente 460 milhões de euros, e cuja tranche mais sénior obteve um *rating* de AAA pela Standard & Poor's e Fitch. O Banif Investimento actuou como *Sole Arranger* desta operação.

Refira-se que, a 31 de Dezembro de 2010, a Gamma registou um activo liquido total de 3.258 milhões de euros e capitais próprios de aproximadamente 3.8 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 328,39 milhares de euros.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	3.257.686	2.458.447	33
Capitais próprios	3.796	2.848	33
Resultado do exercício	328	186	77

Carteira Própria

O ano de 2010 ficou marcado pela contínua deterioração do *outlook* das economias periféricas da Zona Euro, com um alargamento dos diferenciais da dívida soberana para os países *core*, e com a intervenção por parte do Fundo Europeu e do FMI nas economias grega e irlandesa. Ao longo deste período, assistiu-se a uma forte aversão ao risco, por parte dos investidores, em dívida soberana e à necessidade de os países afectados encetarem políticas orçamentais contraccionistas, que colocam em questão o desempenho económico a curto e médio prazo. Neste contexto, o Banco de Investimento optou pela manutenção da carteira de taxa fixa, atendendo ao enquadramento de falta de liquidez generalizada.

Mercado Secundário de Obrigações

O Banco de Investimento expandiu a sua actividade de vendas de *fixed income*, com um *turnover* global de EUR1.050bn, assumindo um perfil de provedor de liquidez e "market maker" em Eurobonds brasileiros, cotando já cerca de 275 companhias diferentes numa base diária, para mais de 250 clientes institucionais activos oriundos de 35 países. De salientar o incremento na Ásia, com clientes em Singapura e Hong Kong, e o crescente interesse em Clientes do Médio Oriente por títulos de emitentes brasileiros. Os segmentos onde o Banco de Investimento se posiciona mais fortemente como importante participante do mercado secundário incluem obrigações de "corporates" e Governo brasileiro, a curva de Pemex (Petróleos Mexicanos) e os títulos denominados em reais (BRL) mas com liquidação financeira em EUR e USD, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade de abrir conta local.

Mercado Secundário de Acções

O ano de 2010 decorreu sob condições adversas para a generalidade dos mercados accionistas e, em particular, para os mercados "periféricos" da Zona Euro. A crise da dívida soberana na Zona Euro, que implicou, entre outros aspectos, a redução das notações de risco de alguns países, intervenções por parte do Fundo Europeu e do FMI na Grécia e na Irlanda, e a antecipação da remoção das medidas de estímulo orçamental tomadas na sequência da crise financeira de 2008/9, penalizou a confiança dos investidores e favoreceu um clima de aversão ao risco. Os mercados de acções mais penalizados foram justamente Portugal, Espanha e Grécia, três dos países no cerne da crise orçamental. O PSI20 encerrou o ano a cair 10,34%, o IBEX35 recuou 17,43% e o principal índice Grego caiu 35%. O Eurostoxx, por seu turno, desvalorizou 5,8%. Este ambiente adverso condicionou o desempenho da área de *Equities*, impactando de forma decisiva no sentimento dos investidores, tanto particulares como institucionais. Não obstante, de referir que, apesar deste contexto, diversas iniciativas foram implementadas no sentido da consolidação da actual base de Clientes e da angariação de novos clientes. Assim, para além de *roadshows* com empresas e analistas junto dos investidores, o Banco de Investimento foi patrocinador exclusivo do Midcap Paris e Londres – evento que reúne investidores institucionais e empresas cotadas de média dimensão.

Adicionalmente, é de salientar o reconhecimento com que foi distinguida a equipa de *Research*, que conquistou o prémio na categoria de Melhor Gestor de Fundo/Analista, no âmbito do *Investor Relations & Governance Awards 2010.*

Paralelamente, o Banco de Investimento continuou a assegurar, no âmbito do contrato de liquidez da Banif SGPS, a intermediação nas respectivas acções.

4.1.4 *Private* e *Corporate Clients*

Ao longo do ano 2011, a Direcção de *Private Clients* consolidou as suas linhas de actuação assentes numa estratégia de crescimento da base de Clientes, quer via novos Clientes Particulares quer através da implementação de um Plano de Dinamização de relacionamento com a base de Clientes ex-BPP, na sequência do mandato atribuído ao Grupo Banif para a Gestão do Fundo FEI Gestão Passiva. Para melhor servir este segmento, foram contratados dois novos Private Bankers (um no Porto e outro em Lisboa), com *know-how* e *expertise* específicos no relacionamento com estes Clientes. Adicionalmente, foi criada a função de *investment advisory* para potenciar negócios de valor acrescentado.

Em relação à base de Clientes actual, foi implementada uma estratégia de criação de maior valor acrescentado, quer via produto quer via serviço, com enfoque no segmento de Clientes monoproduto e com menor rotação de carteira. Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta Direcção no acompanhamento de Clientes Particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Durante o 1º semestre, a estratégia comercial foi direccionada para a consolidação do processo de diversificação da fonte de Proveitos da DPC, em particular com o reforço da componente de dívida (Primários e Secundários) nas carteiras de Clientes e de Fundos Terceiros. Durante todo o ano, mas especialmente no 2º semestre, foi dada prioridade à captação de recursos, indo de encontro ao perfil mais conservador de parte dos Clientes com a oferta competitiva de depósitos tradicionais e de depósitos indexados com capital garantido.

Em resultado destas iniciativas, os activos sob gestão aumentaram cerca de 13% para 233 milhões de euros; o número de clientes cresceu 60% para cerca de 500 clientes; o volume de Depósitos a Prazo cifrou-se em cerca de 23 milhões de euros o que corresponde a um crescimento de 120%. Fruto da menor *performance* no segmento accionista e o acentuar da aversão ao risco por parte dos Clientes, registou-se uma diminuição em cerca de 20% do volume da componente de acções para cerca de 124 milhões de euros. De salientar ainda o decréscimo na área do Crédito a Clientes por força do novo enquadramento mais negativo na componente de custo de *funding* (com agravamento dos *spreads*) e a uma gestão mais eficiente dos montantes disponíveis para financiamentos (redução de linhas aprovadas).

A Direcção de *Corporate Clients* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os Clientes.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banco de Investimento. Por outro lado, reflectem igualmente o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre os bancos de investimento e comercial e a Companhia de Seguros Açoreana.

Destaca-se ainda o esforço de *cross-selling* desenvolvido com as unidades de negócio no estrangeiro, com especial destaque para o negócio originado por esta equipa para o Banco de Investimento (Brasil) em várias operações *cross border* com empresas portuguesas e brasileiras. É de notar igualmente o início de um esforço coordenado com o Bankpime para o desenvolvimento de operações *cross border*.

Em resultado, foi possível, durante o ano de 2010, apresentar cerca de 67 propostas junto de Clientes e angariar 5 importantes operações em *Advisory Services*, 2 de Mercado de Capitais e 3 de *Cross Border* com o Brasil. É de destacar o estabelecimento de importantes contactos pelos *Corporate Bankers* junto de empresas e grupos financeiros nacionais de referência, que deverão permitir a criação de relacionamentos de longo prazo, a consolidar nos próximos anos.

4.1.5 Pequenas e Médias Empresas

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif - Grupo Financeiro, actuando em parceria com os Centros de Empresas do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA.
O ano de 2010 foi marcado pela continuidade do abrandamento da actividade (em termos de serviços de assessoria financeira), dado as PMEs terem sido o segmento de empresas que mais sofreram com a conjuntura macroeconómica.

No contexto descrito, a Direcção de PMEs, em conjunto com a Direcção de Corporate Clients, intensificou neste período os contactos comerciais de forma a alargar a base de Clientes e o potencial de angariação de mandatos de assessoria financeira. Em resultado, foram apresentadas 16 propostas mandato, tendo sido adjudicados dois novos mandatos de assessoria financeira, no sector do Ambiente e de Serviços de Engenharia/ Instalações. Adicionalmente, espera-se que as diversas propostas em análise junto de potenciais Clientes contribuam para a consolidação da carteira de operações.

4.1.6 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banco de Investimento, na gestão de patrimónios de Clientes Particulares e Institucionais, pela Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA ("Banif Gestão de Activos") nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ("Banif Açor Pensões") nos fundos de pensões. A actividade de capital de risco e *private equity* é desenvolvida na BGA e, principalmente, na Banif Capital, Sociedade de Capital de Risco, SA.

O sector foi condicionado, em 2010, pelo aumento do prémio de risco da República Portuguesa, na sequência do agudizar da crise soberana que assolou os países periféricos da Zona Euro, a qual despoletou um aumento da aversão ao risco dos aforradores. Esta tendência condicionou, em particular, a actividade de gestão de fundos mobiliários (tendencialmente mais volátil do que a de gestão de patrimónios) que registou uma queda dos activos sob gestão de 17.231 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 para 14.219 milhões de euros no final de 2010 (Fonte APFIPP). Os segmentos mais afectados foram os fundos de obrigações, os fundos de tesouraria e os fundos do mercado.

Neste contexto, a estratégia prosseguida na Área de Gestão de Activos para o ano de 2010 assentou nos seguintes vectores:

- Fortalecer o relacionamento estratégico com o Banif - Grupo Financeiro, aumentando, com carácter recorrente, a sua base de investidores em fundos de investimento e respectiva taxa de penetração;

- Alicerçar o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif - Grupo Financeiro, de modo a potenciar as eventuais aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;

- Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado para a actividade de gestão de activos, expressa, nomeadamente, no reenquadramento de políticas de investimento de fundos de investimento sob gestão, com realce para os fundos especiais de investimento, quer os multi-classe de activos, quer os especializados em activos alternativos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a área de gestão de activos do Banco de Investimento e sociedades participadas tinham sob gestão e consultoria para investimento o montante de 3.126 milhões de euros. Em Dezembro de 2009, esse montante era 2.388 milhões de euros de activos.

Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)

No âmbito da estratégia delineada, a sociedade colocou especial ênfase na adequação do seu portfolio de fundos, destacando-se a constituição de fundos imobiliários de arrendamento

habitacional, e no alargamento das respectivas redes e canais de colocação, nomeadamente introduzindo a funcionalidade *internet* na comercialização de fundos de investimento, através do serviço de banca electrónica Banif@st.

Em Março realizaram-se dois aumentos de capital em fundos de investimento imobiliário, o Pabyfundo e o Imóveis Brisa, ascendendo os montantes desses aumentos a 2,2 milhões de euros e 1 milhão de euros, respectivamente.

Nesse mês formalizou-se ainda o processo de substituição de entidade gestora dos fundos Luso Carbon Fund e New Energy Fund, da Banif Gestão de Activos para a MCO2, concretizando a necessidade identificada pela Banif Gestão de Activos de autonomizar uma área de gestão altamente especializada e focada na gestão financeira deste tipo de fundos, cuja política de investimento se dirige, maioritariamente, para a selecção de activos e projectos na área das energias renováveis e ambiente. A Banif Gestão de Activos, por subcontratação, manteve os serviços de apoio à gestão administrativa dos Fundos e o Banco de Investimento, permaneceu como entidade depositária.

Em Maio de 2010 a sociedade optou pelo reposicionamento estratégico dos seus fundos de obrigações, passando assim o Banif Euro Obrigações Taxa Fixa e o Banif Euro Obrigações Taxa Variável a denominarem-se Banif Euro Governos e Banif Euro Corporates, respectivamente.

No final do 1.º semestre, a Banif Gestão de Activos foi designada entidade gestora de dois importantes fundos de investimento do mercado, o FICA - Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual, cuja transferência de gestão se efectivou a 1 de Junho, e o Fundo de Gestão Passiva - FEI, cujo processo de substituição de entidade gestora para a Banif Gestão de Activos teve início em Assembleia de Participantes do Fundo, realizada em 14 de Junho, tendo a Banif Gestão de Activos, assumido a sua gestão no dia 23 de Julho de 2010. Este último era o segundo maior fundo mobiliário domiciliado em Portugal no final do ano, com activos que perfaziam os 560.229 milhões de euros.

Visando a atempada resposta da gestão de fundos de investimento aos desafios da conjuntura, verificada sobretudo no decorrer da segunda metade do ano, a sociedade procedeu à alteração da politica de investimento dos fundos de investimento Banif Euro Financeiras, Banif Europa de Leste, Banif Gestão Activa, Banif Gestão Patrimonial e Banif América Latina, tendo, neste último caso, acompanhado a alteração do foco de investimento (em mais de 50% geografia Brasil) pela alteração da denominação do próprio fundo, passando este a denominar-se Banif Brasil.

No âmbito da gestão de fundos de investimento imobiliário, a sociedade promoveu, em Setembro de 2010, o aumento de capital do fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição particular, Imóveis Brisa, tendo este correspondido a 1 milhão de euros. A sociedade tem ainda em curso os processos de constituição de um fundo de investimento imobiliário para arrendamento habitacional e de um fundo de investimento imobiliário fechado de oferta pública de distribuição.

Em Dezembro a Sociedade Gestora decidiu pela liquidação do fundo Banif Euro Governos - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Fixa.

No que diz respeito aos fundos mobiliários, os activos geridos passaram de 102,8 milhões de euros no final de 2009 para 78,8 milhões de euros no final de 2010 (23,4% de decréscimo), enquanto que os fundos imobiliários evoluíram de 794 para 709 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um decréscimo de 10,6%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 182 para 610 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 235,4% no período.

A sociedade conseguiu manter níveis elevados de quota de mercado nos Fundos Especiais de Investimento e nos Fundos Imobiliários, com respectivamente, 17,7% e 6,1% no final do exercício.

Apesar do enquadramento desfavorável, os proveitos subiram 39,3% relativamente ao exercício anterior, o que conduziu a um aumento dos resultados líquidos da sociedade, que passaram de 1.546 milhares de euros em 2009 para 2.888 milhares de euros em 2010. O ROE cifrou-se em cerca de 39,25% no período.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	13.242	13.993	-5
Capitais próprios	10.247	8.739	17
Resultado do exercício	2.888	1.546	87

Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

A sociedade tem prosseguido uma actividade comercial importante, que se traduziu no contacto com mais de duas centenas de empresas e associações sócio-profissionais. A sociedade ampliou o seu leque de produtos/soluções de reforma, ao lançar, no exercício, 4 novos Fundos de Pensões Abertos, de comercialização conjunta, para empresas e particulares, em parceria com a Optimize Investment Partners - SGFIM, SA, com a Optimize - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda. e com a MDS - Corretores de Seguros, SA.

Concretizaram-se 3 novas adesões colectivas, com o Banif Mais, SA, o Banco L.J. Carregosa, SA e a Ribeiro Moreira - Gestão e Serviços, Lda., e a transferência do Fundo de Pensões do Pessoal da Global.

O volume de activos sob gestão passou de 269 milhões de euros no final de 2009 para 289 milhões no final de 2010, o que representou um acréscimo de 7,37%.

O Resultado Líquido obtido pela sociedade cifrou-se em 160 milhares de euros, contra 132 milhares no ano anterior, o que representou um acréscimo de 21,8%.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	4.336	4.201	3
Capitais próprios	3.953	3.793	4
Resultado do exercício	160	132	22

Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

Na actividade de Gestão de Patrimónios foi implementada uma estratégia comercial ainda mais proactiva, em estreita coordenação entre o Banif Investimento e a Banif Gestão de Activos. Por outro lado, foi também reforçada a equipa de gestão, de forma a cimentar a qualidade da gestão das carteiras e o nível de serviço prestado aos clientes. Destaque-se a passagem do mandato de gestão de patrimónios da carteira da Companhia de Seguros Açoreana para consultoria para o

investimento, com efeitos a partir do início de Setembro, e o início da prestação desse serviço no âmbito das carteiras das companhias de seguros Global Vida e Global.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco de Investimento e as sociedades por si participadas tinham sob gestão, e encontravam-se mandatados para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras no montante de 1.205 milhões de euros. Em 2009, os activos geridos por conta de outrem cifravam-se em 943 milhões de euros.

4.1.7 Financeira e crédito

O ano de 2010 foi caracterizado pelo contínuo agravamento das condições de acesso a fontes de liquidez externa, acentuando-se a dependência dos bancos portugueses do Banco Central Europeu (BCE). O Banco de Investimento não foi excepção e, desta forma, a actividade da Direcção Financeira concentrou-se em três grandes áreas de actuação:

- Garantir fontes alternativas de liquidez e, em paralelo, uma diminuição da dependência do BCE, monitorizando o custo de *funding*;

- Ajudar a alargar a captação de recursos junto de Clientes Institucionais e Particulares;

- Servir os seus Clientes na gestão e cobertura de Riscos Financeiros (Cambiais, Taxa de Juro, *Commodities*).

Presente a necessidade de diversificar fontes de financiamento, o Banco de Investimento aumentou em 4 o número de contrapartes de reportes, o que permitiu multiplicar as fontes de financiamento para além do BCE e auto-financiar posições em dólares, tanto *Corporate* como de Mercados Emergentes.

A colaboração do Banco de Investimento com empresas do Grupo, nomeadamente da área Seguradora, através das companhias de seguros Açoreana e Global, foi fortemente incrementada durante 2010, permitindo gerar e distribuir sinergias nas áreas de mercado monetário e cambial.

O Banco de Investimento captou, durante 2010, um montante adicional de 100 milhões de euros de recursos de clientes Institucionais e *Corporate*, o que possibilitou financiar parcialmente o crescimento de 30% no Activo durante esse ano.

Foram lançados, para a área de Institucionais e Private, novos produtos de captação de recursos, entre os quais se destaca o Depósito Evergreen para Institucionais e o Depósito indexado a um *basket* de moedas (AUD, BRL e NOK).

Também durante 2010, o Banco de Investimento aumentou o número de contrapartes de FX e de Derivados, passando de 3 para 10 contrapartes com ISDA e CSpA assinados, o que possibilitou o

fecho de operações de cobertura com Clientes no montante nacional de 1,7 mil milhões de euros, incluindo neste montante a totalidade das operações de FX e Derivados concretizadas. Alargou-se ainda a capacidade do Banco de Investimento de cotar e valorizar Derivados, sempre numa perspectiva de cobertura de risco para Clientes, nomeadamente derivados de taxa de juro, de crédito e *commodities*.

A actividade da Direcção de Crédito, que possui uma significativa exposição a crédito imobiliário, viu a sua *performance* influenciada pela escassez de liquidez nos mercados financeiros e pelo importante incremento do custo de *funding* verificado durante o ano de 2010.

Neste contexto, a actividade da Direcção de Crédito em 2010 caracterizou-se por:

- Uma forte redução na contratação de novas operações de crédito, situação que, em conjunto com os reembolsos programados de financiamentos já contratados, se traduziu numa redução do volume da carteira sob gestão de 19,5%, passando de 301 milhões de euros para 242 milhões de euros;

- Reestruturação de várias operações em carteira, com reforço de garantias e/ou redução de exposição de crédito e definição de novos prazos de reembolso;

- Revisão e ajustamento da margem financeira e demais condições de todas as operações sob gestão da Direcção de Crédito, tendo como reflexo directo o incremento do *spread* médio da carteira para 3,38%.

Realça-se ainda a redenominação, no final do ano 2010, da Direcção de Crédito em Direcção de *Real Estate Finance*, traduzindo o seu maior enfoque e especialização na fileira do negócio financeiro dirigido ao sector imobiliário, nomeadamente na vertente de consultoria financeira a Clientes e investidores na estruturação e captação de capital e dívida para empreendimentos imobiliários, bem como no apoio na gestão, reestruturação e/ou desinvestimento nestes projectos.

4.1.8 *Private Equity*

O ano de 2010 ficou marcado pela transferência da gestão do New Energy Fund e Luso Carbon Fund para uma nova sociedade gestora, MCO2, participada em 25% pelo Banco de Investimento, que ocorreu em Março de 2010, de acordo com o que estava anteriormente estabelecido.

Havendo uma transferência de competências para a nova gestora, a actividade da Direcção de Investimentos Alternativos e *Private Equity* da Banif Gestão de Activos centrou-se essencialmente na gestão de três fundos, o Infra Invest– Fundo Especial de Investimento Aberto ("Infra Invest"), o Art Invest - Fundo Especial de Investimento Fechado ("Art Invest") e o Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual ("FICA").

Dadas as características únicas de cada fundo, não é possível falar de uma gestão de investimentos transversal à actividade, pois cada fundo exige uma abordagem ao investimento diferenciada. Assim, e para cada fundo, o ano de 2010 ficou marcado pelos seguintes eventos:

Infra Invest

O Infra Invest é um fundo que investe directa ou indirectamente em activos cotados ou não cotados, projectos ou empresas relacionadas com infra-estruturas.

O Infra Invest iniciou a sua actividade no final do primeiro semestre de 2009, tendo comprometido um investimento inicial de 12 milhões de euros no fundo de capital de risco Banif Infrastructure Fund. O Banif Infrastructure Fund detém participações na Zon Madeira, Zon Açores, Via Litoral e na Finpro, o seu principal activo.

Para o ano de 2011 perspectiva-se que seja possível realizar novos investimentos, continuando o fundo a prosseguir uma estratégia de investimento em fundos de infra-estruturas.

Art Invest

O Art Invest é um fundo que investe em obras de arte, tanto de forma directa como indirecta. O Fundo iniciou a sua actividade a 30 de Janeiro de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2010, o principal activo do fundo o The Fine Art Fund representava cerca de 49% da carteira, estando o restante capital do fundo investido directamente em diversas obras de arte, cerca de 20 obras, de artistas nacionais e brasileiros. O Fine Art Fund iniciou a sua actividade de investimento em Julho de 2004 e começou a realizar distribuições em Novembro de 2009.

Durante o ano de 2010, a actuação do Fundo ficou marcada por um refrear das transacções na expectativa de uma consolidação da retoma da economia mundial. Não obstante o fundo já estar numa fase de desinvestimento, prevê-se que durante o ano de 2011 possa haver possibilidades de serem realizados novos investimentos, pelo que têm sido analisadas várias oportunidades. É expectável que, mantendo-se o nível de liquidez existente e caso sejam realizadas algumas alienações que se encontram em fase de negociação, o fundo venha a distribuir parte da liquidez em carteira durante 2011.

FICA

Na sequência da consulta pública realizada pelo Instituto do Cinema e do Audio Visual para a transferência da gestão do Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual ("FICA") que investe directamente e indirectamente em obras cinematográficas, audio-visuais e multiplataforma, a Banif Gestão de Activos assumiu a gestão do fundo no final do primeiro semestre de 2010.

A actuação da sociedade gestora, em 2010, incidiu essencialmente numa reestruturação do fundo a nível estrutural e organizativo. Esta reorganização teve como objectivo ultrapassar o impasse em que o Fundo se encontrava, em termos de financiamento, e optimizar os processos de decisão operacionais. A actividade do fundo também ficou marcada pelo forte enfoque na recuperação do atraso do FICA ao nível dos compromissos e dos investimentos em curso.

No plano estrutural, a Banif Gestão de Activos, em reapresentação do FICA, assinou o contrato Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação ("FINOVA") através do qual o FINOVA adquiriu a totalidade das unidades de participação do FICA, cerca de 39,76%, detidas pelo IAPMEI. Adicionalmente, promoveu a alteração do modelo de *governance* do Fundo, transferindo a decisão da Assembleia de Participantes para um Comité de Investimentos, na esfera da Banif Gestão de Activos, apoiada por um Conselho Consultivo independente.

Num plano operacional, o FICA fechou contratos na ordem dos 16,3 milhões de euros, o que corresponde a uma recuperação de 80% dos investimentos em atraso, e libertou cerca de 4 milhões de euros, de fundos.

A Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA ("Banif Capital") é actualmente a principal sociedade de capital de risco do Banco de Investimento e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de *Private Equity*. Durante o ano de 2010, o Banco de Investimento consolidou a sua participação na Banif Capital, passando a deter 100% da sociedade, na sequência da aquisição da participação de 20% anteriormente detida pela Associação Empresarial Portuguesa (AEP).

No final de 2010, a Sociedade contava com três Fundos sob gestão: o Fundo Capven, constituído em Julho de 2003 e orientado para o segmento de PMEs; o Infrastructure Fund FCR, um Fundo direccionado para o sector das infra-estruturas, constituído em Junho de 2009, e o Global Private Equity Fund - FCR, um Fundo de Fundos de Private Equity, lançado em Julho de 2010.

A actividade da Banif Capital, em 2010, ficou marcada pelo lançamento do Global Private Equity Fund - FCR, um novo Fundo de Fundos composto por 3 activos internacionais de Private Equity que investem essencialmente nos mercados Europeu e Norte Americano. Este fundo, destinado a investidores não qualificados, tem a duração de 10 anos e um capital subscrito de 25 milhões de euros.

Ainda durante o ano de 2010, a Banif Capital prosseguiu o acompanhamento activo dos Fundos (Capven e Infrastructure FCR) e das respectivas participadas, merecendo destaque os seguintes eventos:

- Fecho do processo de financiamento do Infrastructure Fund FCR, que engloba a realização do capital remanescente da 2ª fase de subscrição ocorrida em Dezembro de 2009 e a obtenção de uma linha de crédito de médio prazo junto de uma instituição de crédito portuguesa.

- Redução de capital de aproximadamente 45.000 euros do Fundo Capven, decidida em sede da Assembleia de Participantes, com o objectivo de devolver ao participante IAPMEI fundos utilizados no âmbito do Programa PRIME;

- Recompra, pelo Fundo Capven, de 233.333 acções da participada Hozar SGPS à AICEP, restabelecendo assim a sua posição inicial de 23,32% no capital desta participada.

Enquadrado no esforço de internacionalização do Banco de Investimento, a Banif Capital consolidou, durante o ano de 2010, a sua estratégia de alargamento da actividade em mercados internacionais.

Neste sentido, foi assinado um memorando de entendimento com a área de capital de risco do Barclays, especificamente com o Barclays Infrastructure Funds. Este acordo resultou do interesse de ambas as partes em aumentar o seu grau de relacionamento e de explorar oportunidades de cooperação e co-investimento através dos fundos de infraestruturas que têm sob gestão.

A implementação deste memorando de entendimento permitirá explorar as sinergias entre o Barclays Infrastructure Funds e a Banif Capital, bem como o desenvolvimento conjunto de oportunidades de negócio, criando valor e beneficiando, em última análise, os investidores dos fundos geridos por ambas as entidades.

Estão igualmente em fase avançada de negociação acordos com duas instituições, da área de ambiente e de energias renováveis, com o objectivo de aliar às competências de gestão de fundos de investimento da Banif Capital as competências técnicas destas empresas, que são reconhecidas pelo mercado como *players* internacionais de referência no seu sector e que se espera venham a ser concretizados durante o ano de 2011.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	1.972	1.921	3
Capitais próprios	359	275	31
Resultado do exercício	84	-276	130

4.2 A actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil e em Espanha

4.2.1 Banif Securities Inc.

O ano de 2010 trouxe uma evolução importante e muito positiva para a Banif Securities.

A decisão estratégica de transferir a infra-estrutura de *trading* e vendas para o escritório de Miami foi essencial para o sucesso em 2010, assim como o "investimento" em novos colaboradores, profissionais experientes e talentosos que mostraram resultados importantes, principalmente em Renda Fixa. A *joint venture* com a IXE foi encerrada.

As medidas de racionalização operacional que, justapostas à formação dos colaboradores, optimizando a sua eficiência e eficácia e potencializando o *cross selling* dentro do Grupo, muito contribuíram para que a Banif Securities obtivesse o melhor resultado dos últimos cinco anos.

Importante notar também que, em 2010, a Banif Securities foi auditada pela FINRA, principal reguladora de *broker-dealers* nos Estados Unidos, tendo recebido um relatório limpo.

4.2.2 Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

Mercê do seu posicionamento no mercado e de reputação adquirida, o Banif Banco de Investimento (Brasil), SA consolidou a sua participação no mercado de operações estruturadas, oferecendo, para além de debentures e notas promissórias, soluções como a estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e a emissão e distribuição de certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Merece destaque a participação do banco como coordenador da distribuição pública da 5ª emissão de *debentures* do BNDES Participações SA, com o valor de 2 mil milhões de reais.

As áreas de *M&A* e *Structured Finance* têm trabalhado na exploração de uma base alargada de Clientes e *targets*, incidindo particularmente nos que sustentam interesses no eixo Portugal – Brasil e se situam nos segmentos de *Mid* e *Upper Mid Caps*. Entre as realizações mais importantes de 2010 contam-se a assessoria numa operação de aquisição no segmento de *business process outsourcing*, diversos trabalhos executados em processos de licitação relacionados com a Copa 2014 e os mandatos obtidos junto da Contour Global do Brasil, da PREVI e do Consórcio HFGG.

Enquanto a área de Gestão de Activos levava a cabo um processo de reestruturação interna e redução de custos, na Corretagem foram acordados, com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, os termos e condições da venda, a este grupo financeiro, de 70% da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (Banif CVC), venda essa que não chegou a materializar-se, por razões meramente processuais, no ano de 2010, estimando-se a sua conclusão durante o exercício de 2011.

Em relação ao negócio de corretagem de retalho, o mais significativo da Banif CVC, é de registar uma quebra, ao longo do exercício, nos volumes negociados e ordens executadas, fruto da diminuição do peso da pessoa física na BM&F / Bovespa. Apesar disso, a operação fechou o ano registando um crescimento de receitas.

Milhares de Reais

INDICADORES	2010	2009	VARIAÇÃO % 2010-2009
Activo líquido	855.218	888.229	-4%
Capitais próprios	127.072	124.878	2%
Produto bancário	(1.386)	4.684	-130%
Cash flow	(39.966)	(35.770)	-12%
Resultado do exercício	(12.367)	(9.751)	-27%
ROA	-1,42%	-1,05%	n.a.
ROE	-9,82%	-8,22%	n.a.
Cost to income	-2.784%	-864%	n.a.

4.2.3 Banco de la Pequeña e Mediana Empresa, SA (Bankpime)

Num ano particularmente difícil para o sector financeiro em Espanha, o Bankpime não foi excepção.

O negócio corrente foi afectado pela intensa competitividade nos depósitos, conduzindo a uma queda de quase 3 milhões de euros na margem financeira. O aumento de 12% verificado nas comissões – resultante do bom desempenho dos fundos, aliás com a Bankpyme SGIIC a ser considerada uma das gestoras mais rentáveis nos últimos 15 anos, foi insuficiente para contrabalançar a referida quebra no diferencial de juros, tal como insuficiente foi o esforço realizado na racionalização de custos, no âmbito da qual se destacou a mudança da sede do banco para a Calle Pedro i Pons, medida com um efeito muito positivo no resultado operacional e no *cash flow* de exploração.

A situação económica e financeira vivida em Espanha reflectiu-se no aumento das provisões de crédito do Bankpime, como no resto do sector financeiro, condicionando os resultados da conta de exploração. Assim, durante o exercício de 2010, o resultado do Grupo Bankpime foi de -29.473 milhares de Euros (do qual 27,5% atribuídos ao Grupo Banif) devido, basicamente, às provisões extraordinárias realizadas na carteira de crédito, de acordo com as novas exigências normativas do Banco de Espanha.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	600.931	687.666	-12,6
Capitais próprios	25.807	55.403	-53,42
Produto da actividade	22.135	22.910	-3,38
Cash flow de exploração	-4.754	-3.832	-24,06
Resultado líquido	-29.473	-12.840	-129,54
ROA	-4,90%	-1,87%	-
ROE	-53,32%	-18,82%	-
Cost to income	121,48%	116,73%	-

5. SEGUROS

Após a quebra registada em 2009, o Sector Segurador Português recuperou em 2010 o ritmo de crescimento de produção. O Segmento Vida, apesar de enquadrado numa grande instabilidade dos mercados financeiros, sofreu uma expansão positiva, fruto da aposta em produtos de risco reduzido. O Segmento Não Vida começou a apresentar uma recuperação face à *performance* negativa dos anos anteriores.

O mercado segurador nacional ascendeu a cerca de 16,3 mil milhões de euros em volume de negócio, que, segundo dados provisórios da APS, estima-se corresponderem a cerca de 10% do PIB. Verificou-se um aumento de 0,9% do volume de negócios Não Vida. O Ramo Automóvel cresceu cerca de 0,4%,

enquanto que o Ramo Acidentes de Trabalho sofreu uma quebra de cerca de 4%. O negócio do Ramo Vida cresceu cerca de 17,2%, tendência essa especialmente evidenciada pelos Planos Poupança Reforma.

A Rentipar Seguros SGPS, SA, detentora da Companhia de Seguros Açoreana, reforçou o seu posicionamento no mercado, com a aquisição, em Março de 2010, da Companhia de Seguros Global, SA e da Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA, à CNP Assurances. Ambas as referidas seguradoras vieram a ser incorporadas, por fusão, na Açoreana já em Janeiro de 2011, menos de um ano após a sua aquisição.

Neste contexto, a *performance* das três Seguradoras da Rentipar Seguros consolidou a dinâmica e a capacidade de desenvolvimento sustentado que a sociedade apresenta, afirmando-a como um player incontornável no sector segurador português, merecendo destaque:

- O crescimento obtido nos produtos estratégicos do Ramo Vida, nomeadamente o Plano Poupança Reforma (PPR), com um incremento de 3,7% face a 2009 e os produtos de risco, com uma variação positiva de 0,5% face ao exercício anterior;

- A evolução do volume de negócios em Não Vida registou um decréscimo de 2,4% face ao ano anterior, tendo a Rentipar Seguros uma quota de mercado de 7,4% (considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS - Associação Portuguesa de Seguradoras);

- O exercício de 2010 foi marcado pelo processo de integração da Global e da Global Vida na Açoreana, que viria a culminar com a fusão por incorporação das duas primeiras nesta última. A dinâmica e a celeridade que se verificaram neste processo constituíram uma das suas principais marcas. Salienta-se a este nível, a celeridade com que foram realizadas a migração tecnológica, para uma única plataforma de sistemas de informação, a oferta comercial única e os acordos de produção firmados entre 95% dos agentes da Global e Açoreana, concluídos em onze meses;

- Após o reforço da cultura corporativa, baseado no desenvolvimento de um projecto de Responsabilidade Social em prol da educação designado: UNIDOS NA ESCOLA, criado em 2009 para combater o abandono escolar na Região Autónoma dos Açores. Em 2010 este projecto foi estendido à Região Autónoma da Madeira, com o objectivo de melhorar as condições dos estabelecimentos de ensino através da aquisição de material didáctico, equipamentos escolares ou cabazes alimentares. A Açoreana, além de oferecer o valor angariado na campanha, duplica ainda o respectivo montante;

- A notoriedade, experiência e profissionalismo dos Corretores parceiros da Açoreana, conduziu à realização do III Fórum de Corretores, que teve por objectivo principal uma maior aproximação entre a Açoreana e os Corretores, para reflectir sobre a actual conjuntura

económica, contando com a intervenção do Prof. Doutor José Neves Adelino, professor de finanças da Universidade Nova de Lisboa;

- De modo a apresentar serviços de excelência, ganhando cada vez mais espaço no mercado, captar novos clientes e manter o nível de satisfação dos parceiros, pela primeira vez os Agentes da Açoreana participaram nas quatro Comissões Executivas que ocorreram em 2010, de modo a passar a mensagem comum de confiança, segurança e vontade de concretizar objectivos, para que o "crescimento esteja presente na cabeça de todos";

- No início de 2010, a Madeira foi assolada por uma intempérie que deixou um rasto de destruição por toda a ilha, tendo as Seguradoras accionado de imediato equipas de profissionais qualificados para avaliar os danos e proceder à imediata regularização dos valores devidos aos Clientes. As Companhias de Seguros Açoreana e Global, com a sua equipa de sinistros Não Vida, foram igualmente as primeiras a chegar ao local do tornado que assolou as localidades de Tomar, Sertã e Ferreira do Zêzere no final de 2010, o que permitiu a avaliação rápida dos prejuízos acusados. Após 24 horas sobre a intempérie, já haviam sido vistoriados a totalidade dos sinistros identificados, tendo sido iniciado, de imediato, o pagamento das indemnizações aos segurados. A Açoreana e a Global foram as únicas Seguradoras com destacamento específico para a gestão desta tragédia;

- Em termos de reforço do alinhamento organizacional, deu-se seguimento ao ciclo orçamental descentralizado, construído a partir do *input* das diversas Direcções da Companhia para obtenção de uma melhor interacção e trabalho de equipa para atingir os objectivos globais. Controlo, rigor e transparência, são as palavras-chaves deste modelo de construção do orçamento, que foi estendido à realidade da Global e da Global Vida, tendo o Plano Trienal 2011-2013 e o orçamento de 2011 já sido efectuados numa perspectiva agregada.

Um dos vectores de actuação privilegiado em 2010 foi o do seguimento do aprofundamento da interligação entre as Companhias de Seguros e as demais empresas do Banif Grupo Financeiro. A nível comercial, e na continuidade do projecto *assurfinance*, que permite aos mediadores da Açoreana comercializarem produtos das demais empresas do Grupo, foi dado seguimento à abertura de mais LOJAS FINANCEIRAS. Esta iniciativa resulta da vontade, quer por parte da Açoreana, quer por parte do Banif, em prestar um serviço cada vez mais completo e eficaz aos seus clientes, projectando as duas marcas no mercado de forma cada vez mais assertiva e dinâmica.

De entre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2010, destacam-se ainda:

- No plano regulatório, destacam-se um conjunto de normativos, Circulares e Normas, dimanados do Instituto de Seguros Portugal. Em termos de Circulares, estas visam os seguintes temas: Seguros de Vida ligados a contratos de crédito à habitação; reporte de gestão de reclamações; recomendações quanto à gestão da continuidade de negócio; princípios e orientações em sede do relacionamento entre as empresas de seguros e os

mediadores de seguros. No que respeita a Normas, estas abordam os seguintes assuntos: regras de *disclosure* em tema de política de remuneração dos membros dos órgãos sociais das seguradoras; regras de periodicidade, forma e termos da transmissão da informação pelas empresas de seguros para efeitos do registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte; registo dos membros dos órgãos de administração e fiscalização; regulamentação da comunicação prévia dos projectos de aquisição, aumento ou diminuição de participações qualificadas e alteração ao Plano de Contas para Empresas de Seguros;

- No plano do Projecto Integração, não obstante a aquisição das participações na Global e Global Vida tenha sido concluída em Março 2010, o processo de integração começou a ser preparado logo após a assinatura do contrato, pelo que a principal preocupação em 2010 foi planear, preparar, avaliar, controlar, coordenar e executar todo o processo relativo à integração das três Companhias. A migração tecnológica constituiu o maior desafio para viabilizar a fusão das três Companhias na Açoreana, com vista à consolidação desta empresa como a maior seguradora privada nacional;

- No plano estratégico, delineou-se o Plano para 2011-2013 e efectuou-se o orçamento para 2011 já com a perspectiva da Nova Organização, reflectindo a projectada fusão das três Companhias;

- No plano de produção, de modo a ter um serviço de excelência, uniram-se todos os meios e competências no sentido de optimizar e obter melhores resultados, aproveitando e concentrando as competências existentes, através da criação de 4 Pólos de Produção Regionais: Lisboa, Aveiro Coimbra e Viseu;

- No plano de gestão de sinistros foi lançado o novo Modelo de Gestão de Sinistros da Açoreana, personalizado, optimizado e exigente, que resulta do aproveitamento das melhores práticas das organizações e que representa uma melhoria significativa em relação aos modelos individualizados em vigor. A Açoreana tinha um modelo completamente centralizado, enquanto a Global Seguros geria sinistros de forma descentralizada, através das Delegações e de Pólos Regionais. Aproveitando o melhor das duas práticas, neste momento a gestão de sinistros é efectuada de forma centralizada, mas através de 9 Pólos distribuídos, pelo Continente, aumentando assim a proximidade e a qualidade do serviço junto dos Clientes;

- No plano comercial, e em linha com os objectivos estratégicos, foram intensificadas as Comissões Executivas Regionais, que, pela primeira vez, contaram com a presença dos Agentes. Decorrente da integração da Global na Açoreana, identificaram-se redundâncias de Delegações nas mesmas localidades, pelo que se procedeu a uma reorganização da respectiva rede;

- No plano tecnológico, foi focalizada uma actuação ao aplicativo Açornet/SIV, de modo a abranger a realidade da Global, pois esta ferramenta é fundamental na gestão de carteira dos

Agentes, na prestação de contas e na emissão de apólices dos produtos disponíveis no SIV. Foram igualmente reunidos esforços para planear e preparar a Migração Tecnológica dos sistemas da Global e Global Vida para uma única plataforma de sistemas de informação, da Açoreana, processo esse que deverá ser finalizado no primeiro semestre de 2011;

- No plano da comunicação, após a aquisição da Global Seguros e Global Vida, a Açoreana lançou uma campanha nacional para dar a conhecer ao mercado a sua nova realidade. A campanha tem como mote "A sua seguradora tem uma nova força", anunciando a união entre os universos Açoreana e Global. A campanha serviu também para clarificar que a marca da nova organização é "Açoreana" e reforçar a sua notoriedade e o seu posicionamento no mercado. Em conjunto com a imprensa, a Açoreana lançou uma nova campanha que abrangeu em simultâneo seis cidades Portuguesas (Oeiras, Vila Franca de Xira, Torres Novas, Oliveira de Azeméis, Águeda e Caldas da Rainha) para dar a conhecer ao público as localizações das Delegações da Companhia, e para promover a mensagem de união entre a Açoreana e a Global. Foi igualmente lançada uma nova campanha publicitária, que consiste na presença continuada nos jogos da 1ª Liga de futebol transmitidos pela TVI e nas auto promoções às partidas, a realização de anúncios nas capas do Jornal de Notícias e do Público, bem como *spots* na RFM, Rádio Renascença e M80.

- No plano do *marketing*, prosseguiu-se a disponibilização de materiais com a nova identidade corporativa aos mediadores, contribuindo para a difusão, em todo o território nacional, da marca do Grupo. No domínio dos produtos, e no âmbito do processo de união entre as Companhias, a Açoreana procedeu à reformulação da sua oferta, nomeadamente, disponibilizando uma nova gama de Planos Poupança Reforma, que têm como característica a possibilidade da duplicação da taxa, assim como lançou uma linha de seguros de vida específicos, que permitem escolher coberturas e capitais diversificados;

- Por fim, mas não menos importante, no domínio da responsabilidade social, destaque para o programa "UNIDOS NA ESCOLA", através do qual é possível beneficiar e apoiar a formação de crianças carenciadas, através da aquisição de material escolar;

- Entretanto, já no decorrer do mês de Janeiro de 2011, foi concretizada, conforme estava planeado, a fusão jurídica das três companhias, na modalidade de fusão por incorporação da Global Seguros e da Global Vida na Açoreana. Desta forma, desde o dia 24 de Janeiro de 2011 do ponto de vista jurídico, existe apenas uma Companhia, a Açoreana, que assume todos os direitos e obrigações das sociedades incorporadas. Do ponto de vista contabilístico, as operações são consideradas como feitas por conta da sociedade incorporante desde o dia 1 de Janeiro de 2011.

5.1 Principais indicadores consolidados da Rentipar Seguros SGPS, SA

Em termos de evolução económica, o volume de produção consolidada, medido através dos prémios brutos emitidos, em 2010, ascendeu os 509 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 14,2% face ao ano transacto.

O Ramo Vida registou uma produção consolidada de 235,9 milhões de euros (decréscimo de 11,3% face a 2009). O volume de prémios consolidados Não Vida ascendeu a 274 milhões de euros (crescimento de 51,9% face ao ano transacto).

A quota global de mercado agregada, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 3,4%, sendo de 7,4% nos Ramos Não Vida e 2% no Ramo Vida.

Os resultados líquidos consolidados obtidos, no valor de 4,4 milhões de euros, representam um crescimento de 121,1% face aos valores consolidados do ano transacto.

A evolução do *cash flow* operacional consolidado acompanha o aumento dos resultados líquidos consolidados e atinge cerca de 7,9 milhões de euros em 2010, o que representa um crescimento de 134% face a 2009.

O activo líquido consolidado atingiu os 1.472,9 milhões de euros e os capitais próprios consolidados alcançaram os 134,2 milhões de euros, o que representam crescimentos acima dos 68% e 160% respectivamente, face a 2009.

Tendo em conta as necessidades de financiamento para a aquisição das participações da Global e da Global Vida, bem como o reforço dos níveis da margem de solvência, os accionistas da Rentipar Seguros procederam ao reforço dos capitais próprios desta sociedade em 95 milhões de euros, respeitante a cerca de 70 milhões de euros do aumento do capital social e 25 milhões de euros de reforço em prestações suplementares de capital.

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Prémios vida	235.850	266.003	-11,3
Prémios não vida	274.018	180.348	51,9
Prémios totais	509.869	446.351	14,2
Cash flow operacional	7.849	-23.075	134,0
Activo líquido	1.472.853	876.301	68,1
Investimentos líquidos	1.176.013	727.900	61,6
Capitais próprios	134.239	51.498	160,7
Resultados líquidos	4.438	-21.069	121,1

Nota: O exercício de 2010 reflecte a incorporação da Global Seguros e Global Vida, a partir de 1 de Março de 2010 e o produto das suas operações desde a mesma data.

5.2 Companhia de Seguros Açoreana, SA

O volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos em 2010, ascendeu os 405,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9,1% face ao ano transacto.

O Ramo Vida registou uma produção de 218,4 milhões de euros (decréscimo de 17,9% face a 2009), não obstante a produção de PPR cresceu cerca de 15,4% face a 2009. O volume de prémios Não Vida ascendeu a 187,5 milhões de euros (crescimento de 3,9%).

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 2,5%, sendo de 4,5% nos Ramos Não Vida e 1,8% no Ramo Vida.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e por 52 Delegações próprias.

A rede de mediação, que integra cerca de 3.071 mediadores com apólices em vigor, representava, no final de 2010, 46,1% na estrutura de distribuição da Companhia de Seguros Açoreana.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 70,9% da produção do Ramo Vida e por 4,6% da produção dos Ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de -2,5 milhões de euros, embora negativos, revelam uma excelente recuperação face a 2009. Não obstante, reflectem ainda o contexto económico adverso em que a actividade se desenvolveu, acrescido de uma grande volatilidade dos mercados financeiros.

O Activo Líquido atingiu os 846, 9 milhões de euros e os capitais próprios alcançaram os 34,5 milhões de euros, cujo decréscimo em relação ao ano anterior está directamente relacionado com a desvalorização da carteira de activos financeiros, por consequência da instabilidade da *performance* dos mercados de capitais.

Principais Indicadores Económico-Financeiros da Companhia de Seguros Açoreana, SA:

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Prémios Vida	218.436	266.003	-17,9
Prémios Não Vida	187.450	180.348	3,9
Prémios totais	405.887	446.351	-9,1
Cash flow operacional	-2.775	-28.909	90,4
Activo líquido	846.857	875.248	-3,2
Investimentos líquidos	697.532	727.900	-4,2
Capitais próprios	34.536	50.764	-32,0
Resultados líquidos	-2.466	-24.944	90,1

5.3 Global - Companhia de Seguros, SA

O volume de produção da Global, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2010, os 119,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 10,9% face ao ano transacto.

A quota de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS é de 2,9%.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 3,20 milhões de euros, são bastante superiores em cerca de 150% face aos registados no exercício anterior.

O Activo Líquido atingiu os 251,5 milhões de euros, e os capitais próprios alcançaram os 37,8 milhões de euros, o que representa uma variação de 4% e -0,7% respectivamente face a 2009.

Principais Indicadores Económico-Financeiros Global Companhia de Seguros, SA:

Milhares de Euros

	2010	2008	VARIAÇÃO %
Prémios totais	119.700	134.367	-10,9
Cash flow operacional	5.525	-7.279	175,9
Activo líquido	251.533	241.779	4,0
Investimentos líquidos	205.665	190.179	8,1
Capitais próprios	37.803	38.088	-0,7
Resultados líquidos	3.201	-6.462	149,5

5.4 Global Vida - Companhia de Seguros Vida, SA

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Global Vida, medido através dos prémios brutos emitidos, alcançou, em 2010, os 23,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 58% face ao ano transacto.

A quota de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento é de 0,2% no Ramo Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 374 milhares de euros, inferiores aos registados no exercício anterior, reflectem o impacto negativo em resultados financeiros da desvalorização da carteira de activos.

O Activo Líquido atingiu os 283,3 milhões de euros, e os capitais próprios alcançaram os 16,3 milhões de euros, em linha com os níveis registados no ano anterior.

Principais Indicadores Económico-Financeiros Global Vida Companhia de Seguros Vida, SA:

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Prémios totais	22.987	54.708	-58,0
Cash flow operacional	782	2.583	-69,7
Activo líquido	283.324	284.234	-0,3
Investimentos líquidos	272.817	272.504	0,1
Capitais próprios	16.322	16.506	-1,1
Resultados líquidos	374	1.775	-78,9

6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

6.1 Banif Imobiliária, SA

Durante o ano de 2010, a Banif Imobiliária, SA manteve a sua actividade centrada na gestão de imóveis de propriedade própria ou de outras entidades integradas no Banif - Grupo Financeiro, particularmente no ramo da Banif Comercial SGPS, SA.

Essencialmente, a actividade da Banif Imobiliária divide-se em duas áreas distintas:

- A aquisição de imóveis para arrendamento a entidades do Banif - Grupo Financeiro;

- A gestão, orientada fundamentalmente para a alienação e valorização, de património próprio ou de outras entidades do Banif – Grupo Financeiro, activos esses designados por "imóveis não afectos à exploração".

A Banif Imobiliária assegura, ao nível da gestão, os aspectos processuais e administrativos de imóveis detidos por três Fundos de Investimento Imobiliário tendo, para esse efeito, celebrado contratos de prestação de serviços com a respectiva sociedade gestora, a Banif Gestão de Activos.

No que se refere a imóveis afectos à exploração, o valor dos activos integrados nesta rubrica diminuiu à medida que os imóveis foram vendidos a um Fundo Imobiliário especializado e foi reduzido o ritmo de abertura de novas agências. Desta vez, durante 2010, a Banif Imobiliária não procedeu à venda de qualquer imóvel afecto à exploração, sendo que as receitas provenientes do arrendamento deste tipo de imóveis baixaram de 2.637 milhares de euros em 2009, para 1.133 milhares de euros em 2010.

Não obstante, a Banif Imobiliária mantém em sua propriedade imóveis arrendados a empresas do Grupo no valor de 18.021 milhares de euros, continuando a proceder a aquisições pontuais conforme os planos de expansão das redes comerciais.

Conforme referido, a Banif Imobiliária também desenvolve a sua actividade no âmbito dos imóveis "não afectos à exploração" de propriedade própria ou de outras sociedades do Grupo. O objectivo é proceder à sua venda, arrendamento ou valorização.

Neste último âmbito, a Sociedade desenvolveu um conjunto de acções, em diferentes domínios, tendentes à valorização, alienação e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, estabelecido contactos com diversas entidades e com potenciais interessados, encontrando-se em negociação alguns imóveis de elevado montante.

De realçar que, tendo em vista a optimização da gestão dos activos do Banif - Grupo Financeiro, a Banif Imobiliária, colabora na gestão dos aspectos processuais e administrativos de dois Fundos de Investimento Imobiliário Fechados, o Banif Renda Habitação e o Banif Gestão Imobiliária que são geridos pela Banif Gestão de Activos.

Em 2010, tendo em vista a optimização da gestão dos activos do Banif - Grupo Financeiro, a Banif Imobiliária adquiriu um conjunto de imóveis no valor de 29.891 milhares de euros, dos quais 1.004 milhares de euros referentes a imóveis para instalações de agências do Banif e os remanescentes, no valor de 28.888 milhares de euros, classificados como mercadorias cujo principal objectivo será a venda. Adicionalmente, a sociedade negociou e sinalizou a aquisição futura de um outro conjunto de imóveis, no valor total de 68.339 milhares de euros, operação que apenas será concretizada em 2011.

Durante o exercício de 2010, a sociedade alienou imóveis adquiridos para revenda, no total de 745 milhares de euros.

O Activo Total da Sociedade aumentou de 46.359 milhares de euros para 138.926 milhares de euros. Em consequência, o seu passivo aumentou, sobretudo através do recurso a empréstimos da sua accionista única cujo montante cresceu em cerca de 102 milhares de euros, passando de 33 milhares de euros em 2009 para 135.000 milhares de euros no final de 2010.

No que concerne à promoção da venda de imóveis propriedade de terceiros, na maior parte dos casos de outras entidades do Grupo, os resultados são os seguintes:

Milhares de Euros

RÚBRICA	VALOR
Imóveis "não afectos à exploração"	
Banif	5.193
Outras entidades	11.256
Total	16.449

O valor total do conjunto dos activos imobiliários, próprios e alheios, sob gestão directa da Banif Imobiliária evoluiu do seguinte modo:

Milhares de Euros

	2010	2009
Imóveis próprios	66.002	35.069
Imóveis em processo de aquisição	68.339	-
Imóveis propriedade de outras entidades do Grupo – "não afectos à exploração"	88.239	49.345
Total	222.580	84.414

Assim, o valor total de todos os activos geridos pela Banif Imobiliária aumentou em cerca de 138 milhões de euros do final de 2009 para o final de 2010, correspondendo, na sua maioria, a imóveis "não afectos à exploração".

Também, conforme já atrás referido, a Banif Imobiliária assegura a gestão processual e administrativa de vários imóveis detidos por Fundos de Investimento Imobiliário.

Em resultado da actividade descrita, a sociedade obteve proveitos, durante o exercício de 2010, no montante de 2.321 milhares de euros, dos quais 745 milhares de euros provenientes das vendas de mercadorias e de 1.147 milhares de euros decorrentes de serviços prestados (essencialmente de receitas do arrendamento do seu património imobiliário). No que concerne aos custos, no total de 3.175 milhares de euros, são de sublinhar sobretudo os referentes ao custo das mercadorias vendidas, no valor de 821 milhares de euros, e aos juros pagos, no valor de 1.456 milhares de euros. Comparativamente a 2009, os custos incorridos pela sociedade diminuíram substancialmente: menos 35% nos Gastos com o Pessoal, menos 32% nos Fornecimentos e Serviços Externos e menos 20% nos Encargos Financeiros.

Salienta-se ainda que, o volume de receitas baixou substancialmente por a Sociedade, nos últimos anos, ter vindo a alienar a maior parte dos imóveis mais rentáveis. Adicionalmente, não tem sido possível obter resultados a partir da alienação de imóveis.

Como consequência, o Resultado Líquido do exercício foi negativo em 884 milhares de euros, face a um resultado positivo de 980 milhares de euros em 2009.

Também durante 2010, a sociedade distribuiu dividendos (à sua accionista única) no valor total de 2.346 milhares de euros.

O seguinte quadro traduz a evolução dos principais indicadores da sociedade:

Milhares de Euros

	2010	2009	VARIAÇÃO %
Activo líquido	138.926	46.359	200
Capital próprio	2.205	5.408	-59
Proveitos totais	2.321	29.975	-92
Lucro líquido	-884	980	-190

6.2 BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

O plano de actividades da BanifServ para 2010 comportou 40 projectos, dos quais 17 foram concluídos, 2 anulados e 6 novos incluídos já no decorrer do ano, o que representa uma taxa de concretização bastante significativa em virtude do carácter plurianual do plano.
Destes projectos, alguns englobando mais do que uma Agrupada, merecem referência os seguintes:

- Desenvolvimento de uma nova solução de suporte aos balcões do Banif, reforçando os níveis de ergonomia, navegabilidade e qualidade da informação ao dispor dos utilizadores internos e clientes – em curso;

- Desenvolvimento de uma nova operativa de Depósitos à Ordem para o Banif, melhorando o nível de funcionalidades, operacionalidade, integração e flexibilidade do sistema, criando um novo patamar de cobertura dos requisitos de negócio – em curso;

- Reformulação do modelo e do processo de consultas do Banif, disponibilizando uma visão completa sobre contratos, relações contratuais e indicadores de rendibilidade dos Clientes;

- Desenvolvimento da segunda fase do sistema de recuperação de crédito, incluindo as Agrupadas Banif e a Banif Go na componente de Agendas Judiciais;

- Participação no processo de Cisão-Fusão da Agrupada Banif Go, através da integração dos seus sistemas de informação e respectiva carteira no Banif e no Banif Mais – em curso;

- Desenvolvimento de um novo sistema de gestão de Terminais de Pagamento Automático e Caixas Automático para o Banif, reforçando o controlo operacional e melhorando o nível de serviço prestado aos Clientes – em curso;

- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos Clientes, das quais se referem, a titulo de exemplo, a corretagem *on-line*, o extracto por *e-mail* ou a disponibilização de notas de lançamento em formato electrónico, este último ainda em curso;

- Continuação do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão do Banif, com a incorporação dos módulos de Risco de Crédito, ALM e Marketing, reforçando a qualidade e o tipo de informação ao dispor da actividade – em curso;

- Desenvolvimento da vertente "débito" no sistema SEPA, disponibilizando aos clientes um conjunto de novos serviços transfronteiriços;

- Migração dos cartões de crédito para a operativa própria, reforçando por essa via a qualidade do serviço ao Cliente e a redução do *time-to-market* no lançamento de novos produtos.

A tecnologia continuou a ser encarada enquanto meio para aportar valor acrescentado à actividade, quer através da disponibilização de novas ferramentas orientadas às necessidades das empresas do Grupo e dos seus clientes, quer através da racionalização de custos e recursos. Nesta vertente infraestrutural realça-se, entre outras, o estudo realizado de viabilidade técnica e financeira de evolução do actual sistema central do Banif para ambiente *mainframe* Z OS.

O número de colaboradores da Banifserv é de 58, um dos quais em regime de contrato a termo. Destes elementos, 29 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os clientes, 24 aos sistemas e à gestão da produção, 2 ao suporte administrativo e 3 são elementos de gestão.

No ano de 2010, a BanifServ apresentou proveitos de 13.221 milhares de euros, dos quais 11.957 milhares de euros são respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas, 1.184 milhares de euros de trabalhos para o próprio ACE, 79 milhares de euros de outros rendimentos e ganhos e 666,17 euros de proveitos financeiros.

O imobilizado total, no termo do ano de 2010, era de 35.518 milhares de euros, dos quais 5.490 milhares de euros referentes a imobilizados em curso.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

Para o Banif - Grupo Financeiro, a Sustentabilidade significa considerar os riscos e oportunidades de âmbito económico, ambiental e social na sua actividade e nas suas ligações com a comunidade.

O Grupo tem criadas *Task Forces* (TF) para gerir a temática da sustentabilidade, de forma transversal a todas as actividades, sob coordenação da Função Imagem corporativa. Abrangem áreas como códigos e princípios, política de recursos humanos para a sustentabilidade, política ambiental, filantropia estratégica, riscos ambientais e sociais e produtos ambientais e sociais. Em 2010, destacam-se os trabalhos da TF 2 – Política de Recursos Humanos e da TF 5 – Riscos Ambientais e Sociais.

No âmbito da TF 2, teve lugar o planeamento e implementação de um programa de voluntariado nas áreas de literacia financeira e ambiental. Foram estabelecidas parcerias com as associações Junior *Achievement* e Cascais Natura e foi criado um *microsite* para toda a comunicação interna do projecto.

A primeira acção do VAMOS Plantar decorreu no Parque Natural Sintra-Cascais tendo envolvido 22 Colaboradores que efectuaram a requalificação de cerca de 350 metros de uma ribeira, a plantação de 320 árvores (freixos e salgueiros) e a construção de quatro barreiras de correcção torrencial. Em 2011, estão previstas mais três novas acções do VAMOS Plantar e mais de 70 voluntários irão

participar em sessões de literacia financeira em escolas de todo o país, beneficiando mais de 700 alunos através do VAMOS Educar.

Por seu lado, a TF 5 deu continuidade, em 2010, à análise de risco ambiental e social da carteira de crédito do Banif, SA. Este trabalho permitiu ao Banco ter uma política estruturada de avaliação de riscos ambientais e sociais dos Clientes na concessão de crédito, avaliação e controlo dos riscos. Os temas de maior importância neste pacote de medidas incluem questões de eficiência energética, alterações climáticas, avaliação de impacte ambiental, responsabilidade ambiental, cumprimento de legislação ambiental e gestão do ambiente, da qualidade e da saúde e segurança do trabalho.

Em termos de responsabilidade climática, destaca-se a actividade dos fundos New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado e Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado. O Banco de Investimento detém uma participação de 25% na MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, actual entidade gestora destes fundos, sendo este Banco a entidade depositária do New Energy Fund e do Luso Carbon Fund.

O New Energy Fund, lançado no final de 2007 pela Banif - Gestão de Activos e dirigido especificamente a investidores institucionais, tem como objectivo investir no mercado das energias renováveis, abrangendo toda a cadeia de valor, incluindo tanto a exploração de matérias-primas como o desenvolvimento de tecnologias ou a sua aplicação e exploração. O New Energy Fund realizou, desde o início da sua actividade, investimento em 8 projectos que representam, na sua totalidade, um investimento de aproximadamente 900 milhões de euros, repartidos por três continentes, concentrando cerca de 80% no continente europeu. A 31 de Dezembro de 2010, este fundo atingiu um valor de activos sob gestão de 43,5 milhões de euros.

Em 2010, destaca-se igualmente a actividade do Luso Carbon Fund, que tem como objectivo o investimento no mercado de carbono através da aquisição de créditos de redução de emissão de Gases de Efeito de Estufa gerados ao abrigo do Protocolo de Quioto. O Luso Carbon Fund tem actualmente um compromisso para mais de 10 milhões de toneladas de créditos de carbono, originadas por cerca de 31 projectos, 12 ERPAS (*Emission Reduction Purchase Agreements*), distribuídos por 5 países (China, Brasil, Índia, Tailândia e Rússia) e correspondentes a 9 tipologias diferentes.

No que respeita ao Mecanismo Flexível do Protocolo de Quioto, o portefólio JI (*Joint Implementation*) do Luso Carbon Fund é composto por 4 projectos com 2Mt de CO_2 contratadas. Mais de 80% do portefólio, em termos de número de projectos e créditos contratados, provém do mecanismo CDM (*Clean Development Mechanism*). A maioria dos projectos do Fundo, cerca de 80%, localiza-se no Brasil (42%) e China (36%).

Em 2010, o Banco de Investimento liderou um financiamento na modalidade de *Project Finance,* de 15 milhões de euros para a construção e exploração da Central Solar Foto-voltaica de Porteirinhos, do Grupo GENERG, com uma capacidade instalada de 6 MW. A Açoreana providenciou todos os

seguros do Projecto, e o Banif prestou uma carta de crédito no valor de aproximadamente 10 milhões de dólares às empresas fornecedoras dos painéis foto-voltaicos.

Esta responsabilidade climática é também reflectida nas acções de neutralização progressiva das emissões de carbono. Em 2010, foram neutralizadas 206 toneladas de carbono associadas a Relatórios e Contas, Relatório de Sustentabilidade, Agendas 2011, Revista "A Nossa Força" e Almoço de Natal do Grupo.

O incremento do relacionamento com os *stakeholders* relevantes nesta área é visível, nomeadamente através da participação em eventos e prémios e do estabelecimento de contactos e parcerias. O Grupo é membro do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e tem participado nos Grupos de Trabalho "Desenvolvimento" e "Sustentabilidade no Sector Financeiro" (sendo patrocinador deste) que têm como objectivos incentivar e divulgar as boas práticas de sustentabilidade entre as empresas participantes e à sociedade em geral.

Em termos de comunicação, esta área coordenou e executou o 3º Relatório de Sustentabilidade do Banif - Grupo Financeiro, tendo mantido a qualidade e a abrangência da informação, com o nível B das "Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade" da organização internacional *Global Reporting Initiative*. O relatório, editado em português e inglês, foi divulgado interna e externamente.

Destaca-se ainda o apoio prestado a várias empresas do Grupo no âmbito da sua comunicação interna e externa na área de sustentabilidade, nomeadamente, no que diz respeito a resposta a inquéritos (entre estes, destaque para a resposta ao *Carbon Disclosure Project* 2009) e a comunicação de sustentabilidade através da *internet* e dos portais internos, entre outros.

O Grupo promove com frequência comportamentos "sustentáveis" para Colaboradores e Clientes. Neste sentido, assumem relevância as sugestões de comportamentos e atitudes na Nota "Por um Mundo Melhor" da *newsletter* do Banif, SA, no Facebook institucional do Banif e nas Agendas de secretária para 2011.

Na vertente social, o Grupo apoiou a Campanha Pobreza Zero, da OIKOS. Foi criada a Conta Pobreza Zero para angariação de fundos para a Campanha e foi dinamizada uma acção de recolha de bens para a população carenciada do Bairro dos Navegadores, em Oeiras, em parceria com o Clube Banif.

Por seu lado, a Açoreana continuou a promover o sucesso escolar através do programa "UNE - Unidos Na Escola" que foi iniciado nos Açores em 2009 em parceria com o Governo Regional dos Açores. Em 2010 este programa foi também alargado à Região Autónoma da Madeira. Esta iniciativa permitiu que sempre que se contratasse um seguro no valor mínimo de 100 euros, a Açoreana entregasse 5 euros a escolas destas regiões. No final, a Açoreana duplicou o montante angariado.

O UNE teve já como resultado a entrega de 50 mil euros, valor aplicado na aquisição de material didáctico e de pacotes de formação para professores, tendo abrangido 705 crianças e os docentes de cinco escolas. Trata-se de uma resposta directa aos números oficiais que apontam para uma taxa de abandono escolar na ordem dos 31,2%.

O Banif destacou-se pela celeridade com que reagiu no apoio às vítimas do Temporal de 20 de Fevereiro. A "Conta Banif Solidariedade Com as Vítimas da Madeira" foi a primeira conta de solidariedade para com esta causa. Foram ainda assinados dois protocolos: um com os Municípios do Funchal e da Ribeira Brava, de modo a entregar os donativos recolhidos através desta Conta, e outro com o Instituto de Desenvolvimento Empresarial, que permitiu ao Banif tornar-se parceiro deste Instituto na Linha de Apoio à Recuperação Empresarial, criada para minimizar os prejuízos decorrentes daquela intempérie.

No âmbito da política de responsabilidade social e cultural, foram assinados, no início do ano, protocolos de cooperação com as duas principais casas de espectáculo de S. Miguel: Coliseu Micaelense e Teatro Micaelense. E, foi precisamente no Teatro Micaelense, que teve lugar um espectáculo único dos "Amália Hoje", no dia 3 de Fevereiro, patrocinado, em conjunto, pelo Banif e pela Açoreana. Ainda durante o mês de Fevereiro, foram cedidos 80 computadores à Zon Açores, para posterior oferta a organizações de solidariedade social, no âmbito da campanha "Eu adoro ajudar", promovida por essa empresa. Com o objectivo de reforçar o nosso envolvimento em projectos culturais de artistas açorianos, foi promovida uma exposição mista de fotografias e poesia – Zenografias – da autoria de Rui Goulart, em Maio; e também apoiada a segunda edição do concurso de artes plásticas "Porto Pimtado" – uma iniciativa do observatório do Mar dos Açores para promover a criatividade e a consciência ambiental da população e visitantes da ilha do Faial.

Com o objectivo de ajudar as inúmeras famílias que se debatem com problemas de carência alimentar, o Banif contribuiu para o Banco Alimentar contra a fome, em S. Miguel, com a oferta de todo o material destinado à recolha de alimentos. Como é habitual todos os Natais, o Banco atribuiu donativos a quatro instituições Particulares de Solidariedade Social com obra meritória no campo social e humanitário na Região: este ano contemplou-se o Instituto de Apoio à Criança Açores, Banco Alimentar Contra a Fome (S. Miguel), Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico (Pico) e Instituto de Santa Catarina (S. Jorge). Entretanto, até Abril de 2011, decorre o projecto "Banif Açores Solidário", divulgado num programa da RTP Açores, que consiste na atribuição quinzenal de um donativo a uma IPSS, como forma de ajudar os mais carenciados.

Dando continuidade ao compromisso de transparência e *accountability* de temas ambientais e sociais, é disponibilizado, mais uma vez, o Relatório de Sustentabilidade do Grupo, referente ao ano de 2010, o qual apresenta, de uma forma mais detalhada, as acções que têm vindo a ser desenvolvidas.

03

Análise às Contas Separadas e Consolidadas

03
Análise às Contas Separadas e Consolidadas

1. CONTAS SEPARADAS

A Banif SGPS, empresa-mãe do Banif - Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Da análise comparativa destes documentos contabilísticos destaca-se o seguinte:

Demonstração de Resultados

- A Margem Financeira, incluindo Rendimento de Títulos, teve um comportamento negativo, registando um decréscimo de 12,0 milhões de euros quando comparada com o valor de 2009, como resultado de dividendos pagos em 2010, mas reconhecidos no exercício de 2009;

- A rubrica, Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, elevou-se a 12,1 milhões de euros, um acréscimo de 13,2 milhões de euros, devido aos ganhos financeiros resultantes de alienação da participação no Finibanco;

- Como reflexo das situações atrás descritas, o Produto Bancário apresentou um acréscimo de 14,4 milhões de euros, cifrando-se em 39,3 milhões de euros;

- Os Custos de Funcionamento totalizaram 1,6 milhões de euros, registando uma contracção de 2,4%, quando comparados com os de 2009, devido ao decréscimo de 47 milhares de euros verificado ao nível dos Custos com o Pessoal, tendo os Gastos Gerais Administrativos mantido o mesmo nível do ano anterior;

- A rubrica Imparidade de Outros Activos, que totaliza 26,2 milhões de euros, inclui a imparidade constituída durante o exercício de 2010 no montante de 21,4 milhões de euros, para a participação no Bankpime, registada a custo histórico nas contas individuais da Banif SGPS;

- Como consequência, a Banif SGPS apresentou um Resultado Líquido negativo de 14,4 milhões de euros, no final de 2010, um crescimento de 18,8% quando comparado com o resultado de 12,1 milhões de euros atingido no final de 2009.

Balanço

O Activo Líquido aumentou 20,1% para 1.298,5 milhões de euros quando comparado com 1.081,5 milhões de euros registados no final de 2009. Para este crescimento, contribuiu o desempenho registado nas seguintes rubricas:

- Diminuição de 46,5 milhões de euros em Disponibilidades de outras Instituições de Crédito;

- Aumento de 5 milhões de euros em Crédito a Clientes, referentes a empréstimos de apoio à tesouraria, concedidos à Rentipar Seguros SGPS, SA;

- Aumento de 204,7 milhões de euros em Investimentos em Filiais e Associadas, como consequência do aumento na participação do capital da Rentipar Seguros, no montante de 50,1 milhões de euros, e de um aumento líquido de 164,0 milhões de euros em prestações suplementares de capital à Banif Comercial SGPS, SA;

- Aumento de 77,1 milhões de euros em Outros Activos resultante da conjugação de dois factores: o aumento de 88,8 milhões de euros na concessão de financiamentos, a título de suprimentos, à Banif Imobiliária, e o decréscimo verificado a nível dos dividendos antecipados, no valor de 11,2 milhões de euros.

Passivo

A rubrica "Recursos de Outras Instituições de Crédito" elevou-se a 195,1 milhões de euros, um crescimento de 27,7% relativamente ao final de 2009. Estão nesta rubrica registados os financiamentos obtidos junto do Banif SA.

A rubrica "Recursos de Clientes e outros Empréstimos" apresentou um crescimento de 72,3 milhões de euros, cifrando-se em 181,4 milhões de euros no final do exercício de 2010, que resulta de empréstimos de apoio à tesouraria concedidos pela Banif Investimentos SGPS, SA (80,7 milhões de euros) e pela Rentipar Financeira SGPS, SA (100 milhões de euros).

A Banif SGPS procedeu à emissão de Obrigações no montante de 50 milhões de euros, pelo prazo de três anos (2010-2013), pelo que a rubrica Responsabilidades Representadas por Títulos, que se elevou a 100,5 milhões de euros, apresentou um crescimento de cerca de 100% relativamente ao final de 2009.

Durante o exercício de 2010, a sociedade procedeu ao aumento do seu capital social em 80 milhões de euros, de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros, tendo os capitais próprios se elevado a 814,2 milhões de euros, a que correspondeu um aumento de 9,8% relativamente ao final de 2009.

Análise Comparativa – Banif SGPS, SA

Milhares de Euros

BALANÇO	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Activo líquido	1.298.494	1.081.493	217.001	20,1
Disponibilidades em Instituições de Crédito	3.378	49.846	(46.468)	(93,2)
Crédito a Clientes	5.015	-	5.015	100
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	1.064.902	860.208	204.694	23,8
Outros activos	211.120	134.039	77.081	57,5
Recursos de outras instituições de crédito	195.097	152.736	42.361	27,7
Recursos de outros clientes e outros empréstimos	181.389	109.089	72.300	66,3
Responsabilidades representadas por títulos	100.499	50.465	50.034	99,1
Capitais próprios	814.226	741.783	72.443	9,8

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Margem financeira	27.730	39.681	(11.951)	(30,1)
Lucro de operações financeiras	12.052	(1.153)	13.205	1.145,3
Outros proveitos líquidos	(491)	(13.650)	13.159	96,4
Produto da actividade	3.091	24.878	14.413	57,9
Custos administrativos	(1.625)	(1.666)	41	2,5
Cash flow	37.666	23.212	14.454	62,3
Amortizações do exercício	-	-	-	-
Provisões/Imparidade	(26.250)	(17.259)	(8.990)	(52,1)
Resultados antes de impostos	11.416	5.953	5.464	91,8
Impostos (correntes e diferidos)	2.949	6.140	(3.191)	(52,0)
Resultado do exercício	14.365	12.093	2.273	18,8

A Margem financeira inclui rendimentos de instrumentos de capital

3.2 CONTAS CONSOLIDADAS

Relativamente às contas consolidadas da Banif SGPS, *holding* do Banif - Grupo Financeiro, evidenciam-se, em primeiro lugar, os factos mais relevantes que caracterizaram a actividade do exercício de 2010:

- O Lucro consolidado foi de 33,4 milhões de euros, uma diminuição de 38,2% quando comparado com o resultado obtido em 2009;

- O ROE (*Return on Equity)* situou-se em 3,5%, que compara com 8,1% em 2009, enquanto o ROA (*Return on Assets*) se fixou nos 0,22%, contra 0,40% em 2009;

- O Activo Líquido elevou-se a 15.710,7 milhões de euros, registando um crescimento de 8,8% face ao final do exercício anterior;

- O Crédito a Clientes, excluindo títulos contabilizados em empréstimos e outras contas a receber, totalizou 12.586,3 milhões de euros, mais 5,9% do que no final de 2009. No mesmo período, o rácio de "Imparidade do Crédito/Crédito Total" subiu de 4,35% para 4,73%;

- O rácio de solvabilidade, calculado estritamente de acordo com as *Core Criteria* de Basileia, situou-se em 10,07% no final do exercício de 2010.

Apresenta-se, seguidamente, com maior detalhe, a análise das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010, assim como os respectivos comparativos de 2009.

Análise aos resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 552,5 milhões de euros no final do exercício 2010, registando um aumento de 8,5% em termos homólogos. Para este desempenho contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Um aumento de 20,7% na Margem Financeira para 348,1 milhões de euros, resultante sobretudo da integração da Tecnicrédito SGPS, SA (actualmente Banif Mais, SGPS, SA), ocorrida em Setembro de 2009, e que representou um contributo de 57,2 milhões de euros para a margem financeira do Grupo em 2010. Assumindo o contributo a 100% do Banif Mais SGPS, SA para o ano de 2009, em vez de apenas o último trimestre, esse incremento ter-se-ia situado em 3,7%, traduzindo, por um lado, o crescimento da carteira de crédito e, por outro, a recuperação da margem de intermediação total[4] da actividade bancária comercial em Portugal. Este indicador aumentou 20 pontos base, em termos médios anuais, para cerca de 2,02% no fim de 2010, em resultado de uma política de progressivo ajustamento dos *spreads* do crédito, nomeadamente no segmento empresarial, e paralelamente a um adequado controlo do custo de captação de depósitos a prazo;

- Um incremento de 9,9% nas comissões líquidas, para 122,1 milhões de euros, em linha com o crescimento da actividade comercial e de banca de investimento do Grupo;

- Uma redução de 42% nos Resultados de Operações Financeiras de 68,8 milhões de euros em 2009 para 39,8 milhões de euros em 2010. No entanto, importa salientar que, em 2009, foram contabilizados ganhos brutos de 31,6 milhões de euros com a recompra de passivos emitidos pelo Grupo, (que comparam com apenas 14,8 milhões de euros registados em 2010), e ainda de 20,5 milhões de euros com as mais-valias na venda das participações na Zon Madeira, Zon Açores e Via Litoral. Por outro lado, em 2010, o Grupo registou um ganho de 12,1 milhões de

[4] Margem da carteira de crédito adicionada da margem da carteira de recursos de clientes de balanço.

euros na alienação da participação na Finibanco - Holding SGPS, SA em resultado da OPA lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Relativamente à estrutura de custos, os Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (Custos de Funcionamento) totalizaram 329,1 milhões de euros, subindo 10,6% face a 2009, essencialmente devido à integração do Banif Mais, SGPS, SA. Assumindo o contributo a 100% do Banif Mais para o ano de 2009, em vez de apenas o último trimestre, os custos de funcionamento teriam apresentado um acréscimo homólogo de 4,1%. Este aumento é essencialmente explicado pela componente internacional, nomeadamente a actividade no Brasil, onde o Grupo tem vindo a investir aproveitando o bom momento económico do país. Efectivamente, os custos de funcionamento domésticos apresentaram uma queda de 2%, um número revelador do forte esforço de contenção de custos, quer em termos de pessoal, quer de gastos administrativos, e que é particularmente relevante tendo em conta que o Grupo abriu 9 agências bancárias em Portugal durante o ano de 2010. Globalmente, o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade)[5] desceu de 67,0%, no final do exercício de 2009, para 66,4%, no final do exercício de 2010.

Assim, o *Cash Flow* de exploração consolidado do Banif - Grupo Financeiro ascendeu a 223,4 milhões de euros, o que representa um incremento de 5,6% relativamente ao final do exercício de 2009.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas do exercício, registou-se, em 2010, uma queda homóloga de 8,6% para 123,9 milhões de euros. Contudo, importa salientar que o resultado de 2009 havia sido afectado por uma imparidade no montante de 16,1 milhões de euros relativa à participação financeira no Finibanco - Holding SGPS, SA, que compara com apenas 4,8 milhões de euros contabilizados em 2010 para esse efeito. Assim, a participação detida no Finibanco teve um impacto global líquido de 7,2 milhões de euros em 2010, entre a imparidade registada e a mais-valia (bruta) obtida na respectiva venda.

Foram ainda registados cerca de 9,1 milhões de euros em imparidades referentes ao *goodwill* em participações financeiras, dos quais se destaca a imparidade de 7,7 milhões de euros relativa à participação de 27,5% detida no Bankpime (Espanha).

Relativamente à avaliação das imparidades da carteira de crédito, e atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora, de que resultou um reforço da imparidade no montante de 107,9 milhões de euros no final do exercício de 2010, face a 112,2 milhões de euros no final do exercício de 2009.

Assim o Grupo registou um Resultado líquido antes de Impostos de 58,1 milhões de euros, uma queda de 13% relativamente ao ano transacto. A carga fiscal média suportada em 2010 atingiu 13,9

[5] Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de "Investimento em associadas" excluídas da consolidação

milhões de euros (23,9% dos Resultados Antes de Impostos). No ano anterior, a carga fiscal média foi apenas de 0,4 milhões de euros (0,7%), decorrente, essencialmente, do facto de as diferenças de consolidação negativas registadas nesse ano (+41,5 milhões de euros) não estarem sujeitas a imposto.

Os resultados líquidos consolidados da Banif SGPS, *holding* do Banif - Grupo Financeiro, atingiram 33,4 milhões de euros no final do exercício de 2010, representando uma queda de 38,2% em termos homólogos. Importa salientar que o lucro obtido em 2009 beneficiou de ganhos extraordinários associados a vendas de activos e recompra de dívida num montante total de 52,1 milhões de euros. Considerando os resultados numa base recorrente, o resultado líquido consolidado relativo a 2010 ter-se-ia situado em 35,2 milhões de euros, cerca de 11% abaixo do nível obtido em 2009.

Face ao resultado líquido de 33,4 milhões de euros obtido pelo Banif - Grupo Financeiro em 31 de Dezembro de 2010, o Retorno dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se em 3,5%, contra 8,1% no final do exercício de 2009, enquanto o Retorno sobre os Activos (ROA) atingiu 0,22%, face a 0,40% a Dezembro de 2009. Ambos os rácios foram calculados em termos anualizados e com base em valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Grupo, atendendo à ocorrência de aumentos de capital no ano transacto.

BALANÇO

Activo

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 15.710,7 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2010, registando um crescimento de 8,8% face ao final do exercício de 2009.

Neste âmbito, o Crédito Bruto Concedido a Clientes, deduzido de títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber, atingiu 12.586,3 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, subindo cerca de 5,9% em termos homólogos. Este incremento não reflecte, no entanto, alguma diferenciação no padrão de evolução intra-anual, já que o *stock* de crédito bruto total (incluindo títulos classificados em empréstimos concedidos e contas a receber) se manteve praticamente inalterado em torno de 12.800 milhões de euros durante a segunda metade do ano.

O peso do Crédito no total do Activo Líquido era de 77,7% no final de 2010 contra 79,6% no final de 2009. Por segmentos, o crédito vivo concedido a Empresas, que representava 48,3% da carteira de crédito vivo, no final de 2010 (51,2% no final de 2009), apresentou um decréscimo de 0,8%. Por sua vez, o Crédito a Particulares, que representava, no final de 2010, 48,0% da carteira de crédito vivo (46,6% no final de 2009), aumentou 8,3%, no período em análise.

No mesmo período, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total subiu de 4,35% para 4,73%, influenciado sobretudo pelo agravamento dos níveis de incumprimento do crédito às empresas, por sua vez resultante de uma conjuntura económica bastante desfavorável. Considerando apenas a

actividade de banca comercial doméstica, correspondente grosso modo ao universo do Banif e que representa cerca de 80% da actividade creditícia do Grupo, o rácio de Imparidade do Crédito/Crédito Total situou-se em 3,35%, que compara com 3,05% em 2009.

Passivo

Na actual conjuntura de escassez de liquidez, os Recursos de Bancos Centrais têm assumido maior representatividade como fonte de financiamento. Face ao final de 2009, apresentam um aumento de 741,6 milhões de euros, ascendendo a 1.938,1 milhões de euros, no final de 2010. Em termos líquidos, isto é, deduzidos de aplicações feitas pelo Grupo junto do BCE, o financiamento situava-se em 1.688 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010. Este crescimento decorre da tomada de fundos em operações de refinanciamento do Eurosistema, realizada pela banca comercial do Grupo, que utilizou como colateral obrigações no âmbito de operações de securitização de crédito à habitação e de crédito ao consumo, que no final de 2010 totalizavam cerca de 3.300,00 milhões de euros.

Os Recursos de Instituições de Crédito caíram 29,0% face ao final de 2009, reflectindo a falta de liquidez verificada nos mercados, cifrando-se em 1.286,9 no final de 2010.

Em termos de recursos, merece referência o crescimento anual de 15,3% registado nos Depósitos de Clientes e de 18,5% nos Recursos de Clientes de balanço, que atingiram 8.815 milhões de euros no final de 2010. A evolução bastante positiva deste agregado ficou a dever-se a uma política agressiva de captação de depósitos, assente na prospecção activa da base de clientela do Grupo, em especial ao nível da Rede de Agências do Continente, que concentrou a sua acção comercial na obtenção de recursos de Clientes em detrimento da venda de produtos associados ao crédito. Assim, o rácio de transformação do Grupo (considerando a totalidade de recursos de Clientes em balanço) situou-se em 145% a Dezembro de 2010, uma queda de 16 pontos percentuais face ao ano anterior.

Considerando mais uma vez apenas a actividade de banca comercial doméstica, que agrega cerca de 80% dos recursos totais de clientes em balanço do Grupo, o rácio de transformação fechou o ano de 2010 em 144%, face a 150% no fim de 2009.

Os activos sob gestão da banca de investimento do Grupo ascendiam a 2.885 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010, reflectindo um incremento de 15,8%, que ficou a dever-se, sobretudo, à integração dos Fundos de Gestão Passiva do BPP e FICA (Fundo de Cinema e Audiovisual), bem como da carteira de activos da seguradora Global - Companhia de Seguros, SA e Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram um aumento de 9,9%, de 941,8 milhões de euros para 1.035,2 milhões de euros entre o final dos exercícios de 2009 e 2010, essencialmente em resultado dos seguintes factores (aumentos (+); diminuições (-):

(+) Aumento de capital no montante de 80 milhões de euros, totalmente realizado em Dezembro de 2010;

(+) Resultado do exercício de 2010 de 33,4 milhões de euros;

(+) Ganhos na recompra de acções preferenciais emitidas por empresas do Grupo no montante de 1,4 milhões de euros;

(+) Variações cambiais positivas no montante de 15,7 milhões de euros;

(-) Diminuição das reservas de reavaliação em 17,2 milhões de euros;

(-) Distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2009 no montante de 19,6 milhões de euros.

Os Fundos Próprios de Base do Grupo (*Tier 1*), em base IAS/IFRS e Basileia, totalizavam 1.147,2 milhões de euros a Dezembro de 2010, enquanto os Activos Ponderados (*Risk Weighted Assets*) ascendiam a 12.736,4 milhões de euros, resultando num rácio de *Tier 1* de 8,47%, que compara com 8,14% no final do exercício de 2009. O *Core Tier 1* do Grupo, também em base IAS/IFRS e Basileia, era, no final do exercício de 2010, de 7,33% (contra 6,24% no final do exercício de 2009).

Por seu turno, os Fundos Próprios Totais do Banif - Grupo Financeiro elevavam-se a 1.281,9 milhões de euros, a que correspondia um rácio de solvabilidade total de 10,07% (contra 10,03% no final do exercício de 2009).

Resultados por área de negócio

O Banif-Grupo Financeiro organiza a sua actividade por quatro grandes áreas de negócio, cujo desempenho se descreve de seguida:

- Banca Comercial: os resultados recorrentes atingiram cerca de 34,2 milhões de euros, mais que duplicando o valor registado em 2009 e reflectindo sobretudo o bom desempenho das unidades domésticas de banca comercial, com um crescimento de 163%, para 22,9 milhões de euros. A área internacional também registou um forte crescimento da sua rentabilidade, passando o resultado líquido de 5,4 para 11,3 milhões de euros, provenientes sobretudo da subsidiária do Grupo no Brasil.

- Crédito especializado: os resultados recorrentes situaram-se em 19,3 milhões de euros para o conjunto do ano de 2010, face a 27,5 milhões obtidos nos últimos três meses de 2009. Apesar do desempenho operacional positivo das unidades que compõem a *sub-holding* Banif Mais SGPS, SA com um resultado positivo de 23,5 milhões de euros em 2010 (contra 23,6 milhões de euros em 2009), foi necessário reforçar o valor das imparidades no caso da Banif Go, em

especial ao nível dos activos recuperados, de que resultou um prejuízo de 3,4 milhões de euros nessa unidade. No início de 2011, deverá ser concluída a integração da Banif Go, por fusão, no Banco Mais, SA.

- Banca de Investimento: os resultados recorrentes situaram-se em -3,7 milhões de euros, face a um lucro de 3,6 milhões de euros em 2009. Contudo, importa clarificar que este resultado reflecte comportamentos bastante diferenciados em termos geográficos, com o bom desempenho da unidade doméstica (+9,9 milhões de euros em 2010) a ser contrabalançado por perdas nas unidades internacionais (-13,6 milhões de euros): no caso do Brasil, a prevista venda da participação maioritária na Banif Corretora de Valores e Câmbio levou a uma reorganização do modelo de negócio, obrigando o Grupo a incorrer em custos extraordinários e quebras de negócios; no caso de Espanha, a acentuada crise do sector imobiliário resultou num volume de imparidades anormalmente elevado no Bankpime.

- Seguros: o contributo recorrente da Rentipar Seguros duplicou face a 2009, atingindo 2,1 milhões de euros, para o que contribuiu a consolidação a 100% da Global - Companhia de Seguros, SA, adquirida no 1º trimestre de 2010.

- *Holdings*: o impacto da consolidação das *holdings* agravou-se de -6,9 milhões de euros para -16,7 milhões de euros, reflectindo sobretudo o incremento dos custos de financiamento associados ao endividamento das *holdings*.

	Actividade Doméstica			Actividade Internacional			TOTAL		
	2009	2010	Δ YoY	2009	2010	Δ YoY	2009	2010	Δ YoY
Banca Comercial	8,7	22,9	163%	5,4	11,3	109%	14,1	34,2	143%
Banca Investimento	3,0	9,9	230%	0,6	-13,6	-2367%	3,6	-3,7	-203%
Crédito Especializado	34,6	16,3	-53%	-7,1	3,0	-142%	27,5	19,3	-30%
Seguros	1,2	2,1	75%	-	-		1,2	2,1	75%
***Holdings* e Outros**	-7,1	-14,8	108%	0,2	-1,9	-1050%	-6,9	-16,7	142%
TOTAL	**40,4**	**36,4**	**-10%**	**-0,9**	**-1,2**	**33%**	**39,5**	**35,2**	**-11%**

Rede comercial

A rede de pontos de venda do Banif - Grupo Financeiro aumentou durante o ano de 2010, de 593 para 601. A Consolidação das duas aquisições mais recentes – Tecnicrédito SGPS em 2009 e as seguradoras Global e Global Vida em 2010 –, em conjunto com a deterioração da conjuntura operacional, quer em Portugal quer noutros países europeus onde o Banif - Grupo Financeiro exerce a sua actividade, levaram o Grupo a reorganizar as respectivas redes de distribuição, do que resultou o encerramento de 7 pontos de venda ao nível das actividades de crédito especializado e de 29 escritórios das seguradoras do Grupo.

Em contrapartida, ao nível da Banca Comercial, procedeu-se a um reforço do número de agências bancárias em Portugal, de 351 para 360 unidades, privilegiando-se locais previamente identificados com bom potencial e agências de menor porte e com estruturas mais flexíveis e menos onerosas.

No entanto, continuou a verificar-se um expressivo crescimento do número de clientes bancários do Grupo, em resultado das campanhas de captação que foram desenvolvidas nos últimos anos e da política de expansão e de diversificação das redes de distribuição. O programa 2008-2011 tendente a aumentar o número de produtos e serviços vendidos aos clientes, com o objectivo de reforçar a sua fidelização e identificação com o Banif - Grupo Financeiro, foi reajustado à nova realidade do mercado, tendo-se colocado mais enfoque na capacidade de poupança e de investimento dos clientes em detrimento dos produtos associados ao crédito.

Relativamente à actividade seguradora do Banif – Grupo Financeiro, o volume de prémios emitidos, de 509,9 milhões de euros aumentou 14,2% relativamente ao exercício de 2009, considerando já o contributo da Global - Companhia de Seguros, SA e da Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA entre Março e Dezembro de 2010. Recorde-se que estas duas companhias foram adquiridas em Março de 2010 pela *holding* Rentipar Seguros, que detém igualmente a totalidade do capital da Companhia de Seguros Açoreana SA (CSA), tendo o processo de fusão por integração na CSA ficado formalmente concluído em Janeiro de 2011. A CSA passou, assim, a deter a 5ª posição no ranking do sector segurador em Portugal, com uma quota de mercado de aproximadamente 3,4%, e a 3ª posição no Ramo Não-Vida, com uma quota de mercado de 7,4%.

Mercado de capitais

O Conselho de Administração da Banif SGPS deliberou, em Outubro, proceder a um aumento de capital de 490 milhões de euros para 570 milhões de euros, com a finalidade de reforçar a estrutura dos fundos próprios da sociedade, assegurando a sua adequação à actividade desenvolvida bem como a preservação da solidez financeira do Grupo. A transacção, que tomou a forma de oferta pública reservada a accionistas e titulares de VMOC's, totalizando 80 milhões de euros, viria a ocorrer em Dezembro de 2010. Adicionalmente, o Grupo efectuou ainda uma emissão de obrigações no montante de cerca de 50 milhões de euros, com vencimento no final de 2013, e que foi integralmente colocada junto da sua base de Clientes. Já em 2011, a sociedade realizou uma nova emissão de obrigações, totalizando 50 milhões de euros, fungível com a anterior e também colocada na rede.

A liquidez gerada com estas transacções, a que se somou o encaixe registado com a venda da participação no Finibanco - Holding SGPS, SA (35 milhões de euros), foi utilizada para acorrer ao aumento de capital levado a cabo em Dezembro pela subsidiária Banif - Banco Internacional do Funchal SA. Com efeito, o Banif aumentou o seu capital social em 214 milhões de euros para 780 milhões de euros, o que lhe permitiu encerrar o ano de 2010 com um rácio de *Tier 1* de 10,76% (base IAS).

ANÁLISE COMPARATIVA

Banif - Grupo Financeiro

Milhares de Euros

BALANÇO	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Activo líquido	15.710.692	14.442.205	1.268.487	8,8
Crédito concedido (Bruto) (1)	12.586.267	11.889.493	696.774	5,9
Depósitos de clientes (2)	7.840.050	6.801.474	1.038.576	15,3
Recursos totais de clientes (Balanço)	8.815.185	7.442.088	1.373.097	18,5
Capitais próprios (3)	1.035.153	941.752	93.401	9,9

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Margem financeira	348.132	288.494	59.638	20,7
Lucro em operações financeiras (Líq.)	39.750	68.812	(29.062)	(42,2)
Outros proveitos (Líq.)	164.582	151.747	12.835	8,5
Produto da actividade	552.464	509.053	43.411	8,5
Custos com pessoal	184.906	170.407	14.499	8,5
Gastos gerais administrativos	144.176	127.130	17.046	13,4
Cash flow	223.382	211.516	11.866	5,6
Amortizações do exercício	37.327	34.668	2.659	7,7
Provisões e imparidade (líq.)	123.941	135.672	(11.731)	(8,6)
Equivalência patrimonial	(4.039)	(16.042)	12.003	74,8
Diferenças de consolidação negativas	-	41.533	(41.533)	(100,0)
Resultado antes de impostos	58.075	66.667	(8.592)	(12,9)
Impostos (correntes e diferidos)	13.904	471	13.433	2.852,0
Interesses minoritários	10.745	12.121	(1.376)	(11,4)
Resultado consolidado	33.426	54.075	-20.649	(38,2)

OUTROS INDICADORES	31-12-2010	31-12-2009	VARIAÇÃO ABSOLUTA	%
Prémios de seguros (Total)	509.868	446.351	63.517	14,2
Prémios Vida	235.850	266.003	(30.153)	(11,3)
Prémios Não Vida	274.018	180.348	93.670	51,9
Activos sob gestão (valores em milhões de euros)	2.885	2.491	394	15,8
Imparidade de crédito/Crédito total	4,73%	4,35%	-	-
ROE	3,5%	8,1%	-	-
ROA	0,22%	0,40%	-	-
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários/Activo líquido médio	0,38%	0,49%	-	-
Produto da actividade/Activo líquido médio	3,64%	3,76%	-	-
Resultado antes de impostos e de Interesses minoritários/Capitais próprios médios (incluindo interesses minoritários)	4,9%	7,2%	-	-
Custos de funcionamento + Amortizações/Produto da actividade (4)	66,4%	67,0%	-	-
Custos com pessoal/Produto da actividade (4)	33,4%	33,4%	-	-

(1) Deduzidos de títulos de dívida registados em empréstimos concedidos e contas a receber
(2) Esta rubrica inclui emissões de dívida colocadas na rede
(3) Deduzidos de Interesses Minoritários
(4) Estes rácios excluem as actividades não financeiras e auxiliares. O produto da actividade inclui o resultado de investimento em associadas excluídas da consolidação

04

Proposta de Aplicação de Resultados e de Distribuição de Reservas

04
Proposta de Aplicação de Resultados e de Distribuição de Reservas

Considerando que:

1. Atenta a especificidade da sua actividade de *holding*, o resultado individual da Banif SGPS, SA está directamente ligado aos dividendos que a sociedade recebe das respectivas filiais;

2. Na actual conjuntura económica, a Banif SGPS, SA considera fundamental manter a sua capitalização, e a das suas filiais, em níveis elevados, em linha com as Recomendações do Banco de Portugal nesta matéria;

3. No prosseguimento desta estratégia, foi limitado o dividendo distribuído pelas sociedades filiais da Banif SGPS, SA, o que, sem prejuízo do resultado consolidado do Grupo, reduziu o resultado individual desta sociedade, susceptível de distribuição aos accionistas a título de dividendo;

4. Assim, no exercício de 2010, a Banif SGPS, SA registou um resultado individual de 14.365.954,70 euros, em face de um lucro líquido consolidado de 33.426.438,71 euros;

5. Adicionalmente, dadas as recomendações das entidades reguladoras sobre esta matéria e a necessidade de corresponder a eventuais necessidades de financiamento das suas filiais, o Conselho de Administração recomenda que o resultado obtido seja mantido na sociedade, reforçando o seu actual nível de capitalização e de liquidez;

6. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os art.os 32.º e 33.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do art.º 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do art.º 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal	.....	1.436.595,47
Para Reservas Livres	.....	12.929.359,23
TOTAL		14.365.954,70

05

Nota Final

05
Nota Final

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 31 de Março de 2010, foram aprovados o Relatório de Gestão da Banif SGPS, SA, Individual e Consolidado, respeitante ao exercício de 2009 e as Contas da Banif SGPS, SA, Individuais e Consolidadas, respeitantes ao mesmo exercício.

Foram igualmente aprovadas as demais propostas apresentadas, relativas a pontos da Ordem de Trabalhos, nomeadamente a proposta de aplicação de resultados e a proposta de distribuição de reservas, ambas apresentadas pelo Conselho de Administração. Foi ainda aprovada uma proposta do Conselho de Administração para alteração do Artigo Quinto do contrato de sociedade, em termos de autorizar aquele órgão a, de acordo com o seu critério de oportunidade e em face das condições de mercado, aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos e condições que entender convenientes, num valor de até cento e dez milhões de euros, ou seja, até ao capital social de seiscentos milhões de euros e foi eleita a Ernst & Young Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178), representada pelo Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896) para o exercício das funções previstas no artigo 446º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 4 do artigo 27º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano, até à próxima Assembleia Geral Anual.

No dia 19 de Maio de 2010, faleceu o Presidente do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, Comendador Horácio da Silva Roque, após prolongado internamento hospitalar, decorrente de acidente vascular cerebral ocorrido no dia 4 de Março de 2010.

É, acima de tudo ao Comendador Horácio da Silva Roque, ao seu espírito visionário, à sua capacidade empreendedora e à sua sagacidade enquanto gestor, que o Banif deve o seu nascimento, o seu crescimento e a sua consolidação como Grupo Financeiro.

Mais do que um líder carismático e do que o accionista controlador, o Comendador Horácio da Silva Roque personificou, desde a primeira hora, a ambição e o dinamismo deste Projecto, que sempre assumiu de forma plena e incondicional, exibindo, com orgulho e em todas as ocasiões, os símbolos e as cores do Banif, cedendo-lhes o prestígio e o respeito que sempre soube merecer de todos os sectores da sociedade.

De modo a materializar a consternação que o óbito do Comendador Horácio da Silva Roque representou para todos os colaboradores do Banif - Grupo Financeiro e para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, neste depositam o seu apreço, os seus interesses e as suas expectativas, o Conselho de Administração deliberou a aprovação de um voto de pesar pelo óbito do Comendador

Horácio da Silva Roque, manifestar a sua solidariedade para com a respectiva família e reafirmar a sua determinação na condução da actividade do Grupo com total respeito pelos valores e princípios que o Comendador Horácio da Silva Roque sempre personificou, de modo a perpetuar, através deste Projecto de criação de valor, a sua "*força de acreditar*".

Em 31 de Maio de 2010, o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA deliberou designar, para Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, o qual, até esta data, exercia as funções de Vice-Presidente deste órgão.
Em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou cooptar, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 393º do Código das Sociedades Comerciais, para membro do Conselho de Administração, o Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira, o qual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, apenas iniciou funções em 27 de Julho de 2010, após a conclusão do processo de registo junto do Banco de Portugal.

Em 24 de Setembro de 2010, a Rentipar Financeira SGPS, SA designou a Dr.ª Paula Cristina Moura Roque para sua representante no Conselho Consultivo da Banif SGPS, SA.

Em 23 de Outubro de 2010, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade dos seus membros e ao abrigo do disposto no número 5 do Artigo Quinto do Contrato de Sociedade (na redacção aprovada na Assembleia Geral de 31 de Março de 2010), aprovar a realização de um aumento do capital social da sociedade, de 490.000.000,00 euros (quatrocentos e noventa milhões de euros) para até 570.000.000,00 euros (quinhentos e setenta milhões de euros), mediante o aumento de até 80.000.000 euros (oitenta milhões de euros), destinado a accionistas da Banif SGPS, SA e a titulares dos 70.000.000 euros (setenta milhões) de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis emitidos de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 14 de Agosto de 2009, através de lançamento de Oferta Pública de Subscrição de até 80.000.000 euros (oitenta milhões) de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais.

O aumento de capital foi integralmente subscrito e apresentado a registo na Conservatória do Registo Comercial, no dia 23 de Dezembro de 2010, tendo as 80.000.000 novas acções sido admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon no dia 28 de Dezembro de 2010.

À data de 31 de Dezembro de 2010, era a seguinte a composição dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Vice-Presidentes: Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Vogais: Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Nuno José Roquette Teixeira[6]

Suplente: Dr. Fernando José Inverno da Piedade

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. José Lino Tranquada Gomes

Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

[6] O Administrador, Dr. Nuno José Roquette Teixeira foi cooptado, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, para membro do Conselho de Administração, em reunião deste órgão de 30 de Junho de 2010. No entanto, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, apenas iniciou funções em 27 de Julho de 2010, após a conclusão do processo de registo junto do Banco de Portugal.

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente:	Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Vice-Presidentes:	Comendador João Francisco Justino
	Prof. Doutor Luís Manuel Moreira Campos e Cunha
Membros Efectivos:	Rentipar Financeira SGPS, SA representada pela
	Drª Paula Cristina Moura Roque
	Renticapital - Investimentos Financeiros, SA representda pelo
	Dr. Fernando José Inverno da Piedade
	Empresa de Electricidade da Madeira, SA, representada pelo
	Dr. Rui Alberto Faria Rebelo
	Eng.º António Fernando Couto dos Santos
	Dr. Miguel José Luís de Sousa
	Prof. Doutor António António Soares Pinto Barbosa
	Comendador Jorge Sá
	Dr. Mário Raul Leite Santos
	Dr. Roberto de Sousa Rocha Amaral

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho
Dr. António Gonçalves Monteiro
Dr. Enrique Santos

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 23 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Filipe Marques dos Santos – Presidente

Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

António Manuel Rocha Moreira – Vogal

Artur Manuel da Silva Fernandes – Vogal

José Marques de Almeida – Vogal

Diogo António Rodrigues da Silveira – Vogal

Nuno José Roquette Teixeira – Vogal

06

Demonstrações Financeiras

06
Demonstrações Financeiras

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

1.1 Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

		31-12-2010			31-12-2009
	NOTAS	VALOR ANTES DE PROVISÕES E AMORTI-ZAÇÕES	IMPARIDADE E AMOR-TIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	3.378	-	3.378	49.846
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	-	-	-	26.343
Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
Crédito a clientes	7	5.015	-	5.015	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	8	2	(2)	-	-
Activos intangíveis	9	121	(121)	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	10	1.086.329	(21.428)	1.064.901	860.208
Activos por impostos correntes	11	2.759	-	2.759	2.687
Activos por impostos diferidos	11	11.321	-	11.321	8.370
Outros activos	12	211.120	-	211.120	134.039
Total do Activo		1.320.045	(21.551)	1.298.494	1.081.493

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010 VALOR ANTES DE PROVISÕES E AMORTI-ZAÇÕES	IMPARIDADE E AMOR-TIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	31-12-2009 VALOR LÍQUIDO
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	13	-	-	195.097	152.736
Recursos de clientes e outros empréstimos	14	-	-	181.389	109.089
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	100.499	50.465
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	16	-	-	979	979
Passivos por impostos correntes		-	-	1	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	17	-	-	5.651	7.975
Outros passivos subordinados		-	-	-	-
Outros passivos	18	-	-	652	18.466
Total do Passivo		-	-	484.268	339.710
Capital	19	-	-	570.000	490.000
Prémios de emissão	19	-	-	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	19	-	-	95.900	95.900
Acções próprias	19	-	-	(1.035)	(1.035)
Reservas de reavaliação		-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	19	-	-	30.882	40.711
Resultado do exercício	19	-	-	14.365	12.093
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Total do Capital		-	-	814.226	741.783
Total do Passivo + Capital		-	-	1.298.494	1.081.493

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.2 Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	20	2.373	2.457
Juros e encargos similares	20	(11.415)	(11.273)
Margem financeira		(9.042)	(8.816)
Rendimentos de instrumentos de capital	21	36.772	48.497
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	22	(474)	(320)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	6,23	12.052	(1.153)
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	24	(17)	(13.330)
Produto bancário		39.291	24.878
Custos com pessoal	25	(346)	(393)
Gastos gerais administrativos	26	(1.279)	(1.273)
Amortizações do exercício		-	-
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de resposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6	(4.822)	(17.259)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(21.428)	-
Resultado antes de impostos		11.416	5.953
Impostos		2.949	6.140
Correntes		(2)	-
Diferidos	11	2.951	6.140
Resultado após impostos		14.365	12.093
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		14.365	12.093

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.3 Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Resultado líquido	19	14.365	12.093
Ganhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquida de impostos	19	-	10.592
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		14.365	22.685

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.4 Demonstrações de Variações em Capitais Próprios

Demonstração de Variações em Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	CAPITAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTROS INS-TRUMENTOS DE CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	RESERVAS DE REAVA-LIAÇÃO	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	RESULTA-DOS TRAN-SITADOS	RESUL-TADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldos em 31-12-2009	19	490.000	104.114	95.900	(1.035)	-	28.881	11.117	713	12.093	741.783
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	19	-	-	-	-	-	1.210	2.553	-	(3.763)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	-	-	-	-	(11.270)	-	(8.330)	(19.600)
Rendimento integral	19	-	-	-	-	-	-	-	-	14.365	14.365
Remuneração de VMOC's	19	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Aumento Capital	19	80.000	-	-	-	-	-	(222)	-	-	79.778
Saldos em 31-12-2010		570.000	104.114	95.900	(1.035)	-	30.091	78	713	14.365	814.226
Saldos em 31-12-2008	19	350.000	78.214	-	(749)	(10.592)	25.910	7.350	713	29.719	480.565
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	19	-	-	-	-	-	2.971	3.998	-	(6.969)	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.750)	(22.750)
Rendimento integral	19	-	-	-	-	10.592	-	-	-	12.093	22.685
Aumento Capital	19	140.000	25.900	95.900	-	-	-	(231)	-	-	261.569
Compra / alienação acções próprias	19	-	-	-	(286)	-	-	-	-	-	(286)
Saldos em 31-12-2009		490.000	104.114	95.900	(1.035)	0	28.881	11.117	713	12.093	741.783

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

ACTIVIDADE OPERACIONAL	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício	19	14.365	12.093
Provisões do Exercício	6,10	26.250	17.259
Dotação para Impostos do Exercício	11	(2.949)	-
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	6,23	(12.052)	-
Dividendos recebidos	21	(572)	(1.140)
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		(77.155)	6.707
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	6	33.573	13.155
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes	7	(5.015)	-
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	13	42.361	20.080
Aumento/(Diminuição) de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	14	72.300	94.087
Aumento/(Diminuição) de Responsabilidades representadas por títulos	15	50.034	-
Aumento/(Diminuição) de outros Passivos		(19.437)	10.295
Fluxos das actividades operacionais		121.703	172.536
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de subsidiárias e associadas	10	(50.199)	(246.087)
Concessão prestações suplementares	10	(175.922)	(158.500)
Alienação de subsidiárias e associadas	10	-	35.336
Dividendos recebidos	21	572	1.140
Fluxos das actividades de investimento		(225.549)	(368.111)
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	19	79.778	261.569
Acções próprias	19	-	(286)
Dividendos distribuídos acções ordinárias e VMOC´s	19	(22.400)	(22.750)
Fluxos das actividades de financiamento		57.378	238.533
TOTAL		(46.468)	42.958
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	5	49.846	6.888
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	3.378	49.846
		(46.468)	42.958
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	5	3.378	49.846

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1.6 Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 – Banif SGPS, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Banif SGPS, SA ("Sociedade") é uma sociedade anónima, com sede em Rua de João Tavira, n.º30, 9004-509 Funchal, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

As acções da Banif SGPS, SA encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 15 de Março de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 15 de Abril de 2010.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS IFRS 5

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação
A melhoria clarifica que:

- Quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- As divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções
A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma *Joint Venture* e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras
A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- Estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- Clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – items cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- Clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- Refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos *forward* entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer;
- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos;
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa
Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços
Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS
O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usadas pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill* é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.
- IAS 7 – Demonstração de Fluxos de caixa – Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) – Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS.
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: Divulgações
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas
Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) – Clarificação de direitos de emissão
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) – Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos

feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio
Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros – introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras separadas da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de euros, com arredondamento para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a outras alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas é mais significativo na seguinte situação:

Justo valor dos instrumentos financeiros
Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais

de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou ao custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando o direito ao seu recebimento é estabelecido. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. A Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

3.7.2 Passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, recursos de clientes e responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.8 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento	4 anos

3.9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

3.10 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.11 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.12 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2010 e 2009 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.378	49.846
	3.378	49.846

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A Banif SGPS, SA registou um ganho de 7,2 milhões de euros na alienação da participação no Finibanco Holdings, SGPS, em resultado da OPA lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, entre a imparidade registada no exercício (4.822 milhares de euros) e o ganho financeiro obtido na respectiva venda (12.052 milhares de euros).

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Apoio à tesouraria:		
Rentipar Seguros, SGPS	5.000	-
Encargos Financeiros	15	-
	5.015	-

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	SALDO EM 31-12-2009		AUMENTOS		AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	VALOR (LÍQUIDO) EM 31-12-2010
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	REAVAL. (LÍQUIDO)		
Equipamento Informático	2	2	-	-	-	-
TOTAL	2	2	-	-	-	-

9. ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorrido no período foi:

	SALDO EM 31-12-2009		AUMENTOS		AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	VALOR (LÍQUIDO) EM 31-12-2010
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	REAVALI. (LÍQUIDO)		
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	121	121	-	-	-	-
TOTAL	121	121	-	-	-	-

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

31-12-2010

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DA PARTICI-PAÇÃO	VALOR CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Banif Investimentos SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00	9.969	36.578	(779)
Banif Comercial SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80	239.325	711.121	(4.500)
Banif Investimentos SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000	-	-
Banif Comercial SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	404.650	-	-
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00	985	2.205	(884)
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo Verde	Instit. Financeira	51,69	5.130	10.374	716
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instit. Financeira	72,00	18.000	14.287	(2.800)
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instit. Financeira	33,32	49.363	83.922	5.761
Bankpime, SA	Espanha	Instit. Financeira	27,50	35.398	25.101	(29.474)
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90	2	403	93
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33	2.499	7.766	112
Rentipar Seguros SGPS, SA	Portugal	Seguradora	47,69	72.244	134.239	4.438
Rentipar Seguros SGPS, SA	Portugal	Seguradora	Prestações suplementares	11.922	-	-
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00	216.742	259.040	23.496
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Holding	100,00	100	91	(9)
				1.086.329		

31-12-2009

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	ACTIVIDADE PRINCIPAL	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DA PARTICI-PAÇÃO	VALOR CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Banif Investimentos SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00	9.969	33.083	(1.798)
Banif Comercial SGPS, SA	Portugal	Holding	84,80	239.325	564.977	21.097
Banif Investimentos SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	20.000	-	-
Banif Comercial SGPS, SA	Portugal	Holding	Prestações suplementares	240.650	-	-
Banif Imobiliária, SA	Portugal	Imobiliário	100,00	985	5.436	1.008
Banco Caboverdiano de Negócios, SA	Cabo Verde	Instit. Financeira	51,69	5.130	9.307	937
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Instit. Financeira	72,00	18.000	17.088	(3.530)
Banca Pueyo, SA	Espanha	Instit. Financeira	33,32	49.363	86.397	7.521
Bankpime, SA	Espanha	Instit. Financeira	27,50	35.398	54.999	(12.840)
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Holding	99,90	2	310	309
Inmobiliária Vegas Altas	Espanha	Imobiliário	33,33	2.499	7.680	102
Rentipar Seguros SGPS, SA	Portugal	Seguradora	33,62	22.045	51.505	(16.784)
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Holding	100,00	216.742	261.722	4.140
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Holding	100,00	100	100	-
				860.208		

A sociedade, no exercício de 2010, registou uma imparidade de 21.428 milhares de euros referente à participação no Bankpime, SA, não tendo sido apurada imparidade nos restantes investimentos.

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os Activos por Impostos Correntes são compostos por:

- Pagamentos por conta e IRC retido: 128 milhares de euros
- IRC a recuperar: 2.631 milhares de euros

O IRC a recuperar refere-se a impostos de exercícios anteriores, objecto de reclamação já decidida favoravelmente ou para as quais a Sociedade espera decisões favoráveis.

O movimento de impostos diferidos no período foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
		REFORÇOS		REALIZAÇÕES/ANULAÇÕES		
	IMPOSTO DIFERIDO (LÍQUIDO)	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	IMPOSTO DIFERIDO (LÍQUIDO)
Prejuízos fiscais reportáveis	8.370	-	2.951	-	-	11.321
TOTAL	8.370	-	2.951	-	-	11.321

De acordo com a legislação portuguesa, os prejuízos fiscais reportáveis podem ser recuperados no prazo de 6 anos (anos anteriores a 2010) e 4 anos (anos posteriores a 2010) e na medida em que a sociedade realiza lucros fiscais. A sociedade considera os impostos diferidos recuperáveis, tendo em conta a análise de evolução do negócio.

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva:

Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

DESCRIÇÃO	31-12-2010			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	11.416	-	-	-
Resultado líquido do exercício	14.365	3.591	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%	-	-	-
Variações patrimoniais	(222)	(56)	-	-
Despesas não Dedutíveis	3.978	995	-	-
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	3.976	994	-	-
Outros	2	1	-	-
Receitas não Tributáveis	(48.824)	(12.206)	-	-
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	(36.772)	(9.193)	-	-
Mais Valias contabilísticas	(12.052)	(3.013)	-	-
Lucro / (Prejuízo) Tributável	(33.652)	(8.413)	11.804	2.951
Matéria Colectável	(33.652)	(8.413)	-	-
Retenções na fonte e pagamentos por conta	-	-	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	-	-	-
Tributação autónoma	-	-	-	-
Carga Fiscal Total	-	-	-	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	2.951	-
Taxa Efectiva de Tributação	-	-	-	-

DESCRIÇÃO	31-12-2009			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	5.952	-	-	-
Resultado líquido do exercício	12.093	3.023	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25%	-	-	-
Variações patrimoniais negativas	(231)	(58)	-	-
Despesas não Dedutíveis	6.403	1.541	-	-
Menos Valias contabilísticas	1.153	288	-	-
Menos Valias fiscais sem intenção de reinvestimento	239	-	-	-
Juros de empréstimos não aceites fiscalmente	5.005	1.251	-	-
Outros	6	2	-	-
Outros	364	91	-	-
Imputação de lucros de sociedades não residentes Sujeitas a um regime fiscal privilegiado	364	91	-	-
Receitas não Tributáveis	(48.404)	(12.101)	-	-
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	(48.379)	(12.095)	-	-
Outros	(25)	(6)	-	-
Lucro / (Prejuízo) Tributável	(35.916)	(8.979)	24.561	6.140
Matéria Colectável	(35.916)	(8.979)	-	-
Retenções na fonte e pagamentos por conta	-	492	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	-	-	-
Tributação autónoma	-	-	-	-
Carga Fiscal Total	-	-	-	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	6.140	-
Taxa Efectiva de Tributação	-	-	-	-

12. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Suprimentos	172.607	83.867
Proveitos receber	705	547
Outros activos	37.808	49.625
	211.120	134.039

Em 31 de Dezembro de 2010, os suprimentos respeitam a 32.900 milhares de euros à Banif Comercial SGPS, SA, 135.000 milhares de euros à Banif Imobiliária, e 4.707 milhares de euros à Companhia de Seguros Açoreana. Estes suprimentos apresentam as seguintes condições:

BANIF COMERCIAL SGPS, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	32.900	32.900
Este financiamento a título de suprimento não é remunerado		

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	37.000	-
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,01%	-
Spread (%)	3,25%	-
Taxa de juro total (%)	4,26%	-

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	35.000	-
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,05%	-
Spread (%)	3,00%	-
Taxa de juro total (%)	4,05%	-

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	30.000	-
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,28%	-
Spread (%)	3,25%	-
Taxa de juro total (%)	4,53%	-

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	24.000	24.000
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,25%	0,99%
Spread (%)	1,50%	1,50%
Taxa de juro total (%)	2,75%	2,49%

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	1.500	1.500
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,28%	1,00%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,28%	2,00%

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	2.500	2.500
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,22%	1,02%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,22%	2,02%

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	4.000	4.000
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,25%	1,00%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,25%	2,00%

BANIF IMOBILIÁRIA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	1.000	1.000
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,25%	0,99%
Spread (%)	1,00%	1,00%
Taxa de juro total (%)	2,25%	1,99%

BANIF INVESTIMENTOS SGPS, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	-	6.260
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	-	0,99%
Spread (%)	-	1,00%
Taxa de juro total (%)	-	1,99%

BANIF INVESTIMENTOS SGPS, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	-	7.000
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	-	0,72%
Spread (%)	-	1,88%
Taxa de juro total (%)	-	2,59%

COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	2.353	2.353
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,25%	1,00%
Spread (%)	1,20%	1,20%
Taxa de juro total (%)	2,45%	2,20%

COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA, SA	31-12-2010	31-12-2009
Montante concedido	2.354	2.354
Taxa de juro (%) – Euribor 6 meses	1,27%	1,00%
Spread (%)	1,75%	1,75%
Taxa de juro total (%)	3,02%	2,75%

13. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Empréstimos	192.000	152.500
Encargos financeiros	3.097	236
	195.097	152.736

Os empréstimos no montante de 192.000 milhares de euros foram concedidos pelo Banif, SA.

14. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Empréstimos	180.700	108.500
Encargos financeiros	689	589
	181.389	109.089

Os empréstimos, nos montantes de 80.700 milhares de euros e 100.000 milhares de euros, foram concedidos pela Banif - Investimentos SGPS, SA e pela Rentipar Financeira SGPS, SA respectivamente.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

	31-12-2010	31-12-2009
Obrigações	100.000	50.000
Encargos financeiros	499	465
	100.499	50.465

Em 15 de Julho de 2008, a Banif SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões de euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. Para o 1º ano de vida a taxa de juro foi 6,25% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses, em vigor

no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, de uma só vez, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 15 de Julho de 2011, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

Em 21 de Dezembro de 2010, a Banif SGPS, SA, emitiu obrigações no montante de 50 milhões de euros. Os juros destas obrigações vencem-se semestralmente e postecipadamente. A taxa de juro é 6,00%. O empréstimo obrigacionista tem uma duração máxima de três anos a contar da data de subscrição e será reembolsado integralmente, ao par, na data de vencimento do 6º cupão, ou seja a 21 de Dezembro de 2013, salvo se ocorrer o reembolso antecipado.

16. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento de provisões, de 2010, no período foi o seguinte:

		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		
CATEGORIA	EXERCÍCIO ANTERIOR	REFORÇOS	REPOSIÇÕES ANULAÇÕES E UTILIZAÇÕES	SALDO DO EXERCÍCIO
Provisões				
Contingências Fiscais	979	-	-	979
TOTAL	979	-	-	979

Banif SGPS, SA emitiu uma "corporate guarantee" a favor do K&H Bank, Zrt, Hungria, para a contra garantir as actuais responsabilidades do Banif Plus Bank, Zrt (Hungria), junto daquele banco no montante de 25.881 milhares de euros.

17. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" corresponde à: remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 5.651 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Credores e outros recursos	652	18.466
Outros encargos a pagar	-	-
Outras contas de regularização	-	-
	652	18.466

19. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Capital	570.000	490.000
Prémios de emissão	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	(1.035)	(1.035)
Reservas de reavaliação	-	-
Reserva legal	30.091	28.881
Outras reservas	78	11.117
Resultados transitados	713	713
Resultado do exercício	14.365	12.093
Dividendos antecipados	-	-
TOTAL DO CAPITAL	814.226	741.783

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de €1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

No decorrer do exercício de 2010, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 19,6 milhões de Euros relativos ao exercício de 2009, correspondentes a € 0,04 por acção (490.000.000 acções).

No exercício de 2010, a sociedade pagou a componente variável da remuneração dos VMOCs no valor de 2,8 milhões de euros (correspondente a € 0,04 por VMOC).

Em Dezembro, a sociedade procedeu a um aumento de capital, no montante de 80 milhões de euros, totalmente realizado.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Juros de aplicações em IC	5	24
Juros de créditos a clientes	479	-
Juros de suprimentos	1.889	2.220
Juros de instrumentos dívida	-	213
	2.373	2.457

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Juros de empréstimos	9.964	7.513
Juros de obrigações emitidas	975	2.123
Juros de instrumentos derivados	-	-
Outros juros	476	1.637
	11.415	11.273

21. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Dividendos reconhecidos tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif Mais SGPS, SA	36.200	18.760
Finibanco Holding SGPS, SA	344	-
Banca Pueyo, SA	210	207
Inmobiliária Vegas Altas	18	14
Banif Comercial SGPS, SA	-	26.250
Banif Imobiliária, SA	-	2.346
Zon Madeira	-	685
Zon Açores	-	235
	36.772	48.497

No exercício de 2010 os dividendos recebidos forma de 572 milhares de euros, sendo que o montante de 36.200 milhares de euros foi reconhecido nos termos da Nota 3.12.

22. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Por serviços bancários prestados	58	66
Por operações realizadas por terceiros	135	168
Outras comissões pagas	281	86
	474	320

23. RESULTADOS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Finibanco Holding SGPS, SA	12.052	-
Zon Açores	-	(1.147)
Zon Madeira	-	(6)
	12.052	(1.153)

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Desreconhecimento da Companhia de Seguros Açoreana	-	(13.290)
Outros impostos	(14)	(66)
Outros	(3)	26
	(17)	(13.330)

25. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	346	393
	346	393

26. GASTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Serviços especializados	1.077	1.004
Comunicações	1	1
Publicidade e edição de publicações	167	192
Deslocações, estadias e representação	11	36
Outros	23	40
	1.279	1.273

A sociedade registou um custo com serviços de auditoria no montante de 284 milhares de euros.

27. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade encontra-se sujeita a:

- Riscos de taxa de juro através dos instrumentos de dívida emitida, exposição descrita na Nota 15 "Responsabilidades representadas por títulos".

28. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	EMPRESAS DO GRUPO E ACCIONISTAS		ELEMENTOS CHAVE DE GESTÃO	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Disponibilidades em IC	3.378	49.846	-	-
Crédito a clientes	5.015	-	-	-
Suprimentos	172.607	83.867	-	-
Outros activos	37.390	49.185	-	-
	218.390	182.898	-	-
Recursos em IC	195.097	152.736	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	181.389	109.089	-	-
Outros passivos	5.727	18.143	-	-
	382.213	279.968		
Custos	11.101	7.194	346	393
Proveitos	38.917	49.854	-	-

EMPRESAS DO GRUPO

Banif Comercial SGPS, SA
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
Banif (Açores) SGPS, SA
Banif Finance, Ltd.
Banif & Comercial Açores, Inc San José
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River
Investaçor SGPS, SA
Investaçor Hotéis, SA
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, SA
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, SA
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
Banif - Investimentos SGPS, SA
Banif - Banco de Investimento, SA

Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, SA
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, SA
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco, SA
Centro Venture - Soc. Capital de Risco, SA
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, SA
Numberone SGPS, Lda
Banif International Asset Management Ltd.
Banif Multifund Ltd.
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd
Banif Internacional Holdings, Ltd
Banif Financial Services, Inc
Banif Finance (USA) corp.
Banif Forfaiting Company, Ltd.
Banif Trading, Inc.
Banif Securities, Inc.
Econofinance, SA
Banif Securities Holding, Ltd
Banif (Brasil), Ltd.
Banif International Bank, Ltd
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
Banif Gestão de Activos (Brasil), SA
Banif - Imobiliária, SA
Sociedade Imobiliária Piedade, SA
BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.
Banif Bank (Malta) PLC
Banco Caboverdiano de Negócios, SA
Banif Holding (Malta) PLC
Banif Mais, SGPS, SA
Tecnicrédito ALD
Banco Mais, SA
Banif Plus Bank ZRT
Margem Mediação de Seguros, Lda
TCC Investments Luxembourg
Ecoprogresso Trading, SA
Banieuropa Holding, SL
Banif US Real Estate
Beta Securitizadora
FIP Banif Real Estate
SPE Panorama
Art Invest
Banif Fortuny

Infra Invest FEIA
Banif Nitor FI Ações
Banif Nitor Maestro FIM
Banif Nitor Institucional FIM
Imogest
Capven
Banif Inv. Conservador
Banif Inv. Moderado
Banif Iberia
Banif Renda Habitação
Banif Gestão Imobiliária
Banif Gestão Patrimonial
Banif Equity Hedge FIM
Gestarquipark
ZACF - Participações Ltda
Banif Gestão Activa
Gavea Empreend. e Participações
Rentipar Seguros, SGPS, SA
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
Espaço 10
MCO2
Pedidos Liz
Centaurus Reality Group
Banif Europa Leste

Accionistas:

Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban - Gestão e Investimentos
Auto-Industrial - Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evalesco SGPS
Jorge Sá
J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

29. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Admoinistração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 Balanço Consolidado

Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

		31-12-2010			31-12-2009
	NOTAS	VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTI-ZAÇÕES	IMPARIDADE E AMOR-TIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	118.734	-	118.734	306.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	217.814	-	217.814	200.657
Activos financeiros detidos para negociação	8	461.311	-	461.311	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	393.508	-	393.508	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	10,42	298.529	(4.119)	294.410	105.371
Aplicações em instituições de crédito	11	491.022	-	491.022	322.114
Crédito a clientes	12,42	12.801.111	(594.857)	12.206.254	11.487.864
Investimentos detidos até à maturidade	13	63.939	-	63.939	80.399
Activos com acordo de recompra	14	51.004	-	51.004	36.500
Derivados de cobertura	15	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	16,42	172.835	(5.379)	167.456	85.552
Propriedades de investimento	17	272.591	-	272.591	199.808
Outros activos tangíveis	18	432.629	(162.672)	269.957	286.682
Activos intangíveis	19	91.620	(68.557)	23.063	28.522
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20,42	160.320	(9.040)	151.280	115.257
Activos por impostos correntes	21	27.104	-	27.104	24.829
Activos por impostos diferidos	21	72.697	-	72.697	59.535
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	-	435.720	(7.172)	428.548	278.911
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	-
Outros activos	22	435.720	(7.172)	428.548	278.911
Total do Activo		16.562.488	(851.796)	15.710.692	14.442.205

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010 VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTI-ZAÇÕES	IMPARIDADE E AMOR-TIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	31-12-2009 VALOR LÍQUIDO
Recursos de Bancos Centrais	23	-	-	1.938.147	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	24	-	-	145.259	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	-	-	118.886	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	1.286.879	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	7.840.050	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	2.380.021	2.256.935
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	15	-	-	1.303	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	29	-	-	15.230	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	10.850	8.448
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	32.211	24.687
Instrumentos representativos de capital	30	-	-	45.651	47.975
Outros passivos subordinados	31	-	-	268.178	322.483
Outros passivos	-	-	-	349.150	468.156
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	349.150	468.156
Total do Passivo		-	-	14.431.815	13.262.279
Capital	33	-	-	570.000	490.000
Prémios de emissão	33	-	-	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	33	-	-	95.900	95.900
Acções próprias	33	-	-	(1.043)	(1.035)
Reservas de reavaliação	33	-	-	(10.572)	6.645
Outras reservas e resultados transitados	33	-	-	243.328	192.053
Resultado do exercício	33	-	-	33.426	54.075
Dividendos antecipados	33	-	-	-	-
Interesses que não controlam	34	-	-	243.724	238.174
Total do Capital		-	-	1.278.877	1.179.926
Total do Passivo + Capital		-	-	15.710.692	14.442.205

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.2 Demonstração de Resultados Consolidados

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares	35	750.988	772.926
Juros e encargos similares	35	(402.856)	(484.432)
Margem financeira		348.132	288.494
Rendimentos de instrumentos de capital	36	905	1.524
Rendimentos de serviços e comissões	37	145.218	125.975
Encargos com serviços e comissões	37	(23.143)	(14.858)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	38	452	(28.377)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	13.130	22.508
Resultados de reavaliação cambial	38	10.778	41.577
Resultados de alienação de outros activos	39	2.895	5.544
Prémios líquidos de resseguro	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros	-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-
Outros resultados de exploração	39	54.097	66.666
Produto da actividade	-	552.464	509.053
Custos com pessoal	40	(184.906)	(170.407)
Gastos gerais administrativos	41	(144.176)	(127.130)
Amortizações do exercício	18,19	(37.327)	(34.668)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	1.121	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	42	(107.944)	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	42	(5.113)	(19.244)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	42	(12.005)	(1.257)
Diferenças de consolidação negativas	-	-	41.533
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	(4.039)	(16.042)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	-	58.075	66.667
Impostos	-	(13.904)	(471)
Correntes	21	(13.022)	(12.555)
Diferidos	21	(882)	12.084
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	-	44.171	66.196
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-
Interesses que não controlam	34	(10.745)	(12.121)
Resultado líquido do exercício	-	33.426	54.075

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.3 Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		44.171	66.196
Outro rendimento integral			
Activos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos/(perdas) no justo valor	33	(11.244)	(8.930)
Impostos/(perdas) no justo valor	33	3.082	1.441
Ganhos /(perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	(14.039)	36.436
Impostos ganhos/(perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	3.284	(9.016)
Ganhos em reavaliações imóveis	33	1.226	15.421
Impostos ganhos em reavaliações imóveis	33	(988)	(1.273)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	1.474	(2.895)
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	(12)	-
		(17.217)	31.184
Variações cambiais	33	15.726	9.172
Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesse que não controlam		42.680	106.552
Interesses que não controlam	34	(10.745)	(12.121)
Total do rendimento integral, líquido de impostos		31.935	94.431

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.4 Demonstrações de Variações em Capitais Próprios

Demonstração de Variações em Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

	NOTAS	CAPITAL	OUTROS INS-TRUMENTOS DE CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS DE REAVA-LIAÇÃO	RESULTA-DOS TRAN-SITADOS	OUTRAS RESERVAS	RESUL-TADO DO EXERCÍCIO	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL
Saldos em 31-12-2009	33	490.000	95.900	(1.035)	104.114	6.645	328.715	(136.662)	54.075	238.174	1.179.926
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	45.745	-	(45.745)	-	-
Distribuição de dividendos	33	-	-	-	-	-	-	(11.270)	(8.330)	-	(19.600)
Aumento de capital	33	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000
Aquisição/alienação de acções próprias	33	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)
Rendimento integral	33	-	-	-	-	(17.217)	-	15.726	33.426	-	31.935
Recompra de acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	1.401	-	(2.754)	(1.353)
Remuneração de VMOC's	33	-	-	-	-	-	-	(2.100)	-	-	(2.100)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	8.304	8.304
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	1.773	-	-	1.773
Saldos em 31-12-2010		570.000	95.900	(1.043)	104.114	(10.572)	374.460	(131.132)	33.426	243.724	1.278.877
Saldos em 31-12-2008	33	350.000	-	(764)	78.214	(24.539)	292.228	(171.007)	59.237	279.401	862.770
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	36.487	-	(36.487)	-	-
Distribuição de dividendos	33	-	-	-	-	-	-	-	(22.750)	-	(22.750)
Aumento de capital	33	140.000	95.900	(271)	25.900	-	-	-	-	-	261.529
Aquisição/alienação de acções próprias	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	33	-	-	-	-	31.184	-	9.172	54.075	-	94.431
Correcções CP associadas: operações com IM	33	-	-	-	-	-	-	7.809	-	(7.809)	-
Recompra acções preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	15.600	-	(45.108)	(29.508)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	11.690	11.690
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-		1.764	-	-	1.764
Saldos em 31-12-2009	-	490.000	95.900	(1.035)	104.114	6.645	328.715	(136.662)	54.075	238.174	1.179.926

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.5 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de Euros

ACTIVIDADE OPERACIONAL	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Resultados de Exploração:			
Resultado Líquido do Exercício	33	33.426	54.075
Imparidade em crédito concedido	42	107.944	112.178
Outras perdas por imparidade	42	17.118	20.501
Provisões do exercício	29	(1.121)	2.993
Amortizações do exercício	18,19	37.327	34.668
Dotação para impostos do exercício	21	13.904	471
Interesses minoritários	34	10.745	12.121
Derivados (líquido)	38	25.644	69.416
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	4.039	16.042
Dividendos reconhecidos	36	(905)	(1.524)
Juros pagos de passivos subordinados	35	14.706	12.183
Juros pagos de passivos não subordinados	-	18.042	-
Ganhos não realizados em propriedades de investimento	39	(11.853)	6.254
Diferenças de consolidação negativa	-	-	(41.533)
		269.016	297.845
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	8	(78.234)	(57.412)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	76.806	(209.803)
(Aumento)/Diminuição de de activos financeiros detidos para venda	10	(194.147)	24.403
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	(168.908)	(78.448)
(Aumento)/Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	13	16.460	3.604
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	12	(826.334)	(474.542)
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	16	(84.403)	(12.315)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	14	(14.504)	54.783
(Aumento)/Diminuição de outros activos	-	(182.127)	99.066
Diminuição/(Aumento) de recursos de bancos centrais	23	741.588	230.716
Diminuição/(Aumento) de passivos financeiros detidos para negociação	24	4.276	24.092
Diminuição/(Aumento) de activos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(101.363)	(46.947)
Diminuição/(Aumento) de recursos a outras instituições de crédito	26	(526.617)	(536.812)
Diminuição/(Aumento) de recursos de clientes	27	1.038.576	283.733
Diminuição/(Aumento) de responsabilidades representadas por títulos	28	(26.914)	(55.516)
Diminuição/(Aumento) de outros passivos	-	(113.427)	(45.890)
		(439.272)	(797.288)
Fluxos das actividades operacionais		(170.256)	(499.443)

Milhares de Euros

	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Investimento em subsidiárias e associadas	20	(47.744)	(250)
Caixa e equivalentes na subsidiária adquirida	-	-	92.804
Aquisição de activos tangíveis	18	(36.181)	(50.688)
Alienação de activos tangíveis	18	14.128	27.531
Aquisição de activos intangíveis	19	6.119	(8.473)
Aquisição de propriedades de investimento	17	(47.654)	(51.477)
Alienação de propriedades de investimento	17	11.000	8.525
Dividendos recebidos	36	905	1.524
Fluxos das actividades de investimento		(111.665)	19.496
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	33	80.000	70.000
Aquisição de acções próprias	33	(8)	(1.176)
Alienação de acções próprias	-	-	905
Emissão de passivos subordinados	31	-	107.606
Reembolso de passivos subordinados	31	(54.141)	(111.146)
Juros pagos de passivos subordinados	-	(14.706)	(15.061)
Emissão de obrigações não subordinadas	28	150.000	500.000
Reembolso de obrigações não subordinadas	-	-	(34.544)
Instrumentos representativos de capital	30	-	40.826
Juros pagos de obrigações não subordinadas	-	(18.042)	-
Dividendos pagos de acções ordinárias e VMOC´s	33	(22.400)	(22.750)
Dividendos pagos de acções preferenciais	33	(9.410)	(9.967)
Fluxos das actividades de financiamento		111.293	524.693
		(170.628)	44.746
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período	6,7	507.176	462.430
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes	-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	336.548	507.176
		(170.628)	44.746
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	6	57.923	65.821
Depósitos à ordem em bancos centrais	6	60.490	240.698
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	7	137.031	117.227
Cheques a cobrar	7	26.865	28.750
Outros	7	54.239	54.680
		336.548	507.176
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade		-	-

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2.6 Anexo às Demonstrações Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 – Banif SGPS, SA e Subsidiárias

(Montantes expressos em Milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif SGPS, SA, empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004-509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

A Banif SGPS, SA é detida, directa e indirectamente, em 53,871% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif SGPS, SA encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 15 de Março de 2011, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 15 de Abril de 2011, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. ADOPÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia.

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação
A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;

- as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma *Joint Venture* e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;

- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – items cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;

- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- a isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos *forward* entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.

- se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.

- considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes
Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa
Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços
Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS
O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010:

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usada pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente.
- IAS 36 – Imparidade de Activos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do *Goodwill*

é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.

- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de *Joint Ventures*.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efectividade da IAS 39 sejam satisfeitos.
- IAS 7 – Demonstração de Fluxos de caixa – Clarifica as operações que devem ser classificadas como actividades de investimento, definindo que apenas os dispêndios que resultam num activo reconhecido na demonstração da posição financeira são elegíveis para classificação como actividades de investimento.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2010 e que não foram adoptadas antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

a) Já endossadas pela UE

IFRS 1 (Emenda) – Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que um adoptante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afectar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de Dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;

- isenção parcial de divulgações relativas a transacções com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) – Clarificação de direitos de emissão
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e *warrants*) como instrumentos de capital próprio se:

- os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) – Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo
Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de Dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do *surplus* do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio
Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de Junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafos 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros – introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITÍCAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2010, no

âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02, e no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, arredondado para o milhar mais próximo.

3.2 Informação comparativa

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a empresa-mãe têm os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash flows* e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros
O justo valor dos instrumentos financeiros que não pode ser determinado através de cotações (*marked to market*) disponíveis em mercados activos, é determinado através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos de discounted *cash flows* (*marked to model*). Os dados de *input* nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis no mercado.

Contudo, quando tal não é possível é utilizado julgamento para estabelecer o justo valor, nomeadamente ao nível da liquidez, taxas de correlação e volatilidade (ver Notas 3.10.2 e 45).

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamento. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio durante mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio

O justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio, classificados em Outros Activos Tangíveis, são determinados com base em avaliações efectuadas por peritos independentes. Estas avaliações têm por base estimativas de rendimento e de custos de manutenção ou substituição e ainda valores comparáveis de mercado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de entidades de finalidade especiais (SFE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos e emissão de dívida.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesses SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma (planos de benefícios definidos) é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif SGPS, SA e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento em que o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de propósito especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

3.5 Concentrações de actividades empresariais e *goodwill*

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis

à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O *goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("*goodwill* negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o *goodwill* positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o *goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *goodwill* imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.6 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (*seed capital*), classificados como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o *goodwill* originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento. Qualquer *goodwill* negativo é imediatamente reconhecido em resultados. O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

3.7 Empreendimentos conjuntos

Corresponde a investimentos em entidades em que o Grupo partilha o controlo com outra parte, por acordo contratual em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional. A consolidação proporcional é um método de contabilização em que a parte do Grupo em cada um dos activos, passivos, rendimentos e gastos da entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens equivalentes das demonstrações financeiras do Grupo. De acordo com este método, não existem interesses que não controlam.

3.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção. Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.8.1 Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades.

3.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.10 Instrumentos financeiros

3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação
Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor registadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados
Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);

ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua *performance* avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros designados como passivos ao justo valor através de resultados referem-se a instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda
São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras, esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição no caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido, Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos com acordo de recompra

Esta rubrica corresponde ao valor de compra do activo acrescido do juro implícito no preço de revenda, que está a ser reconhecido de acordo com o princípio da especialização. O Grupo não reconhece os activos na rubrica da sua natureza, uma vez que não assume os riscos ou benefícios da detenção dos mesmos.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou

encargos é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (*write-off*), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais). Esta avaliação é independente dos procedimentos de abate ao activo de empréstimos nas contas individuais das subsidiárias, ao abrigo das normas locais aplicáveis a essas entidades.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Pasivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;

- No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.10.3 Imparidade de Activos Financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,

- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;

- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;

- informações comerciais relativas ao cliente;

- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;

- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;

- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;

- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua

influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2009) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2009) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à

melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

3.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também

afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

3.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

i) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
ii) Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

3.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos Financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira, mediante a verificação de determinadas circunstâncias, instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Activos financeiros

disponíveis para venda, Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008. (Mais detalhes sobre estas reclassificações nas notas 12 e 14). As reclassificações são registadas ao justo valor dos instrumentos na data da reclassificação que se torna, assim, a nova base do custo amortizado nas novas categorias para os activos financeiros reclassificados para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou Activos financeiros detidos até à maturidade.

Para um activo financeiro reclassificado da categoria Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas nesse activo anteriormente reconhecidas em Reservas são amortizadas para os resultados do exercício durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. Se se considerar posteriormente a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é reciclado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar activos de negociação que não sejam derivados da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Outros créditos e valores a receber se os activos cumprirem a definição de um empréstimo ou conta a receber e o Grupo tiver a intenção e capacidade de deter o activo no futuro ou até à sua maturidade. Se um activo financeiros for reclassificado e posteriormente o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva desde a data da alteração da estimativa.

As reclassificações são feitas discricionariamente pela Administração do Grupo e são determinadas instrumento a instrumento. O Grupo não faz qualquer reclassificação para a categoria de Activos financeiros ao justo valor através de resultados após o reconhecimento inicial.

3.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos reembolso de crédito próprio.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda. Estes activos não são amortizados.

Nos casos em que os activos classificados nesta categoria deixem de reunir as condições de venda imediata, nomeadamente por o Grupo não ter recebido ofertas razoáveis, estes activos são reclassificados para a rubrica "Propriedades de Investimento".

3.12 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.13 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para

que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10-50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 a 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como "custo estimado" de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros Resultados de exploração".

3.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

3.14.1 Locações operacionais

Como locatário

Os pagamentos efectuados pelo Grupo de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Como locador

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço em "outros activos tangíveis", ao custo, deduzido de amortizações e por perdas de imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

3.14.2 Locações finanaceiras

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em "Outros activos fixos tangíveis", pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do *leasing*.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas em encargos financeiros e amortizações, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo. Os juros suportados são registados como custos financeiros. Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

3.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos

futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de *software*. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.16 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

a) Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passará a assegurar a protecção dos empregados do BBCA nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva será de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que é extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT).

De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se mantém inalterado o plano do ACT e que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados devem manter-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os

seus empregados, com excepção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III. Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:

    - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,50% sobre as respectivas pensões;

    - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.´

- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;

- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;

- Plano de Pensões BBCA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBCA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, nos termos do qual o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do ACT. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBCA, que financia o Plano de Pensões do BBCA.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, SA, o Banif - Banco de Investimento, SA e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, Banif New Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA, Banif Mais, SA, Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem - Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

Para os planos de benefício definido, o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 46). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios de longo prazo
Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.18 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e esta possa ser determinada com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflicta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.19 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.20 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

3.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

3.22 Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Grupo presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias

financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	DETENTOR DO CAPITAL	31-12-2010		31-12-2009	
			% DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	% INTERES. MINORITÁRIOS	% DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	% INTERES. MINORITÁRIOS
Banif Comercial SGPS, SA	Portugal	Banif SGPS, SA Banif- Investimentos SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	Portugal	Banif Comercial, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SGPS, SA	Portugal	Banif Comercial SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA Numberone, SGPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A.	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A.	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Investaçor, SGPS, SA	Portugal	Banif (Açores) SGPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Investaçor Hoteis SA	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, SA	Portugal	Investaçor, SGPS, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hoteis dos Açores, SA	Portugal	Investaçor SGPS, SA	58,07%	41,93%	58,07%	41,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Açortur Investimentos Turísticos dos Açores, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	Banif Comercial SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Rent - Aluguer Gestão e Comércio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Brasil	Banif Comercial SGPS Banif International Holdings, Ltd	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos SGPS, SA	Portugal	Banif SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, SA	Portugal	Banif - Investimentos SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	DETENTOR DO CAPITAL	31-12-2010 % DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2010 % INTERES. MINORITÁRIOS	31-12-2009 % DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2009 % INTERES. MINORITÁRIOS
Banif Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, SA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA Banif - Banco de Investimentos, SA	61,89%	38,11%	61,89%	38,11%
Banif Capital - Soc. de Capital de Risco SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	80,00%	20,00%
Centro Venture - Soc. Capital de Risco SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento, SA	51,00%	49,00%	51,00%	49,00%
Gamma - Soc. Titularização de Créditos, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Numberone SGPS, Lda	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Trading, Inc.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos SGPS, SA Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SGPS, SA Banif - Investimentos SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos SGPS, SA Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	DETENTOR DO CAPITAL	31-12-2010 % DE PARTI-CIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2010 % DE PARTI-CIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2009 % INTERES. MINORI-TÁRIOS	31-12-2009 % DE PARTI-CIPAÇÃO
Banif Corretora de Valores e Câmbio SA	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão de Activos (Brasil), SA	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, SA	Portugal	Banif SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Sociedade Imobiliária Piedade, SA	Portugal	Banif - Imobiliária, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.	Portugal	ACE (*)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif SGPS, SA	72,00%	28,00%	72,00%	28,00%
Banco Caboverdiano de Negócios SA	Cabo Verde	Banif SGPS, SA	51,69%	48,31%	51,69%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Mais SGPS, SA	Portugal	Banif SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Tecnicrédito ALD	Portugal	Banif Mais SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banco Mais, SA	Portugal	Banif Mais SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
TCC Investments Luxembourg	Luxem-burgo	Banif Mais, SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	94,29%	5,71%	94,26%	5,74%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	62,58%	37,42%	60,58%	39,42%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	100,00%	0,00%	50,00%	50,00%
Infra Invest FEIA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA Banif - Banco de Investimento, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Nitor FI Ações	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	82,10%	17,90%	70,03%	29,97%
Banif Nitor Maestro FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	94,06%	5,94%	91,83%	8,17%
Banif Nitor FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	-	-	75,00%	25,00%

NOME DA SOCIEDADE	SEDE	DETENTOR DO CAPITAL	31-12-2010 % DE PARTI-CIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2010 % DE PARTI-CIPAÇÃO EFECTIVA	31-12-2009 % INTERES. MINORI-TÁRIOS	31-12-2009 % DE PARTI-CIPAÇÃO
Banif Nitor Institucional FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA	66,15%	33,85%	97,35%	2,65%
Imogest	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA Banif - Banco de Investimento, SA	62,59%	37,41%	60,61%	39,39%
Capven	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco SA Banif - Banco de Investimento, SA	66,66%	33,34%	60,07%	39,93%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	62,29%	37,71%	89,51%	10,49%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	59,10%	40,90%	77,26%	22,74%
Banif Iberia	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	49,96%	50,04%	61,22%	38,78%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento SA	69,13%	30,87%	-	-
Banif Equity Hedge FIM	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA	87,84%	12,16%	-	-
Gestarquipark	Portugal	Imogest	62,59%	37,41%	-	-
ZACF - Participações Ltd	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	98,50%	1,50%	-	-
Banif Gestão Activa	Portugal	Banif - Banco de Investimento, SA	53,69%	46,31%	-	-
Gavea Empreend. e Participações	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	98,50%	1,50%	-	-

(*) A BanifServ – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA - 85,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA - 1,5%
Banif GO - 8,0%
Banif Banco de Investimento, SA - 1,5%
Banif Rent - Aluguer, gestão e Comércio de Veiculos Automóveis - 4,0%

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

NOME DA SOCIEDADE	NATUREZA	31-12-2010 % PARTICIPAÇÃO	31-12-2009 % PARTICIPAÇÃO
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº6 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Atlantes Mortgage Nº7 plc	Veículos de Securitização	100,00%	-
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Finance Nº3	Veículos de Securitização	100,00%	-
Euro Invest Series 3A, 3B, 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Trade Invest Series 14	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- Aumento de capital no montante de 10 milhões de euros no Banif Bank (Malta).
- Aumento de capital no montante de 214 milhões de euros no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, subscrito na totalidade pela Banif Comercial SGPS, SA.
- Aumento de capital no montante de 15 milhões de BRL no Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), subscrito pela Banif Comercial, SGPS (90%) e Banif International Holdings, Ltd (10%).
- Aumento de capital no montante de 15 milhões de BRL no Banif - Banco de Investimento (Brasil), subscrito pela Banif Investimentos, SGPS (75%) e Banif Securities Holdings (25%).
- Aumento de capital no montante de 3,9 milhões de euros na Banif Gestão de Activos (Brasil), subscrito pelo Banif - Banco de Investimento (Brasil).
- Diminuição de capital no Bankpime, por incorporação de reservas, no montante de 66,7 milhões de euros.
- Venda de 31.814.651 acções (14,7%) da Rentipar Seguros, SGPS do Banif - Banco Internacional do Funchal à Banif SGPS, SA, pelo montante de 26.664 milhares de euros.
- Aquisição de 100% da sociedade ZACF pelo Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), investimento de 293 milhares de euros.
- Aquisição de 100% da sociedade Gavea Empreend. e Participações pelo Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil).

- Alienação da participação na FINAB (60%), pelo montante de 125 milhares de USD.
- O Grupo procedeu à consolidação da Atlantes Mortgage N.º6, Atlantes Mortgage N.º7 e Atlantes Finance N.º3, referente a operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário.
- O Grupo procedeu à consolidação, devido à aquisição de unidades de participação, dos fundos de investimento Banif Gestão Patrimonial, Banif Equity Hedge FIM, Gestarquipark, Banif Gestão Activa.

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif Investimentos SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo, que não tem materialidade.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação é analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, *corporate finance* e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.
Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS, excluindo operações não recorrentes.

5.1 Segmentos de negócio

31-12-2010	BANCA COMERCIAL	BANCA DE INVESTIMENTO	GESTÃO DE ACTIVOS	HOLDINGS E OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.509	2.218	-	7	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	133.981	82.541	1.154	138	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	85.704	346.271	29.336	-	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.878	133.752	86.898	4.980	393.508
Activos financeiros disp. para venda	100.609	192.551	-	1.250	294.410
Aplicações em instituições de crédito	472.363	6.042	12.617	-	491.022
Crédito a clientes	11.662.024	522.312	-	21.918	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	3.548	60.391	-	-	63.939
Activos com acordo de recompra	22.615	28.389	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	153.445	2.657	-	11.354	167.456
Propriedades de investimento	37.671	-	177.331	57.589	272.591
Outros activos tangíveis	177.156	17.922	6.898	67.981	269.957
Activos intangíveis	15.809	4.297	24	2.933	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	55.411	15.308	1.084	79.477	151.280
Activos por impostos correntes	17.645	4.467	724	4.268	27.104
Activos por impostos diferidos	47.355	19.807	1	5.534	72.697
Outros activos	253.462	60.390	26.426	88.270	428.548
Total do Activo	13.523.185	1.499.315	342.493	345.699	15.710.692
Recursos de bancos centrais	1.650.966	287.181	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	28.349	116.773	137	-	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	104.501	14.385	-	-	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.042.591	180.768	11.500	52.020	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.455.978	282.207	-	101.865	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.350	126.657	-	98.014	2.380.021
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.016	4.702	533	979	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.000	2.769	-	81	10.850
Passivos por impostos diferidos	20.103	1.721	-	10.387	32.211
Instrumentos represent. de capital	40.000	-	-	5.651	45.651
Outros passivos subordinados	253.465	14.713	-	-	268.178
Outros passivos	201.582	140.396	6.060	1.112	349.150
Total do Passivo	12.971.204	1.172.272	18.230	270.109	14.431.815

31-12-2009	BANCA COMERCIAL	BANCA DE INVESTIMENTO	GESTÃO DE ACTIVOS	*HOLDINGS* E OUTROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300.164	6.347	1	7	306.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	172.453	27.689	8	507	200.657
Activos financeiros detidos para negociação	89.728	228.859	28.514	5.386	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.477	169.467	63.463	69.907	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	12.600	65.161	-	27.610	105.371
Aplicações em instituições de crédito	301.903	2.059	18.152	-	322.114
Crédito a clientes	10.951.454	474.042	-	62.368	11.487.864
Investimentos detidos até à maturidade	-	80.399	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	12.960	23.540	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	82.197	-	-	3.355	85.552
Propriedades de investimento	42.344	-	155.206	2.258	199.808
Outros activos tangíveis	95.478	23.215	6.939	161.050	286.682
Activos intangíveis	7.566	4.142	49	16.765	28.522
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	57.188	29.920	-	28.149	115.257
Activos por impostos correntes	15.341	3.913	1.133	4.442	24.829
Activos por impostos diferidos	38.440	12.291	1	8.803	59.535
Outros activos	176.129	39.015	23.369	40.398	278.911
Total do Activo	12.524.306	1.190.059	296.835	431.005	14.442.205
Recursos de bancos centrais	1.103.424	93.135	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	26.360	57.738	232	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	182.919	37.330	-	-	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.532.630	270.178	8.306	2.382	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.526.369	257.856	-	17.249	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	2.155.510	52.189	-	49.236	2.256.935
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.606	-	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.822	4.080	-	979	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	8.131	216	-	101	8.448
Passivos por impostos diferidos	20.405	26	464	3.792	24.687
Instrumentos representativos de capital	40.000	-	-	7.975	47.975
Outros passivos subordinados	307.456	15.027	-	-	322.483
Outros passivos	269.447	149.734	6.632	42.343	468.156
Total do Passivo	12.185.079	937.509	15.634	124.057	13.262.279

31-12-2010	BANCA COMERCIAL	BANCA DE INVESTIMENTO	GESTÃO DE ACTIVOS	*HOLDINGS* E OUTROS	TOTAL
Margem financeira: Clientes Externos	322.019	24.414	1.844	(145)	348.132
Margem financeira: Inter-Segmentos	18.464	3.272	184	(21.920)	-
Margem financeira	340.483	27.686	2.028	(22.065)	348.132
Rendimento de instrumentos de capital	385	176	-	344	905
Rendimento de Serviços e Comissões: Clientes Externos	99.123	34.144	10.017	1.934	145.218
Rendimento de Serviços e Comissões: Inter-Segmentos	9.399	1.174	3.562	596	14.731
Rendimento de serviços e comissões	108.522	35.318	13.579	2.530	159.949
Encargos com serviços e comissões: Clientes Externos	(18.763)	(3.489)	(728)	(163)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões: Inter-Segmentos	(3.950)	(377)	(6.606)	(1.526)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões	(22.713)	(3.866)	(7.334)	(1.689)	(35.602)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(3.163)	(2.620)	3.257	2.978	452
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(71)	1.149	-	-	1.078
Resultados de Reavaliação Cambial	8.675	2.253	(30)	(120)	10.778
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.435	-	-	1.460	2.895
Outros Resultados de Exploração	41.758	1.958	1.976	8.355	54.047
Produto da Actividade	475.311	62.054	13.476	(8.207)	542.634
Custos com Pessoal	(154.192)	(24.231)	(3.406)	(3.077)	(184.906)
Outros gastos administrativos	(111.590)	(24.043)	(6.988)	(3.828)	(146.449)
Amortizações do exercício	(32.458)	(2.443)	(90)	(2.336)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(106.472)	(1.472)	-	-	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(233)	(53)	-	-	(286)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2.065)	-	(834)	-	(2.899)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.920	(8.169)	62	2.148	(4.039)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	71.342	1.643	2.220	(15.300)	59.905
Impostos	(8.126)	(3.960)	(2.313)	495	(13.904)
Correntes	(5.338)	(5.306)	(2.313)	(65)	(13.022)
Diferidos	(2.788)	1.346	-	560	(882)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	63.216	(2.317)	(93)	(14.805)	46.001
Interesses que não controlam	(9.681)	(62)	(1.157)	155	(10.745)
Resultado do Exercício	53.535	(2.379)	(1.250)	(14.650)	35.256

O resultado recorrente de 2010 não inclui a imparidade do goodwill (9,1 milhões de euros) e a mais valia líquida na alienação da participação financeira do Finibanco Holdings, SGPS (7,2 milhões de euros).

31-12-2009	BANCA COMERCIAL	BANCA DE INVESTIMENTO	GESTÃO DE ACTIVOS	HOLDINGS E OUTROS	TOTAL
Margem financeira: Clientes Externos	267.533	24.639	2.363	(6.041)	288.494
Margem financeira: Inter-Segmentos	14.326	(612)	255	(13.969)	-
Margem financeira	281.859	24.027	2.618	(20.010)	288.494
Rendimento de instrumentos de capital	326	278	-	920	1.524
Rendimento de Serviços e Comissões: Clientes Externos	80.445	33.983	11.266	281	125.975
Rendimento de Serviços e Comissões: Inter-Segmentos	2.219	2.250	2.238	524	7.229
Rendimento de serviços e comissões	82.664	36.233	13.502	805	133.204
Encargos com serviços e comissões: Clientes Externos	(12.307)	(1.932)	(451)	(168)	(14.858)
Encargos com serviços e comissões: Inter-Segmentos	(2.662)	(730)	(4.793)	(307)	(8.492)
Encargos com serviços e comissões	(14.969)	(2.662)	(5.244)	(475)	(23.350)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(8.765)	(24.268)	1.584	863	(30.586)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	985	1.150	-	2.828	4.963
Resultados de Reavaliação Cambial	16.024	23.474	6	2.073	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	2.901	53	-	2.590	5.544
Outros Resultados de Exploração	48.601	(7.858)	5.541	16.773	63.057
Produto da Actividade	409.626	50.427	18.007	6.367	484.427
Custos com Pessoal	(137.492)	(21.122)	(2.411)	(9.382)	(170.407)
Outros gastos administrativos	(83.779)	(21.536)	(7.998)	(12.554)	(125.867)
Amortizações do exercício	(17.845)	(1.854)	(145)	(14.824)	(37.668)
Provisões líquidas de anulações	(24.354)	(2.927)	-	24.288	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(115.442)	3.264	-	-	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.788)	(198)	-	-	(1.986)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	203	5	(772)	(693)	(1.257)
Diferenças de Consolidação negativas	19.497	-	-	-	19.497
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(609)	(3.540)	-	(2.649)	(6.798)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	48.017	2.519	6.681	(9.447)	47.770
Impostos	4.511	(4.039)	(854)	4.225	3.843
Correntes	(6.582)	(3.882)	(2.024)	(67)	(12.555)
Diferidos	11.093	157	1.170	4.292	16.398
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	52.528	(1.519)	5.827	(5.222)	51.613
Interesses que não controlam	(10.928)	3	(720)	(476)	(12.121)
Resultado do Exercício	41.600	(1.516)	5.107	(5.698)	39.492

O resultado recorrente de 2009 não inclui as mais valias na alienação da Zon Açores, Zon Madeira e Via Litoral (15 milhões de euros), diferença de consolidação negativa (22,1 milhões de euros), Imparidade da participação Finibanco Holdings, SGPS (13 milhões de euros), Imparidade em activos financeiros (6,5 milhões de euros) e outros (-3 milhões de euros):

5.2 Segmentos geográficos

31-12-2010	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	95.173	6.607	6.228	-	10.726	118.734
Disponibilidades em outras instituições de crédito	204.629	1.911	4.017	4.388	2.869	217.814
Activos financeiros detidos para negociação	96.153	3.594	361.164	-	400	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	357.259	-	31.739	-	4.510	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	276.176	-	1.498	-	16.736	294.410
Aplicações em instituições de crédito	459.965	356	29.711	956	34	491.022
Crédito a clientes	10.955.140	157.292	619.913	203.419	270.490	12.206.254
Investimentos detidos até à maturidade	60.391	-	3.409	-	139	63.939
Activos com acordo de recompra	28.389	-	22.615	-	-	51.004
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	146.112	-	21.344	-	-	167.456
Propriedades de investimento	241.690	-	9.834	21.067	-	272.591
Outros activos tangíveis	242.867	5.470	17.039	293	4.288	269.957
Activos intangíveis	21.606	620	613	-	224	23.063
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	70.974	80.306	-	-	-	151.280
Activos por impostos correntes	10.187	-	16.917	-	-	27.104
Activos por impostos diferidos	36.358	5.351	30.619	139	230	72.697
Outros activos	302.421	1.753	103.119	10.467	10.788	428.548
Total do Activo	13.605.490	263.260	1.279.779	240.729	321.434	15.710.692
Recursos de bancos centrais	1.938.147	-	-	-	-	1.938.147
Passivos financeiros detidos para negociação	144.425	78	360	-	396	145.259
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.343	-	20.313	-	94.230	118.886
Recursos de outras instituições de crédito	1.136.169	-	140.521	120	10.069	1.286.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.032.755	437.256	35.919	-	334.120	7.840.050
Responsabilidades representadas por títulos	1.754.926	-	580.759	-	44.336	2.380.021

31-12-2010	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	1.303	-	-	-	-	1.303
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	9.607	-	5.158	-	465	15.230
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4.804	58	3.058	2.738	192	10.850
Passivos por impostos diferidos	28.518	-	1.696	-	1.997	32.211
Instrumentos representativos de capital	45.651	-	-	-	-	45.651
Outros passivos subordinados	268.178	-	-	-	-	268.178
Outros passivos	182.300	1.264	148.476	3.604	13.506	349.150
Total do Passivo	12.551.126	438.656	936.260	6.462	499.311	14.431.815

31-12-2009	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	283.889	5.051	2.655	-	14.924	306.519
Disponibilidades em outras instituições de crédito	167.468	2.458	6.218	1.663	22.850	200.657
Activos financeiros detidos para negociação	64.302	3.267	284.665	-	253	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	428.215	-	34.343	-	7.756	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	86.803	-	9.587	-	8.981	105.371
Aplicações em instituições de crédito	278.585	-	28.333	1.271	13.925	322.114
Crédito a clientes	10.497.781	60.166	436.199	225.369	268.349	11.487.864
Investimentos detidos até à maturidade	80.399	-	-	-	-	80.399
Activos com acordo de recompra	-	-	36.500	-	-	36.500
Derivados de cobertura	884	-	-	-	-	884
Activos não correntes detidos para venda	74.442	-	11.110	-	-	85.552
Propriedades de investimento	187.661	-	-	12.147	-	199.808
Outros activos tangíveis	252.433	5.781	23.646	484	4.338	286.682
Activos intangíveis	26.861	442	907	-	312	28.522
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	25.591	89.666	-	-	-	115.257
Activos por impostos correntes	9.959	-	14.870	-	-	24.829
Activos por impostos diferidos	32.343	3.905	21.240	831	1.216	59.535
Outros activos	203.627	564	53.883	3.828	17.009	278.911
Total do Activo	12.701.243	171.300	964.156	245.593	359.913	14.442.205

31-12-2009	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Recursos de bancos centrais	1.196.559	-	-	-	-	1.196.559
Passivos financeiros detidos para negociação	84.330	-	-	-	-	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	15.930	-	42.356	-	161.963	220.249
Recursos de outras instituições de crédito	1.715.341	-	82.383	8.012	7.760	1.813.496
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.257.508	147.473	11.086	-	385.407	6.801.474
Responsabilidades representadas por títulos	1.885.513	-	338.946	-	32.476	2.256.935
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	2.606	-	-	-	-	2.606
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	14.117	516	-	-	248	14.881
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	1.589	26	5.372	1.456	5	8.448
Passivos por impostos diferidos	21.947	-	891	29	1.820	24.687
Instrumentos representativos de capital	47.975	-	-	-	-	47.975
Outros passivos subordinados	322.483	-	-	-	-	322.483
Outros passivos	291.719	1.087	147.174	8.930	19.246	468.156
Total do Passivo	11.857.617	149.102	628.208	18.427	608.925	13.262.279

31-12-2010	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Margem financeira: Clientes Externos	265.236	2.287	67.928	9.430	3.252	348.132
Margem financeira: Inter-Segmentos	1.212	2.035	(5.022)	(6.854)	8.629	-
Margem financeira	266.447	4.321	62.906	2.576	11.881	348.132
Rendimento de instrumentos de capital	813	-	-	-	92	905
Rendimento de Serviço a Comissões: Clientes Externos	111.804	446	25.243	4.093	3.632	145.218
Rendimento de Serviço a Comissões: Inter-Segmentos	10.529	-	-	1.144	3.058	14.731
Rendimento de serviços e comissões	122.333	446	25.243	5.237	6.690	159.949
Encargos com serviços e comissões: Clientes Externos	(17.865)	(245)	(3.496)	(220)	(1.317)	(23.143)
Encargos com serviços e comissões: Inter-Segmentos	(8.579)	(34)	-	(3.844)	(1)	(12.459)
Encargos com serviços e comissões	(26.445)	(279)	(3.496)	(4.064)	(1.318)	(35.602)

31-12-2010	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(1.339)	68	(493)	1	2.214	452
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	1.078	-	-	-	-	1.078
Resultados de Reavaliação Cambial	6.581	530	3.304	(152)	515	10.778
Resultados de Alienação de Outros Activos	(2.348)	-	2.362	2.915	(33)	2.895
Outros Resultados de Exploração	70.512	(377)	(11.791)	451	(4.687)	54.108
Produto da Actividade	437.632	4.709	78.035	6.964	15.354	542.695
Custos com Pessoal	(139.849)	(3.758)	(34.283)	(3.305)	(3.711)	(184.906)
Outros gastos administrativos	(105.656)	(3.830)	(32.709)	(2.232)	(2.022)	(146.448)
Amortizações do exercício	(33.014)	(613)	(2.924)	(56)	(720)	(37.327)
Provisões líquidas de anulações	1.121	-	-	-	-	1.121
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(98.819)	(670)	461	(2.635)	(6.282)	(107.944)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(286)	-	-	-	-	(286)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2.961)	-	-	-	-	(2.961)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	2.110	(6.148)	-	-	-	(4.039)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	60.278	(10.310)	8.580	(1.264)	2.620	59.905
Impostos	(13.675)	1.446	(173)	(1)	(1.501)	(13.904)
Correntes	(7.715)	-	(5.115)	-	(192)	(13.022)
Diferidos	(5.960)	1.446	4.942	(1)	(1.309)	(882)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	46.604	(8.864)	8.407	(1.265)	1.120	46.001
Interesses que não controlam	(10.148)	784	(334)	(121)	(925)	(10.745)
Resultado do Exercício	36.455	(8.080)	8.073	(1.386)	194	35.256

31-12-2009	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	AMÉRICA LATINA	AMÉRICA DO NORTE	RESTO DO MUNDO	TOTAL
Margem financeira: Clientes Externos	214.721	925	62.599	9.747	502	288.494
Margem financeira: Inter-Segmentos	(633)	933	(5.520)	(5.571)	10.790	-
Margem financeira	214.088	1.858	57.079	4.176	11.292	288.494
Rendimento de instrumentos de capital	1.524	-	-	-	-	1.524
Rendimento de Serviços a Comissões: Clientes Externos	96.497	126	25.879	1.639	1.835	125.975
Rendimento de Serviços a Comissões: Inter-Segmentos	5.038	-	5	2.183	3	7.229
Rendimento de serviços e comissões	101.536	126	25.883	3.822	1.838	133.204
Encargos com serviços e comissões: Clientes Externos	(12.550)	(48)	(1.517)	(39)	(704)	(14.858)
Encargos com serviços e comissões: Inter-Segmentos	(7.052)	(5)	(933)	(444)	(58)	(8.492)
Encargos com serviços e comissões	(19.602)	(52)	(2.450)	(483)	(762)	(23.350)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(11.222)	146	(30.123)	-	15.501	(25.698)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	6.607	-	887	-	-	7.493
Resultados de Reavaliação cambial	13.769	108	25.525	2.066	109	41.577
Resultados de Alienação de Outros Activos	1.328	-	408	3.808	-	5.544
Outros Resultados de Exploração	78.499	(182)	(6.868)	1.462	(8.628)	64.284
Produto da Actividade	386.526	2.004	70.341	14.851	19.350	493.073
Custos com Pessoal	(135.509)	(2.892)	(26.893)	(2.350)	(2.763)	(170.407)
Outros gastos administrativos	(92.023)	(3.117)	(24.742)	(3.300)	(2.686)	(125.868)
Amortizações do exercício	(31.121)	(557)	(2.175)	(72)	(744)	(34.668)
Provisões líquidas de anulações	(1.911)	-	-	-	(1.082)	(2.993)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(80.115)	(367)	(6.584)	(15.864)	(9.248)	(112.178)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.984)	-	-	-	-	(1.984)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.258)	-	-	-	-	(1.258)
Diferenças de Consolidação negativas	19.481	-	-	-	-	19.481
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	(5.808)	(991)	-	-	-	(6.798)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	56.278	(5.919)	9.947	(6.735)	2.827	56.399
Impostos	(4.730)	1.700	(3.048)	(4)	1.296	(4.786)
Correntes	(4.052)	-	(8.503)	-	-	(12.555)
Diferidos	(678)	1.700	5.455	(4)	1.296	7.769
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	51.548	(4.219)	6.899	(6.738)	4.124	51.614
Interesses que não controlam	(11.148)	988	(355)	(474)	(1.133)	(12.121)
Resultado do Exercício	40.400	(3.231)	6.544	(7.212)	2.990	39.492

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	57.923	65.821
Depósitos à ordem em Banco Centrais	60.490	240.698
Juros de disponibilidades	321	-
	118.734	306.519

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 42.253 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Cheques a cobrar	26.865	28.750
No país	26.759	28.401
No estrangeiro	106	349
Depósito à ordem	137.031	117.227
No país	13.125	8.534
No estrangeiro	123.906	108.693
Outros	53.918	54.680
	217.814	200.657

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2010, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2011.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	115.023	84.433
Instrumentos de dívida	280.930	223.121
Instrumentos de capital	65.358	44.933
	461.311	352.487

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2010 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA			
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	50.000	450,74	22.537
NTN-F	46.971	444	20.844
NTN-F	40.869	456	18.623
NTN-B	18.350	904	16.596
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	33.300	426,98	14.219
NTN-F	32.117	436	13.997
CCI - AMBEV	13.717.943	1	13.718
NOTAS PROMISSÓRIAS UNIDAS	15	0,45	13.545
NTN-B	13.813	894	12.342
DEBENTURES TRISUL	20.000	0,45	9.560
NTN-B	10.637	894	9.504
NTN-B	8.970	904	8.113
CERTIFICADO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO	2	3.411	6.822
NTN-F	14.131	456	6.439
DEBENTURES TRISUL	10	0,45	4.570
NTN-B	5.000	894	4.468
TESOURO BRASIL	9.840	444	4.371
LFT	2.000	0,45	4.056
NTN-B	4.250	904	3.844
LFT	1.882	0,45	3.817
NTN-B	4.000	903	3.612
NTN-B	3.513	0,45	3.143
CDB POS-TBANCO FATOR	5.000	0,45	2.278
RENTIPAR FINANCEIRA SGPS SA	2.419.000	94,00%	2.274
NTN-B	2.500	894	2.234
NTN-F	5.000	436	2.179
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	1.730.000	109.50%	1.923
NTN-B	2.078	894	1.857
CCI - OR	1.811.046	1	1.811
CCB SMI	3.748.410	0.45	1.691
CCB SMI	3.594.826	0.45	1.622
CCB SMI	3.438.443	0.45	1.551
CCB SMI	3.294.317	0,45	1.486
NTN-B	1.620	894	1.447
CCB SMI	3.150.272	0,45	1.421
LFT	700	0,45	1.420
CCB SMI	3.016.545	0,45	1.361
NTN-F	3.029	444	1.344
LFT	623	0,45	1.264
NTN-F	2.883	436	1.256

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
TELEMAR N LESTE SA	1.390.000	86,81%	1.225
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	995.000	110,16%	1.119
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	1.231.000	86,81%	1.110
PETROBRAS INTL FINANCE	1.076.000	88,50%	971
FIMBANK 4.25%	958.000	100,00%	958
LFT	448	0,45	908
PETROBRAS INTL FINANCE CO	1.010.000	77,46%	802
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	950.000	82,51%	792
MIDI PLC BOND 7% 2016 - 2018	766.100	101,85%	780
DEBENTURES UNIDAS	392	0,45	767
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	920.000	82,32%	758
MELITA CAPITAL PLC 2014/2016	754.100	100,00%	754
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 10/49	835.000	86,25%	731
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	742.000	97,85%	727
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/15	800.000	77,83%	634
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	790.000	77,65%	630
LFT	305	0,45	619
LFT	305	2.028	619
NOTAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	1.331	464,68	618
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 REGS	790.000	75,42%	615
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	1.400	439,15	615
CIA SEG ACORES SA 17/12/2017	685.000	80,00%	549
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	608.000	84,19%	525
LFT	232	0,45	471
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	333.000	135,46%	461
BANCO DAYCOVAL SA	560.000	75,03%	434
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	423.000	99,25%	425
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	961	439,15	422
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/22	740.000	53,10%	414
TELE N L PARTICIPACOES	540.000	76,15%	412
TELEMAR N L TLMP 5 1/8 12/17	400.000	96,75%	388
BR PROPERTIES SA BRPRSA9 12/49-15	500.000	74,84%	382
FED REPUBLIC OF BRASIL	407.000	89,62%	372
PETROLEOS MEXICANOS	325.000	104,13%	356
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 03/15	405.000	79,14%	325
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	398.000	80,64%	322
NATIONAL STEEL SA	390.000	74,84%	303
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	329.000	90,37%	300
4.8% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 2020	293.700	100,29%	295

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
EURO INVEST LIMITED 6 29/12/2011	289.000	100,00%	289
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	370.000	75,21%	282
FED REPUBLIC OF BRAZIL 11/01	250.000	100,55%	274
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	295.000	84,57%	257
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	273.000	90,93%	249
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	281.000	82,70%	233
FED REPUBLIC OF BRAZIL	422.000	52,10%	231
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	5.750.000	99,00%	230
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	254.000	81,44%	208
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	225.000	87,37%	198
5.35% BANK OF VALLETTA PLC SUB BONDS 2019	185.900	103,29%	192
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	251.000	74,84%	191
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	175.000	97,25%	178
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	200.000	85,32%	173
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	210.000	81,48%	171
FIMBANK 4.25%	166.617	100,00%	167
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	202.000	79,70%	164
NTN-B	180	894	161
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	189.000	82,51%	161
MARFRIG OVERSEAS LTD 11/16/2016	198.000	78,58%	157
BANCO NAC DESENV ECON 07/20	200.000	76,52%	157
GERDAU HOLDINGS INC	180.000	81,76%	151
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	170.000	78,58%	137
INTL FINANCE CORPORATION 9 1/4	265.000	46,30%	126
BERTIN LTDA 10/05/16	150.000	80,83%	124
BANCO INDUSTR E COMRCL	153.000	75,59%	119
EURO INVEST LIMITED 5 29/12/2011	157.000	74,28%	117
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	135.000	83,17%	115
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA 02/15	150.000	74,46%	114
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 3 1/8 04/13	142.000	75,96%	108
BANCO FIBRA SA	140.000	74,65%	105
NTN-B	103	0,45	91
NTN-B	103	0,45	91
FED REPUBLIC OF BRASIL	105.000	83,45%	90
UNIBANCO 8.7 07/29/49	118.000	74,93%	90
BRASKEM INTL LTD	97.000	88,12%	86
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	103.000	80,83%	85
MIDI PLC BOND 7%	80.802	101,48%	82

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	98.000	82,32%	81
BANCO VOTORANTIM SA	100.000	76,34%	78
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 03/15	100.000	76,30%	77
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	85.000	78,58%	69
SUL AMERICA PARTICIPAÇÕES 02/15/12	132.000	78,02%	69
BFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	85.000	77,83%	68
LTN	150	451	68
LFT	33	0,45	67
LFT	33	0,45	67
PEMEX PROJ FDG MASTER TR	60.000	107,48%	66
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	136.000	45,09%	64
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	78.000	80,83%	64
PETROBRAS INTL FINANCE	71.000	87,56%	63
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	83.000	75,03%	62
VALE SA	50.000	101,33%	52
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	56.000	86,06%	50
MIZZI ORGANISATION FINANCE - 6.2%	49.300	100,65%	50
NTN-F	109	0,45	48
FIBRIA OVERSEAS FINANCE	60.000	78,58%	48
NTN-B	53	0,45	46
ODEBRECHT FINANCE LTD	50.000	87,37%	44
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	48.000	79,73%	39
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/2 04/15	50.000	76,34%	39
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	45.000	79,98%	37
FED REPUBLIC OF BRASIL 27	30.000	114,65%	35
BANCO MERCANT DO BRASIL 9 5/8 07/20	39.000	78,21%	32
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	30.000	103,09%	32
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	33.000	88,31%	30
TELEMAR N LESTE SA 5 1/2 10/20	35.000	72,33%	26
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	16.000	121,43%	20
BANCO BMG SA	25.000	75,40%	19
BANCO MERCANT DO BRASIL 05/08/2012	35.000	75,87%	18
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	21.000	80,08%	17
BANCO MERCANT DO BRASIL	20.000	77,08%	16
LFT	5	0,45	10
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	10.000	86,25%	9
LFT	4	0,45	8

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
JBS FINANCE II LIMITED	10.000	75,59%	8
GOL FINANCE 04/03/2017	8.000	75,59%	6
HSBC BANK MALTA PLC 4.6% - 01/02/2017	4.659	101,91%	5
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	5.000	85,32%	4
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	1.000	92,52%	1
			280.930

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE CAPITAL			
LINDENCORP DESENV. IMOB. SA	10.599.669	1,36	21.891
REAL ESTATE BRASIL	3.226	0,45	18.372
FIDC CREDIPAR	20.000	0,45	9.074
COTAS DE FDO. EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS	13.199.476	0,00	5.952
MAPFRE PLUS	2.807.760	0,45	2.061
MULTI FUND REALTY CO	1	1565,30	1.565
CETIP	109.753	10,53	1.155
FIDC ODEBRECHT	2	0,45	900
MILLENNIUM TIBR6	21.600.000	0,45	877
GRAU ORYX	193.248	0,45	825
CTIP3 ON	53.169	0,45	560
MAPFRE INVERSION FIM	454.232	0,45	548
OREN DINAMICO	779.674	0,45	462
NP TATICO FIM	924.386	0,45	456
NP HEDGE FIC DE FIM	430.785	0,45	231
NP INSTITUCIONAL FIM	495.003	0,45	231
COTAS AMAZONIA FIP COTAS AMAZONIA FIP	190.000	0,45	107
BMF	10.000	5,93	59
BPI SGPS	18.629	1,38	26
CIPAN	27.451	0,19	5
IMPRESA SGPS	100	1,40	0
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,00	0
			65.358

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de capital	233.306	213.656
Instrumentos de dívida	160.202	256.658
	393.508	470.314

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2010 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA			
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	38.000.000	100,75%	39.321
RENTIPAR SEGUROS 2015	28.500.000	100,00%	28.710
RENTIPAR 2008/2012	24.685.000	100,00%	24.685
TESOURO BRASIL	10.828	2.028,1	21.960
BAYER 0% MAR 11	14.795.000	98,62%	14.591
HSH NORDBK 3,5%OUT15	10.000.000	95,10%	9.571
HSH NORDBK 3,85%OUT14	5.000.000	104,52%	5.260
O.T. PGB 3.2% 04/15/11	3.000.000	99,69%	3.059
REP ANGOLA FLT 15NOV2012 (USD)	3.500.000	74,84%	2.631
AÇOREANA TX VR DEZ 17	2.452.000	100,00%	2.454
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	2.000.000	68,61%	1.375
DEUTSCHE BANK AG LONDON	2.000.000	63,22%	1.264
BAYER HIPO 05MAI2014	1.250.000	97,09%	1.247
BVMF	1.458.448	0,5	657
PETR	1.262.805	0,4	560
MILK	1.218.580	0,4	547
EURO INVEST 1 5% 29DEZ2049	371.000	99,82%	371
MWET	515.052	0,4	227
TRADE INVEST LIMITED - SERIE 7 -TRANCHE A	220.000	98,10%	216
MILK	476.456	0,5	214
DB GLOB MAST L 07/07	836	155,9	130
OT 5.45% Set. 2013	126.000	101,32%	130
Irish Gov 4 01/15/14	90.000	90,88%	84
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	97,38%	80
TELEBRAS	153.842	0,5	69
PORTB 0 11/18/11	60.000	96,32%	58
USIMINAS	114.086	0,4	51

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
SOCGEN Var 49-13	50.000	98,00%	51
DB GLOB MAST SER4-05	238	209,6	50
OGXP	100.846	0,4	45
CXGD 4.375% 13/05/13	40.000	92,49%	38
MTNA 9.375% 06/16	29.000	122,24%	37
BESPL Float 03/12	40.000	90,00%	36
BCP Finance 02/12	40.000	88,25%	36
ENIIM 4.75 11/17	28.000	106,13%	30
KPN 5.625% 09/30/24	27.000	106,11%	29
Vodafone 4.65% 01/22	27.000	101,67%	29
ALOFP 4.125% 02/17	28.000	101,06%	29
COFP 5.5% 01/15	25.000	108,44%	28
BNP Var 06/49-18	26.000	103,50%	28
GERDAU	54.024	0,4	24
FIB	50.475	0,4	22
TITIM 5,25% 02/22	20.000	96,48%	20
BBVASM Var 10/49	20.000	98,00%	20
SGOFP 4 10/08/18	20.000	98,20%	20
ISPIM Var 10/49	20.000	96,05%	20
ENEL FIN 5% 09/14/22	18.000	101,67%	18
UCGIM Var 12/49	15.000	95,70%	15
CYRE	21.362	0,4	10
UNIPAR	19.245	0,4	9
BACR 4 7/8 12/29/49	10.000	78,00%	8
ROSSI	15.926	0,4	7
PMAM	14.918	0,4	7
NATURA	13.798	0,4	6
PDGR	12.125	0,4	5
MPXE	9.282	0,4	4
			160.202

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE CAPITAL			
BANIF IMOPREDIAL	10.376.209	7,5	77.918
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	95.000.000	0,5	42.837
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.485	9.377,4	32.680
APLICAÇÃO URBANA XIV SA	450.000	36,4	16.375
NEW ENERGY FUND	200	48.848,6	9.770
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	56.498,9	4.633
PORTO NOVO	41.575	106,3	4.371
AVIVA CENT EUROP FUN	5.299.712	0,8	4.240
B.EURO ACCOES	2.220.851	1,9	4.125
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	31.690	113,6	3.599
PREFF-PAN EURO R EST	29.750	80,7	2.400
GED SUR FCR-CL B	49.900	44,6	2.223
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII (CL B)	40.000	51,2	2.049
HOZAR PORTUGAL SA	502.391	2,5	1.239
FINE ART FUND	18.170	66,8	1.198
BANIF NITOR REF DI	1.166	1,0	1.166
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	1.000.000	1,0	1.044
JPM GREATER CHINA	151.073.527	0,0	1.022
DWS INVEST CONV.	6.960	131,8	917
SCHRODER CONV BOND	8.556	104,0	890
BELM ASSET BASED LEN	39.401	21,4	843
FRANKLIN MUTUAL BEAC	33.662	18,1	611
ESPIRITO SANTO FINL	42.107	14,0	589
GALP ENERGIA-SGPS SA	40.000	14,3	574
SCHRODER EMERG MKT	59.944	9,3	557
COMPªQUINTAS SGPS SA	360.000	1,5	536
F&C GL CONVERT BOND	34.120	14,9	508
PICTET US EQUI SEL R	5.928	82,0	486
PICTET JAPAN EQU SEL	7.112	67,8	482
BNY MELLON ARX CASH	332.743	1,4	469
MELLON CASH II FI CP	756.621	0,6	469
MELLON CASH III FICP	756.655	0,6	469
MELLON CASH IV FI CP	756.655	0,6	469
MELLON CASH V FI CP	756.747	0,6	469
DB GLOB MAST SER4-05	2.170	209,6	455
BANIF PROPERTY	432	1.000,0	432
CIMPOR SGPS -NO	82.500	5,1	418

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
PETROBRASPN	32.000	12,3	395
REPSOL S.A.	17.000	20,9	354
DB GLOB MAST L 07/07	1.988	155,9	310
BBVA SA	38.000	7,6	287
BELM RX SPC FI DEC08	3.982	71,8	286
OGX PETROLEOON	29.000	9,0	262
J.MARTINS-PO	22.200	11,4	253
SLC AGRICOLAON NM	25.000	9,9	248
LOJAS RENNERON NM	9.100	25,4	231
TELEFONICA, S.A.	13.000	17,0	221
EDP RENOVÁVEIS	48.000	4,3	208
PESCANOVA SA	8.400	24,6	207
NATURAON NM	9.400	21,5	202
AMILON NM	24.400	8,0	195
ODONTOPREVON NM	17.200	11,3	195
SONAE.COM	143.415	1,4	194
TEIXEIRA DUARTE, SA	259.737	0,7	190
TECNICAS REUNIDAS SA	3.800	47,6	181
DROGASILON NM	28.200	6,1	172
GREFF - EURO R EST A	2.292	71,5	164
PORTUCEL SGPS EM-95	71.000	2,3	162
INAPA	416.372	0,4	156
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	249.750	0,6	155
FERBASAPN	25.000	6,1	152
P.TELECOM-NO EM-95	18.000	8,4	151
OBRASCON HUARTE	6.600	22,7	150
FLEURY S.A.	12.000	12,0	144
GAMESA SA	25.000	5,7	143
BR PROPERTON	15.000	8,2	123
GRIFOLS SA	12.000	10,2	122
MELLON GLOB ASIAN EQ	45.821	2,6	120
INDITEX	2.100	56,0	118
BROOKFIELD INCORPORACOES S.A.	30.000	3,9	117
SEMAPA SGPS-NOM.	14.000	8,3	116
BRADESCOPN EJ N1	7.000	14,7	103
MELLON GLOBAL FUND	78.362	1,3	100
SITA	97	1,0	97
PICTET EMERGING MKTS	217	436,9	95

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
MINERVAON NM	30.000	3,1	94
HYPERMARCAS S/A	8.800	10,2	89
MELLON FIR DI LP	93.088	0,9	83
MELLON RF II	133.252	0,6	83
MELLON RF III	133.236	0,6	83
MELLON RF X	133.244	0,6	83
MELLON RF IX	133.250	0,6	83
MELLON RF VII	133.255	0,6	83
MELLON RF VIII	133.245	0,6	83
MELLON RF VI	133.262	0,6	83
MELLON RF IV	133.259	0,6	83
MELLON RF V	133.253	0,6	83
ZON MULTIMEDIA	24.000	3,4	81
COFINA - SGPS	115.000	0,7	79
BR MALLS PARON NM	10.000	7,7	77
PICTET LAT AME "R"	737	100,1	74
BELM ASSET BASED B+	7.837	9,0	70
FIDELITY AMERIC USD	18.340	3,8	69
FIBRIA CELULOSE S A	5.700	11,9	68
SACYR VALLEHERMOSO	14.000	4,8	67
ENACOL	64	1,0	64
VUELING AIRLINES	6.500	9,7	63
BRISA - NOM. (PRIV.)	12.000	5,2	63
VISCOFAN SA	2.200	28,4	62
SAG GEST- SGPS	120.000	0,5	61
ALTRI SGPS SA	18.000	3,4	61
MAPFRE	29.000	2,1	60
EBRO FOODS	3.800	15,8	60
BSCH	7.500	7,9	59
PICTET CONV. BONDS	444	105,7	47
PIONEER ABS RETURN	431	109,1	47
ALLIANZ RCM US EQ AT	545	79,8	44
ROSSI RESIDON NM	6.300	6,7	42
ALLIANZ RCM EU EQ AT	229	166,9	38
SCHRODER EUROP.LARGE	242	146,2	35
ARCELOR MITTAL SPAIN	1.100	28,4	31
ISHARES MSCI EMERG	897	34,1	31
TELECINCO SA	3.500	8,2	29

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
SPDR TRUST SERIES 1	276	94,1	26
BANIF EURO FINANCEIR	5.402	4,8	26
ECODIESELON NM	50.000	0,5	23
DASAON NM	2.200	10,1	22
REDECARDON NM	2.300	9,5	22
JP MORGAN EUROP PROP	4	5.528,0	22
DWS AKTIEN STRA DEUT	122	172,6	21
FCP	19.920	0,9	18
DWS INV.DIVIDEND NC	138	111,4	15
DWS INVEST EUROP EQ	48	116,8	6
GED SUR FCR-CL A	100	44,6	4
GALERIAS NAZONI	750	0,0	-
SHOTGUN PICTURES	10.000	0,0	-
			233.306

Conforme política contabilística apresentada na Nota 3.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

O montante de 3.096 milhares de euros de Obrigações do Tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Títulos no montante de 59.869 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

As obrigações HSH NORDBK, no montante de 14.736 milhares de euros, estão como caução junto do Mercado de Operações de Intervenção.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de dívida	275.314	46.434
Instrumentos de capital	23.215	80.023
Imparidade	(4.119)	(21.086)
	294.410	105.371

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		
BTA BANK JSC - GDR'S	27.324	186
BTA BANK 10,75% JUL18	5.646.324	4.800
BTA BANK 7,2% JUL25	1.279.360	724
BTA BANK 0% JUL20	11.664.749	663
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5%	20.500.000	21.212
PGB 3,35 10/15/15	20.000.000	18.023
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	5.000.000	4.496
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	9.191
OBRIGACOES DO TESOURO 4.8 06/15/20	17.155.000	15.433
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	3.890
PARPUBLICA PARPUB5 1/4 09/17	2.000.000	2.077
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	826
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	1.200.000	1.240
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	2.000.000	2.054
CIMPOR FINANCIAL OPERTNS	55.000	56
TELE N L PARTICIPACOES	1.774.000	1.354
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	1.150.000	574
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	1.654.000	1.004
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	250.000	283
CAIXA GERAL FIN	209.000	105
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	28.131.478	23.371
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	3.583
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1.114
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	2.863
LLOYDS BANK TSB BANK PLC 5 3/8	2.500.000	2.493
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	500.000	512
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	842
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	500.000	507
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	500.000	406
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	500.000	478
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	500.000	475
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	982
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	1.966
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	1.000.000	1.017
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	500.000	522
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	523
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	507

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO
DONG ENERGY A/S	250.000	256
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	3.000.000	2.834
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	2.000.000	1.996
GLENCORE FINANCE EUROPE	750.000	782
RABOBANK NEDERLAND 03/20	500.000	500
ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC 03/20	1.500.000	1.486
VALE SA	1.500.000	1.571
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	800.000	594
MERCK FIN SERVICES GMBH	1.000.000	1.037
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	1.938
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	250.000	244
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	1.000.000	1.011
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	1.000.000	908
DAIMLER AG 4 1/8 01/17	1.500.000	1.605
VODAFONE GROUP PLC 01/22	3.000.000	3.159
BARCLAYS BANK PLC 01/17	4.500.000	4.616
ALSTOM 4 1/8 02/17	500.000	516
CASINO GUICHARD 4,379 02/17	250.000	263
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	1.000.000	1.003
INDEPENDENCIA INTERNATIO 12/30/16	287.100	18
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 0 12	3.000.000	2.624
VEOLIA ENVIRONNEMENT	500.000	558
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	567
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	300.000	306
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	5.000.000	5.101
ENI SPA 4 06/29/20	1.000.000	997
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 07/13/22	2.000.000	1.973
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	500.000	491
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	500.000	489
AREVA SA 3 1/2 03/21	1.000.000	932
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	500.000	482
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	500.000	477
BBVA SENIOR FINANCE SA 2 3/4 09/12	2.000.000	1.977
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	2.000.000	2.006
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	3.250.000	3.134
BANCO BPI SA 3 07/17/12	1.000.000	970
BANCO BPI SA 01/12	5.000.000	4.721
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	950.000	956
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	100.000	101

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	5.787.980	5.978
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	33.750.000	30.738
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.545
CGD 3,625% JUL14	5.000.000	4.729
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.637
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.077
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.674
RENTIPAR SEGUROS 2015	10.000.000	10.117
GRÉCIA 4,3% MAR 12	2.000.000	1.899
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	2.000	201
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	1.700	225
BK IRLAND 4 4,625% SET14	2.500.000	2.115
CAJAMADRID 4,25% FEV 14	5.000.000	5.091
NTN-B	50	45
NTN-B	100	89
NTN-B	400	357
TESOURO Cabo Verde		10.247
		275.314

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	IMPARIDADE
INSTRUMENTOS DE CAPITAL			
HABIPREDE SA	5.000	1.250	-
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	50.300	184	(155)
COMPANHIA DAS QUINTAS SGPS, SA	34.317	172	(120)
AÇÕES MILLENIUM	20.300.000	1.007	-
ACÇÕES NÃO RESIDENTES	24	24	-
FOMENTINVEST SGPS	3.076.924	5.915	-
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	120	-
GED SUR CAPITAL SA, SGECR	30.000	27	-
NEW ENERGY FUND	19	928	-
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.016	-
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	1.543.012	1.204	-
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	15	81	-
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	300.000	1.626	-
FINE ART FUND (CP)	12.645	1.188	-
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	701	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-
S.W.I.F.T.	14	11	-
VISA CLASS C	2.533	65	-
FINANGEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103.436	445	-

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	IMPARIDADE
UNICRE, SA	35.076	916	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	1.168.000	699	-
CEIM, LDA	800	4	-
COLISEU MICAELENSE, S A	83	0	-
DIDIER & QUEIROZ, SA	50.000	150	(2)
GARVAL	500	1	-
IMOVALOR	19.890	281	-
LISGARANTE	500	1	-
MACEDO & COELHO	188	0	-
NORGARANTE	500	1	-
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REG.	10.000	50	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
LUSITANIA SEGUROS	476	228	(129)
SC BRAGA SAD	20	0	-
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	0	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
BEIRA VOUGA	20.317	10	(10)
BEIRA VOUGA ACÇÕES PREF	21.500	10	(10)
AÇORLINE	3.280	3.280	(3.280)
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	852	(233)
SOCIED.INTERB.SIST.PAGTO.-SISP	91	91	-
		23.215	(4.119)

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2010, é apresentado na Nota 42.

O montante de 35.201 milhares de euros de Obrigações do tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

Títulos no montante de 32.491 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Mercado monetário interbancário	250.000	150.000
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	-	-
No estrangeiro	-	-
Depósitos		
No país	2.988	8.570
No estrangeiro	175.323	62.665
Empréstimos		
No país	-	-
No estrangeiro	20.784	54.121
Aplicações a muito curto prazo		
No país	-	-
No estrangeiro	40.425	44.180
Outros	1.502	2.578
TOTAL	491.022	322.114

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS DE CRÉDITO	31-12-2010	31-12-2009
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.858.327	1.837.912
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	281.340	326.298
Empréstimos	2.616.700	2.540.690
Descobertos	90.604	80.385
Factoring	172.284	195.475
Locação Financeira	389.884	452.338
Outros	331.172	351.464
Crédito a Particulares		
Habitação	3.369.796	3.152.029
Consumo	1.064.537	956.674

RUBRICAS DE CRÉDITO	31-12-2010	31-12-2009
Outras finalidades		
Empréstimos	668.146	562.079
Contas Correntes	201.571	208.376
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	17.877	26.819
Locação financeira	91.959	135.634
Descobertos	54.256	48.128
Outros	244.609	185.269
Outros créditos e valores a receber (titulados)	440.737	249.041
Crédito e juros vencidos	831.401	640.284
Rendimentos a receber	91.012	72.056
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(15.401)	(15.888)
Imparidade em Crédito Concedido	(594.857)	(517.199)
TOTAL	12.206.524	11.487.864

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94.170 milhões de euros está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Outros créditos e valores a receber" inclui 214.844 milhares de títulos de dívida, dos quais o montante de 147.267 milhares de euros estão utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica de "crédito e juros vencidos" inclui prestações vencidas há mais de 90 dias.

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 3.298.791 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Rendas e valores residuais vincendos:		
Até 1 ano	53.890	54.163
De 1 ano até 5 anos	260.972	333.709
Mais de 5 anos	253.848	288.190
	568.710	676.062
Juros vincendos:		
Até 1 ano	(7.930)	(6.699)
De 1 ano até 5 anos	(23.406)	(26.673)
Mais de 5 anos	(55.531)	(54.718)
	(86.867)	(88.090)
Capital vincendo:		
Até 1 ano	45.961	47.464
De 1 ano até 5 anos	237.565	307.036
Mais de 5 anos	198.317	233.472
	481.843	587.972

Valores residuais não garantidos que acresçam ao benefício do locador: 37.111 milhares de euros. As rendas e valores residuais vincendos representam o valor mínimo de locação a receber.

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

NOME	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE MERCADO 2010	VALOR DE MERCADO 2009
GRANITE MORTGAGES PLC	1.000.000	984	1.034	1.082
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3.000.000	1.022	1.076	1.139
HARVEST CLO SA	1.500.000	1.499	1.554	1.260
MARLIN (EMC-II) BV	7.000.000	520	533	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2.000.000	744	781	854
HARBOURMASTER CLO	5.000.000	4.497	2.764	1.026
ALFA BANK	2.000.000	72	75	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2.500.000	481	503	1.011
TOTAL		9.819	8.320	7.301

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 3).

Não foram registadas perdas por imparidade em títulos de dívida classificados nesta rubrica.

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos de dívida	63.939	80.399
	63.939	80.399

Títulos no montante de 36.839 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2010:

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		
CERTIFICADO DEPÓSITO BANCÁRIO	7.648.095	3.409
NATIONAL BANK OF GREECE SA	1.000.000	935
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.435
GE CAPITAL EURO FUNDING	4.200.000	4.204

NATUREZA E ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.490
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.492
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.904
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.524
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.439
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.436
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	5.004
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.989
BANCO BMG SA	1.000.000	742
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	800.000	594
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1.681
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	3.921
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	2.571
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	8.000.000	8.308
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	2.594
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	5.000.000	5.128
TECNICIL IMOBILIÁRIA	91	91
SOGEI	48	48
		63.939

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

NOME	QUANTIDADE	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE MERCADO 2010	VALOR DE MERCADO 2009
BRISA FINANCE BV 09/13	2.500.000	2.435	2.532	2.619
CITIGROUP INC 06/14/12	2.537.000	2.490	2.494	2.426
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2.500.000	2.492	2.589	2.563
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.903	2.913	2.834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.524	5.548	5.137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.439	2.399	2.330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.436	1.370	1.361
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5.000.000	5.004	4.956	4.967
BES FINANCE LTD	5.000.000	4.989	4.812	4.938
TOTAL		29.712	29.613	29.175

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 99 milhares de euros no resultado do exercício de 2010.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com cotações de mercado (nível 2).

Não foram registadas perdas por imparidade em títulos de dívida classificados nesta rubrica.

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os activos com Acordo de Recompra, cujo valor ascende a 51.004 milhares de euros (em 2009 o valor ascendia a 36.500 milhares de euros), correspondem a títulos adquiridos, sobre os quais

existe o acordo de os revender por um preço pré-estabelecido, que estão registados no Banco Banif Brasil e Banif - Banco de Investimento.

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

TÍTULO	VALOR DE BALANÇO
LETRAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL	22.615
ROYAL BANK OF SCOTLAND LOAT 09/12	235
ENI SPA 4 ¾ 11/17	252
GE CAP EUR FUND FLOAT 05/25/12	441
SCHNEIDER ELETRIC SA 3 5/8 07/20	276
GLENCORE FINANCE EUROPE	460
BANCO ESPÍRITO SANTO FLOAT 02/11	389
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 0 11	305
MORGAN STANLEY & CO INTL	275
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS 01/02	25.756
	51.004

15. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondem aos seguintes tipos de instrumentos:

DESCRIÇÃO	VALORES NOCIONAIS	31-12-2010		31-12-2009	
		JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	
		POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
Contratos sobre taxas de câmbios					
Swap FX	3.054.552	2.172	6.949	6.238	3.375
Divisas	296.132	10.207	7.950	8.732	4.616
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	4.330.937	44.919	52.377	23.240	29.313
Contratos sobre acções / índices					
Equity Swap	-	-	-	646	12
Contratos sobre crédito					
Credit Default Swap	128.749	54.783	68.406	38.165	42.707
Futuros e outras operações a prazo					
Operações a prazo divisas	279.459	2.942	1.222	7.412	228
	8.089.829	115.023	136.904	84.433	80.251

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Interest rate swap	-	884
Passivo	(1.303)	(2.606)
Interest rate swap	(1.303)	(1.722)

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de *cash flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2010 e de acordo com os critérios contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (*Cash flow hedge*) e apresenta na sua carteira de derivados, *swaps* de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. No exercício em análise está registado por contrapartida de Reservas de Reavaliação o montante de 1.706 milhares de euros, correspondendo à parte efectiva do justo valor dos derivados de cobertura de *cash flow*. O efeito no exercício de 2010 foi de 1.474 milhares de euros.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisadas como segue:

PRODUTO DERIVADO	PRODUTO COBERTO	RISCO COBERTO	NOCIONAL	VALOR MERCADO
Interest rate swap	Bullets	Taxa de juro	35.000	(251)
Interest rate swap	Obrigações	Taxa de juro	30.000	(776)
Interest rate swap	Obriga. de securitização	Taxa de juro	27.329	(276)
			92.329	(1.303)

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades é a seguinte:

Até 3 meses	12.776	(129)
De 3 meses a 1 ano	34.553	(398)
De 1 ano até 5 anos	45.000	(776)
	92.329	(1.303)

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2) (Ver Nota 45).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

CATEGORIA DE ACTIVO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2009	ENTRADA DE ENTIDADES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2009	IMPARIDADE ACUMULADA
			AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	OUTROS MOVIMENTOS	PERDAS DE IMPARIDADES RECONHECIDAS	PERDAS DE IMPARIDADES REVERTIDAS		
Imóveis	65.923	-	88.116	(8.124)	(288)	(3.025)	814	143.416	5.108
Equipamento	2.068	-	301	(203)	-	-	-	2.166	271
Outros activos tangíveis	2.151	-	7.775	-	-	-	-	9.926	-
Participações	15.410	-	11.948	(15.410)	-	-	-	11.948	-
TOTAL	85.552	-	108.140	23.737	(288)	(3.025)	814	167.456	5.379

O Grupo alienou 30% do Banco Pecúnia (Brasil) ao Banco Société Générale Brasil, SA pelo montante de 15,4 milhões de euros.

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento no exercício findo:

CATEGORIA DE ACTIVO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2009	ENTRADA DE ENTIDADES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS			DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2010
						IMÓVEIS DE SERVIÇO PRÓPRIO	ACTIVOS DETIDOS P/ VENDA	OUTROS ACTIVOS		
Edifícios e terrenos	199.808	14.361	47.654	11.853	(11.000)	-	288	8.283	1.344	272.591
TOTAL	199.808	14.361	47.654	11.853	(11.000)	-	288	8.283	1.344	272.591

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 3.773 milhares de euros

- Gastos operacionais directos: 854 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 141.005 milhares de euros, sendo o montante de 29.935 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

18.1 Movimento ocorrido no período

CATEGORIA DE ACTIVO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2009	ENTRADA DE ENTIDADES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	ALIENAÇÕES	ABATES	REGULARIZAÇÕES	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2010
			AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES (LÍQUIDO)								
Imóveis	151.149	-	3.655	-	4.249	(8.918)	-	(568)	(367)	-	727	149.927
Equipamento	33.638	-	6.255	-	1.547	(10.157)	-	(39)	(1.336)	400	745	31.053
Activos em locação operacional	75.642	-	24.311	-	1.971	(11.232)	-	(13.521)	-	-	-	77.171
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangiveis em curso	26.046	-	1.787	-	(16.303)	-	-	-	-	-	-	11.530
Outros activos tangíveis	207	-	173	-	-	(104)	-	-	-	-	-	276
TOTAL	286.682	-	36.181	-	(8.537)	(30.410)	-	(14.128)	(1.703)	400	1.471	269.957

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 131.072 milhares de euros.

18.2 Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

MATURIDADE RESIDUAL	VALOR BRUTO	PAGAMENTOS FUTUROS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL NÃO CANCELÁVEL	RENDAS CONTINGENTES RECONHECIDAS EM RESULTADOS
Inferior a 1 Ano	291	28	-
Entre 1 e 5 Anos	76.880	21.811	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
	77.171	21.839	-

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.

19. *GOODWILL* E OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA DE ACTIVO	SALDO LÍQUIDO EM 1-12-2009	ENTRADA DE ENTIDADES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES	REGULARIZAÇÕES	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO LÍQUIDO EM 31-12-2010
Goodwill	4.253	-	-	-	-	(1.320)	-	-	2.933
Activos intangíveis em curso	13.566	-	4.494	(3.447)	-	-	-	-	14.613
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	9.866	-	1.625	3.371	(6.831)	(129)	(3.532)	91	4.461
Outros activos intangíveis	837	-	0	330	(86)	(25)	-	0	1.056
TOTAL	28.522	0	6.119	254	(6.917)	(1.474)	(3.532)	91	23.063

A rubrica *Goodwill* corresponde às seguintes participações:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao *goodwill*.

- Para a sociedade Investaçor SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o *goodwill* reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo, sendo registado uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash Flows*, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:

– Taxa de inflação: 2,00% (2009: 2,00%)
– Taxa de rendimento real: 3,00% (2009: 2,50%)
– Taxa de risco: 4,00% (2009: 4,00%)
– Taxa de actualização: 9,26% (2009: 8,73%)
– Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2009: 1,00%)
– Taxa de capitalização: 8,19% (2009: 7,67%)

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o *goodwill* reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2010 uma actualização do mesmo,

sendo registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método *Discounted Cash Flows*. Na avaliação foram utilizados os seguintes parâmetros:

- *Euro Risk free Rate* (Rf): 3,21% (2009: 3,20%)
- *Mature Market Risk Premium* (Rm - Rf): 5,50% (2009: 5,50%)
- *Country Rating B1, Default spread*: 4,50% (2009: 6,50%)
- *Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets*: 1,5 (2009: 1,5)
- *Adjusted Risk Premium*: 12,25% (2009: 15,25%)
- *Implied KE*: 16,66% (2009: 18,32%)
- *Perpetual growth rate*: 3,00% (2009: 3,00%)
- Período de análise considerado foi de 6 anos

- No exercício de 2010 o Grupo registou uma imparidade, no montante de 949 milhares de euros, relativa à totalidade do *goodwill* da sociedade Banif Gestão Activos (Brasil), SA, verificou-se que os pressupostos de apuramento de *goodwill* à data de aquisição deixaram de se verificar no corrente ano.

As avaliações ao *goodwill* foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2010 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

				31-12-2010					
NOME DA SOCIEDADE	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% DE PARTI-CIPAÇÃO	VALOR DE PARTICI-PAÇÃO	*GOODWILL*	TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO	RESUL-TADO LÍQUIDO	CONTRI-BUTO LÍQUIDO
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif SGPS, SA	47,69%	64.017	834	134.239	4.438	2.116
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanuea de la Serena, Badajoz	Banca	Banif SGPS, SA	33,32%	27.963	27.449	83.922	5.761	1.920
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif SGPS, SA	27,50%	6.903	7.067	25.101	(29.474)	(8.105)
Inmobiliária Vegas Altas	Parque de la Constitución 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif SGPS, SA	33,33%	2.589	-	7.766	112	37
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investi-mentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(941)	(46)	(11)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Inves-timentos	Banif - Banco de Investi-mento, SA	25,00%	1.338	-	5.351	(254)	(63)
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Inves-timentos	Imogest	31,30%	2	-	6	(2)	(1)
Centaurus Reality Group	São Paulo-Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta); Banif Interna-tional Holdings	41,77%	12.036	-	29.602	(30)	-
Banif Europa Leste	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Fundo de Inves-timentos	Banif - Banco de Investi-mento, SA	40,29%	1.082	-	2.686	169	68
					115.930	35.350	287.732	(19.326)	(4.039)

				31-12-2009					
NOME DA SOCIEDADE	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DE PARTICIPAÇÃO	*GOODWILL*	TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	CONTRIBUTO LÍQUIDO
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	"Banif SGPS, SA Banif - Banco Internacional do Funchal, SA"	47,69%	24.675	834	51.505	(16.784)	(8.004)
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe , 2 Villanuea de la Serena, Badajoz	Banca	Banif SGPS, SA	33,32%	28.788	28.400	86.397	7.521	2.506
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif SGPS, SA	27,50%	15.125	14.795	54.999	(12.840)	(3.531)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif SGPS, SA	33,33%	2.560	-	7.680	102	34
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos SGPS, SA	25,00%	-	-	(896)	(222)	(55)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	80	-	405	(45)	(9)
					71.228	44.029	200.090	(22.268)	(9.059)

Para *goodwill* registado nas participações da Banca Pueyo e Bankpime foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos "Discounted Free Cash Flows to Equity" e com os seguintes pressupostos:

– Bankpime:

CoE: 12,5% (2009:10,9%)
Financiamento da variação dos Activos (min. Tier I): 8,0% (2009: 8,0%)
Taxa de crescimento – perpetuidade: 3,0% (2009: 2,0%)
Taxa de imposto: 30,0% (2009: 30%)
P/E Múltiplo implícito – Valor Terminal: 9,2 (2009: 13,6)
Período de análise: 9 anos

A estimativa de valor para o Bankpime oscila entre 50,8 milhões de euros (valor transaccional) e 66 milhões de euros (valor intrínseco). O Grupo na análise da imparidade do Bankpime utilizou o valor transaccional.

– Banca Pueyo:

RoE – Sustentável/Longo Prazo: 13,0%
CoE – Cost of Equity: 11,0% (2009: 9,5%)
g: 3,0% (2009: 2,0%)
P/BV Implícito: 1,24
Período de análise: 7 anos

– Rentipar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação: 2,00%
Taxa de rendimento real: 2,92%
Taxa de risco: 4,71%
Taxa de actualização: 9,92%
Taxa de risco adicional (perpetuidade):0,00%
Taxa de capitalização: 7,92%
Taxa de juro sem risco: 4,98%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%
Período de análise: 7 anos

As avaliações ao *goodwill* foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comummente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

Com base nos teste efectuados foi registado uma imparidade de 7.727 milhares de euros no *goodwill* do Bankpime (362 milhares de euros em 2009) e 951 milhares de euros no *goodwill* da Banca Pueyo.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2010, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

– A Rentipar Seguros SGPS, SA adquiriu uma participação de 100% do capital social e direitos de voto da Global - Companhia de Seguros, SA e de 100% no capital social e direitos de voto da Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA, pelo montante de 137,2 milhões de euros, cujo processo ficou concluído em Março de 2010.

– A Rentipar Seguros SGPS, SA aumentou o capital social de 65,57 milhões de euros para 135,57 milhões de euros no exercício de 2010.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos correntes

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Brasil - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	12.657	10.958
Grupo Banif Mais, SGPS	3.679	3.505
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.450	3.260
Banif SGPS SA	2.759	2.687
Banif (Açores) SGPS SA	768	525
Banif Corretora Valores Cambios	636	457
Banif Gestão de Activos	625	1.044
Banif Go	468	411
Banif	467	467
Banif Investimentos SGPS SA	382	142
Banif Banco de Investimento	308	73
Banif Imobiliária	255	859
BanifServ	185	1
Banif Rent SA	107	78
Banif Gestão de Activos (Brasil)	87	89
Beta Securitizadora	82	101
Gamma	47	10
Açortur	36	40
Turotel	23	26
Investaçor Hoteis SA	21	22
Banif Capital	16	4
Gestarquipark	12	-
Banif Comercial - SGPS SA	9	8
Numberone SGPS	5	5
Soc Imobiliária Piedade	5	5
Econofinance SA	5	4
Investaçor SGPS SA	5	6
Centro Venture	3	2
Banif Açor Pensões	1	35
Hotel do Pico	1	5
	27.104	24.829

Os activos por impostos correntes registados no Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA incluem 6.093 milhares de euros (R$13.511 mil: R$7.452 mil crédito de COFINS e R$6.059 mil de actualização monetária) de créditos reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal do Brasil, em processo relativo ao alargamento de Base do Cofins, que aguardam compensação contra impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil. No seguimento desta decisão, a Receita Federal do Brasil pretende, com efeitos retroactivos, o alargamento da base de cálculo do Cofins, situação considerada pelo Grupo com probabilidade de êxito remota.

21.2 Impostos diferidos

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente		
Outros riscos e encargos	36	100
Imparidade de crédito concedido	1.513	(4.637)
Diferimento de tributação de mais valias		
Alienação de imobilizado	-	(3)
Prejuízos fiscais reportáveis		
Prejuízos fiscais reportáveis	37.990	22.754
Valorizações não aceites para efeitos fiscais		
Propriedades de investimento	(2.428)	(571)
Imóveis de serviço próprio	(3.371)	(2.726)
Activos disponíveis para venda	(3.793)	(711)
Activos ao justo valor através de resultados	(664)	8.079
Outros		
Benefícios dos empregados	7.354	7.933
Comissões	177	1.144
Outros	3.672	3.486
TOTAL	40.486	34.848
Impostos diferidos activos	72.697	59.535
Impostos diferidos Passivos	32.211	24.687

Os activos por impostos diferidos são referentes essencialmente a imposto diferidos por prejuízos fiscais no montante de 37.990 milhares de euros (22.754 milhares de euros em 2009). Os passivos por impostos diferidos são essencialmente referentes a propriedades de investimento, imóveis de serviço próprio e activos disponíveis para venda (9.592 milhares de euros).

	31-12-2010
Saldo em 1 de Janeiro	34.848
Entrada de novas entidades no perímetro	0
Reconhecido em resultados	(882)
Reconhecido em reservas	6.520
Saldo em 31 de Dezembro	40.486

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2010, apresenta o montante de 37.990 milhares de euros de imposto diferido activo, oriundos de prejuízos fiscais, essencialmente das seguintes entidades: Banif: 8.316 milhares de euros, BBI Brasil: 8.762 milhares de euros, Grupo Tecnicrédito: 752 milhares de euros, Banif SGPS, SA: 11.321 milhares de euros e Banif Bank Malta: 5.351 milhares de euros. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

21.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

31-12-2010	TAXA	IMPOSTO
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		58.075
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	16.842
Amortizações não aceites	0,03%	19
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-5,80%	(3.369)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-0,54%	(316)
Imparidade *Goodwill*	4,52%	2.624
Benefícios fiscais	-0,52%	(303)
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	2,02%	1.171
Benefícios de empregados	-1,55%	(897)
Mais valia em participações financeiras	-6,02%	(3.495)
Outros	2,80%	1.628
	23,94%	13.904

31-12-2009	TAXA	IMPOSTO
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		66.667
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	17.667
Amortizações não aceites	0,44%	293
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-13,07%	(8.715)
Efeitos das taxas diferentes aplicadas em sucursais no Estrangeiro	-1,53%	(1.021)
Menos valias em activos tangíveis (líquidas)	-2,07%	(1.378)
Benefícios fiscais	-0,57%	(379)
Outras diferenças definitivas:		
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	5,09%	3.394
Benefícios de empregados	-0,22%	(143)
Diferença de consolidação negativa	-16,51%	(11.006)
Outros	2,64%	1.759
	0,71%	471

Perdas fiscais não usadas relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço:

- Banif Investimentos SGPS: 444 milhares de euros
- Banif SGPS, SA: 21.848 milhares de euros
- Banif (Açores) SGPS, SA: 405 milhares de euros

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	525	511
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	548	534
Bonificações a receber	10.335	6.409
	10.335	6.409
Suprimentos	22.116	22.095
Devedores diversos	145.176	100.585
Sector público administrativo	5.199	5.327
Outros rendimentos a receber	4.972	3.256
Fundo de pensões (Nota 46)	17.329	14.422
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	405	1.166
Seguros	786	1.958
Posição cambial	7.105	5.571
Aplicações - conta caução	2.979	1.629
Outros activos	218.770	122.386
	424.837	278.395
Perdas de imparidade	(7.172)	(6.427)
	428.548	278.911

A rubrica "outros activos", em 2010, inclui 68.339 milhares de euros de adiantamento relativo à compra de imóveis ao Fundo de Investimento Banif IMOPREDIAL, a concretizar em 2011.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Recursos de Bancos Centrais	1.937.628	1.193.799
Juros de recursos de Bancos Centrais	519	2.760
	1.938.147	1.196.559

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes, Nota 9, 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	136.904	80.251
Posições a descoberto	8.355	4.079
	145.259	84.330

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	4.957	20.352
Euro Invest Série 8	19.518	30.410
Euro Invest Série 9	42.020	39.993
Trade Invest Série 14	-	59.910
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	5.521	5.025
Banif - Banco Investimento (Brasil)	20.476	37.330
Banif Cayman	42.837	47.183
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(16.443)	(19.954)
	118.886	220.249

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOL-SO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDO PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
BBCA 2006/2011	31-03-2006	31-03-2011	1.º Ano: taxa fixa de 3,25%, restantes 4 Anos: Euribor 6 meses acrescida de 1%	4.957	(252)	4.705
Euro Invest S8	13-04-2007	13-04-2012	5%	19.518	(8.875)	10.643
Euro Invest S9	22-10-2007	22-10-2012	6%	42.020	(1.632)	40.388
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,3%	5.642	(680)	4.962
BBI Brasil	2010	26-03-2012	5,0%	14.834	(5.004)	9.830
Banco Banif Brasil 2014	17-12-2004	17-12-2014	7%	5.521		5.521
Banif Cayman Zero Coupon	02-06-2008	02-06-2018	-	42.837		42.837
				135.329	(16.443)	118.886

Em 2010, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Euro Stoxx 50 2005/2010: 5.848 milhares de euros
- Banif SFE Dólar Multi-activos 2005-2010: 1.309 milhares de euros
- Banif Euro Multi-activos 2005-2010: 3.823 milhares de euros
- Banif Cayman 2008-2010 USD: 6.128 milhares de euros
- Banif Cayman 2008-2010 EUR: 2.000 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 5.488 milhares de euros
- BBI Brasil 2010: 4.660 milhares de euros

– BBI Brasil 2010: 7.143 milhares de euros

– BBI Brasil 2010: 20.039 milhares de euros

– Trade Invest S14: 53.455 milhares de euros

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	165.761	326.106
Empréstimos	294.750	284.946
Outros	13.879	4.042
	474.390	615.094
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	589.724	55.570
Empréstimos	54.103	1.017.254
Operações de venda com acordo de recompra	151.558	65.497
Outros	11.788	54.045
	807.173	1.192.366
Encargos financeiros	5.316	6.036
	1.286.879	1.813.496

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Depósitos		
À Vista	1.647.748	1.281.592
A prazo	5.521.242	4.846.045
Poupança	108.826	117.128
Outros	409.842	489.252
	7.687.658	6.743.017
Outros débitos		
Empréstimos	100.908	16.679
Outros	51.484	41.778
	152.392	58.457
TOTAL	7.840.050	6.801.474

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif Finance	357.902	552.464
Banif	652.292	498.854
Atlantes Mortgage N.º3	524.246	560.917
Atlantes Mortgage N.º2	305.817	330.203
Atlantes Mortgage N.º4	550.000	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	87.159	-
Atlantes Mortgage N.º7	397.000	-
Azor Mortgage N.º2	252.900	269.889
Atlantes Mortgage N.º1	188.534	210.704
Azor Mortgage N.º1	78.817	88.578
Atlantes Finance N.º3	341.116	-
Banif - SGPS	100.000	50.000
Banif Go	-	20.000
Banif Cayman	84.969	32.613
Banif International Bank Ltd	35.000	35.000
Beta Securitizadora	19.540	18.616
Grupo Banif Mais SGPS	348.329	462.713
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(3.120.006)	(2.274.867)
SUB-TOTAL	1.703.615	1.905.684
Certificados de depósito	661.616	339.447
Encargos Financeiros	14.790	11.804
	2.380.021	2.256.935

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOL-SO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDO PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Banif Finance 2007-2012	22-05-2007	22-05-2012	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	280.482	-	280.482
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	6,00%	40.000	(7.456)	32.544
Banif Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	5,00%	37.423	(7.039)	30.384
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	151.034	(9.470)	141.564

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOLSO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDO PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500	-	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500	-	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	50.817	(3.536)	47.281
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000	-	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-11-2004	20-09-2047	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000	-	9.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	279.917	(279.917)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	18.400	(18.400)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	05-03-2008	18-09-2060	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.500	(7.500)	-
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	206.400	(206.400)	-
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-07-2008	21-10-2065	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500	(46.500)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	482.846	(482.846)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400	(41.400)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-02-2009	20-08-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	514.250	(514.250)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-02-2009	20-08-2064	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750	(35.750)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000	(455.000)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-12-2009	23-11-2068	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000	(45.000)	-
Atlantes Mortgage Nº6 classe A	30-06-2010	23-10-2016	4,5%	87.159	(87.159)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe A	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	357.300	(357.300)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe B	19-11-2010	19-11-2066	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	39.700	(39.700)	-
Atlantes Finance N.º3 classe A	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 1,1%	167.079	(167.079)	-
Atlantes Finance N.º3 classe B	29-07-2010	29-04-2026	Euribor 3 meses acrescida 2,5%	174.037	(174.037)	-
Banif SGPS 2008 - 2011	15-07-2008	15-07-2011	1.º ano: 6,25%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 0,75%	50.000	(2.508)	47.492
Banif SGPS 2010 - 2013	21-12-2010	21-12-2013	6,00%	50.000	-	50.000
Banif Cayman Zero Coupon EUR 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	20.000	-	20.000
Banif Cayman Zero Coupon USD 08/11	22-12-2008	22-12-2011	-	14.968	-	14.968
Banif Cayman	22-10-2007	22-10-2012	Euribor 6 meses acrescida 1,4%	50.000	(50.000)	-
Beta Securitizadora 2017	06-06-2008	06-06-2017	11,00%	2.652	-	2.652

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOLSO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIRCULAÇÃO	DETIDO PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Beta Securitizadora 2018	06-11-2008	06-06-2018	10,50%	1.106	-	1.106
Beta Securitizadora	31-12-2008	-	-	1.990	-	1.990
Beta Securitizadora	2010	30-09-2026	-	13.791	-	13.791
Banif Internacional Bank	13-04-2007	13-04-2012	Euribor 6 meses acrescida 0,25%	35.000	(35.000)	-
Banco Mais PC 8ªemissão	08-10-2009	06-04-2011	1,88%	20.000	-	20.000
BMORE Finance N.º5 plc	01-11-2007	01-11-2007	Conduit +1%	275.000	-	275.000
Banco Mais 2007/2012	26-10-2007	26-10-2007	3,25%	30.000	-	30.000
BMORE N.º4 Class A Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,20%	-	-	-
BMORE N.º4 Class B Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,35%	-	-	-
BMORE N.º4 Class C Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,55%	15.329	-	15.329
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	01-05-2004	01-05-2014	Euribor 3 meses +0,94%	8.000	-	8.000
Banif 2009 - 2012 com garantia República Portuguesa	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	502.292	(46.759)	455.533
Banif 2011	24-06-2010	27-06-2011	Euribor 12 meses +0,50%	150.000	-	150.000
				4.823.621	3.120.006	1.703.615

Em 2010, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Bmore N.º3 C Class: 4.128 milhares de euros
- Banco Mais 2007/2010: 50.000 milhares de euros
- Banco Mais 2005/2010: 20.000 milhares de euros
- Banif Finance 2006/2010: 268.892 milhares de euros
- Banif Go 2006: 15.000 milhares de euros

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No. 1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBCA (a 2ª do Banif - Grupo Financeiro) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Banif - Grupo Financeiro, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de *rating*, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No. 2 Fundo, administrado pela Gamma - Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBCA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBCA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º 5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º 5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º 6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º 6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º 7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º 7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º 7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Go cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

BMORE Finance N.º 4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sedeada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O preço de venda foi de 105% do par, os custos de processo da

venda inicial representaram 1% do par. O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º 5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um *ramp-up asset backed commercial paper com um revolving period* de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de *asset backed securitization*, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º 2, Atlantes Mortgage N.º 3, Atlantes Mortgage N.º 4, Atlantes Mortgage N.º 5, Atlantes Mortgage N.º 7, Azor Mortgage N.º 2 e Atlantes Finance N.º 3 estão detidas por entidades do Grupo, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31-12-2009	REFORÇOS	UTILIZAÇÕES E COMPRO-MISSOS	REVERSÕES E RECUPE-RAÇÕES	SALDO EM 31-12-2010
Provisões para garantias e compromissos	2.404	3.082	-	(3.360)	2.126
Contingências fiscais	9.887	-	1.470	(171)	11.186
Outras provisões	2.590	2.783	-	(3.455)	1.918
Total	14.881	5.865	1.470	(6.986)	15.230

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 1.076 milhares de euros (1.714 milhares de euros em 2009) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Garantias prestadas (das quais:)	1.071.263	923.651
Garantias e avales	870.638	825.031
Aceites e endossos	-	64.302
Cartas de Crédito e *Stand-by*	-	3.145
Créditos documentários abertos	200.625	31.173

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Outros passivos eventuais (dos quais:)	2.712.255	1.806.443
Fianças e Indemnizações	-	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	2.712.255	1.806.443
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	1.197.193	1.611.862
Compromissos irrevogáveis	411.516	410.970
Compromissos revogáveis	785.677	1.200.892
	3.909.448	3.418.305

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em *repo's* e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 5.651 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs.

- Valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, emitidos pelo Banif, nas seguintes condições:

Emissão: 50 milhões de euros
Data emissão: 30/12/2009
Data maturidade: indeterminada
Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

(i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

(ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Em 31/12/2010, existem 10 milhões de euros detidos por entidades do Grupo.

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	31-12-2010	31-12-2009
Banif - Banco de Investimento	30.000	30.000
Banco Mais	5.688	5.814
Banif - Banco Internacional do Funchal	428.388	433.868
Banif Go	21.000	21.000
Banif Finance Ltd	158.784	182.826
Detidos pelo Banif - Grupo financeiro	(373.424)	(349.265)
SUB TOTAL	270.436	324.243
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(2.258)	(1.760)
	268.178	322.483

Em 31 de Dezembro de 2010, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOL-SO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDAS PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-05-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	15.000	(250)	14.750
Banif - Banco Internacional do Funchal 2001-2011	16-07-2001	16-07-2011	1º cupão: 5,375%; cupões seguintes Euribor 6 meses acrescida de 0,75%	12.498	(8.720)	3.778
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	45.000	(18.536)	26.464
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272	(30.272)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040	(38.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.056	(23.056)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	(15.000)	-

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOL-SO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDAS PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,47%	75.000	(75.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	24.948	(1.063)	23.885
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	99.682	-	99.682
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19.892	(1.677)	18.215
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000	(777)	9.223
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000	(25.000)	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000	(10.000)	-
Banif Go 2005 - 2015	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000	(6.000)	-
Banif Go 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescido 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	(15.000)	-

DENOMINAÇÃO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE REEMBOL-SO	TAXA DE JURO	VALOR EM CIR-CULAÇÃO	DETIDAS PELO GRUPO	VALOR DE BALANÇO
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	14.890	(1.197)	13.693
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	32.754	-	32.754
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%.	11.140	-	11.140
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3%, Passivo emitido a 75%	100.000	(88.836)	11.164
Banco Mais 2011	Dez-04	Mar-11	taxa fixa: 2,25% mais juro suplementar	5.688	-	5.688
				643.860	(373.424)	270.436

A Banif Finance e Banif recompraram emissões no montante de 47.538 milhares de euros e 5.000 milhares de euros, respectivamente:

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Credores e Outros Recursos	60.700	171.396
Por gastos com pessoal	31.095	30.592
Por gastos gerais administrativos	3.883	2.532
Outros juros e encargos similares	3.826	3.213
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	4.284	548
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	211	215
Posição cambial	6.246	7.910
Sector público administrativo	20.923	17.108
Outros	217.982	234.642
TOTAL	349.150	468.156

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Capital	570.000	490.000
Prémios de emissão	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	(1.043)	(1.035)
Reservas de reavaliação	(10.572)	6.645
Reserva Legal	30.091	28.881
Outras reservas e resultados transitados (livres)	213.237	163.172
Resultado do exercício	33.426	54.075
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	243.724	238.174
TOTAL DO CAPITAL	1.278.877	1.179.926

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de € 1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

No decorrer do exercício de 2010, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 19,6 milhões de Euros relativos ao exercício de 2009, correspondentes a € 0,04 por acção (490.000.000 acções).

No exercício de 2010, a sociedade pagou a componente variável da remuneração dos VMOCs no valor de 2,8 milhões de euros (correspondente a € 0,04 por VMOC).

Em Dezembro, a sociedade procedeu a um aumento de capital reservado a accionistas, no montante de 80 milhões de euros, totalmente realizado.

As reservas de reavaliação registadas correspondem essencialmente às seguintes situações (valores líquidos de impostos): carteira títulos Rentipar Seguros, SGPS (-16.848 milhares de euros), carteira títulos Banif - Banco de Investimento (-6.991 milhares de euros), títulos Banif - Banco Internacional do Funchal (-2.883 milhares de euros) e reavaliações imóveis (18.647 milhares de euros).

A informação sobre o rácio de solvabilidade, em base IFRS e Basileia, está apresentada no capítulo III
- Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

O resultado consolidado do Banif - Grupo Financeiro, foi determinado da seguinte forma:

	31-12-2010	31-12-2009
BANIF SGPS	(9.651)	33.627
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE	(9)	(16)
ESPAÇO DEZ	(11)	(56)
BANIF IMOBILIARIA	(796)	(369)
BANIF BANK (MALTA)	(1.942)	(2.362)
BANCA PUEYO	1.920	2.506
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS	248	589
BANKPIME	(8.105)	(3.531)
INMOBILIARIA VEGAS ALTAS	37	34
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD	(169)	301
CENTAURUS REALITY GROUP	-	-
GRUPO BANIF MAIS SGPS	22.521	4.140
BANIEUROPA HOLDING	(9)	-
BANIF COMERCIAL-SGPS	(4.814)	(426)
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL	5.433	(12.726)
NUMBERONE SGPS	44	7
BANIF FINANCE LTD	13.631	30.052
BANIF AÇORES, SGPS	(1.303)	1.008
INVESTAÇOR, SGPS	(61)	(111)
INVESTAÇOR HÓTEIS	(177)	200
AÇORTUR	39	(37)
TUROTEL	(73)	(156)
HOTEL PICO	(15)	16
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER	-	-
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ	(1)	1
BANIF GO	(3.442)	3.726
BANIF RENT	260	675
BANCO BANIF BRASIL	12.183	8.202
ZACF	62	-
RENTIPAR SEGUROS, SGPS	2.116	(8.004)
BANIF - INVESTIMENTOS SGPS	(779)	(1.798)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO	7.621	1.676
BANIF (CAYMAN)	(375)	(4.062)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)	(6.141)	99
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)	(1.941)	(443)
BANIF CORRETORA DE VALORES E CAMBIOS	2.543	3.261

	31-12-2010	31-12-2009
BETA SECURITIZADORA	535	213
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT	20	63
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS	2.888	1.546
BANIF AÇOR PENSOES	156	81
BANIF (BRASIL)	(6)	(1)
FINAB	-	158
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd	(27)	937
BANIF SECURITIES HOLDINGS	(1.836)	(1.047)
ECONOFINANCE	(3)	2
BANIF FINANCIAL SERVICES	3	2
BANIF SECURITIES INC.	(209)	491
BANIF FINANCE (USA) CORP.	1.688	734
BANIF FORFAITING COMPANY	(1.513)	719
BANIF INTERNATIONAL BANK	(588)	(3.081)
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO	84	(221)
BANIF MULTIFUND	1	24
CENTRO VENTURE	1	2
GAMMA	328	186
BANIF TRADING INC	(11)	(11)
MCO2	(63)	(9)
BANIF ECOPROGRESSO TRADING	33	-
ATLANTES N.2	-	2
ATLANTES MORTGAGE	(1.054)	(2.336)
ATLANTES MORTGAGE 2	(1.422)	(1.289)
ATLANTES MORTGAGE 3	(675)	(2.757)
ATLANTES MORTGAGE 4	1.869	858
ATLANTES MORTGAGE 5	1.021	928
ATLANTES MORTGAGE 6	(4.891)	-
ATLANTES MORTGAGE 7	2.898	-
ATLANTES FINANCE 3	6.711	-
AZOR MORTGAGE	40	330
AZOR MORTGAGE 2	(687)	(1.825)
TRADE INVEST S14	461	482
EURO INVEST S3a, S3b, S8, S9	(331)	(224)
FIP BANIF REAL ESTATE	697	3.349
BANIF US REAL ESTATE	-	-
BANIF NITOR FI AÇOES	-	-
BANIF NITOR MAESTRO FIM	-	-
BANIF NITOR INSTITUCIONAL FIM	-	-

	31-12-2010	31-12-2009
REAL ESTATE BRASIL	-	-
BANIF EQUITY HEDGE FIM	-	-
ART INVEST	129	-
BANIF FORTUNY	(111)	(222)
SPE PANORAMA	(361)	(37)
IMOGEST	-	-
CAPVEN	-	-
INFRA INVEST FEIA	(416)	(13)
BANIF INV CONSERVADOR	8	-
BANIF INV MODERADO	16	1
BANIF IBERIA	(6)	16
BANIF RENDA HABITAÇÃO	-	-
BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA	-	-
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	(865)	-
GESTARQUIPARK	-	-
BANIF GESTÃO ACTIVA	27	-
BANIF EUROPA LESTE	45	-
PEDIDOS LIZ	(1)	-
	33.426	54.075

34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

ENTIDADE	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
	VALOR BALANÇO	VALOR BALANÇO	RESULTADO	RESULTADO
Banif Finance	133.760	134.996	(9.410)	(10.471)
Imogest	53.122	54.717	(1.160)	(1.378)
Banif Cayman	13.009	12.822	(579)	(680)
Investaçor Hoteis SA	5.591	4.748	122	(138)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	5.349	5.222	(40)	38
Banco Caboverdiano de Negocios	5.011	4.593	(346)	(550)
Banif Nitor Institucional FIM	4.496	288	(234)	(9)
Banif Gestão Patrimonial	4.300	-	317	-
Banif Bank (Malta)	3.923	4.856	811	919

ENTIDADE	31-12-2010 VALOR BALANÇO	31-12-2009 VALOR BALANÇO	31-12-2010 RESULTADO	31-12-2009 RESULTADO
Banif Iberia	3.017	1.925	6	(10)
Gestarquipark	2.424	-	(96)	-
Banif International Holdings	2.363	2.099	-	(165)
Banif Gestão Activa	1.873	-	(35)	-
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	1.643	1.466	53	113
Banif Açor Pensões	1.542	1.446	(47)	(50)
Capven	1.313	1.795	157	651
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	1.195	1.060	(5)	(170)
Art Invest	1.037	1.011	(77)	146
Banif Equity Hedge	949	-	(85)	-
SPE Panorama	481	458	22	2
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	457	448	15	(16)
Banif Maestro	423	482	(24)	(12)
Banif Nitor FI Ações	397	196	-	(19)
Banif Inv. Moderado	358	147	(11)	-
Banif Inv. Conservador	309	59	(5)	-
FIP Banif Real Estate	279	248	(11)	1
Centro Venture	261	260	-	(2)
Beta Securitizadora	46	28	(4)	(2)
Banif Financial Services Inc	41	23	-	-
Banif Trading Inc	20	20	2	-
ZACF	5	-	-	-
Banif Forfaiting Company	(70)	132	148	(124)
Banif Finance (USA)	(1.129)	408	(271)	(131)
Investaçor SGPS SA	(4.071)	(4.632)	42	77
Finab	-	181	-	(105)
Banif Capital	-	55	-	55
Banif Fortuny	-	4.778	-	222
Banif Nitor FIM	-	1.839	-	(313)
	243.724	238.174	(10.745)	(12.121)

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif - Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Em 2009 foram efectuadas recompras no montante de 47,9 milhões de euros.

- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer

data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	2.474	2.602
Juros de aplicações em IC	19.296	25.755
Juros de crédito a clientes	554.035	564.050
Juros de crédito vencido	12.784	11.588
Juros e rendimentos similares de outros activos	150.117	158.861
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	12.282	10.070
	750.988	772.926
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	12.770	11.692
Juros de recursos de outras IC	44.140	59.042
Juros de recursos de clientes	151.482	188.733
Juros de empréstimos	2.540	11.485
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	83.482	72.987
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	36.992	73.960
Juros de passivos subordinados	14.706	12.183
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	16.350	7.064
Outros	40.394	47.286
	402.856	484.432

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	905	1.524
	905	1.524

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	14.592	12.041
Operações de crédito	1.863	1.246
Anuidades	3.551	3.255
Gestão de cartões	11.165	9.725
Transferência de valores	1.138	1.023
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	12.239	14.041
Administração de valores	1.406	554
Cobrança de valores	5.636	4.728
Depósito e guarda de valores	320	303
Outros serviços prestados	24.835	22.747
Outras comissões recebidas	68.473	56.312
	145.218	125.975
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	4.980	3.483
Por outros serviços recebidos	11.163	7.780
Outras comissões pagas	7.000	3.595
	23.143	14.858

Em rendimento com comissões encontram-se registados 12.239 milhares de euros (14.041 milhares de euros em 2009) de gestão de investimentos colectivos em valores mobiliários.

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	133.438	199.647
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	54.940	37.199
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	362.616	429.736
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	14.003	22.508
	564.997	689.090
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	122.660	158.070
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	37.096	30.268
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	380.008	465.044
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	873	-
	540.637	653.382

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	7.188	7.193
Recuperação de crédito e juros	7.253	4.643
Reembolso de despesas	14.012	14.820
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	2.895	5.544
Renda de locação operacional	17.092	14.327
Recompra passivos emitidos	14.800	32.111
Outros	91.647	45.656
	154.887	124.294
Outros custos		
Quotizações e donativos	737	665
Contribuições para FGD e FGCAM	4.183	2.288
Outros impostos	10.486	10.932
Perdas na alienação de créditos a clientes	26	-
Outros	82.463	38.199
	97.895	52.084

40. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Remuneração dos orgãos de gestão e fiscalização	11.328	9.112
Remuneração de empregados	124.477	114.750
	135.805	123.862
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	31.434	27.668
Encargos com pensões:		
- Plano de beneficio definifo (Nota 46.1.2 e Nota 46.1.4)	4.429	6.692
- Planos de contribuições definidas	2.610	2.984
Outros encargos sociais	2.822	2.281
	41.295	39.625
Outros custos com pessoal	7.806	6.920
TOTAL	184.906	170.407

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Serviços especializados	45.231	38.466
Comunicações	14.550	13.303
Publicidade e edição de publicações	10.080	11.736
Deslocações, estadas e representação	5.841	6.283
Conservação e reparação	8.516	6.879
Água, energia e combustíveis	5.737	4.855
Rendas e alugueres	25.986	22.254
Seguros	3.048	2.789
Transportes	2.081	2.111
Material de consumo corrente	1.445	1.673
Formação de pessoal	710	1.072
Outros	20.951	15.709
TOTAL	144.176	127.130

A rubrica "serviços especializados" incluí os seguintes valores com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sua rede de empresas, conforme referido na alínea b) n.º1 do Artº 508º - F do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços de revisão legal de contas: 1.273 milhares de euros
Outros serviços de garantia de fiabilidade: 214 milhares de euros
Serviços de consultoria fiscal: 24 milhares de euros
Outros: 5 milhares de euros

42. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31-12-2009	ENTRADA DE ENTIDADES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	REFORÇOS	UTILIZA-ÇÕES E REGULA-RIZAÇÕES	REVER-SÕES E RECUPE-RAÇÕES	SALDO EM 31-12-2010
Imparidade em crédito concedido	517.199	-	177.095	(30.286)	(69.151)	594.857
TOTAL	517.199	-	177.095	(30.286)	(69.151)	594.857

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2010 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31-12-2009	REFORÇOS	UTILIZAÇÕES E REGULA-RIZAÇÕES	REVER-SÕES E RECUPE-RAÇÕES	SALDO EM 31-12-2010
Activos Financeiros disponíveis para venda	21.086	5.113	(22.080)	-	4.119
Activos não correntes detidos para venda	4.269	3.025	(1.101)	(814)	5.379
Investimentos em associadas e filiais	362	8.678	-	-	9.040
Goodwill	-	371	-	-	371
Devedores e outras aplicações	6.427	1.449	-	(704)	7.172
TOTAL	32.144	18.636	(23.181)	(1.518)	26.081

43. RESULTADOS POR ACÇÃO

43.1 Resultados por acção básicos

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Básicos		
Resultado do exercício	33.426	54.075
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	490.921.474	384.259.464
Resultado por acção básico (expresso em € por acção)	0,07	0,14

43.2 Resultados por acção diluídos

DESCRIÇÃO	31-12-2010	31-12-2009
Diluídos		
Resultado do exercício	33.426	54.075
N.º médio de acções:		
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	490.921.474	384.259.464
VMOC's	70.000.000	17.643.836
Número médio ponderado de acções ordinárias ajustadas para cálculo do ganho por acção diluído (em €)	560.921.474	401.903.300
Resultado por acção diluído (expresso em € por acção)	0,06	0,13

44. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo II – Actividade do Banif - Grupo Financeiro em 2010, ponto 2.3 – Controlo dos Riscos de Actividade do Relatório de Gestão.

45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e respectivos métodos de valorização:

31-12-2010	VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO		TOTAL
		ANÁLISE DE MERCADO	OUTRAS	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	262.194	144.334	54.783	461.311
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	302.802	90.706	-	393.508
Activos financeiros disponíveis para venda	249.604	10.117	34.689	294.410
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação		68.498	68.406	136.904
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		118.886	-	118.886

31-12-2009	VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO		TOTAL
		ANÁLISE DE MERCADO	OUTRAS	
Activos				
Activos financeiros detidos para negociação	176.062	138.260	38.165	352.487
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	324.632	145.682	-	470.314
Activos financeiros disponíveis para venda	84.511	10.644	10.216	105.371
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	41.623	42.707	84.330
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	220.249	-	220.249
Responsabilidade representadas por títulos	-	480.434	-	480.434

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;

- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;

- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

	31-12-2009	TOTAL (PERDAS)/ GANHOS	AQUI-SIÇÕES	ALIENA-ÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS DE NÍVEIS	31-12-2010
Activos financeiros detidos para negociação						
Derivados de crédito	38.165	16.618	-	-	-	54.783
Activos financeiros disponíveis para Venda						
Instrumentos de capital	10.216	-	6.050	(4.948)	-	11.318
Instrumentos de dívida	-	-	23.371	-	-	23.371
Passivos financeiros detidos para negociação						
Derivados de crédito	(42.707)	(25.699)	-	-	-	(68.406)

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos *swaps* de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2010, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

PRAZO	EUR	USD
1 dia	0,25%	0,20%
7 dias	0,35%	0,23%
15 dias	0,43%	0,23%
1 mês	0,62%	0,23%
2 meses	0,78%	0,25%
3 meses	0,96%	0,29%
4 meses	1,07%	0,34%
5 meses	1,16%	0,40%
6 meses	1,26%	0,46%
7 meses	1,31%	0,51%
8 meses	1,35%	0,56%
9 meses	1,40%	0,62%
10 meses	1,44%	0,56%
11 meses	1,48%	0,51%
1 ano	1,53%	0,45%
2 anos	1,56%	0,83%
3 anos	1,89%	1,31%
4 anos	2,23%	1,76%
5 anos	2,56%	2,21%
6 anos	2,75%	2,54%
7 anos	2,93%	2,86%
8 anos	3,06%	3,04%
9 anos	3,19%	3,23%
10 anos	3,32%	3,41%
20 anos	3,70%	4,03%
30 anos	3,50%	4,13%

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de 517 milhares de euros nos resultados de 2010 (917 milhares de euros em 2009).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

31-12-2010	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	GANHO/PERDA NÃO RECONHECIDO
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	708.836	708.836	-
Créditos e outros valores a receber	12.206.254	12.204.755	(1.499)
Activos não correntes detidos para venda	167.456	175.496	8.040
Investimentos detidos até à maturidade	63.939	63.840	(99)
Passivos			
Recursos de IC's	1.286.879	1.286.879	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.840.050	7.840.050	-
Responsabilidade representadas por títulos	2.380.021	2.380.021	-

31-12-2009	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	GANHO/PERDA NÃO RECONHECIDO
Activos			
Aplicações e Disponibilidades em IC's	829.290	829.290	-
Créditos e outros valores a receber	11.487.864	11.485.111	(2.753)
Activos não correntes detidos para venda	85.552	88.629	3.077
Passivos			
Recursos de IC's	3.010.055	3.010.055	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.801.474	6.801.474	-
Responsabilidade representadas por títulos	1.776.501	1.776.501	-

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas em Dezembro de 2010 (condições correntes de mercado).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

46. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

46.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

46.1.1 Descrição geral

Conforme descrito na Nota 3.16, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diversos planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, a afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;
- Plano de Pensões BBCA, de benefício definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBCA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;

- Fundo de Pensões BBCA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, SA), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBCA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

4.6.1.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 90 Pensionistas (86, em 2009) e 12 Activos (18, em 2009), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.548 Activos (2.411, em 2009), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	6,00%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se da taxa de desconto para o benefício de pensões de reforma do Plano de Pensões I, e reduziu-se de 6,00% para 5,5% para o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Esta alteração teve por objectivo reflectir a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto referidas corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA"), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com os SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	18.052	18.799
Serviços passados de activos	2.196	3.015
Encargos com SAMS	5.971	4.986
TOTAL	26.219	26.800
Justo valor dos activos do Plano	(25.865)	(26.930)
Deficit	354	(130)
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	(2.622)	(2.693)
Excesso ao "Corredor"	(1.959)	(2.353)
TOTAL	(4.581)	(5.046)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(4.227)	(5.176)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 3.443 milhares de euros (349 milhares de euros, em 2009).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 2.622 milhares de euros (2.693 milhares de euros, em 2009) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 1.959 milhares de euros (2.353 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 4,9 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano para cada um dos benefícios.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 867 milhares de euros (771 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução de 867 milhares de euros (765 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 25,5 milhares de euros (5,7 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009), ou a redução 25,5 milhares de euros (0,9 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões I:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Rendimento esperado	(1.205)	(1.388)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	545	1.982
Encargos suportados benef. / outros	-	(19)
Total gastos do exercício	950	2.154

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2009) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.800	26.123
Custo do serviço corrente	220	76
Custo dos juros	1.390	1.502
Perdas (ganhos) actuariais	(632)	544
Pensões Pagas	(1.559)	(1.445)
Valor Actual das Responsabilidades finais	26.219	26.800

e) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	26.930	25.913
Rendimento esperado	1.205	1.388
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(712)	(64)
Contribuição entregue ao fundo	0	1.139
Pensões pagas pelo fundo	(1.559)	(1.445)
Valor do Fundo no final do ano	25.865	26.930

Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal (SP). Em 2009, as contribuições foram no montante de 1.139 milhares de euros e realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 537 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2010		2009	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Acções	871	3,4%	1.629	6,0%
Fundos de Investimento	5.302	20,5%	8.156	30,3%
Dívida Pública	1.614	6,2%	-	0,0%
Obrigações diversas	2.767	10,7%	3.436	12,8%
Imóveis	9.333	36,1%	9.332	34,7%
Mercado monetário	4.894	18,9%	3.046	11,3%
Outros	1.084	4,2%	1.332	4,9%
TOTAL	25.865	100,0%	26.930	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 2.510 milhares de euros (2.553 milhares de euros, em 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 1.217 milhares de euros (2.925 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	1,94%	0,11%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,92%	5,31%
Taxa Crescimento Salários	0,81%	4,61%
Taxa Crescimento Pensões	0,33%	1,45%
Taxa de 'turnover'	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido, nos últimos 5 anos, apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	26.219	26.800	26.123	73.567	72.499
Valor do Fundo	25.865	26.930	25.913	71.140	65.881
(Déficit) Superávit	(354)	130	(210)	(2.427)	(6.618)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	632	(544)	(351)	4.888	(2.121)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(712)	(64)	(2.283)	(2.169)	828

46.1.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2010, a Sociedade efectuou contribuições 2.419 milhares de euros (2.793 milhares de euros em 2009) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 76 milhares de euros de contribuição corrente (89 milhares de euros em 2009).

46.1.4 Plano de Pensões BBCA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Fundo abrangia uma população de 252 Pensionistas (251, em 2009) e 382 Activos (391, em 2009).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2010	2009
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,75%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2009, manteve-se a taxa de desconto, que reflecte a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto de 5,50% corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (16 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	52.607	51.284
Serviços passados de activos	50.214	49.198
Encargos com SAMS	6.729	6.584
Subsídio por Morte	1.907	1.839
TOTAL	111.457	108.905
Justo valor dos activos do Plano	(105.551)	(101.073)
Deficit	5.906	7.832
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos		
"Corredor"	(11.146)	(10.891)
Excesso de "Corredor"	(7.862)	(6.187)
TOTAL	(19.008)	(17.077)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(13.102)	(9.245)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2010, era de 8.647 milhares de euros (26.558 milhares de euros, em 2009).

Conforme referido na Nota 3.16, os empregados abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 11.146 milhares de euros (10.891 milhares de euros, em 2009) está incluído no "corredor" e o excedente, no montante de 7.862 milhares de euros (6.187 milhares de euros, em 2009), será amortizado por 16,8 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

Em 31 de Dezembro de 2010, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para os SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 1.034 milhares de euros (1.012 milhares de euros, em 2009), ou redução de 1.036 milhares de euros (1.013 milhares de euros, em 2009) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 20 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2009), ou redução de 19 milhares de euros (17 milhares de euros, em 2009).

c) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Rendimento esperado	(5.267)	(5.048)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	387	346
Custos Reformas Antecipadas	382	1.395
Encargos suportados pelos beneficiários	(128)	(94)
Total gastos do exercício	3.479	4.538

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

d) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2010	2009
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	108.905	102.855
Custo do serviço corrente	2.116	2.025
Custo dos juros	5.990	5.914
Perdas (ganhos) actuariais	(2.072)	322
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	382	1.395
Pensões Pagas	(3.864)	(3.606)
Valor Actual das Responsabilidades finais	111.457	108.905

e) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2010	2009
Valor do Fundo no início do ano	101.073	92.046
Rendimento esperado	5.267	5.048
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	(4.389)	(591)
Contribuição entregue ao fundo	7.463	8.175
Pensões pagas pelo fundo	(3.864)	(3.606)
Valor do Fundo no início do ano	105.551	101.073

As contribuições realizadas em 2010, no montante de 7.463 milhares de euros (8.175 milhares de euros, em 2009) foram realizadas em numerário.

Em 2011, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.320 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2010		2009	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%
Acções	3.083	2,9%	5.734	5,7%
Fundos de Investimento	39.223	37,2%	54.024	53,5%
Dívida Pública	8.384	7,9%	-	0,0%
Obrigações diversas	10.526	10,0%	12.329	12,2%
Imóveis	13.971	13,2%	14.231	14,1%
Mercado monetário	26.663	25,3%	11.217	11,1%
Outros	3.700	3,5%	3.537	3,5%
TOTAL	105.551	100,0%	101.073	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.185 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2009).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, 9.459 milhares de euros (9.075 milhares de euros, em, 2009) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 11.134 milhares de euros (10.802 milhares de euros, em 2009) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

f) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2010	2009
Taxa de Mortalidade	0,94%	0,77%
Taxa de Invalidez	0,26%	0,49%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,90%	4,89%
Taxa Crescimento Salários	2,91%	4,40%
Taxa Crescimento Pensões	0,41%	0,43%
Taxa de "turnover"	0,52%	0,25%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor Actual das Responsabilidades	111.457	108.905	102.855	98.670	102.374
Valor do Fundo	105.551	101.073	92.046	97.597	90.854
(Déficit) Superávit	(5.906)	(7.832)	(10.809)	(1.073)	(11.520)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	2.072	(322)	2.752	9.477	2.094
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	(4.389)	(591)	(16.456)	(2.575)	1.638

46.2 Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA

A Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA celebrou, em 31 de Dezembro de 2008, com a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

O número inicial de unidades de participação desta adesão colectiva, no montante de 1.124,5 milhares de euros, correspondeu ao montante das provisões matemáticas existentes à data do início deste contrato, no anterior contrato de Seguro Grupo celebrado com a Companhia de Seguros Açoreana, denominado "Plano Investimento Futuro", as quais foram transferidas para o actual contrato.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 4,9 milhares de euros (25,5 milhares de euros, em 2009).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.3 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, SA

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, SA celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 13,0 milhares de euros (6,4 milhares de euros, em 2009).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

46.4 Banif - Banco de Investimento, SA e Associadas

O Banif - Banco de Investimento, SA e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e Banif New Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA, na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, o fundo de pensões BBI & Associadas. Trata-se de um fundo de pensões fechado que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 125,4 milhares de euros (159,1 milhares de euros em 2009), sendo 106,2 milhares de euros (137,1 milhares de euros em 2009) pelo Banif - Banco de Investimento, 16,4 milhares de euros (18,5 milhares de euros em 2009) pela Banif Gestão de Activos e 2,8 milhares de euros (3,5 milhares de euros em 2009) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 24,1 milhares de euros (35,2 milhares de euros em 2009).

46.5 Banco Mais, SA e Associadas

O Banco Mais, SA e as sociedades Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem - Mediação de Seguros, Lda, SA, na qualidade de Associados, constituíram, em 7 de Dezembro de 2010, com a Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2010, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 47,8 milhares de euros, sendo 47,7 milhares de euros pelo Banco Mais, SA, 0,1 milhares de euros pela Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e 0 milhares de euros pela Margem - Mediação de Seguros, Lda, SA.

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

47. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 41) e referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

OUTROS ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL	PAGAMENTOS FUTUROS MÍNIMOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL NÃO CANCELÁVEL	PAGAMENTOS MÍNIMOS EM LOCAÇÃO	RENDAS CONTINGENTES RECONHECIDAS EM RESULTADOS
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	7.283	124	47
Entre 1 e 5 Anos	2.473	702	268
Superior a 5 Anos	36.587	-	-
TOTAL	46.343	826	315

48. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	ELEMENTOS CHAVE DE GESTÃO		MEMBROS PRÓXIMOS DA FAMÍLIA DOS ELEMENTOS CHAVE DE GESTÃO		ASSOCIADOS		ACCIONISTAS		OUTRAS ENTIDADES	
	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09
Crédito e aplicações	2.615	1.859	247	81	55.214	65.079	50.501	16.447	68.898	1.250
Depósitos	6.000	3.706	887	812	32.914	22.865	4.668	81.880	9.197	7.767
Suprimentos	-		-	-	65.947	6.677	846	-	21.889	13.500
Empréstimos obtidos	-		-	-	-	1.136	100.689	13.505	-	-
Garantias prestadas	-		-	-	-	6	-	-	-	-
	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09	31-12-10	31-12-09
Comissões e serviços	21	-	-	-	1.312	726	-	14	-	7
Juros e encargos	122	127	13	29	93	1.159	2.188	1.635	1	56
Juros e Rendimentos	30	28	3	2	2.467	2.741	-	420	348	472

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações do pessoal chave de gestão

2010
Remunerações fixas: 2.712 milhares de euros
Remunerações variáveis: 473 milhares de euros

2009
Remunerações fixas: 1.708 milhares de euros
Remunerações variáveis: 1.624 milhares de euros

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chave de gestão:
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. José Marques de Almeida
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Sr. Vítor Hugo Simons
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Lina Inês de Gouveia Marques dos Santos
Inês de Gouveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Gouveia Marques dos Santos
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes
Nicole Rangel Fernandes
Mateus Boarotto Fernandes
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira

Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
João Paulo Pereira Marques de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloise Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Luisa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons
Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira

Entidades Associadas:
Rentipar Seguros, SGPS
Companhia de Seguros Açoreana
Global - Companhia de Seguros, SA
Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA
Espaço Dez
Banca Pueyo
Bankpime
Inmobiliaria Vegas Altas
MCO2
Centaurus Reality Group

Accionistas:
Rentipar Financeira, SGPS
Vestiban - Gestão e Investimentos
Auto-Industrial - Investimentos e Participações, SGPS
Joaquim Ferreira de Amorim
Evalesco SGPS
Jorge Sá

J. Sá & Filhos, Lda
Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda

Outras entidades:
Fundo Pensões (Ver Nota 46)
Renticapital, Investimentos Financeiros
Rentipar Investimentos, SGPS
Rentipar Industria SGPS
Rentiglobo, SGPS
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET Savoy
VITECAF - Fabrica Rações da Madeira
RAMA - Rações para Animais
SODIPRAVE - Soc. Dist. De Produtos Avícolas
Aviatlântico
SOIL, SGPS
Rentimundi - Investimentos Imobiliários
Mundiglobo - Habitação e Investimentos
Habiprede - Sociedade de Construções
Genius - Mediação de Seguros
Rentimedis - Mediação de Seguros
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo
Dualimo

49. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

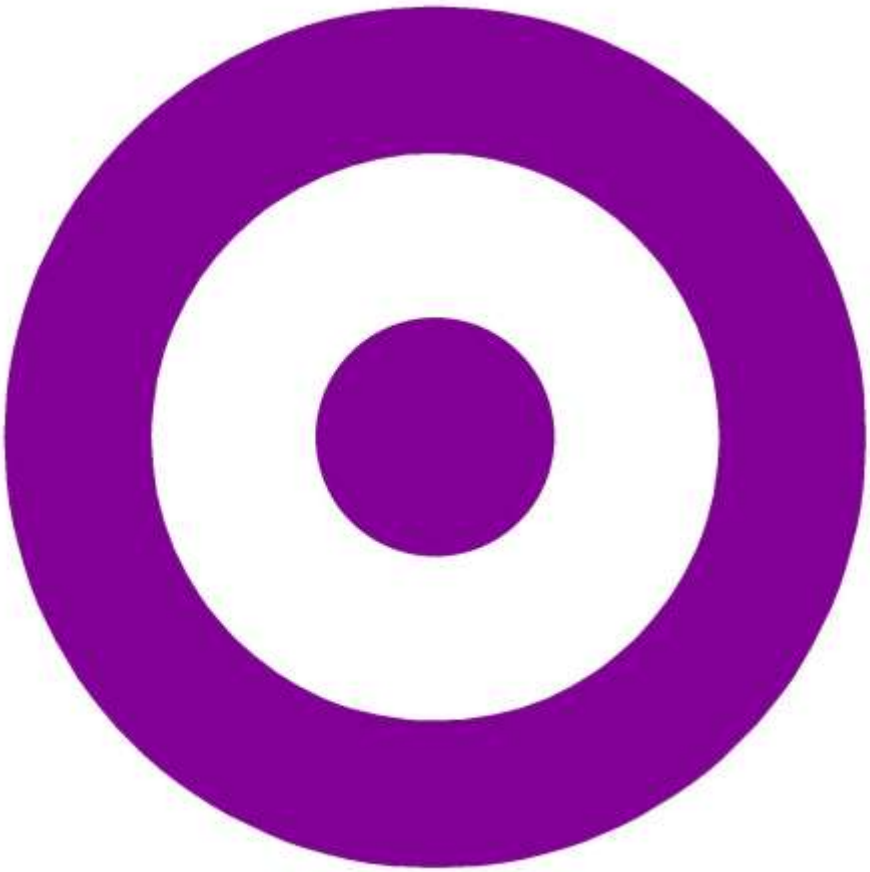
À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2010, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

A Banif SGPS, SA estabeleceu, em Junho de 2010, uma parceria com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, no âmbito da Banif Corretora de Valores e Câmbio ('Banif CVC'), a qual integra a Banifinvest, *broker on-line* do Banif - Grupo Financeiro no Brasil. Esta parceria foi materializada através de um acordo celebrado entre o Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, o Banco Caixa Geral Brasil, SA e o Caixa Banco de Investimento, S.A, que prevê a tomada de uma participação, por parte dos dois referidos bancos do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de 70% na Banif CVC. Estima-se que o Grupo obtenha uma mais-valia, líquida de impostos, de 28,1 milhões de euros.

No dia 7 de Março de 2011, a agência de rating Moody's Investors Service baixou a sua notação de rating da dívida pública Grega de Ba1 para B1, mantendo uma perspectiva (outlook) negativa. Não

obstante, em função dos mecanismos de ajuda criados na União Europeia, não estimamos qualquer impacto deste evento no exercício terminado em 31 de Dezembro de 2010.

No dia 15 de Março de 2011, a agência de rating Moody's Investors Service baixou a sua notação de rating da dívida pública Portuguesa de A1 para A3, mantendo uma perspectiva (outlook) negativa.



07

Relatório sobre o Governo da Sociedade

07
Relatório sobre o Governo da Sociedade

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no Regulamento n.º 1/2010 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e no art.º 245.º-A do Código de Valores Mobiliários

CAPÍTULO 0
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

Além do Código de Governo das Sociedades emitido pela CMVM, a sociedade não se encontra sujeita a quaisquer códigos de governo das sociedades ou códigos de conduta específicos, a cujo cumprimento se tenha voluntariamente obrigado.

0.2. Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.[1]
Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adopção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade divirjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respectiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do Relatório onde a descrição dessa situação pode ser encontrada.

[1] Nas situações tidas por relevantes referem-se esclarecimentos adicionais.

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.I Mesa da Assembleia Geral

I.1.1 "O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade".

Recomendação adoptada

I.1.2 "A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade".

Recomendação adoptada

I.2 Participação na Assembleia

I.2.1 "A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis".

Recomendação não aplicável

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em assembleia geral deixou de ser exigível.

Têm direito a participar em assembleia geral, e aí discutir e votar, o accionista que, na data de registo, correspondente às 00.00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de acções que lhe confiram pelo menos um voto.

Para esse efeito cada accionista deverá declarar, por escrito, a intenção de participar na assembleia geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior ao quinto dia de negociação anterior ao da realização daquela assembleia.

I.2.2 "Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão".

Recomendação não aplicável

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em assembleia geral deixou de ser exigível (cfr. comentário à recomendação antecedente).

I.3 Voto e exercício do direito de voto

I.3.1 "As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico".

Recomendação adoptada

I.3.2 "O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis".

Recomendação adoptada

I.3.3 "As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados".

Recomendação adoptada

I.4 Quórum deliberativo

"As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei".

Recomendação adoptada

I.5 Actas e informação sobre deliberações adoptadas

"Extractos de acta das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos".

Recomendação adoptada

I.6 Medidas relativas ao controlo das sociedades

"As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela

assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.".

Recomendação adoptada

Não existem medidas adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Os estatutos não prevêm qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

I.6.2 *"Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração".*

Recomendação adoptada

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1 Temas gerais

II.1.1 Estrutura e competência

II.1.1.1 "O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar".

Recomendação adoptada

II.1.1.2 "As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias".

Recomendação adoptada

O sistema de controlo interno está descrito no ponto 2. 5. do Relatório de Governo da Sociedade referente ao exercício de 2010.

II.1.1.3 "O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade".

Recomendação adoptada

A Banif SGPS, SA, é uma sociedade holding sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do art.º 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, encontrando-se integrada, para efeitos de supervisão por aquela entidade, no Grupo Banif/Rentipar Financeira. Neste contexto, e em obediência ao disposto, designadamente, no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo tem implementado, ao nível da "empresa-mãe" e das diversas filiais, sistemas de controlo interno e de gestão de riscos. Ainda em conformidade com o previsto no Aviso n.º 5/2008 (arts.º 25.º e 26.º) , a Rentipar Financeira, SGPS, SA (enquanto "empresa-mãe" para efeitos de supervisão do Banco de Portugal), bem como as instituições de crédito suas filiais produzem e enviam àquele supervisor um relatório anual de controlo interno, no âmbito do qual é emitido um parecer pelo órgão de fiscalização da instituição, contendo uma opinião detalhada sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno implementado.

Embora não esteja obrigada à produção de tal relatório, a Banif SGPS,SA, enquanto entidade integrada no perímetro de supervisão do Grupo Financeiro e enquanto holding dominante de todas as instituições de crédito do mesmo, tem instituído um sistema de controlo interno, em conformidade com as exigências do referido Aviso, o qual é objecto de acompanhamento/avaliação pelo seu Conselho Fiscal.

II.1.1.4 "As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos."

Recomendação adoptada

II.1.1.5 "Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade".

Recomendação adoptada

II.1.2 Incompatibilidades e independência

II.1.2.1 "O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos".

Recomendação adoptada

Dada a específica natureza de sociedade holding da Banif SGPS, SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif - Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, o Conselho de Administração não dispõe de uma Comissão Executiva e, em consequência, todos os administradores são executivos.

II.1.2.2 "De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores".

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada, na sequência da não adopção da Recomendação n.º II.1.2.1, ou seja, a inexistência de administradores não executivos, no órgão de administração.

II.1.2.3 "A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis."

Recomendação não adoptada

Esta recomendação considera-se não adoptada atenta a inexistência de Administradores Não Executivos.

II.1.3 Elegibilidade e nomeação

II.1.3.1 "Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções".

Recomendação adoptada

II.1.3.2 "O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos."

Recomendação não aplicável

Esta recomendação considera-se não aplicável atenta a inexistência de Administradores Não Executivos. Sem prejuízo do referido, informa-se que a escolha de (quaisquer) Administradores é um processo exclusivamente conduzido pela estrutura Accionista da sociedade (a quem cabe a apresentação e o sufrágio das listas tendentes à respectiva eleição), sem qualquer intervenção de membros do órgão de administração, enquanto tal.

II.1.4 Política de comunicação de irregularidades

II.1.4.1 "A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante".

Recomendação adoptada

A política de comunicação de irregularidades da Sociedade é objecto de descrição no ponto 2.35 do presente Relatório.

II.1.4.2 "As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades".

Recomendação adoptada

As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades estão descritas no ponto 2.35 do presente Relatório.

II.1.5 Remuneração

II.1.5.1 "A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:

(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis prédeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.

(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser ficados limites máximos para todas as componentes.

(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.

(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.

(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

Recomendação não adoptada

A Banif SGPS, SA considera esta Recomendação não adoptada, uma vez que a remuneração dos membros do órgão de administração, ao nível da Banif SGPS, SA, é efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

No entanto, deverá ter-se presente que a componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif - Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif SGPS, SA, individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas "operacionais" do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif SGPS, SA são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em

absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA directamente associada às funções espcificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif - Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif SGPS, SA, alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif - Grupo Financeiro) de cada administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a sua administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os próprios dividendos a receber pela Banif SGPS, SA e, consequentemente, os seus próprios resultados.

II.1.5.2 "A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores".

Recomendação não adoptada

A Comissão de Remunerações não entendeu conveniente a divulgação de eventuais elementos comparativos que hajam sido considerados na definição da política e práticas remuneratórias da sociedade.

II.1.5.3 "A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos."

Recomendação não aplicável

Atenta a sua específica natureza de sociedade holding, apenas os órgãos de administração e fiscalização, nos termos legal e estatutariamente previstos, participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Banif SGPS, SA, pelo que o

entendimento na Sociedade é o de que não existem outros "dirigentes" nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

II.1.5.4 "Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários".

Recomendação não aplicável

Não estão em vigor, nem estão previstos, planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração e fiscalização, nem existe um sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

II.1.5.5 "Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de accionistas".

Recomendação adoptada

II.1.5.6 "Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa."

Recomendação adoptada

II.2 Conselho de Administração

II.2.1 "Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade".

Recomendação não adoptada

Como se referiu anteriormente, dada a específica natureza de sociedade holding da Banif SGPS,SA, consubstanciada na gestão das suas participações sociais e na definição das principais linhas estratégicas do Banif - Grupo Financeiro, sem um núcleo substancial de actividades de gestão corrente/administração quotidiana, entende-se que carece de sentido a delegação de tais funções numa Comissão Executiva. No entanto, a delegação de funções do Conselho de Administração numa Comissão Executiva, é prática seguida em todas as sociedades do Banif - Grupo Financeiro com administração quotidiana significativa.

II.2.2 "O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais".

Recomendação adoptada

II.2.3 "Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade".

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões oportunamente mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.4 "O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados".

Recomendação não aplicável

Conforme anteriormente referido, pelas razões mencionadas, o Conselho de Administração da sociedade não é integrado por administradores não executivos.

II.2.5 "A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade".

Recomendação não adoptada

II.3 Administrador delegado, comissão executiva e conselho de administração executivo

II.3.1 "Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas".

Recomendação adoptada

O Conselho de Administração procura criar as melhores condições para que o Conselho Fiscal exerça a sua actividade de fiscalização na posse de toda a informação relevante e com a maior proximidade possível às matérias tratadas. Neste sentido, o Presidente do Conselho Fiscal está presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal tem conhecimento das Agendas das reuniões do Conselho de Administração, bem como dos documentos analisados no âmbito das mesmas, de todas as deliberações ali tomadas e das

respectivas actas. Adicionalmente, o Conselho de Administração está disponível para responder a questões, prestar esclarecimentos ou fornecer informações complementares, quer no âmbito das reuniões, quer no contexto de qualquer solicitação que o Conselho Fiscal entenda promover.

II.3.2 "O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões".

Recomendação não aplicável

A Recomendação é considerada não aplicável na medida em que a sociedade não dispõe de uma Comissão Executiva. No entanto, importa referir que, de acordo com a prática seguida na sociedade, o Presidente do Conselho Fiscal está presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, recebendo, antecipadamente e relativamente a cada reunião, a respectiva convocatória e a respectiva agenda, bem como, subsequentemente, a respectiva acta. Pelo exposto, considerando que o Presidente do Conselho de Administração tem funções executivas, considera-se esta Recomendação como materialmente cumprida.

II.3.3 "O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões".

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê as figuras do "Presidente do Conselho de Administração Executivo nem do "Presidente do Conselho Geral e de Supervisão". Relevam, no entanto, as considerações desenvolvidas a respeito da recomendação imediatamente anterior.

II.4 Conselho geral e de supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

II.4.1 "O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais".

Recomendação não aplicável

Recomendação não aplicável no contexto do Modelo de Governação adoptado, que não prevê a existência de um "Conselho Geral e de Supervisão".

II.4.2 "Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas".

Recomendação adoptada

II.4.3 "Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados".

Recomendação adoptada

II.4.4 "O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios".

Recomendação adoptada

II.4.5 "O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito".

Recomendação adoptada

II.4.6 "Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade."

Recomendação não adoptada

A Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo, ditas operacionais, estas sim intervindo directamente no mercado. Pelo exposto, a Banif SGPS,SA não dispõe de uma significativa estrutura de pessoal e, consequentemente, as funções da Auditoria Interna Corporativa são, no essencial, de estabelecimento de directrizes para as auditorias internas de outras sociedades do Grupo e de coordenação transversal da actividade de auditoria do Grupo.

Esta definição de directrizes e coordenação da actividade dos diversos serviços de auditoria pretende concretizar a "supervisão dos negócios (...) com uma organização e funcionamento interno mais estruturados", o que é uma tarefa do Conselho de Administração da holding, com

vista a promover o "relacionamento mais profundo entre a holding e as demais sociedades, de modo a que estas actuem concertadamente na implementação de estratégias transversais". Uma vez que a Auditoria Interna Corporativa concretiza uma incumbência do Conselho de Administração da holding, entende-se que é a este que aquele órgão deve reportar.

II.5 Comissões especializadas

II.5.1 "Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria"; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador".

Recomendação não adoptada

Tendo em consideração a específica natureza de sociedade holding da Banif SGPS,SA, a inexistência, pelas razões anteriormente descritas (cfr. v.g. comentário à Recomendação n.º II.2.1), de administradores não executivos e a própria dimensão do Conselho de Administração (composto por sete elementos), tem sido entendimento deste órgão que não estão reunidas as condições ou os pressupostos para a criação das comissões previstas na presente Recomendação.

II.5.2 "Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração".

Recomendação adoptada

Os membros da Comissão de Remunerações, eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2009 para o triénio 2009-2011, são independentes, designadamente tendo em consideração os requisitos de independência previstos no art.º 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Considera-se que os três membros da Comissão de Remunerações têm, em virtude do seu curriculum profissional, conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração, designadamente, no que se refere ao Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, em virtude das funções desempenhadas em órgãos sociais de grandes empresas nacionais nas áreas financeiras e das obras públicas, no que se refere ao Dr. António Gonçalves Monteiro, em virtude de cerca de 30 anos de actividade profissional, exercida nos domínios da auditoria, revisão legal de contas e consultoria de gestão e, no que se refere a D. Enrique Santos, em virtude das funções de administração que desempenhou em diversas empresas, financeiras e não financeiras, bem como em associações empresariais.

II.5.3 "Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços".

Recomendação adoptada

II.5.4 "Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem".

Recomendação adoptada

III. Informação e auditoria

III.1 Deveres gerais de informação

III.1.1 "As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor".

Recomendação adoptada

III.1.2 "A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;

b) Estatutos;

c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;

d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;

e) Documentos de prestação de contas;

f) Calendário semestral de eventos societários

g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;

h) Convocatórias para a realização de assembleia geral".

Recomendação adoptada

III.1.3 "As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste

período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição".

Recomendação não adoptada

A sociedade não tem definida uma política específica de rotação do auditor externo. A nomeação do auditor externo é efectuada pela Assembleia Geral, de acordo com recomendação/proposta do Conselho Fiscal.

III.1.4 "O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade".

Recomendação adoptada

Conforme anteriormente referido, a Banif SGPS,SA, é uma sociedade holding sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do art.º 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, encontrando-se integrada, para efeitos de supervisão por aquela entidade, no Grupo Banif/Rentipar Financeira. Em obediência ao disposto, designadamente, no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo tem implementado, ao nível da "empresa-mãe" e das diversas filiais, sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, que são periodicamente avaliados pelos órgãos de fiscalização e por aquele regulador. O auditor externo, no âmbito das suas competências e do apoio que presta ao órgão de fiscalização, passou também a ter como atribuições a verificação da aplicação das políticas e sistemas de remunerações, já com referência ao exercício de 2010, a par da verificação da eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. De acordo com os procedimentos definidos internamente na sociedade, o Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor do auditor externo, designadamente no que se refere ao reporte de deficiências ou anomalias detectadas.

III.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade".

Recomendação adoptada

A sociedade não contratou ao auditor externo, em 2010, serviços diversos dos serviços de auditoria, sem prejuízo dos serviços de consultoria contratados por outras entidades do Grupo, os quais representam 2% do total dos honorários pagos, conforme explicitado no ponto 3.17 infra.

IV. Conflitos de interesses

IV.1 Relações com accionistas

IV.1.1 "Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado".

Recomendação adoptada

Actualmente, as únicas operações em curso susceptíveis de ser consideradas para efeito da presente Recomendação são dois financiamentos obtidos pela Banif SGPS,SA junto da sua accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, os quais estão realizados e são remunerados em condições que se consideram "normais de mercado".

IV.1.2 "Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção".

Recomendação não adoptada

Conforme referido no ponto IV.1.1, os únicos "negócios com relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada" são duas operações de natureza estritamente financeira (financiamentos) cujas condições foram estabelecidas de acordo com taxas normais de mercado.

CAPÍTULO 1

ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

Presidente: Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Secretário: Miguel José Luís de Sousa

1.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição de ambos os membros da mesa da assembleia-geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

1.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício não aufere qualquer remuneração decorrente das respectivas funções.

1.4 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em assembleia geral deixou de ser exigível.

Tem direito a participar em assembleia geral, e aí discutir e votar, o accionista que, na data de registo, correspondente às 00.00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de acções que lhe confiram pelo menos um voto.

Para esse efeito cada accionista deverá declarar, por escrito, a intenção de participar na assembleia geral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior ao quinto dia de negociação anterior ao da realização daquela assembleia.

1.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral

Com a entrada em vigor do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários (aditado pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio), o bloqueio das acções para participar e exercer direitos de voto em assembleia geral deixou de ser exigível. De igual modo, não é exigível qualquer bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral (cfr. comentário ao ponto 1.4. supra).

1.6 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, a cada acção corresponde 1 (um) voto.

Esta redacção do n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, introduzida em Assembleia Geral de 31 de Março de 2008, permitiu acolher as recomendações da CMVM nesta matéria, enfatizando o esforço da sociedade em fomentar a participação dos detentores de capital nos actos deliberativos.

1.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confiram o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados

O nº 4 do artigo Quinto do Contrato de Sociedade prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, nos termos seguintes:
"*A sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante delliberação do órgão competente*".

1.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais (CSC), existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

O contrato de sociedade prevê o exercício do direito de voto por correspondência, por parte dos accionistas, na Assembleia Geral.

Em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 5 do art.º 377.º do Código das Sociedades Comerciais, o Contrato de sociedade (art.º 17.º) regula a forma como o voto por correspondência se processa, bem como as condições de segurança a que deve obedecer e consagra a sua relevância para a formação do quórum constitutivo.

1.10 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – um modelo elaborado de modo a conter os diversos conteúdos requeridos para o exercício de voto por correspondência.
Importa referir que, conforme o art. 17.º, n.º 5, al. c. do Contrato de sociedade, a existência de um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência num modelo que não o padrão, desde que recebido no prazo estipulado e cujo sentido de voto seja inteligível e inequívoco.

1.11 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral

No voto por correspondência são considerados os votos expedidos por carta registada com aviso de recepção, recebidos na sede da sociedade até às dezassete horas do dia útil anterior à data da assembleia (cf. Cap. IV, art. 17.º, n.º 3, do Contrato de Sociedade).

1.12 Exercício do direito de voto por meios electrónicos

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos na Assembleia Geral.

1.13 Possibilidade de os accionistas acederem aos extractos da actas das reuniões das assembleias gerais no sítio internet da sociedade nos cinco dias após a realização da assembleia geral

A sociedade disponibiliza aos accionistas e ao público em geral, em conformidade com a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM (2010), um documento informativo sobre as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações, o qual é conservado no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos. Adicionalmente, os accionistas da sociedade podem aceder, mediante solicitação, às actas das reuniões das assembleias gerais, nos 5 dias após a realização das mesmas.

1.14 Existência de um acervo histórico, no sítio internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

A sociedade disponibiliza, no seu sítio de internet – www.grupobanif.pt – informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade referentes aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

1.15 Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas assembleias gerais

Na assembleia geral anual da sociedade, a comissão de remunerações foi representada por um dos seus três membros, Dr. Enrique Santos.

1.16 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujo membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o disposto no ponto II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades, divulgado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Setembro de 2007, e com o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral Anual de accionistas, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

1.17 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à assembleia-geral com vista a uma avaliação correcta desses planos

Depende de deliberação da Assembleia Geral a criação de qualquer sistema de opções sobre as acções representativas do capital social da sociedade (art.º 31.º, n.º 5 do Contrato de sociedade).

1.18 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros

dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

1.19 Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas

Não aplicável, na medida em que o Contrato de Sociedade não prevê a limitação de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

1.20 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não existem nem estão previstas quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

1.21 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

1.22 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam

indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem nem estão previstos acordos com as características descritas.

CAPÍTULO 2
Órgãos de administração e fiscalização
SECÇÃO 1 – Temas gerais

2.1 Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Em termos de governação, a sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais.

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (cfr. art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos em Assembleia Geral, por mandatos de 3 anos.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos em Assembleia Geral por mandatos de 3 anos e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

2.2 Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

2.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.

O Conselho de Administração da sociedade, no âmbito de um processo de reconfiguração iniciado em 2007 e progressivamente implementado até à presente data, criou um Modelo de Governo alinhado com seis objectivos fundamentais:

- Criar as condições ideais para o desenvolvimento sustentado do Banif - Grupo Financeiro, em linha com as orientações estratégicas aprovadas: crescimento sustentado e controle do risco;

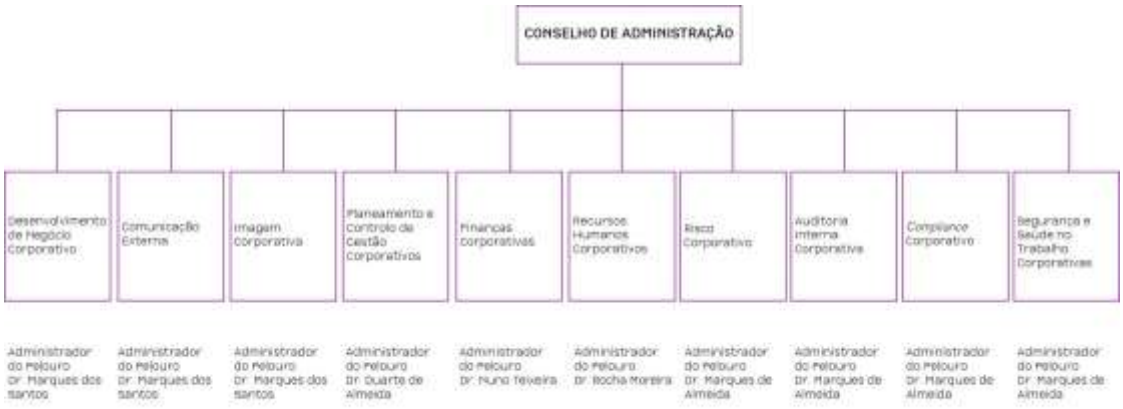
- Manter a autonomia, flexibilidade e capacidade de inovação das empresas, afectando-as à responsabilidade dos gestores profissionais;

- Reforçar o papel do Presidente Executivo do Grupo apoiando esse papel com as soluções necessárias face ao crescimento e maior complexidade do portfolio de negócios;

- Dotar a "holding" de uma estrutura própria, com competência e dimensão suficientes para desenvolver as funções essenciais de apoio ao Grupo;

- Alinhar o modelo com as recomendações dos mercado de capitais e códigos de boa conduta, reforçando a imagem de transparência, rigor e controlo de risco do Grupo;

- Fortalecer a capacidade de explorar sinergias de receita e de custo, através de mecanismos transversais aos negócios



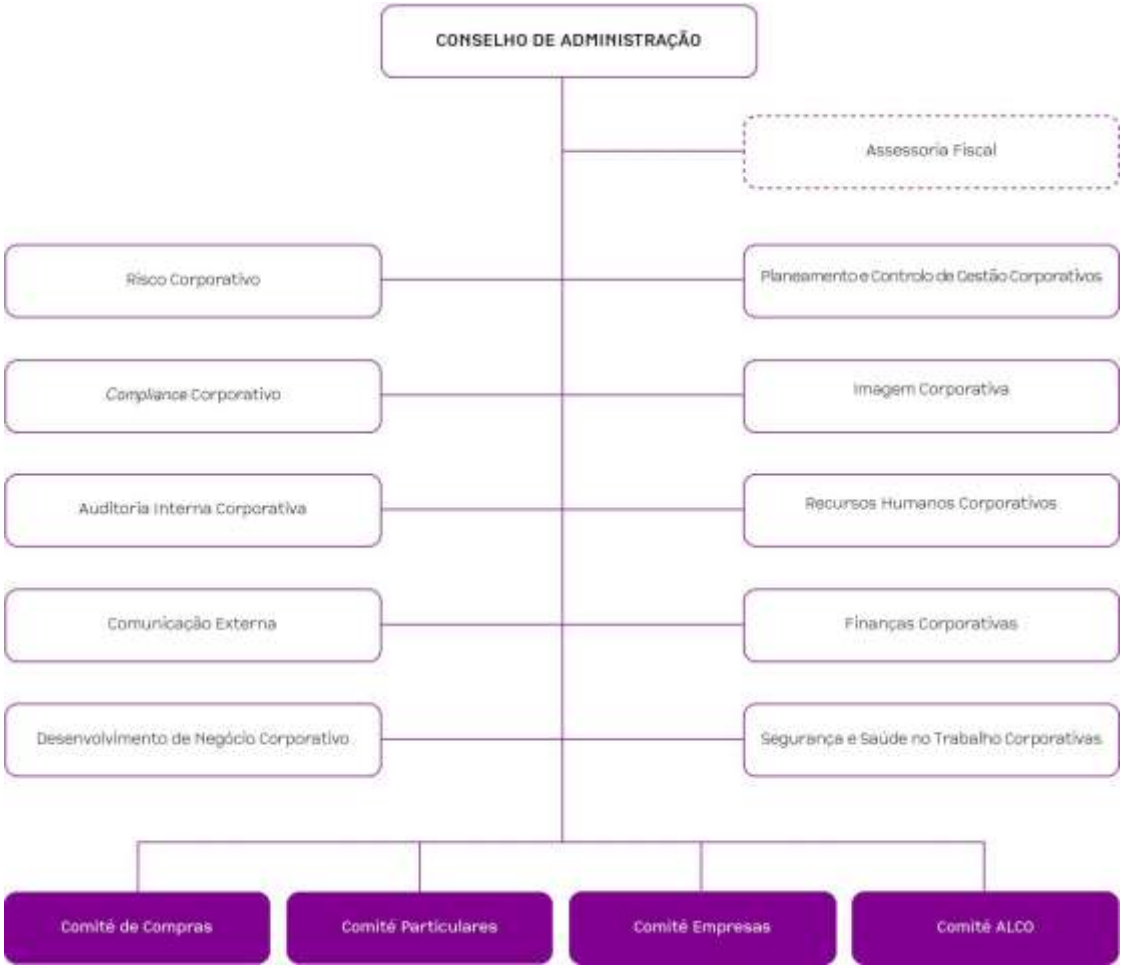
Com vista aos desideratos propostos, foi estruturado um Modelo de Governo que se caracteriza nos termos seguintes:

i) O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA constitui-se como órgão executivo mais elevado do Grupo, com uma organização e funcionamento concretamente definidos e sustentando a sua

actuação num modelo interventivo na supervisão dos negócios e na definição de estratégias transversais ao Grupo;

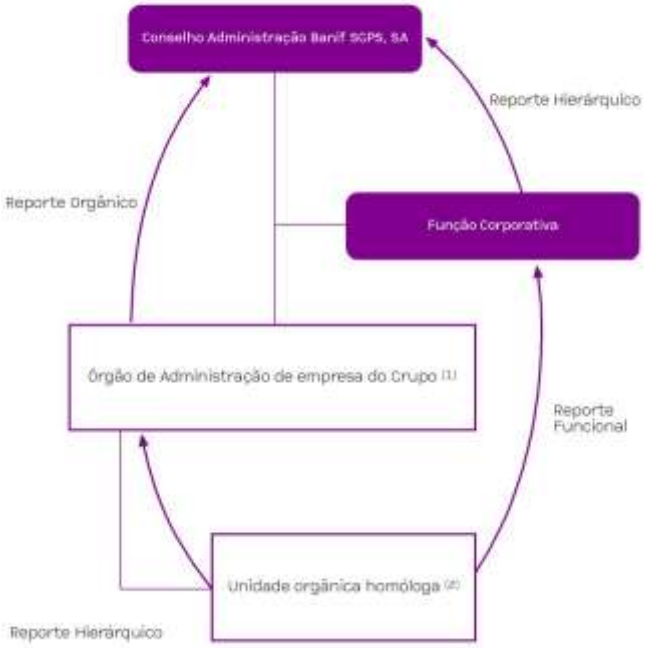
ii) O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA é apoiado por um centro corporativo, composto por dez funções corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando cada função a um membro do Conselho de Administração.

iii) O papel integrador das funções corporativas encontra-se reforçado pela constituição de cinco comités transversais para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo. Os comités têm a participação de quadros das várias Unidades de Negócio e, sempre que necessário, a implementação das medidas propostas é objecto de ratificação em Conselho de Administração da Banif SGPS,SA;



v) A efectiva implementação do novo modelo de governo implica um modelo de relacionamento específico entre a Holding e as Unidades de Negócio.

Modelo de relacionamento das funções corporativas

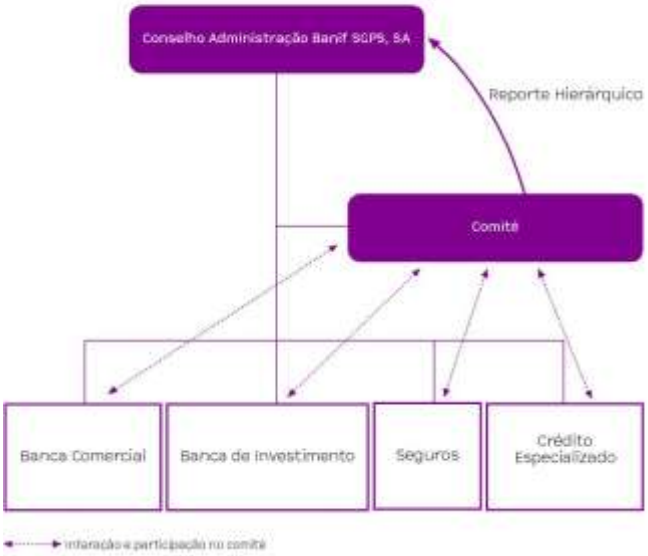


- As funções corporativas reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração da Banif SGPS através do Administrador do pelouro;
- As unidades orgânicas homólogas das várias sociedades do Grupo reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração das mesmas;
- As unidades homólogas das várias sociedades do Grupo, para além do reporte hierárquico referido, reportam funcionalmente às funções corporativas no âmbito das atribuições das funções corporativas;
- O reporte funcional concretiza-se através da definição de metodologias, a direcção de processos transversais ao Grupo, na articulação global da actividade e, eventualmente, na avaliação da adesão às políticas;
- Caso as medidas careçam de expressão em normas, estas serão aprovadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS, e comunicadas aos Órgãos de Administração das empresas do Grupo para implementação.

(1) Conselho de Administração, Comissão Executiva (consoante o modelo de gestão)

(2) Estrutura orgânica (direcção, gabinete, núcleo, etc.) com atribuições no âmbito de função corporativa

Modelo de relacionamento dos Comités



- Os comités constituem mecanismos que visam promover a articulação entre as Unidades de Negócio (e as empresas que as compõem) do Grupo;
- Os comités assumem maior formalismo organizativo, funcionando com base em Regulamento, Plano de Actividades e Orçamento, aprovados pelo Conselho de Administração da Banif SGPS;
- Cada comité será presidido por um membro do Conselho de Administração da Banif SGPS;
- Os membros do comité são Administradores e Quadros Superiores das várias Unidades de Negócio do Grupo, cuja participação é consensualizada com as respectivas administrações ou Comissões Executivas;
- Os comités materializam a sua actividade na elaboração de propostas de iniciativas e no acompanhamento da sua implementação; e comunicam, as administrações ou Comissões Executivas das empresas participantes, os acordos adoptados através da circulação de actas;
- A execução de quaisquer iniciativas processa-se através das Unidades de Negócio e empresas, carecendo das aprovações hierárquicas internas – de acordo com os modelos de decisão internos aplicáveis

2.4 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e

serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

A sociedade não dispõe de Conselho Geral e de Supervisão, de Comissão para as matérias financeiras ou de Comissão de Auditoria.

2.5 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

Ao nível do modelo de Governo da Sociedade, foi dada continuidade ao processo de implementação de um Centro Corporativo, integrado por funções e comités corporativos, através do qual se pretende dotar a Banif SGPS, como entidade de topo do Banif - Grupo Financeiro, de uma estrutura com competência e dimensão adequadas para a condução transversal e concertada da sua actividade societária e comercial.

Uma das funções referidas, Risco Corporativo, tem como missão principal assessorar o Conselho de Administração da Banif SGPS na gestão integrada dos riscos inerentes às actividades do Banif - Grupo Financeiro, em adequação com as exigências e recomendações das entidades supervisoras, promovendo a sua mitigação e incorporação na tomada de decisão.

Tratando-se essencialmente de uma função de controlo, a sua principal preocupação tem sido, sobretudo, relacionada com a obtenção e estruturação lógica de informação que permita assegurar o controlo dos diversos riscos de actividade a que o Grupo se encontra exposto, bem como na definição de políticas de risco globais e estruturantes e na promoção e desenvolvimento de projectos de risco de natureza transversal ao Banif - Grupo Financeiro.

Em linha com as recomendações internacionais dos órgãos de supervisão e as melhores práticas, o Grupo reconhece a necessidade de adoptar um compromisso com a Gestão do Risco, quer ao nível de Processos e Tecnologias quer ao nível de Pessoas e Culturas, o que, no contexto das suas actividades, é relativamente complexo, face à diversidade de entidades que o compõem e às diversas geografias onde se encontra presente.

Em termos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, o sistema de gestão de riscos do Grupo é exercido em cada uma das entidades que o compõem, efectuando-se, ao nível corporativo, um trabalho de natureza similar, agregador de riscos e, essencialmente,

vocacionado para as actividades de controlo. No essencial, é proporcional à dimensão, natureza e complexidade das actividades, estando em linha com a natureza e magnitude dos riscos que o Grupo assume ou pretende assumir.

Para suporte de parte das actividades da Função de Risco Corporativo, foi implementado um sistema de informação corporativo que assenta num DataMart de Risco, para o qual contribuem todas as entidades do Grupo que concorrem para o perímetro de supervisão. O Grupo dispõe de aplicações específicas para a recolha, tratamento e preparação de informação de gestão e de natureza prudencial para os principais riscos da actividade. Os colaboradores afectos às actividades de recolha e tratamento de informação dispõem de formação adequada.

Para garantir formatos adequados e coerência na informação preparada a nível consolidado, para efeitos de gestão e de supervisão, foram efectuados Reporting Packages, onde estão descritos todos os campos de informação necessários, os procedimentos, os responsáveis pela informação e o calendário de reporte. Estes manuais são actualizados sempre que necessário e são divulgados em português ou inglês a todas as entidades envolvidas no processo.

O programa de desenvolvimento do DataMart Corporativo irá continuar, de modo a abranger um leque de informação mais vasto, que possibilite um nível acrescido de gestão dos riscos mais significativos.

O Grupo definiu a sua estratégia de risco, assente a definição de linhas globais de orientação, baseadas na atitude face ao risco e nas abordagens de gestão de risco mais adequadas às suas actividades.

No último exercício, o Grupo continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno, quer ao nível central quer ao nível das filiais;

- Promover a efectividade e eficiência nas operações;

- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;

- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num framework desenvolvido internamente, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores, conferindo-lhe disciplina e estrutura;

- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos;

- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados, com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas, para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.

- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante, que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.

- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram acompanhadas e promovidas, em 2010, diversas iniciativas, quer de gestão, quer regulamentares, que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando, para o efeito, os questionários completos de Self-Assessment;

- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foram realizados, durante o primeiro semestre, o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira e os Relatórios Individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes, nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;

- Apresentação do Projecto de Remediação junto das filiais e definição das acções a realizar;

- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso com as filiais);

- Execução de acções de Follow-Up dos Projectos de Remediação, com reporte periódico dos "pontos de situação" das deficiências ao Conselho de Administração;

- Realização de acções de formação On-Job Training no âmbito do Controlo Interno e utilização da aplicação SAS OpRisk;

- Identificação dos controlos existentes nas várias filiais do Grupo, sendo que, numa primeira fase, procedeu-se ao envio de Questionários de Control Self-Assessment para as várias Entidades do Grupo.

Em linha com as orientações regulamentares e, em particular, do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial. Assim, em cada momento, é possível

saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre as filiais e os órgãos corporativos de controlo, que facilita, naturalmente, o conhecimento do Grupo por parte de cada uma das entidades que o compõem.

A equipa corporativa de apoio ao Sistema de Controlo Interno estabelece um diálogo regular com os responsáveis de Controlo Interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a proficiência do sistema de gestão de riscos do Grupo.

O grupo promove, com regularidade, análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principas rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado. O resultado destes testes, quando material, é considerado como input para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação. Assim, também com referência a 31 de Dezembro de 2010, foi elaborado um Relatório sobre a matéria, dando cumprimento à Instrução n.º 32/2009 do Banco de Portugal.

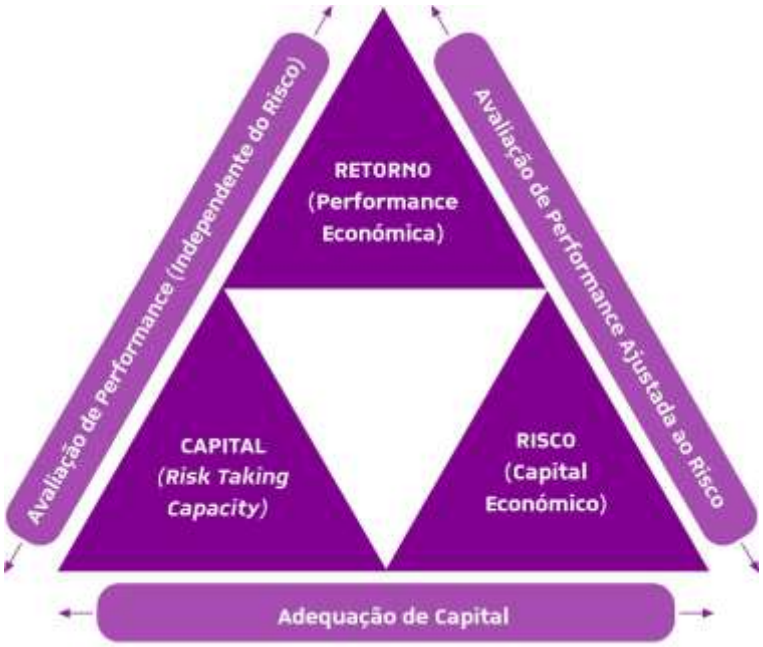
Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em Junho de 2010, elaborado o Relatório intercalar sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo Acordo para o Pilar 2.

O processo ICAAP visa dotar o Banif - Grupo Financeiro de um modelo de capital económico, com clara integração do cálculo de capital interno com o processo de planeamento e alocação estratégica de capital, o que constitui um marco significativo para que esta ferramenta venha a ser um elemento central de suporte dos processos de decisão estratégicos do Grupo Banif.

O Grupo Banif entende que alocação de capital interno consiste num elemento essencial de reforço à estratégia e à consolidação do processo de ICAAP na gestão diária do Grupo. Associada a esta alocação, está presente a definição de medidas de performance ajustadas ao risco, que são consideradas nos sistemas de objectivos das áreas de negócio e nos sistemas de incentivos a colaboradores. A alocação de capital é complementada com uma análise do retorno obtido sobre o mesmo, o que desencadeia acções correctivas que têm como objectivo proceder à alocação do capital interno de modo mais eficiente, e desta forma, possibilitar a melhor rentabilidade do capital ajustado ao risco.

Foram definidos seis vectores de desenvolvimento do ICAAP, que contemplaram a confirmação da ambição do desenvolvimento de negócio (linhas estratégicas de negócio), bem como a sua tolerância e atitude face ao risco (perfil de risco).

Em termos ilustrativos, o processo pode ser visualizado como segue:



Este processo veio dotar o Grupo de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a consequente adequação da estrutura organizacional do governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo.

É objectivo do Grupo não só a identificação de todos os riscos em que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;
- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas do Grupo.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo reforçar a preocupação das instituições financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitas, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares reforçam, os desafios que serão colocados a todos intervenientes do sector financeiro.

Nesse sentido, o Banif - Grupo Financeiro assume a sua adesão ao Quadro de Princípios de Governo Interno.

Ainda em 2010, no enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II, o Grupo procedeu à divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas entidades do Grupo que o compõem, tendo assim disponibilizado ao mercado um conjunto mais vasto de elementos para a tomada de decisões pelos agentes económicos, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

No actual quadro regulamentar prudencial, o Grupo considera que a natureza da informação divulgada se mostra indispensável para o fortalecimento da presença dos participantes no mercado, gerando pressões favoráveis e fomentando práticas que promovem uma maior segurança no sistema financeiro.

2.6 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições

humanas e tecnológicas que promovam um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade.

Os Órgãos de Gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema e Controlo Interno do Grupo, dispondo igualmente de relatórios periódicos sobre a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos que lhe permitem tomar as medidas correctivas necessárias ao adequado funcionamento da sociedade. O Conselho Fiscal avalia anualmente, através de relatório próprio, a eficácia do sistema de controlo interno ajustado às necessidades da Sociedade recomendando, quando aplicável, as melhorias que considera pertinentes.

2.7 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

A sociedade dispõe de um "Regulamento do Conselho de Administração" e de um "Regulamento do Conselho Fiscal", ambos acessíveis aos investidores e ao público em geral no sítio de internet da sociedade, no endereço www.grupobanif.pt.

Não existem regras de incompatibilidades ou de acumulação de cargos definida internamente para os elementos dos órgãos de administração e fiscalização, aplicando-se, nesta matéria, o regime legal, constante, designadamente, do Código das Sociedades Comerciais e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

SECÇÃO 2 – Conselho de administração

2.8 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

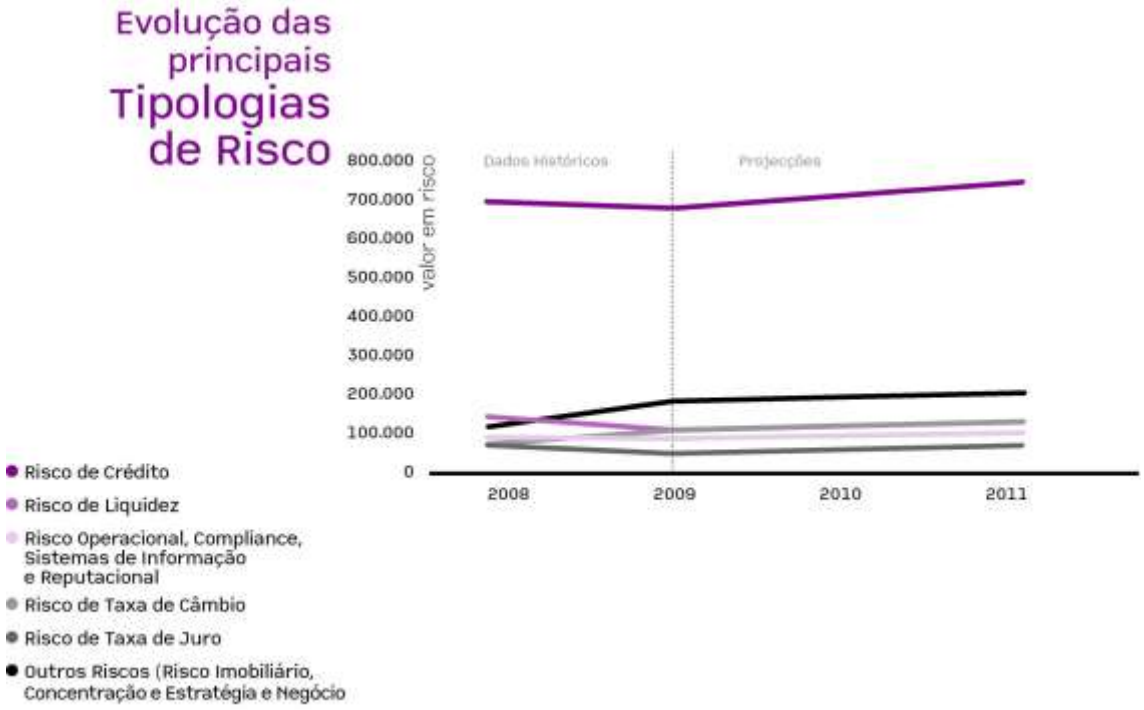
O órgão de administração (Conselho de Administração) é constituído exclusivamente por membros executivos, uma vez que, atenta a natureza de sociedade "holding" da Banif SGPS, SA, sem uma actividade de gestão corrente/diária substancial, não está constituída uma Comissão Executiva.

2.9 Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

Pela actividade que desenvolve, o Banif - Grupo Financeiro encontra-se sobretudo sujeito aos riscos de actividade mais típicos do negócio, designadamente, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional, Compliance, de Sistemas de Informação, Risco de Reputação, Risco de Taxa de Câmbio e Risco de Taxa de Juro.

Para além dos riscos referidos existem tipologias adicionais de risco às quais o Grupo apresenta uma exposição relevante, como seja o Risco de Imobiliário, Risco de Concentração e Risco de Estratégia e Negócio.

Numa perspectiva de avaliação e quantificação do valor em risco, foi efectuada, no âmbito do ICAAP, uma análise do valor em causa para os principais riscos da actividade, dando uma perspectiva dos quantitativos esperados para 2011, conforme quadro seguinte:



2.10 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade. De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de "assegurar a gestão dos negócios sociais", dispondo, para o efeito, de competência para deliberar "sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;

b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;

c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;

d) Constituir mandatários;

e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;

f) Designar os membros da Comissão Executiva a que se refere o artigo vigésimo quarto infra;

g) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;

h) Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC".

Por seu lado, o Regulamento do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA concretiza em que termos este órgão deverá assegurar a gestão dos negócios sociais, nomeadamente:

- Decidir as opções estratégicas do Grupo em termos de sectores de actividade e de expansão geográfica;
- Estabelecer políticas gerais do Grupo (por exemplo, de compliance ou de recursos humanos);
- Definir os processos transversais ao Grupo (por exemplo, planeamento, controlo de gestão ou gestão de riscos);
- Estabelecer a estrutura de Unidades de Negócio do Grupo;
- Apreciar os planos estratégicos, planos operacionais e de investimentos das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre os objectivos anuais e plurianuais do Grupo e das Unidades de Negócio;
- Deliberar sobre medidas mais relevantes das Unidades de Negócio, como sejam extensões ou reduções de actividade; fusões, aquisições, e parcerias estratégicas; ou aumentos de capital.

Desde 31 de Março de 2010, o Contrato de Sociedade, no n.º 5 do seu art.º 5.º, passou a estabelecer poderes para o Conselho de Administração deliberar sobre um aumento do capital social, nos termos seguintes:

"O Conselho de Administração, após parecer favorável do órgão de fiscalização, poderá aumentar o capital social, uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao montante máximo de seiscentos milhões de euros, competindo-lhe definir todas as condições e termos para o efeito, incluindo as datas, prazos de subscrição e realização do capital social".

2.11 Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de onze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele.

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais. De igual modo, em cumprimento do disposto na parte final da alínea h) do artº 245º A do CVM, informa-se que não existem quaisquer regras específicas aplicáveis no que se refere à alteração dos estatutos da sociedade.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais, podendo ser reeleitos, sem prejuízo dos limites decorrentes dos requisitos de independência previstos na lei (cf. art.º 31.º do Contrato de Sociedade) devendo a maioria dos seus membros ser considerados independentes nos termos da lei.

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto e pode ser integrado por sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas,

ou accionistas, que, neste último caso, devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena e ter as qualificações e a experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão.
O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

2.12 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Durante o ano de 2010 tiveram lugar 20 reuniões do Conselho de Administração e 7 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade.

Relativamente a cada uma das referidas reuniões, foi elaborada a respectiva acta.

2.13 Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de actas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e aos Presidente da Comissão para as matérias financeiras.

Não está constituída, no âmbito do órgão de administração, uma Comissão Executiva, conforme referido no ponto seguinte.

2.14 Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fosse aplicável as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2010, não está constituída uma Comissão Executiva, pelo que todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

2.15 Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Prejudicada pela resposta dada ao ponto anterior.

2.16 Indicação das regras do processo de selecção de candidatos a administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos administradores executivos.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos.

2.17 Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos e eventuais constrangimentos detectados.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos.

2.18 Qualificações profissionais dos membros do conselho de administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Nota: Tendo em conta que na resposta ao ponto 2.19 se referem as funções presentemente desempenhadas por cada um dos elementos do órgão de administração noutras sociedades, a resposta ao presente ponto considera apenas as funções que, tendo sido desempenhadas noutras entidades nos últimos cinco anos, já não o são actualmente.

Joaquim Filipe Marques dos Santos

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1971).

Banif Securities Holdings, Ltd (Vice Presidente do Conselho de Administração, de Junho 2001 a Fevereiro 2005), Banif Seguros SGPS, SA (Administrador, de Abril 2002 a Julho 2005), Banif - Banco de Investimento, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Dezembro de 2000 a Março de 2007), Companhia de Seguros Açoreana, SA (de Fevereiro de 2001 a Março de 2007), UNICRE - Cartão internacional de Crédito, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Março de 2007), SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA (Presidente da Mesa da

Assembleia Geral, de Junho de 2000 a Abril de 2007), Banif Crédito, SFAC SA (Presidente do Conselho de Administração de Março de 2000 a Outubro de 2007), Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Vice- Presidente do Conselho de Administração, de Janeiro de 1992 a Junho 2010 e Presidente da Comissão Executiva, de Março de 2000 a Junho de 2010), Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Administrador de Novembro 1996 a Junho de 2010), Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (Presidente da Comissão Executiva, de Fevereiro de 2000 a Dezembro de 2008 e Vice-Presidente de Outubro de 2000 a Dezembro de 2008), Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA (Vice-Presidente, de Março de 2000 a Maio de 2010), Banif SGPS, SA, (Vice-Presidente, de Abril de 2002 a Maio de 2010), VESTIBAN – Gestão de Investimentos, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 2005 a Maio 2010), Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA, (Vice-Presidente, de Abril de 2005 a Maio de 2010), Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (Vice-Presidente, de Março de 2000 a Junho de 2010), BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE (Presidente do Conselho de Administração, de Abril de 2000 a Julho de 2010), Banif SGPS, SA (Vice-Presidente, de Abril de 2002 a Maio de 2010), Metalsines - Companhia de Vagões de Sines, SA (Membro da Comissão de Remunerações, em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, de Abril 2004 a Dezembro 2007), Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (Vice-Presidente, de Abril de 2005 a 31 de Maio de 2010), Banif Comercial SGPS, SA, (Administrador de Abril 2002 a Julho de 2010), Banif - Investimentos SGPS, SA (Administrador de Abril 2002 a Julho de 2010), Banif Finance, Ltd. (Presidente do Conselho de Administração, de Setembro 2003 a Setembro 2010), Vestiban - Gestão de Investimentos, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março 2005 a Maio 2010).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 15-01-1988.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Carlos David Duarte de Almeida

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas – Instituto Superior de Economia (1980). Banif Açor Pensões SGFP, SA (Administrador de Maio 2000 a 2004), Banif Securities Holdings, Ltd (Administrador de Junho 2001 a Março 2005), Banif Seguros SGPS, SA (Administrador de Abril 2002 a Julho 2005), BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (De Março 2004 a Novembro 2007), Banif Securities, Inc. (De Maio 2003 a Agosto 2008), Banco de la Pequeña y Mediana Empresa (De Outubro de 2007 a Março de 2009), Econofinance, SA (De Fevereiro 2001 a Julho 2009).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 144 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 31-03-1994.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

António Manuel Rocha Moreira

- Licenciatura em Economia – Faculdade de Economia do Porto (1977).
- Banif Gestão de Activos - SGFIM, SA (Administrador de Fevereiro de 2002 a Janeior de 2004), Banif Multifund, Ltd (Administrador de Abril de 2002 a Maio de 2004), Banif Açor Pensões - SGFP, SA (Administrador de Outubro 1996 a Março de 2004), BanifServ – Em presa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (Administrador de Dezembro de 1997 a Agosto de 2006), Cabo TV Açoreana, SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de Março de 2004 a Novembro de 2007).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 177.675 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 10-05-1999.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Artur Manuel da Silva Fernandes

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia (1984); International Investment Banking Program – Leonard Stern School of Business – New York University (1989)

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2000 a Agosto de 2006)

- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 10-05-1999.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

José Marques de Almeida

- Licenciatura em Finanças – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (1966).

- Banif Crédito - SFAC, SA (Administrador/Administrador Delegado, de Março 1993 a Março 2003), Banif Leasing, SA (Administrador/Administrador Delegado, de Março 1993 a Abril 2003), Cabo TV Madeirense, SA (Presidente do Conselho Fiscal de Março 1994 a Março 2003).

- Pessoalmente era titular, à data de referência, de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA (então denominada Banif - Banco Internacional do Funchal, SA) em 30-11-1988.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Diogo António Rodrigues da Silveira

- *Diplôme d'Ingenieur* – École Centrale de Lille; *Research Scholar* – Berkeley UC, E.U.A.; Master of Business Administration (MBA) – INSEAD, França.

- ONI SGPS, SA (Vogal do Conselho de Administração/Presidente da Comissão Executiva, de 2005 a 2007), Onitelecom - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Oni Madeira - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Oni Açores - Infocomunicações, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Comunitel Global, SA (Presidente do Conselho de Administração, de 2005 a 2007), Sonae Indústria SGPS, SA (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), Glunz AG (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), Isoroy SAS (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), TAFISA, SA (Vogal do Conselho de Administração, de 2002 a 2005), Critical Links SA (Membro do Conselho Consultivo de 2005 a 2006).

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA em 22-12-2008.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2008/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho de Administração (art.º 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais).

Nuno José Roquette Teixeira

- Licenciatura em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa - 1987-1992).

- New Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2004 a Outubro 2006)

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Março 2003 a Junho 2008)

- Beta Securitizadora, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Setembro 2004 a Novembro 2009)

- Banif Securities Holdings, Ltd. (Vogal do Conselho de Administração, de Abril 2002 a Setembro 2010)

- Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Junho 2006 a Julho 2010)

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA (Vogal do Conselho de Administração, de Novembro 2007 a Julho 2010)

- Banif - Banco de Investimento, SA (Vice-Presidente da Comissão Executiva, de Dezembro 2008 a Julho 2010)

- Pessoalmente, não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Cooptado, em 30 de Junho de 2010, para membro do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, em exercício de funções até ao final do triénio 2009-2011.

2.19 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Joaquim Filipe Marques dos Santos

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA

- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif International Bank, Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd
- Banif - Investimentos SGPS, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banco Mais, SA

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA (em representação da Banif SGPS, SA)

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Açor Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global - Companhia de Seguros, SA
- Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

Membro do Conselho de Governadores

- St. Dominic´s International School

Carlos David Duarte de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração
- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd.

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração
- Banif International Bank, Ltd
- Banif International Holdings, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil) SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Investimentos SGPS, SA
- Banif Bank (Malta), PLC
- Banif Plus Bank Company, Ltd.

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração
- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA

Vogal do Conselho de Administração
- CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global - Companhia de Seguros, SA
- Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA

Vogal da Direcção

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

António Manuel Rocha Moreira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Mais, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif International Bank, Ltd.
- Banif Plus Bank Company Limited

Membro da Comissão de Vencimentos

- Investaçor SGPS, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

b) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal

- Zon TV Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA)

Artur Manuel da Silva Fernandes

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
- Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, SA
- Banif Multifund,Ltd
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.

- Banif Securities Holdings, Ltd
- Banif Ecoprogresso Trading SA
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), SA
- Beta Securitizadora SA

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco de Investimento, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- CentroVenture - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - Investimentos SGPS, SA
- Econofinance, SA
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Bank (Malta), PLC

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Inverpyme SCR de Regimen Comun SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA
- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários SA

Vogal do Conselho de Administração

- Fomentinvest, SGPS, SA

Vogal da Direcção

- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira

José Marques de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Administrador

- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

- Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração
- Vestiban - Gestão e Investimentos, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- Rentipar Investimentos SGPS, SA
- Rentiglobo SGPS, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
- Rentipar Indústria SGPS, SA

Diogo António Rodrigues da Silveira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Administrador
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA

b) Outras entidades

Presidente da Comissão Executiva
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Global - Companhia de Seguros, SA
- Global Vida - Companhia de Seguros de Vida, SA

Conselheiro
- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

Vogal da Direcção
- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

Sócio
- Firma Shilling Capital Partners, SGPS

Nuno José Roquette Teixeira

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banieuropa Holding, SL
- Banif Finance, Ltd
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora Valores e Câmbio, SA
- Banif Securities, Inc
- Banif - Banco de Investimento, SA

b) Outras entidades

Membro do Conselho Directivo
- APC - Associação Portuguesa de Sociedades Corretoras Financeiras de Corretagem

SECÇÃO 3 – CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS E CONSELHO FISCAL

2.21. Identificação dos membros do conselho fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o conselho fiscal procede à respectiva auto-avaliação.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2010, o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA é composto pelos seguintes membros :

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente
António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo
José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

José Pedro Lopes Trindade – Vogal Suplente

Declaração do Conselho Fiscal [2]

[2] A declaração constante deste ponto consubstancia uma transcrição do documento original assinado e arquivado na sociedade.

O Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA, declara, nos termos e para efeitos do disposto no ponto 0.4. do anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, que, com referência à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo efectuado um juízo de aferição da "independência" (considerada nos termos descritos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais) a todos os seus membros, nomeados para o mandato correspondente ao triénio 2009/2011, concluiu que o Presidente Fernando Mário Teixeira de Almeida e o Vogal António Ernesto Neto da Silva deverão ser considerados independentes, uma vez que reúnem todos os requisitos legalmente previstos para o preenchimento do conceito legal de independência, designadamente, não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em qualquer circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão. Relativamente ao Vogal José Lino Tranquada Gomes, considerou-se que não reúne os mencionados requisitos, atento o disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e o número de ocasiões em que foi reeleito para órgãos sociais.

O Conselho Fiscal

Fernando Mário Teixeira de Almeida – Presidente
António Ernesto Neto da Silva – Vogal Efectivo
José Lino Tranquada Gomes – Vogal Efectivo

2.22. Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Fernando Mário Teixeira de Almeida

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Doutoramento em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela. Revisor Oficial de Contas.

- **Universidade Lusíada** (Director da Faculdade de Ciências Económicas e da Empresa (até Setembro de 2010), **Junta Metropolitana do Porto** (Assessor do Presidente da Junta Metropolitana do Porto, desde Maio de 1998 a Janeiro de 2003), **IPO - Instituto Português de Oncologia do Porto** (Administrador, desde Janeiro de 2003/2005), **Instituto Superior de Formação Bancária** (Docente, desde 2000).

- Era titular, à data de referência, de 213.847 acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA em 31-03-2005.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

António Ernesto Neto da Silva

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Master em estudos Europeus Contemporâneos (Economia) pela Universidade de Reading, Reino Unido.

- Universidade Católica Portuguesa do Porto (Director Executivo do Curso de Pós-Graduação em Economia Europeia), IESF - Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (Professor Convidado), Secretaria de Estado do Comércio Externo (Secretário de Estado de Abril de 1990 a Outubro de 1991), Comité Económico e Social da CCE e EURATOM (Presidente da Comissão das Relações Externas, da Política Comercial e da Cooperação, de 1988 a 1990), autor do livro *O Triplo Conflito – Globalização, Fundamentalismo Islâmico e Desenvolvimento Sustentável* (Booknomics, Lisboa, 2007).

- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA em 31-03-2007.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

José Lino Tranquada Gomes

- Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado
- Membro do Conselho de Administração Hotelram - Hotelaria da Madeira, SA (2007)

- Freitas, Sales & Gomes – Empreendimentos Imobiliários, Lda (Gerente, tendo cessado funções em 2010)

- Não era titular, à data de referência, de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.

- Foi designado, pela primeira vez, para o Conselho Fiscal da Banif SGPS, SA em 15-07-2007.

- O mandato em curso diz respeito ao triénio 2009/2011, cessando aquando da designação de novo Conselho Fiscal.

2.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Fernando Mário Teixeira de Almeida

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- Advancer - Soluções de Gestão, SA

António Ernesto Neto da Silva

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

b) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração
- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral
- Financetar - Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

José Lino Tranquada Gomes

a) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

b) Outras entidades

Gerente
- Tranquada Gomes & Coito Pita - Sociedade de Advogados, RL

- Imolapeira - Imobiliária da Madeira, Lda
- Netanarium - Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Cooperativa Agrícola do Funchal

2.24. Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, e este órgão tem presente a possibilidade, que lhe é reconhecida, de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor externo, por justa causa.

2.25. a 2.29. – Não aplicáveis.

SECÇÃO 4 – REMUNERAÇÃO

2.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de Março de 2010, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

"A remuneração auferida pelos elementos do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, decorrente das específicas funções exercidas nesta sociedade, é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão.

Esta política remuneratória resulta do facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo, ditas operacionais, estas sim intervindo directamente no mercado (doravante designadas "sociedades operacionais").

(...)

Pela razão descrita, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA, directamente associada às funções especificamente desempenhadas na sociedade, representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif - Grupo

Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.» ([3])

É pois, em cada uma destas sociedades operacionais, que a política de remuneração se concretiza, reconhecendo-se, não obstante, que a sua implementação deve ser feita de forma coerente com as estratégias, os objectivos e os valores corporativos, com uma gestão de risco sólida e eficaz e de forma consistente, tendo em consideração a dimensão do Grupo e a natureza e complexidade das suas actividades.

Neste sentido, a Comissão de Remunerações considera três tipos distintos de sociedades no Grupo, em função da respectiva abordagem de mercado, dos segmentos a quem dirigem a sua oferta de produtos e serviços financeiros ou de intermediação financeira e da já aludida dimensão, natureza e complexidade das actividades desenvolvidas.

Em primeiro lugar, sociedades de maior dimensão e complexidade e com intervenção directa junto dos clientes do Grupo, designadamente o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, o Banif - Banco de Investimento, SA, a Companhia de Seguros Açoreana, SA e o Banco Mais, SA. nas quais importa diferenciar as soluções de remuneração dos membros executivos e não executivos dos respectivos órgãos de administração.

Ao nível dos administradores executivos, a quem compete a gestão dos negócios correntes das referidas sociedades, a Comissão de Remunerações considera relevante estabelecer um alinhamento entre a componente variável e o desempenho de longo prazo das empresas, estando previstos mecanismos específicos para esse efeito, ao dispor das comissões de remunerações de cada uma das sociedades, e cujos elementos essenciais, designadamente os critérios de definição da componente variável da remuneração, constam do anexo à presente declaração – "Linhas Gerais da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banif - Grupo Financeiro".

Relativamente aos administradores não executivos, considera-se conveniente não estabelecer qualquer componente variável, de modo a não comprometer a sua isenção e objectividade, sendo a remuneração constituída exclusivamente por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

Em segundo lugar, as sociedades em que a respectiva natureza, dimensão e actividades prosseguidas não requerem uma gestão corrente nem têm intervenção directa junto dos clientes do Grupo mas cuja complexidade, decorrente designadamente da jurisdição onde operam e/ ou do ambiente regulatório específico onde se inserem, justifica uma remuneração específica dos respectivos órgãos de administração. Nestas sociedades, a remuneração dos membros destes órgãos é constituída exclusivamente por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

([3]) *in* "Declaração da Comissão de Remunerações" – 12.03.2009, documento apresentado na Assembleia Geral anual de accionistas de 31.03.2009.

Finalmente, um terceiro tipo de sociedades, cuja menor dimensão e complexidade não justifica qualquer remuneração específica dos respectivos órgãos de administração para além daquela que os seus membros já auferem no âmbito das funções exercidas nas sociedades anteriormente referidas.

Tendo em consideração que a única sociedade do Grupo com acções admitidas à negociação é a Banif - SGPS SA e que, como anteriormente referido, pela sua natureza de holding, esta não tem um desempenho directamente mensurável, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do seu órgão de administração.

Nas outras sociedades, ditas operacionais, em que o desempenho é directamente mensurável, a atribuição de acções, não da própria sociedade, mas da Banif - SGPS SA, desvirtuaria os princípios subjacentes à remuneração através de equity, pelo que também não se adopta qualquer mecanismo desta natureza.

Por outro lado, em virtude da longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros dos órgãos de administração mantêm com as sociedades do Grupo e da expressão, materialmente pouco significativa, que as componentes de remuneração variável assumem nas políticas remuneratórias do Grupo, não se tem sentido a necessidade de proceder ao diferimento, no todo ou em parte, para apuramento das contas dos exercícios correspondentes a todo o mandato, do pagamento da componente variável das suas remunerações, quando exista.

De igual modo, pelas razões apontadas, não tem sido sentida a necessidade de criação de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da sociedade no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Não obstante, atento o actual enquadramento recomendatório, a Comissão de Remunerações ponderará a implementação dos seguintes mecanismos, designadamente nas sociedades de maior dimensão:

- Um mecanismo que sujeite a diferimento uma parcela da componente variável da remuneração, determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração e da senioridade da função exercida.

- Um sistema de limitação da remuneração variável capaz de impactar a parcela diferida desta componente da remuneração, do órgão de administração colectivamente considerado e/ ou dos membros do órgão de administração individualmente considerados, quando a performance da sociedade, aferida por critérios financeiros e não financeiros, ficar aquém dos objectivos delineados.

A remuneração dos membros não executivos dos órgãos de administração é exclusivamente constituída por senhas de presença e/ ou quantia fixa.

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões daquele órgão, ou por quantia fixa, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.

Por fim, considerando que apenas os órgãos de administração e fiscalização, nos termos legal e estatutariamente previstos, participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial da Banif SGPS, SA, entende a Comissão de Remunerações que não existem outros "dirigentes" nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários".

Durante o exercício de 2010 a política de remunerações descrita na declaração acima transcrita foi integralmente aplicada pela Banif SGPS, SA e pelas demais sociedades do Banif - Grupo Financeiro. Neste contexto, a remuneração dos elementos do órgão de administração, ao nível da Banif SGPS, SA, foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho de Administração.

A remuneração dos elementos do órgão de fiscalização, no exercício de 2010, foi efectuada, exclusivamente, em função das presenças nas reuniões do Conselho Fiscal, através do pagamento de senhas de presença.

2.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração
(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Horácio da Silva Roque - € 14.100,00
- Joaquim Filipe Marques dos Santos - € 41.100,00
- Carlos David Duarte de Almeida - € 28.600,00
- António Manuel Rocha Moreira - € 28.600,00
- Artur Manuel da Silva Fernandes - € 28.600,00
- José Marques de Almeida - € 61.100,00

- Diogo António Rodrigues da Silveira - € 28.600,00
- Nuno José Roquette Teixeira - € 13.200,00

Conselho Fiscal
(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

- Fernando Mário Teixeira de Almeida - € 17.300,00
- António Ernesto Neto da Silva - € 10.800,00
- José Lino Tranquada Gomes - € 10.800,00

2.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A componente mais substancial da remuneração dos membros do órgão de administração/gestores do Banif - Grupo Financeiro não decorre das funções exercidas por estes na Banif SGPS, SA, individualmente considerada, mas sim das funções que igualmente exercem nas várias sociedades ditas "operacionais" do Grupo, estas sim intervindo directamente no mercado.

Esta circunstância está relacionada com o facto de que a Banif SGPS, SA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, não tem uma actividade empresarial directa, isto é, não comercializa directamente produtos e serviços financeiros, fazendo-o apenas através de outras sociedades do Grupo.

Os proveitos da Banif SGPS, SA são gerados exclusivamente por via dos dividendos recebidos, directa e indirectamente, das sociedades operacionais, ou seja, dependem, em absoluto, dos resultados destas entidades em cuja estrutura accionista exerce uma posição dominante.

Pela razão descrita, e como referido, a remuneração auferida pelos administradores da Banif SGPS, SA directamente associada às funções espcificamente desempenhadas na sociedade representa uma parte reduzida da totalidade da remuneração auferida pelos mesmos no Banif - Grupo Financeiro, uma vez que a maior parte resulta das funções que aqueles desempenham nas sociedades operacionais.

É em cada uma destas sociedades operacionais que a componente variável de remuneração está dependente da performance da empresa.

Esta política remuneratória permite, segundo o entendimento da Banif SGPS, SA, alinhar a remuneração (globalmente considerada, ao nível de todo o Banif - Grupo Financeiro) de cada administrador pelo desempenho e pelos resultados das sociedades operacionais que estão sob a

sua administração e sob a sua responsabilidade directa, uma vez que estes condicionarão os próprios dividendos a receber pela Banif SGPS, SA e, consequentemente, os seus próprios resultados.

2.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;

   As remunerações pagas aos administradores, pela sociedade, são consideradas remunerações fixas em virtude de resultarem exclusivamente da presença nas reuniões do Conselho de Administração, sem relação imediata com o desempenho da sociedade.

   No que concerne ao critério para o pagamento da remuneração (globalmente considerada, em termos de Grupo), este é o referido no ponto 2.32. acima.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

   O único órgão da sociedade com competência para avaliar o desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral.

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

   Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

d) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

   As remunerações pagas aos administradores, pela sociedade, são exclusivamente consideradas remunerações fixas em virtude de resultarem da presença nas reuniões do Conselho de Administração, sem relação imediata com o desempenho da sociedade.

e) Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

   Não existe qualquer diferimento no pagamento das remunerações auferidas pelos administradores.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

Não aplicável, sem prejuízo das considerações constantes do ponto 2.32.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e/ou qualquer outro sistema de incentivos com acções.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

A sociedade não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

A sociedade não paga remunerações sob a forma de participações nos lucros e/ou pagamento de prémios.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

O único membro do Conselho de Administração que cessou funções durante o exercício em referência foi o respectivo Presidente, Sr. Comendador Horácio da Silva Roque, em consequência do seu óbito no dia 19 de Maio de 2010, não sendo paga ou devida (nomeadamente à herança e/ou herdeiros) qualquer indemnização decorrente de tal cessação.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontra formalizada qualquer política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada de contratos, sendo as situações respectivas analisadas casuisticamente.

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo:

Valores em Euros

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÕES FIXAS (INCLUI SENHAS DE PRESENÇA)	REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS
Comendador Horácio da Silva Roque	186.474,57	75.000,00
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	594.415,55	66.500,00
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	464.882,20	145.099,90
Dr. António Manuel Rocha Moreira	425.096,66	83.558,28
Dr. Artur Manuel Silva Fernandes	416.225,38	44.000,00
Dr. José Marques de Almeida	52.120,00	12.500,00
Engº Diogo António Rodrigues da Silveira	72.060,00	12.500,00
Dr. Nuno José Roquette Teixeira	257.107,29	33.878,76

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

A sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou reforma antecipada, designadamente para administradores.

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não se verifica a atribuição, pela sociedade, de benefícios não pecuniários.

q) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não existem quaisquer mecanismos com as características descritas, atenta a própria natureza da remuneração (senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração).

2.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Não aplicável, na medida em que todos os membros do Conselho de Administração são considerados executivos, conforme ponto 2.14.

2.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respectiva intervenção no procedimento).

A Banif SGPS, SA, acreditando que a adopção de uma política de comunicação de irregularidades é um contributo relevante para fomentar, no seio do Banif - Grupo Financeiro, uma cultura responsável e de *compliance*, tem implementada, desde o exercício de 2009, uma política de comunicação de irregularidades que visa prevenir, detectar e actuar sobre irregularidades, evitando a ocorrência de prejuízos agravados pela subsistência de tais práticas e garantindo, simultaneamente, a confidencialidade e a protecção dos autores das comunicações.

Consideram-se "irregularidades" a prática, por colaboradores das empresas que integram o Grupo, de actos de gestão, relacionados com os domínios da contabilidade, dos controlos contabilísticos internos, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro, que possam provocar danos gravosos à actividade da Banif SGPS, SA ou de qualquer sociedade que integre o Grupo.

As comunicações que apontem explicitamente irregularidades podem ser feitas através do endereço de correio electrónico comunicar.irregularidades@banif.pt, exclusivamente destinado à recepção deste tipo de comunicações e com acesso reservado ao Conselho Fiscal, nos termos legais estipulados.

Alternativamente, as comunicações poderão ser feitas através de carta dirigida ao Presidente do Conselho Fiscal (Av. José Malhoa, 22, 9.º Andar, 1099-012 Lisboa).

As comunicações recebidas são objecto de apreciação preliminar sobre a sua verosimilhança e consistência, com vista a suportar a decisão do Conselho Fiscal de promover um processo de averiguações ou o respectivo arquivamento. Caso seja deliberada a abertura de processo de averiguações, este será conduzido pela Auditoria Interna Corporativa, que poderá solicitar a colaboração das Auditorias Individuais das Sociedades do Grupo a que se refiram os factos, ou por auditores externos, em casos devidamente justificados.

Concluído o processo de averiguações, será elaborado um Relatório final, a remeter ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Compete ao Conselho de Administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, deliberar sobre o Relatório final, competindo à Auditoria Interna Corporativa o acompanhamento da implementação da deliberação.

A identidade dos autores das comunicações será mantida confidencial, a menos que os próprios expressamente declarem o contrário, atribuindo a Banif SGPS, SA particular ênfase à confidencialidade e à protecção dos autores das comunicações.

SECÇÃO 5 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS

2.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adoptado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de administrador.

Não estão constituídas, no âmbito dos órgãos de administração ou fiscalização, quaisquer comissões com competências específicas nessas matérias.

2.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das actas dessas reuniões.

Não aplicável, face ao explicitado no ponto anterior.

2.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Considera-se que os três membros da Comissão de Remunerações têm, em virtude do seu *curriculum* profissional, conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração, designadamente, no que se refere ao Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, em virtude das funções desempenhadas em órgãos sociais de grandes empresas nacionais nas áreas financeiras e das obras públicas, no que se refere ao Dr. António Gonçalves Monteiro, em virtude de cerca de 30 anos de actividade profissional, exercida nos domínios da auditoria, revisão legal de contas e consultoria de gestão e, no que se refere a D. Enrique Santos, em virtude das funções de administração que desempenhou em diversas empresas, financeiras e não financeiras, bem como em associações empresariais.

2.39. Referência à independência das pessoas singulares ou colectivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação actual com consultora da empresa.

Nenhum dos elementos da Comissão de Remunerações foi contratado por contrato de trabalho ou de prestação de serviços, nem existe relação entre algum daqueles e qualquer entidade consultora da sociedade.

CAPÍTULO 3
Informação e Auditoria

3.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social é integralmente representado por 570.000.000 de acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro, admitidas à negociação em mercado regulamentado.

3.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

– HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE.[4]

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2010, 1.308.888 acções da Banif SGPS, SA., correspondentes a 0,230% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 307.063.133 acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA de que é titular a Rentipar Financeira, SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 1.152.997 acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que são titulares os membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções , Dr. José Marques de Almeida:

[4] A cabeça-de-casal da Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque é a Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro, filha do Sr. Comendador Horácio Roque.

1.117.440 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

- 27.583.051 acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

- 267.750 acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 3.171.385 acções, correspondentes a 0,556% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade considerada dominada pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

Num total de 340.547.204 acções, correspondentes a 59,745% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA.

- AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA

Pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de 76.377.857 acções, representativas de 13,400% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 13,400% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM

Com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 13.493.270 acções, correspondentes a 2,367% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA de que é titular a Evalesco, SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;
- 12.138 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA, de que é titular um membro do órgão de administração da Evalesco, SGPS, SA – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Num total de 13.505.408 acções, correspondentes a 2,369% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS,SA.

3.3. Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

3.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

Não existem restrições à transmissibilidade das acções representativas do capital social da sociedade.

3.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Enquadra-se no âmbito do presente ponto, o contrato celebrado em 10 de Julho de 2009 entre a Banif SGPS, SA e os então accionistas controladores da Tecnicrédito, SGPS, SA [‘Tecnicrédito’] (aos quais se substituiu a Auto Industrial – Investimentos e Participações, SGPS, SA [‘AI SGPS’], por aditamento de 7 de Agosto de 2009) referente à integração da Tecnicrédito na Banif SGPS, SA.

Nos termos deste contrato, estão previstas restrições à alienação, por parte da AI SGPS, das acções e valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis [‘VMOCs’] que esta veio a subscrever no âmbito do aumento de capital da Banif SGPS, SA, por contrapartida das acções representativas do capital social da Tecnicrédito. As restrições são as seguintes:

Até 30 de Junho de 2011, a AI SGPS comprometeu-se a não alienar, ou de qualquer outro modo transferir ou onerar, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, as acções e os VMOCs ou os direitos que lhes são inerentes.

Após 30 de Junho de 2011, e até à data de efectiva conversão dos VMOCs, a AI SGPS comprometeu-se a não reduzir, seja de que forma for, o seu interesse económico para uma percentagem inferior a dois terços do interesse económico adquirido aquando da concretização das transacções previstas naquele contrato.

Excluiram-se do referido quaisquer transacções de acções e de VMOCs efectuadas entre a AI SGPS e sociedades dominadas directa ou indirectamente por si e entre aquelas sociedades entre si, desde que o adquirente se vincule ao contrato celebrado.

3.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

3.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

3.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente:

a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;

b) O anúncio de resultados;

c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

As acções representativas do capital social do Banif foram inicialmente admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa (então denominado por Bolsa de Valores de Lisboa), em Novembro de 1992.

Em 1 de Abril de 2002, em virtude da operação de reestruturação do Grupo Banif implementada naquela data, a denominação social da entidade com acções admitidas à cotação passou a ser Banif SGPS, SA, entidade que tem actualmente o estatuto de sociedade com o capital aberto ao investimento do público.

No decurso de 2006, o valor nominal unitário das acções representativas do capital social da Sociedade foi renominalizado de 5 euros para 1 euro, alterando-se, em consequência, o número de acções emitidas, pelo que as transacções efectuadas na Euronext Lisboa a partir de 23 de Outubro de 2006 têm por base esse novo valor nominal.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das cotações da Banif SGPS, SA, durante o ano de 2010, com a indicação dos eventos relevantes.

Tomando como referência os valores contabilísticos consolidados, apresenta-se na tabela abaixo a evolução dos principais indicadores, nos últimos cinco anos.

	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010
Nº de acções emitidas	250.000.000	250.000.000	350.000.000	490.000.000	570.000.000
Nº de acções admitidas à cotação	250.000.000	250.000.000	350.000.000	490.000.000	570.000.000
Cotação (€)	5,30	4,00	1,09	1,25	0,87
Capitalização bolsista (€^3)	1.325.000	1.000.000	381.500	612.500	495.900
Resultado líquido por acção (€)	0,3124	0,4043	0,1692	0,1104	0,0682
Valor contabilístico por acção (€)	1,9426	2,4603	1,6668	1,9219	2,1116
Cotação / Valor contabilístico (*PBV*)	2,73	1,63	0,65	0,65	0,41
Cotação / Resultado Líquido por acção (*PER*)	16,97	9,89	6,44	11,33	12,76
Dividendo bruto por acção (€)	0,120	0,150	0,065	0,040	*
Dividendo líquido por acção (€)	0,966	0,12	0,52	0,32	*
Dividendos brutos / Resultado Líquido (*Payout*)	38,4%	37,1%	38,4%	36,2%	*
Dividendo por acção / Cotação média (*Dividend yield*)	2,7%	2,8%	3,1%	3,2% *	

No dia 21 de Março de 2011, a Banif SGPS, SA passou a fazer parte do índice PSI 20. Para a Banif SGPS, SA, a entrada no índice de referência do Euronext Lisboa, vem dar mais visibilidade à instituição e aproximá-la mais dos investidores institucionais.

Com a entrada da Banif SGPS, SA, o sector financeiro ganha peso no referido índice, que passou a integrar quatro grupos bancários.

3.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

A política de distribuição de dividendos da Sociedade assenta no princípio da distribuição dos resultados que não se mostrem indispensáveis à constituição de reservas legais e/ou ao regular financiamento da sua actividade, o que se tem traduzido na distribuição de um dividendo anual correspondente a um valor entre 35% e 40% do lucro consolidado do exercício (a indicação do dividendo distribuído nos três últimos exercícios consta do mapa apresentado no âmbito do número anterior).

3.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

a) Do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;

b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:

c) Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adoptados ou vigentes no exercício em causa.

Não estiveram em vigor, nem foram adoptados, no exercício em causa, quaisquer planos de atribuição de acções ou quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

3.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não existem negócios/operações nas condições descritas, sem prejuízo do referido no ponto 3.12. No entanto, entende-se que as operações descritas no ponto 3.12 não qualificam para efeito do presente ponto, uma vez que estão realizadas em condições normais de mercado e fazem parte

da actividade corrente das partes, na medida em que se tratam de financiamentos, por parte de uma sociedade gestora de participações sociais, a uma sociedade por si dominada (cfr. art.º 5.º, n.º 1, al. c) do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30-12).

3.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

No dia 30 de Março de 2010, foram reembolsados os 13,5 milhões de euros remanescentes de um financiamento para apoio à tesouraria, o qual havia sido concedido pela sua accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA com uma taxa de juro fixa de 5,5%, no dia 30 de Março de 2009, no montante global de 26,5 milhões de euros (em 13 de Outubro de 2009 haviam sido reembolsados 13 milhões de euros).

No dia 1 de Abril de 2010, a Banif SGPS, SA obteve um financiamento para apoio à tesouraria, junto da Rentipar Financeira, SGPS, SA, no montante de 75 milhões de euros. Este financiamento foi contraído pelo prazo de até um ano, com uma taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de 2,75%;

No dia 31 de Dezembro de 2010, a Banif SGPS, SA obteve um financiamento para apoio à tesouraria, junto da Rentipar Financeira, SGPS, SA, no montante de 25 milhões de euros. Este financiamento foi contraído pelo prazo de até 10 dias, com uma taxa de juro Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%;

Nota: Não obstante a referência efectuada a estas operações, que consubstanciam a totalidade das operações em curso entre a Banif SGPS, SA e a sua accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA e cuja inclusão neste relatório se entendeu conveniente em razão dos respectivos montantes, considera-se que ambas as operações foram realizadas, designadamente no que se refere às taxas de juros contratualizadas, em condições normais de mercado.

3.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Considerando a natureza da Banif SGPS, SA, de sociedade gestora de participações sociais, os negócios celebrados com titulares de participação qualificada limitam-se à eventual tomada de fundos, a título de suprimentos/operações de tesouraria, junto da accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, as quais não estão sujeitas à intervenção prévia do Conselho Fiscal.

3.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Além de eventuais situações legalmente previstas, não existe intervenção prévia do Conselho Fiscal nos negócios da sociedade.

3.15. Indicação da disponibilização, no sitio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo conselho fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Estão disponíveis, no sítio da sociedade na *internet*, os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal. A sociedade não dispõe de um Conselho Geral e de Supervisão, nem de uma comissão para as matérias financeiras, nem uma comissão de auditoria.

3.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

a) Funções do Gabinete;

b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;

c) Vias de acesso ao Gabinete;

d) Sítio da sociedade na Internet;

e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

O Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (GRII), que passou, em 2010, a integrar a Área de Finanças Corporativas do Grupo, tem como missão a prestação contínua de informação ao mercado, privilegiando um ambiente de transparência na relação com as diversas partes interessadas, designadamente com accionistas, investidores e analistas, em consonância com as melhores práticas, a nível nacional e internacional.

Tendo por base os princípios de igualdade dos accionistas e de promoção do acesso equitativo à informação, o GRII tem como principais atribuições colaborar na preparação de informação que o Grupo periodicamente divulga, nomeadamente a relacionada com os Relatórios de Gestão e Contas anuais e semestrais, assessorar o *CFO* no âmbito de eventos em que represente a sociedade, tais como conferências, *roadshows* e reuniões individuais com analistas e institucionais, e, ainda, responder a solicitações sobre informação financeira e outra de carácter público, designadamente no sentido de tomadas de decisão esclarecidas por parte dos investidores, actuais ou potenciais.

Ao longo do exercício de 2010, o GRII manteve um contacto permanente com o mercado, através da divulgação dos comunicados com informação relevante a todos os investidores, particulares e institucionais, que o haviam expressamente solicitado, designadamente, através de correio electrónico. Também por essa via, ou por telefone, o Gabinete prestou esclarecimentos e respondeu a questões que lhe foram colocadas por investidores e analistas, em momentos específicos da vida societária.

Toda a informação prestada foi baseada em critérios de veracidade, precisão, utilidade e, sempre que possível, quantificada.

Em Dezembro de 2010 e no âmbito da operação do aumento do capital da sociedade, o GRII disponibilizou informação aos accionistas com o objectivo de clarificar os detalhes, resolver dúvidas e responder a questões formuladas por estes, nas diferentes etapas do processo.

Também durante o período em referência, o Gabinete preparou e coordenou as reuniões com as agências de *rating* Fitch Ratings e Moody´s, visando a revisão anual das notações de *rating* da sua participada o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA. É também função do GRII promover o fluxo de informação relevante de forma a manter as agências de *rating* informadas.

O Banif - Grupo Financeiro dispõe de um sítio na internet que funciona como meio privilegiado de difusão de informação, assegurando o seu carácter tempestivo e equitativo.

Em www.grupobanif.pt é disponibilizada, em português e em inglês, informação privilegiada tornada pública, no decurso do exercício de 2010, para consulta de accionistas e demais partes interessadas. Paralelamente, também se pode encontrar informação sobre a actividade comercial do Grupo, possibilitando o conhecimento do leque de produtos e serviços, nas diferentes áreas de negócio que o Grupo põe à disposição dos actuais e potenciais clientes, permitindo a avaliação da implementação do Grupo nos diferentes mercados.

De forma a optimizar a relação com os accionistas em momentos cruciais da vida societária, e como já vem sendo norma, foi criada, na área de Informação Obrigatória aos Investidores, uma Secção específica dedicada à operação de aumento de capital ocorrida em Dezembro, na sequência da deliberação do Conselho de Administração de 22 de Outubro. Foi também adicionada uma secção com a matéria relacionada com a integração do Grupo Tecnicrédito no Banif - Grupo Financeiro.

No sítio da internet e na opção "Relações com Investidores" podem ser consultadas várias matérias, a saber:

Indicadores Financeiros	• Síntese • Dimensão e Crescimento • Rendibilidade • Fundos Próprios • Balanços • Demonstração de Resultados
Relatório e Contas	• Banif SGPS, SA e Sociedades Participadas
Ratings	• Fitch Ratings • Moody´s
Dividendos	• Declarações relativas aos exercícios entre 2002 e 2009
Assembleia Geral	• Acta • Lista de Presenças • Convocatória • Boletim de Voto • Formulário de Procuração • Minuta para o envio do Boletim de Voto • Outros documentos (Nº1 – Art.º 289 do C.S.C.)
Informação Obrigatória aos Investidores	• Estatutos • Órgãos Sociais • Relatório e Contas • Relatório de Disciplina de Mercado • Relatório de Governo da Sociedade • Regulamento do Conselho de Administração • Regulamento do Conselho fiscal • Gabinete de Apoio ao Investidor • Outros Comunicados

O GRII disponibiliza vários canais de acesso, por meio dos quais poderá ser solicitada toda a informação de caracter público sobre o Banif - Grupo Financeiro, com o objectivo de facilitar a comunicação com o mercado.

Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais	
Morada:	Avenida José Malhoa 22 – 5º 1099-012 Lisboa
Telefone:	+ 351 217 211 532
Fax:	+ 351 217 211 532
Email:	accionista@banif.pt ou investidor@banif.pt
Sítio da Internet:	www.grupobanif.pt

3.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

a) Serviços de revisão legal de contas;

b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;

c) Serviços de consultoria fiscal;

d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.

Valores sem IVA

Serviços	€ Total	%
Serviços de revisão legal de contas	1.273.307,00	84%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	213.795,00	14%
Serviços de consultoria fiscal	24.350,00	2%
Outros serviços	4.600,00	0%
Total	1.516.502,00	100%

Os serviços incluídos em cada categoria são os seguintes:

Serviços de revisão legal de contas

Inclui os honorários relativos ao exercício de 2009 no âmbito da revisão legal das contas e auditoria externa das contas consolidadas da Banif SGPS, SA e contas individuais das suas subsidiárias e associadas.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados no âmbito da prestação de serviços de reporte ao Banco de Portugal (sobre os sistemas de controlo interno e provisões económicas) e emissão de cartas conforto sobre temas específicos (tais como operações de securitização e emissão de dívida).

Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria técnico-fiscal.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui honorários cobrados no âmbito de serviços de consultoria permitidos de acordo com as regras de independência em vigor.

Medidas de salvaguarda da independência do auditor

A Ernst & Young tem estabelecido um sistema de controlo interno e monitorização das políticas estabelecidas em matéria de independência, as quais têm em linha de conta as normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, as ameaças à independência e as respectivas salvaguardas. Nesta política estão estabelecidos os serviços proibidos por poderem ter impacto na independência do auditor. A divulgação destas políticas é efectuada via intranet a todos os colaboradores da rede da Ernst & Young.

A monitorização do cumprimento das referidas políticas a nível mundial é efectuada através de uma aplicação na intranet denominada "Ernst & Young Global Independence System – GIS". Cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta formalmente o seu conhecimento e cumprimento das referidas políticas ou alterações às mesmas. Periodicamente são efectuadas acções de formação obrigatórias sobre as referidas políticas.

Em concreto, o sistema de controlo interno da Ernst & Young incorpora designadamente os seguintes mecanismos:

- Disponibilidade na intranet de lista actualizada de clientes de interesse público e mecanismo de aprovação prévia pelo Partner responsável de potenciais propostas de prestação de serviços adicionais a clientes de auditoria;
- Proibição de detenção de interesses financeiros em relação aos clientes de auditoria aplicável aos sócios e membros da equipa da Ernst & Young. Esta proibição aplica-se também os cônjuges e filhos menores dos mesmos;

- Testes de conformidade ao cumprimento das políticas e procedimentos sobre independência no âmbito do programa internacional de controlo de qualidade.

A Ernst & Young também tem implementado um processo interno que condiciona à autorização do Partner responsável pela auditoria do Grupo a prestação de serviços a entidades que dele

fazem parte por qualquer entidade da rede Ernst & Young. No pedido de autorização inclui a descrição do trabalho solicitado e avaliação do seu enquadramento no âmbito dos serviços permitidos de acordo com as regras de independência referidas. Adicionalmente o Partner responsável pela auditoria recebe mensalmente a vista de todos os projectos realizados para todas as entidades do Grupo.

Seguindo a política estabelecida, na prestação dos serviços de serviços de consultoria foi assegurado que não foram tomadas decisões nem participação na tomada de decisões em nome da Banif SGPS, SA ou de qualquer das suas subsidiárias ou associadas em matérias fiscais ou outras.

3.18. Referência ao período de rotatividade do auditor externo.

A sociedade não tem estabelecidos ou previstos períodos de rotatividade do auditor externo.

4. Avaliação do Modelo de Governo pelo Conselho de Administração

Em linha com as melhores práticas de governo corporativo, o Conselho de Administração efectua avaliações regulares do modelo de governo da sociedade. Neste domínio, da iniciativa com características estruturantes empreendida com o apoio de um consultor externo em 2007, resultou uma reconfiguração do modelo de governo do Banif - Grupo Financeiro, aprovado no final daquele exercício e que, nos seus elementos essenciais e devidamente actualizado, foi apresentado aos Srs. Accionistas na Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2010.

O actual modelo de governo do Grupo, assenta em cinco pilares:

i. O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA permanece como órgão executivo mais elevado do Grupo, implementando um modelo mais interventivo na supervisão dos negócios e com uma organização e funcionamento interno mais estruturados;
ii. O Banif - Grupo Financeiro deve implementar, e tem implementado, um conjunto de iniciativas para garantir um maior alinhamento com as melhores práticas e recomendações de *Corporate Governance*;
iii. O Conselho de Administração da Banif SGPS, SA é apoiado por um Centro Corporativo, composto por dez Funções Corporativas, com uma estrutura reduzida mas de elevada competência, reportando, o responsável por cada uma, a um membro do Conselho de Administração.
iv. O papel integrador das Funções Corporativas é reforçado por comités transversais[5] já criados para temas chave para a competitividade e a gestão do risco do Grupo;

[5] Os comités eram 4 (quatro) à data de referência do presente Relatório (31 de Dezembro de 2010). Actualmente são 6 (seis) comités, devido à criação, já no início de 2011, do Comité de *Cross-selling* e do Comité de Tesouraria.

v. O modelo de governo estabelecido implica uma forma de relacionamento mais profunda entre a *Holding* e as demais sociedades, de modo a que estas actuem concertadamente na implementação de estratégias transversais.

Estes pilares têm vindo a ser gradualmente implementados através de iniciativas cobrindo as várias dimensões de governação do Grupo.

Durante o exercício de 2010, as diversas Funções Corporativas continuaram a desenvolver o âmbito e a aperfeiçoar a qualidade da sua actuação, consolidando a sua importância na estrutura de governo do Grupo. Estes órgãos continuaram a contribuir de modo muito relevante na implementação de projectos comuns a várias filiais da Banif SGPS, SA e, dentro das suas específicas áreas de actuação, para a definição e concretização de estratégias transversais ao Grupo.

Por seu lado, os comités têm-se continuado a revelar um importante *forum* para a criação de economias de escala e sinergias diversas, bem como para uma gestão integrada e eficiente dos principais negócios, segmentos de mercado e áreas de risco do Grupo.

Atenta a presente fase de consolidação do modelo de governo do Grupo e os desenvolvimentos acima referidos, é convicção do Conselho de Administração que o quadro de referência de *governance* do Banif - Grupo Financeiro, estando naturalmente sujeito a um processo evolutivo e de maturação, continua devidamente ajustado à sua realidade.

08

Outras Informações

8
Outras Informações

1. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, e no n.º 7 do artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, com referência a 31 de Dezembro de 2010, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

- Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.
  Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	Compra	27-04-2010	30.000	30.000,00	
	Compra	28-04-2010	45.000	42.300,00	
	Compra	03-05-2010	45.000	41.850,00	
	Compra	05-05-2010	50.000	43.292,93	
	Subscrição	21-12-2010	214.264	214.264,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

- Pessoalmente, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.
  Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

- Pessoalmente, era titular de 177.675 acções da Banif SGPS, SA, 37 Obrigações Banif SGPS, SA 2008/2011, no valor unitário de € 1.000,00, 25 Obrigações Banif SGPS, SA 2010-2013, no valor unitário de € 1.000,00 (subscritas em 21 de Dezembro de 2010) e 30 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS – 2008/2010, no valor unitário de € 1.000,00.

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Dr. António Manuel Rocha Moreira	Compra	04-05-2010	15.000	21.252,00	

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

- Pessoalmente não era titular de quaisquer acções da Banif SGPS, SA.
  Era titular de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA, de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, de 1 acção da Econofinance, SA (todas acções preferenciais sem direito a voto), bem como de 1 acção da Banif Gestão de Activos SA (acção ordinária com direito a voto).

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Marques de Almeida

- Pessoalmente era titular de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA.

- A Rentipar Financeira, SGPS, SA, sociedade da qual é membro do Conselho de Administração, era titular de 307.063.133 acções da Banif SGPS, SA, tendo transaccionado acções da Banif SGPS, SA no exercício de 2010, conforme descrito infra;

- A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções da Banif SGPS, SA.

- A Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade da qual é dirigente, era titular de 3.171.385 acções da Banif SGPS, SA.

Detinha ainda 40 acções Banif Finance FLI PERP.

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Dr. José Marques de Almeida	Subscrição	21-12-2010	139.680	139.680,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

- Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

- Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

- Pessoalmente era titular de 213.847 acções da Banif SGPS, SA.

- A sociedade Quinta do Sourinho - Agricultura e Turismo, Lda, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SGPS, SA.

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 447.º, n.º 5 CSC e art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	Compra	03-05-2010	10.000	9.300,00	
	Compra	05-05-2010	10.000	8.700,00	

Dr. António Ernesto Neto da Silva

- Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

- Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

- É titular das seguintes obrigações/unidades de participação: Banif Eurostoxx 2010, 25.000 euros; Rentipar 2008/2012, 30.000 euros; Banif Property FEIIF (210 UP's).

- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

2. TRANSACÇÕES DE ACÇÕES OU DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS COM ELAS RELACIONADOS EFECTUADAS PELA RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, SA, PELOS SEUS DIRIGENTES E POR PESSOAS ESTREITAMENTE RELACIONADAS COM AQUELES

Em cumprimento do disposto nos n.º 6 e 7 do art.º 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, segue a descrição das transacções realizadas em 2010, referentes a acções da Banif SGPS, SA ou a instrumentos financeiros com elas relacionados, efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA[1], pelos seus dirigentes e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles. A referência é feita apenas aos dirigentes da Rentipar Financeira SGPS, SA que não são comuns à Banif SGPS, SA, uma vez que as acções/instrumentos relacionados transaccionados por estes estão divulgados no ponto imediatamente anterior.

RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, SA

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 9, nº 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	UNIDADES	PREÇO MÉDIO UNIT (€)	MONTANTE (€)	OBSERVAÇÕES
Rentipar Financeira SGPS, SA	Compra	27-Abr.	159.881	0,998	159.553,22	
	Compra	28-Abr.	367.175	0,943	346.167,26	
	Compra	29-Abr.	60.000	0,925	55.500,00	
	Compra	30-Abr.	139.182	0,964	134.126,52	
	Compra	03-Mai.	208.557	0,938	195.572,44	
	Compra	04-Mai.	323.849	0,897	290.605,34	
	Compra	05-Mai.	104.960	0,858	90.016,80	
	Compra	06-Mai.	100.000	0,841	84.050,00	
	Compra	07-Mai.	71.478	0,820	58.632,40	
	Compra	10-Mai.	55.000	0,888	48.820,00	
	Compra	11-Mai.	45.000	0,894	40.250,00	
	Compra	12-Mai.	31.548	0,892	28.143,20	
	Compra	13-Mai.	35.000	0,887	31.050,00	
	Compra	14-Mai.	17.500	0,846	14.800,00	
	Compra	18-Mai.	10.000	0,880	8.800,00	
	Compra	19-Mai.	40.455	0,870	35.195,85	
	Compra	20-Mai.	40.000	0,855	34.200,00	
	Compra	24-Mai.	20.000	0,840	16.800,00	
	Compra	25-Mai.	11.494	0,819	9.410,14	

[1] Sociedade considerada em relação de domínio com a Banif SGPS, SA, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

	Compra	26-Mai.	10.000	0,830	8.300,00	
	Compra	27-Mai.	27.832	0,859	23.907,20	
	Compra	28-Mai.	35.719	0,854	30.511,15	
	Compra	31-Mai.	7.904	0,850	6.718,40	
	Compra	01-Jun.	30.000	0,837	25.100,00	
	Compra	02-Jun.	40.000	0,825	33.000,00	
	Compra	03-Jun.	34.590	0,833	28.809,70	
	Compra	04-Jun.	34.937	0,823	28.748,34	
	Compra	07-Jun.	20.000	0,825	16.500,00	
	Compra	08-Jun.	10.000	0,810	8.100,00	
	Compra	09-Jun.	5.000	0,820	4.100,00	
	Compra	11-Jun.	35.000	0,853	29.850,00	
	Compra	14-Jun.	31.000	0,860	26.660,00	
	Compra	15-Jun.	30.000	0,860	25.800,00	
	Compra	16-Jun.	25.000	0,856	21.400,00	
	Compra	17-Jun.	50.000	0,859	42.950,00	
	Compra	18-Jun.	30.000	0,860	25.800,00	
	Compra	21-Jun.	20.000	0,870	17.400,00	
	Compra	22-Jun.	20.000	0,865	17.300,0	
	Compra	23-Jun.	10.000	0,860	8.600,00	
	Compra	24-Jun.	19.248	0,850	16.360,80	
	Compra	25-Jun.	10.000	0,850	8.500,00	
	Compra	28-Jun.	12.813	0,848	10.862,92	
	Compra	29-Jun.	48.187	0,827	39.860,02	
	Subscrição	21-Dez.	40.091.296	1,000	40.091.296,00	Aumento capital – Dt.º Preferência
	Subscrição	22-Dez.	18.663.837	1,000	18.663.837,00	Aumento capital - rateio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, efectuou a seguinte transacção:

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Dr. Fernando José Inverno da Piedade	Subscrição	21-12-2010	2.510	2.510,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr. Victor Hugo Simons

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, efectuou as seguintes transacções:

Transacções de acções da Banif SGPS, SA em 2010 (art.º 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

ENTIDADE ENVOLVIDA	TIPO OPERAÇÃO	DATA	Nº ACÇÕES	MONTANTE (EM EUROS)	OBSERVAÇÕES
Dr. Vitor Hugo Simons	Compra	02-06-2010	1.000	1.000,00	
	Subscrição	21-12-2010	1.934	1.934,00	Aum. Capital - Dirt. Preferência

Dr.ª Paula Cristina Moura Roque

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

CONSELHO FISCAL DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

Dr. José Luís Pereira de Macedo

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr. Carlos Alberto da Costa Martins

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Dr.ª Teresa Lucinda Camoesas Castelo

- À excepção das transacções referentes à Rentipar Financeira, SGPS, SA, acima referidas, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

Encontram-se referidos no Capítulo VII deste relatório, respeitante ao Governo da Sociedade, os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração (Ponto II. 19 do Relatório de Governo da Sociedade) e do Conselho Fiscal (pontos II. 23 do Relatório de Governo da Sociedade).

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo (exceptuando acções da Banif SGPS, SA, identificadas no ponto 3 infra, em quadro próprio).

Banif SGPS, SA

Valores em Euros excepto quando indicada outra moeda

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Mais, SGPS, SA					17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Banif - Imobiliária, SA					150.000	985.375,25
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA	Aumento do Capital Social	03-03-10	4.706.878	23.534.390,00		
	Aquisição ao Banif, SA	31-03-10	3.814.651	26.664.410,49	12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Banif Bank Malta PLC					17.999.999	17.999.999,60
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	13.970.000,00
Banif Holding (Malta) PLC					1.998	1.998,00
Acções Banieuropa, SL					100.000	100.000,00
Acções Inmobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58

Banif Comercial SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Go					20.000,000	19.651.707,22
Acções Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	Aumento do Capital Social do Banif, SA	29-12-10	42.800.000	214.000.000,00	156.000.000	775.338.574,25
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	20.145.417	5.232.699,21	226.645.441	57.726.740,18
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	25-06-10	3.602.907	935.754,42	40.534.391	10.323.171,62
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Papel Comercial:						
Banif GO 42ª Emissão	Saída	26-02-2010	5.000.000	5.000.000,00		
Banif GO 44ª Emissão	Entrada	26-05-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif GO 44ª Emissão	Saída	26-08-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif GO 45ª Emissão	Entrada	26-08-2010	20.000.000	20.000.000,00		
Banif GO 45ª Emissão	Saída	26-11-2010	20.000.000	20.000.000,00	0	0,00
Acções Preferenciais:						
Acções Pref Banif Finance FLT PRP	Entrada	06-09-2010	93.000	88.350,00		
	Entrada	20-10-2010	223.000	217.158,50		
	Entrada	25-10-2010	4.000	4.000,00		
	Entrada	27-10-2010	27.000	25.650,00	604.000	586.898,95
Obrigações Não Residentes:						
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14	Entrada	20-10-2010	500.000	497.527,50	600.000	501.077,13
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19	Entrada	29-09-2010	92.000	69.000,00	92.000	71.070,00
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Entrada	23-11-2010	3.071.000	3.071.000,00 USD		

	Saída	24-11-2010	304.000	304.000,00 USD		
	Entrada	24-11-2010	250.000	250.000,00 USD		
	Saída	02-12-2010	153.000	153.000,00 USD		
	Saída	03-12-2010	100.000	100.000,00 USD		
	Saída	07-12-2010	769.000	769.000,00 USD		
	Saída	16-12-2010	200.000	200.000,00 USD		
	Saída	21-12-2010	1.128.000	1.128.000,00 USD		
	Saída	30-12-2010	400.000	400.000,00 USD		
	Entrada	31-12-2010	9.196.000	9.243.257,22 USD	9.463.000	9.511.629,30 USD
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Entrada	23-11-2010	2.176.000	2.176.000,00		
	Saída	24-11-2010	260.000	260.000		
	Saída	24-11-2010	472.000	472.000		
	Saída	25-11-2010	120.000	120.000		
	Saída	30-11-2010	187.000	187.000		
	Saída	06-12-2010	55.000	55.000		
	Saída	07-12-2010	501.000	501.000		
	Saída	13-12-2010	250.000	250.000		
	Saída	20-12-2010	280.000	280.000		
	Entrada	31-12-2010	7.359.000	7.404.380,00	7.410.000	7.455.703,50
Obrigações Banif CY ASF OUT 2010	Saída	28-10-2010	20.000	20.000,00	0	0,00
Obrigações Residentes:						
Obrigações Banif Leasing					6.000.000	6.084.090,00
Obrigações INV.TX VR 2016					15.000.000	15.001.763,33
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	11-06-2010	160.000	160.000,00	24.685.000	24.685.000
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17					1.502.000	1.503.443,41
Rentipar Seguros 2015	Entrada	06-05-2010	40.000.000	40.000.000,00		
	Saída	06-05-2010	1.500.000	15.000.000		
	Saída	11-05-2010	5.000.000	5.000.000		
	Saída	18-05-2010	9.000.000	9.000.000		
	Entrada	31-12-2010	5.000.000	5.036.284,72	29.500.000	24.681.027,78
Obrigações Banif SGPS 2008/2011	Entrada	06-01-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	07-01-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	11-01-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	15-01-2010	117.000	112.905,00		

	Entrada	21-01-2010	73.000	70.445,00		
	Entrada	22-01-2010	4.000	3.860,00		
	Entrada	25-01-2010	52.000	50.180,00		
	Entrada	29-01-2010	19.000	18.335,00		
	Entrada	02-02-2010	1.000	965,00		
	Saída	03-02-2010	290.000	281.300,00		
	Entrada	17-02-2010	5.000	4.825,00		
	Entrada	15-03-2010	5.000	4.825,00		
	Entrada	21-04-2010	74.000	71.410,00		
	Entrada	24-05-2010	1.000	965,00		
	Entrada	24-05-2010	2.000	1.930,00		
	Entrada	02-06-2010	6.000	5.790,00		
	Entrada	23-06-2010	74.000	71.410,00		
	Entrada	08-07-2010	4.000	3.860,00		
	Entrada	16-07-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	22-07-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	05-08-2010	27.000	26.055,00		
	Entrada	11-08-2010	1.000	965,00		
	Entrada	12-08-2010	19.000	18.335,00		
	Entrada	13-08-2010	21.000	20.265,00		
	Entrada	23-08-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-08-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-08-2010	558.000	538.470,00		
	Entrada	02-09-2010	3.000	3.895,00		
	Entrada	03-09-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	20-09-2010	44.000	42.460,00		
	Entrada	21-09-2010	15.000	14.475,00		
	Entrada	01-10-2010	2.000	1.930,00		
	Entrada	19-10-2010	7.000	6.755,00		
	Entrada	25-10-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	04-11-2010	10.000	9.650,00		
	Entrada	07-12-2010	3.000	2.895,00	933.000	940.915,99
Obrigações EMT 2005/2010	Saída	30-09-2010	382.000	382.000,00	0	0,00
Fundos Residentes Abertos:						
Infrainvest FEIA	Entrada	29-12-2010	980	94.979,05	60.980	5.666.408,18

Fundos Residentes Fechados:						
Fundo de Capital de Risco Capven					150	401.566,29
Banif Renda Habitação					10.000	10.046.453,00
Banif Imogest	Entrada	20-12-2010	1.788.535	67.150.188,87	1.788.535	67.943.225,29
Banif Gestão Imobiliária					25.000	23.249.245,00

Banif (Açores) SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950.000,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Reembolso Final	30-07-2010	6.374.000	6.136.877,63	0	0,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015	Aquisição	18-05-2010	9.000	9.000.000,00		
	Venda	31-12-2010	5.000	5.000.000,00	4.000	4.000.000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546.000,00
Investaçor SGPS, SA					1.183.900	9.376.488,00
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00

CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200.000,00	160.808,57
Obrigações BANIF 09/19 TV 30/06/2019					5.000.000,00	4.530.814,09
Obrigações BANIF 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 CALL 2014					17.500.000,00	17.685.605,98
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1.800.000,00	1.783.981,91
Acções BANIF ACOR PENSOES SGFP					108.000,00	1.107.193,81
Acções Preferenc. BANIF FINANCE 08/49 TV 31/12/2049 CALL 2018					25.000.000,00	25.000.000,00
UP BANIF ACÇÕES PORTUGAL					359.721,00	1.503.885,57
UP BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND – FCR	Compra	30-06-2010	2.280,00	22.800.000,00	2.400,00	22.505.662,80
UP BANIF EURO ACÇÕES	Compra	06-08-2010	977.988,00	1.834.998,98	1.603.873,00	2.972.847,05
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	9.764,00	40.998,06		
UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	2.381,00	9.997,58		

UP BANIF EURO CORPORATE	Compra	29-12-2010	952,00	3.997,54	13.097,00	55.205,89
UP BANIF BANIF IBERIA	Compra	06-08-2010	177.185,00	917.995,49	177.185,00	896.272,61
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-10-2010	6.000,00	39.579,60		
UP BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA	Venda	21-12-2010	35.530,00	221.735,62		
UP BANIF IMOGEST					257.879,00	9.796.359,03
UP BANIF IMOPREDIAL					5.504,00	41.331,18

Banif Investimentos SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif - Banco de Investimento, SA					11.000.000	56.878.624,84
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					8.512.000	50.220.800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	19.638.078,13
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	54.110,11
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	1.475.826,97
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	25-06-10	22.412.344	11.250.000,00 BRL	187.084.575	27.006.210,89
Acções Banif International Holdings	Aquisição de partici-pação social	31-12-10	15.008.874	15.008.874,15 USD	15.008.874	11.232.505,73

Banif Açor Pensões, SA

VALORES		MOVIMENTOS			QUANTIDADE/VALOR NOMINAL
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	EM 31/12/2010
Banif Banco de Investimento 2007-2049					250.000,00

Banif International Asset Management

VALORES		MOVIMENTOS			QUANTIDADE/VALOR NOMINAL
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	EM 31/12/2010
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Numberone SGPS, Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE/VALOR EM 31/12/2010
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 74.090,70 EUR

Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

VALORES MOBILIÁRIOS	POSIÇÃO 31/12/10	MOVIMENTOS OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	MOEDA
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010	0,00	Reembolso Final	26-02-10	3.115.000,00	3.115.000,00	USD
PTBAFIXE0001						
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB	507.000,00					EUR
PTBAF0XE0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	612.800,00					EUR
PTBCAIXE0004						
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	8.720.000,00					EUR
PTBAFGXE0003						
Obrigações CX BCA 2007/2017	1.488.250,00					EUR
PTBCAFXE0007						EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	650.000,00	Compra – OFB	29-01-10	400.000,00	360.000,00	EUR
XS0208463306		Compra – OFB	31-03-10	20.000,00	18.000,00	EUR
		Compra – OFB	30-04-10	50.000,00	44.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	6.410.000,00	Compra – OFB	31-03-10	30.000,00	25.950,00	EUR
XS0239804445		Compra- OFB	30-04-10	240.000,00	199.200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	0,00	Compra- OFB	30-06-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
XS0273479914		Reembolso Final	05-11-10	28.018.000,00	28.018.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN SUB PERP	0,00	Compra – OFB	28-01-10	90.000,00	63.000,00	EUR
XS0280064204		Compra – OFB	30-03-10	5.600.000,00	3.920.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-08-10	5.690.000,00	3.840.750,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ16	0,00	Compra – OFB	26-02-10	3.000.000,00	2.400.000,00	EUR
XS0280064469		Compra – OFB	30-04-10	5.000.000,00	4.100.000,00	EUR
		Compra – OFB	25-08-10	18.400.000,00	13.064.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-08-10	26.400.000,00	19.536.000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT PRP	3.661.000,000	Compra – OFB	18-05-10	100.000,00	70.000,00	EUR
XS0337503154						
Obrigações BANIF FIN 2009 (USD)	683.000,00					USD
XS0433827994						
Obrigações BANIF FIN 2009 (EUR)	5.735.000,00					EUR

XS0433827994						
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19	0,00	Venda – OFB	19-01-10	79.000,00	59.250,00	EUR
XS0476077366		Venda – OFB	20-01-10	1.330.000,00	997.500,00	EUR
		Venda – OFB	21-01-10	400.000,00	300.000,00	EUR
		Venda – OFB	29-01-10	10.000,00	7.500,00	EUR
		Venda – OFB	17-02-10	100.000,00	75.000,00	EUR
		Venda – OFB	18-05-10	92.000,00	69.000,00	EUR
		Venda – OFB	28-05-10	1.000.000,00	750.000,00	EUR
		Venda – OFB	31-12-10	88.853.000,00	68.638.942,50	EUR

Banif International bank, Ltd. (Bahamas)

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14 XS020846330	Compra	02-11-10	274.000	246.600,00		
	Compra	13-12-10	800.000	540.000,00		
	Venda	31-12-10	800.000	540.000,00	274.000	246.600,00
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	Compra	31-12-10	88.853.000	68.638.942,50	88.853.000	68.638.942,50
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	Compra	13-12-10	8.160.000	4.630.800,00		
	Venda	31-12-10	8.160.000	4.630.800,00	0	0,00
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ 16 XS0280064469	Compra	13-12-10	500.000	317.500,00		
	Venda	31-12-10	500.000	317.500,00	0	0,0

Banif Holding (Malta), PLC

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/10	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Investimentos, SGPS, PREF. S/VOTO					2.000	10.000,00

Banif Bank (Malta) PLC

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Banif SGPS 2008/2011 PTBNFLOE0002	Compra	03-02-10	290.000	281.300,00	920.000	
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0273479914	Transfer.	22-02-10	3.000.000	0,00		
	Reembolso Final	03-11-10	3.000.000	3.000.000,00		
Obrigações BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.028.330,00		
	Venda	20-12-10	50.000	50.000,00		
	Venda	22-12-10	545.000	545.000,00		
	Venda	23-12-10	936.000	936.000,00		
	Venda	27-12-10	404.000	404.000,00		
	Venda	28-12-10	112.000	112.000,00		
		28-12-10	350.000	350.000,00		
		29-12-10	194.000	194.000,00		
		30-12-10	50.000	50.000,00	7.359.000	
Obrigações BANIF FIN 5% NOV13 USD XS0568466030	Subscrição	10-12-10	10.000.000	10.023.610,00		
	Venda	21-12-10	208.000	208.000,00		
	Venda	22-12-10	184.000	184.000,00		
	Venda	23-12-10	196.000	196.000,00		
	Venda	28-12-10	216.000	216.000,00	9.196.000	

BANIF Finance, Ltd.

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					9.390	9.390.000,00
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015					2.736	2.257.200,00
Obrigações Banif sfe 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais SGPS, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnicrédico ALD - Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem - Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções Banco Pecúnia, SA	Venda	10-02-10	577.256	38,700,000 R$	0	0,00
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011					2	100,00

Banco Mais, SA

VALORES		MOVIMENTOS			POSIÇÃO 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000.000 HUF
Obrigações BMORE 3 Class D	Amortiz. parcial	26-03-10	28.350.000	28.350.000,00	0	0
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortiz. parcial	22-02-10	1.104.812,37	1.104.812,37	-	-
	Amortiz. parcial	20-05-10	959.114,22	959.114,22	-	-
	Amortiz. parcial	20-18-10	790.992,68	790.992,68	-	-
	Amortiz. parcial	22-11-10	667.458,05	667.458,05	2.391.267,08	2.391.267,08
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000,00	41.250.000,00
Obrigações Atlantres Finance 3 Class C	Compra	29-07-10	1	6.125.173,00	1	6.125.173,00
Obrigações Rentipar Seguros SGPS, SA 2010/2015	Compra	31-12-10	100	5.000.000,00	100	5.000.000,00

TCC Investments Luxembourg, SARL

VALORES		MOVIMENTOS			Posição 31/12/2010	
MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BMORE 4 Class D5					80	4.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortiz. parcial	22-02-10	473.491,02	473.491,02	-	-
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortiz. parcial	20-05-10	411.048,95	411.048,95	-	-
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortiz. parcial	20-08-10	338.996,86	338.996,06	-	-
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortiz. parcial	22-11-10	286.053,45	286.053,45	1.024.828,75	1.024.828,75
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA

ENTIDADE	VALOR MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				QUANTIDADE/ VALOR NOMINAL EM 31/12/10
		TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	Banif Gestão de Activos, SA					400.000
	Banif Açor Pensões, sA					189.000
	Banif Capital, SA	Compra	22-Jun-10	30.000	150.000	150.000
	Centro Venture					382.500
	Gamma STC, SA					250.000
	Banif International Asset Management					USD 50.000
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	4-Fev-10	2.500	2.950	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.775	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Fev-10	2.500	2.700	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Fev-10	100.000	115.000	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	11-Fev-10	50.000	57.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	12-Fev-10	284	327	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	15-Fev-10	50.000	57.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Mar-10	2.800	3.220	
	Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Mar-10	10.000	11.500	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	30-Mar-10	2.500	2.850	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	1-Abr-10	2.500	2.800	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	3.250	3.705	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	962	1.097	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	600	684	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Abr-10	172	196	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.500	2.525	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	2.362	2.386	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	100	101	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	27-Abr-10	38	38	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.421	1.378	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.579	3.472	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	1.000	960	
	Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	28-Abr-10	3.000	2.880	

Acções Banif SGPS, SA	Alienação	30-Abr-10	5.000	4.950
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Mai-10	3.000	2.580
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	6-Mai-10	3.000	2.430
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.700
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	10-Mai-10	3.000	2.730
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	794	643
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	161	130
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	71	58
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	241	195
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Mai-10	1.733	1.404
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	2-Ago-10	500	455
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	2-Ago-10	4.500	4.095
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	3-Ago-10	5.000	5.000
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	10-Ago-10	5.000	4.550
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	300	267
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.000	1.780
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	19-Ago-10	2.700	2.403
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	1.000	860
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	500	430
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	31	27
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	126	108
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	157	135
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	94	81
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	47	40
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	24	21
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	12	10
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	316	272
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	101	87
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Ago-10	92	79
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	2.500	2.125
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	1.256	1.068
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	24-Ago-10	744	632
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Ago-10	2.500	2.050
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Ago-10	5.000	4.250

Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.000	1.700
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Ago-10	2.500	2.125
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Ago-10	11.000	9.350
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Ago-10	500	425
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.567	2.413
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	3-Set-10	2.433	2.287
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	7-Set-10	636	591
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	7-Set-10	7.864	7.314
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	8-Set-10	149	139
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	8-Set-10	4.851	4.511
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Set-10	2.410	2.217
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.273	1.171
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	9-Set-10	1.317	1.212
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	10-Set-10	4.189	3.938
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	10-Set-10	811	762
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	13-Set-10	4.209	4.041
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	13-Set-10	791	759
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	1.942	1.923
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	600	594
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.458	2.433
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.950
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	5.000	4.900
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	13-Set-10	2.500	2.450
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	14-Set-10	10.000	9.700
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	14-Set-10	10.000	9.900
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	17-Set-10	5.000	5.150
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.550
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	17-Set-10	2.500	2.525
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	2.000
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	5.000	4.850
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	3.000	2.910
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.000	1.940
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	500	485

Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.400
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.375
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	40.000	38.000
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	20-Set-10	2.500	2.350
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.850
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	22-Set-10	5.000	4.900
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	4.000	3.960
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	806
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	7.000	6.930
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	686	672
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	10.000	9.900
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	814	814
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	9.186	9.186
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Set-10	3.000	2.940
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Set-10	9.500	9.310
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	23-Set-10	5.000	4.950
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Set-10	746	746
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Set-10	504	504
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.250	3.250
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Set-10	3.000	3.000
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	29-Set-10	5.000	5.200
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	29-Set-10	1.518	1.548
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	29-Set-10	3.000	3.060
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	29-Set-10	480	490
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	29-Set-10	2	2
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	30-Set-10	2.190	2.212
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	30-Set-10	4.455	4.500
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	30-Set-10	3.355	3.389
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	1-Out-10	10.000	10.300
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	5-Out-10	10.000	10.500
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	6-Out-10	5.000	5.350
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	6-Out-10	2.500	2.675
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.500

Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	10.000	11.100
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.500	2.800
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	5.000	5.600
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	2.437	2.778
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	8-Out-10	126	144
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	375	450
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	1.261	1.513
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.860	4.632
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	640	768
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	4.162	4.870
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	838	980
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	500	600
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	11-Out-10	3.364	4.037
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.093	1.279
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	14-Out-10	1.407	1.646
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	25-Out-10	2.500	2.775
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	26-Out-10	500	525
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	26-Out-10	2.000	2.100
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	594	624
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.467	1.540
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.533	5.810
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	1.000	1.050
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	3.467	3.640
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	5.000	5.250
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	27-Out-10	2.939	3.086
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.146	1.203
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	28-Out-10	1.354	1.422
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	103	108
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	2.397	2.517
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.000	1.040
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	2-Nov-10	1.500	1.560
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	2.134	2.049
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	10-Nov-10	366	351

Acções Banif SGPS, SA	Alienação	17-Nov-10	2.500	2.475	
Acções Banif SGPS, SA	Alienação	15-Dez-10	2.500	2.450	
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	23-Dez-10	2.500	2.275	
Acções Banif SGPS, SA	Aquisição	31-Dez-10	2.500	2.175	10.000
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	509.000	509.000	
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Reembolso	26-Fev-10	1.750.000	1.750.000	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	1-Abr-10	2.805.000	2.816.220	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	30-Abr-10	2.805.000	2.806.122	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	30-Abr-10	2.805.000	2.806.403	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	3-Mai-10	2.805.000	2.806.403	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	28-Mai-10	1.000.000	800.000	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	31-Mai-10	3.805.000	3.785.975	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	1-Jun-10	3.805.000	3.786.356	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	14-Jun-10	10.000	8.000	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	10.000	8.000	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	24-Jun-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	5-Jul-10	3.825.000	3.802.352	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Venda	23-Jul-10	3.825.000	3.786.750	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Compra	26-Jul-10	3.825.000	3.786.750	0
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	18-Mar-10	125.000	123.138	

Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-Mar-10	125.000	123.125	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	28-Out-10	1.000.000	999.500	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	12.000	12.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	1.093.000	1.093.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	605.000	605.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	174.000	174.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	10.000	10.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	6.000	6.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	207.000	207.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	126.000	126.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	225.000	225.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	2.000	2.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	100.000	100.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	525.000	525.000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Reembolso	3-Nov-10	8.000	8.000	0
Banif Finance 2006-2016	Compra	19-Fev-10	3.000.000	2.250.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	26-Fev-10	3.000.000	2.400.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	29-Abr-10	5.000.000	4.000.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-Abr-10	5.000.000	4.100.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-Ago-10	18.400.000	13.064.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	25-Ago-10	18.400.000	13.064.000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	8-Dez-10	500.000	315.000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	13-Dez-10	500.000	317.500	0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-Jan-10	400.000	354.200	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-Jan-10	400.000	360.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	12-Mar-10	20.000	17.600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-Mar-10	20.000	18.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	21-Abr-10	50.000	44.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	30-Abr-10	50.000	44.000	

Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	8-Dez-10	800.000	536.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	13-Dez-10	800.000	540.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	15-Dez-10	1.473.000	994.275	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	20-Dez-10	750.000	510.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	23-Dez-10	2.000.000	1.300.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	30-Dez-10	4.223.000	2.821.809	0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Nov-10	66.000	31.680	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	154.000	77.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	16-Dez-10	284.000	142.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	20-Dez-10	2.050.000	1.096.750	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-Dez-10	2.754.000	1.450.532	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	29-Dez-10	200.000	100.000	0
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Jan-10	90.000	63.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	28-Jan-10	90.000	63.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Mar-10	5.600.000	3.808.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Mar-10	5.600.000	3.920.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Set-10	100.000	48.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-Out-10	50.000	24.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	19-Out-10	50.000	24.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-Nov-10	30.000	14.400	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	30.000	16.941	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	13-Dez-10	8.160.000	4.630.800	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-Dez-10	7.900.000	4.461.106	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	22-Dez-10	1.255.000	709.075	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-Dez-10	1.765.000	1.006.050	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	30-Dez-10	510.000	288.150	0
Banif SA 2005-2010	Compra	12-Mar-10	30.000	25.650	
Banif SA 2005-2010	Venda	31-Mar-10	30.000	25.950	
Banif SA 2005-2010	Compra	21-Abr-10	40.000	34.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	27-Abr-10	200.000	160.000	

Banif SA 2005-2010	Venda	30-Abr-10	240.000	199.200	
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	1.100.000	737.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	15-Dez-10	2.576.000	1.687.280	
Banif SA 2005-2010	Compra	20-Dez-10	4.000.000	2.680.000	
Banif SA 2005-2010	Compra	23-Dez-10	60.000	40.200	
Banif SA 2005-2010	Venda	30-Dez-10	7.736.000	5.183.120	0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	7-Jan-10	151.500	149.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	21.000	20.877	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.500	20.442	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.000	81.911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	7.000	6.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	99.500	99.404	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	14.000	13.917	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	85.500	85.407	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.500	25.402	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	79.000	78.857	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	18.000	17.881	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	80.000	79.902	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	41.000	40.912	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	291.000	290.605	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	259.000	258.024	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	102.500	102.382	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	101.000	100.858	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	87.000	86.691	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	109.000	108.472	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	520.000	517.832	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	156.000	155.318	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	36.000	35.854	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.035	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	107.500	106.986	

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	308.000	307.165
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	101.000	100.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	35.000	34.841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	37.500	37.338
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	105.000	104.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.500	51.306
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	51.000	50.945
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.000	19.867
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	67.500	67.164
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	12.500	12.455
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	67.500	67.164
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	156.000	155.318
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	35.000	34.841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	87.000	86.691
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.189
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	105.000	104.858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.500	51.306
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	107.500	106.986
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	20.000	19.867
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	80.000	79.902
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	254.500	253.979
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.500	52.235
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.500	52.235
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	51.000	50.945
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	55.000	54.771
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	42.000	41.751
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	29.000	28.948
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	38.000	37.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	23.000	22.864

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	110.000	109.541
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	44.000	43.739
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	308.000	307.165
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	90.500	90.053
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	205.000	204.468
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.758
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	158.000	157.705
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	82.500	82.363
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	179.500	178.474
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	104.000	103.557
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	8.000	7.960
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	209.000	208.003
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	36.000	35.854
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	25.000	24.953
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	205.000	204.423
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	303.000	302.593
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	186.000	185.238
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	197.500	196.513
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	50.500	50.398
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	432.000	429.248
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	97.500	97.283
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	47.500	47.378
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	101.500	101.304
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	175.500	174.558
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	36.500	36.318
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	23.500	23.374
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	101.500	101.304
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	426.000	423.243
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	110.500	110.376
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	153.500	153.068
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	97.500	97.283

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	18.000	17.881
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	107.500	107.223
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	47.500	47.378
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	41.000	40.891
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	147.000	146.831
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	197.500	196.513
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	110.500	110.376
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	432.000	429.248
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	426.000	423.243
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	153.500	153.068
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	204.000	203.471
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	175.500	174.558
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	36.500	36.318
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	23.500	23.374
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	41.000	40.891
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-Fev-10	50.500	50.398
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	158.000	157.705
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	42.000	41.751
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	107.500	107.223
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	38.000	37.775
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	23.000	22.864
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	110.000	109.541
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	44.000	43.739
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.000	24.953
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	90.500	90.053
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-Fev-10	147.000	146.831
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.758
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	50.000	49.668
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.500	82.363
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	179.500	178.474
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	104.000	103.557

Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	8.000	7.960	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	209.000	208.003	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	37.500	37.338	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	85.500	85.407	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	21.000	20.877	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	55.000	54.771	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	20.500	20.442	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-Fev-10	52.000	51.782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	291.000	290.605	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	52.000	51.782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	29.000	28.948	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	79.000	78.857	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	205.000	204.468	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	82.000	81.911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	99.500	99.404	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	14.000	13.917	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	25.500	25.402	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	41.000	40.912	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	259.000	258.024	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	254.500	253.979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	7.000	6.985	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	102.500	102.382	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	15-Fev-10	12.500	12.455	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	50.000	50.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	20.500	20.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	155.500	155.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	75.500	75.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	56.000	56.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	40.500	40.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	8.862.500	8.862.500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	6.000	6.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	303.000	303.000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Reembolso	17-Fev-10	15.000	15.000	0
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Jan-10	15.000	15.000	

Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	115.000	115.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	20-Jan-10	65.000	65.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	131.000	131.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	15.000	15.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	51.000	51.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	21-Jan-10	124.000	124.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	27.000	27.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Jan-10	111.000	111.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	25-Jan-10	11.000	11.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	26-Jan-10	66.000	66.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	27-Jan-10	12.000	12.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	15.000	15.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	60.000	60.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	28-Jan-10	24.000	24.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	13.000	13.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	6.000	6.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	29-Jan-10	30.000	30.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	13.000	13.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	53.000	53.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	1-Fev-10	26.000	26.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	4-Fev-10	4.000	4.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	18-Fev-10	25.000	25.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	19-Fev-10	141.000	141.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	23-Fev-10	20.000	20.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	2-Mar-10	5.000	5.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	3-Mar-10	50.000	50.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	12-Mar-10	4.000	4.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	16-Mar-10	1.000	1.000	
Banif SA 2009-2019	Venda	22-Mar-10	20.000	20.000	0
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	17-Fev-10	30.000	28.800	
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	22-Abr-10	40.000	38.980	

Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Reembolso	28-Out-10	210.000	210.000	0
Banif SGPS 2009-2012	Venda	10-Fev-10	18.400.000	18.694.400	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	11-Fev-10	18.400.000	18.699.920	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	26-Mar-10	300.000	306.150	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	30-Mar-10	1.000.000	1.021.160	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	29-Abr-10	1.000.000	955.400	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	10.000.000	9.880.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	988.500	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	30-Abr-10	1.000.000	974.800	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	5-Mai-10	2.000.000	1.906.800	
Banif SGPS 2009-2012	Venda	6-Mai-10	20.000.000	19.550.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	1.000.000	969.410	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.926.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	6-Mai-10	2.000.000	1.938.820	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	4-Jun-10	20.000.000	19.550.000	
Banif SGPS 2009-2012	Compra	11-Nov-10	11.086.000	10.587.130	48.186.000
Banif Finance 2009-2019	Venda	20-Jan-10	30.000	22.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	1.330.000	997.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	19-Jan-10	1.300.000	975.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	20-Jan-10	30.000	22.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	29-Jan-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	28-Mai-10	1.000.000	800.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	28-Mai-10	1.000.000	750.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	92.000	69.000	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Compra	13-Set-10	10.000	7.500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	13-Set-10	10.000	7.550	0
Banif Cayman - USD creditos Brasil 2008/2010	Venda	18-Jan-10	20.000	20.000	
Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	

Banif SA 2008-2018	Compra	31-Dez-10	5.000	5.000	10.000
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Venda	18-Jan-10	60.000	60.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	7-Mai-10	25.000	24.225	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	13-Ago-10	200.000	194.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Venda	30-Ago-10	180.000	180.000	
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Compra	29-Dez-10	250.000	232.500	USD 296.000
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	19-Fev-10	2.000	1.934	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	12-Mar-10	55.000	53.350	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	16-Mar-10	430.000	417.323	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	25-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	26-Mar-10	430.000	417.219	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	15-Abr-10	15.000	14.550	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	6-Mai-10	75.000	72.885	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	20-Mai-10	5.000	4.843	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	17-Jun-10	75.000	72.742	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	17-Jun-10	75.000	72.742	
Trade Invest LTD Var 06/11	Venda	22-Jun-10	250.000	245.000	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	24-Jun-10	60.000	58.050	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	25-Jun-10	16.000	15.480	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	21-Jul-10	40.000	38.700	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	6-Ago-10	20.000	19.300	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	9-Ago-10	5.000	4.825	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	13-Ago-10	5.000	4.825	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	28-Out-10	25.000	24.250	
Trade Invest LTD Var 06/11	Compra	28-Out-10	2.000	1.940	742.000

3. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 448.º DO CÓDIGO DOS SOCIEDADES COMERCIAIS

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual:

- a Rentipar Financeira, SGPS, SA era titular de mais de metade e menos de dois terços do capital social da Banif SGPS, SA;

- a Auto-Industrial, Investimentos e Participações SGPS, SA, era titular de mais de um décimo e menos de um terço do capital social da Banif SGPS, SA.

4. INFORMAÇÃO SOBRE ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício de 2010 a Banif SGPS, SA não efectuou qualquer transacção sobre acções próprias, mantendo-se titular, em 31 de Dezembro, das mesmas 821.951 unidades que detinha no início do exercício.

Por seu lado, o Banif - Banco de Investimento, SA ('BBI'), sociedade dominada pela Banif SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif SGPS, SA, as quais foram executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa.

O total de acções da Banif SGPS, SA detidas pelo Banif - Banco de Investimento, SA, em 31 de Dezembro de 2009 era de 0 unidades. Durante o exercício de 2010, foram realizadas as seguintes transacções:

ENTIDADE	TIPO DE TRANSACÇÃO	DATA	MERCADO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO
BBI	Aquisição	04-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,18000
BBI	Aquisição	05-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,11000
BBI	Aquisição	05-Fev-10	Euronext Lisboa	2.500	1,08000
BBI	Aquisição	11-Fev-10	Euronext Lisboa	100.000	1,15000
BBI	Alienação	11-Fev-10	Euronext Lisboa	50.000	1,15000
BBI	Alienação	12-Fev-10	Euronext Lisboa	284	1,15000
BBI	Alienação	15-Fev-10	Euronext Lisboa	50.000	1,15000
BBI	Aquisição	23-Mar-10	Euronext Lisboa	2.800	1,15000
BBI	Alienação	23-Mar-10	Euronext Lisboa	10.000	1,15000
BBI	Aquisição	30-Mar-10	Euronext Lisboa	2.500	1,14000
BBI	Aquisição	01-Abr-10	Euronext Lisboa	2.500	1,12000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	3.250	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	962	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	600	1,14000
BBI	Aquisição	09-Abr-10	Euronext Lisboa	172	1,14000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	2.500	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	2.362	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	100	1,01000
BBI	Aquisição	27-Abr-10	Euronext Lisboa	38	1,01000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.421	0,97000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	3.579	0,97000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.000	0,96000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	1.000	0,96000
BBI	Aquisição	28-Abr-10	Euronext Lisboa	3.000	0,96000

BBI	Alienação	30-Abr-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Aquisição	05-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,86000
BBI	Aquisição	06-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,81000
BBI	Alienação	10-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,90000
BBI	Alienação	10-Mai-10	Euronext Lisboa	3.000	0,91000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	794	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	161	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	71	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	241	0,81000
BBI	Aquisição	25-Mai-10	Euronext Lisboa	1.733	0,81000
BBI	Alienação	02-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,91000
BBI	Alienação	02-Ago-10	Euronext Lisboa	4.500	0,91000
BBI	Alienação	03-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	1,00000
BBI	Aquisição	10-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	0,91000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	300	0,89000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	2.000	0,89000
BBI	Aquisição	19-Ago-10	Euronext Lisboa	2.700	0,89000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	1.000	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	31	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	126	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	157	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	94	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	47	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	24	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	12	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	316	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	101	0,86000
BBI	Aquisição	23-Ago-10	Euronext Lisboa	92	0,86000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,85000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	1.256	0,85000
BBI	Aquisição	24-Ago-10	Euronext Lisboa	744	0,85000
BBI	Aquisição	25-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,82000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	5.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	2.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	2.500	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	11.000	0,85000
BBI	Alienação	27-Ago-10	Euronext Lisboa	500	0,85000
BBI	Alienação	03-Set-10	Euronext Lisboa	2.567	0,94000
BBI	Alienação	03-Set-10	Euronext Lisboa	2.433	0,94000
BBI	Aquisição	07-Set-10	Euronext Lisboa	636	0,93000
BBI	Aquisição	07-Set-10	Euronext Lisboa	7.864	0,93000
BBI	Aquisição	08-Set-10	Euronext Lisboa	149	0,93000

BBI	Aquisição	08-Set-10	Euronext Lisboa	4.851	0,93000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	2.410	0,92000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	1.273	0,92000
BBI	Aquisição	09-Set-10	Euronext Lisboa	1.317	0,92000
BBI	Alienação	10-Set-10	Euronext Lisboa	4.189	0,94000
BBI	Alienação	10-Set-10	Euronext Lisboa	811	0,94000
BBI	Aquisição	13-Set-10	Euronext Lisboa	4.209	0,96000
BBI	Aquisição	13-Set-10	Euronext Lisboa	791	0,96000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	1.942	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	600	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	2.458	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	13-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,98000
BBI	Aquisição	14-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,97000
BBI	Alienação	14-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,99000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	1,03000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	1,02000
BBI	Aquisição	17-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	1,01000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.000	1,00000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.000	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	500	0,97000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,96000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,95000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	40.000	0,95000
BBI	Aquisição	20-Set-10	Euronext Lisboa	2.500	0,94000
BBI	Alienação	22-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,97000
BBI	Alienação	22-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	4.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	814	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	7.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	686	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	10.000	0,99000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	814	1,00000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	9.186	1,00000
BBI	Aquisição	23-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	0,98000
BBI	Aquisição	23-Set-10	Euronext Lisboa	9.500	0,98000
BBI	Alienação	23-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	0,99000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	746	1,00000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	504	1,00000

BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	3.250	1,00000
BBI	Alienação	27-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	1,00000
BBI	Alienação	29-Set-10	Euronext Lisboa	5.000	1,04000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	1.518	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	3.000	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	480	1,02000
BBI	Aquisição	29-Set-10	Euronext Lisboa	2	1,03000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	2.190	1,01000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	4.455	1,01000
BBI	Aquisição	30-Set-10	Euronext Lisboa	3.355	1,01000
BBI	Alienação	01-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,03000
BBI	Aquisição	05-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,05000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,07000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,07000
BBI	Alienação	06-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,07000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,10000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	10.000	1,11000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,12000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,12000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.437	1,14000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	2.437	1,14000
BBI	Alienação	08-Out-10	Euronext Lisboa	126	1,14000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	375	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	1.261	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	3.860	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	640	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	4.162	1,17000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	838	1,17000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	500	1,20000
BBI	Aquisição	11-Out-10	Euronext Lisboa	3.364	1,20000
BBI	Aquisição	14-Out-10	Euronext Lisboa	1.093	1,17000
BBI	Aquisição	14-Out-10	Euronext Lisboa	1.407	1,17000
BBI	Aquisição	25-Out-10	Euronext Lisboa	2.500	1,11000
BBI	Aquisição	26-Out-10	Euronext Lisboa	500	1,05000
BBI	Aquisição	26-Out-10	Euronext Lisboa	2.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	594	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	1.467	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	5.533	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	1.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	3.467	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	5.000	1,05000
BBI	Alienação	27-Out-10	Euronext Lisboa	2.939	1,05000
BBI	Alienação	28-Out-10	Euronext Lisboa	1.146	1,05000

BBI	Alienação	28-Out-10	Euronext Lisboa	1.354	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	103	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	2.397	1,05000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	1.000	1,04000
BBI	Aquisição	02-Nov-10	Euronext Lisboa	1.500	1,04000
BBI	Aquisição	10-Nov-10	Euronext Lisboa	2.134	0,96000
BBI	Aquisição	10-Nov-10	Euronext Lisboa	366	0,96000
BBI	Alienação	17-Nov-10	Euronext Lisboa	2.500	0,99000
BBI	Alienação	15-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,98000
BBI	Aquisição	23-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,91000
BBI	Aquisição	31-Dez-10	Euronext Lisboa	2.500	0,87000

O total de acções da Banif SGPS, SA detidas pelo Banif - Banco de Investimento, SA em 31 de Dezembro de 2010 era de 10.000 unidades, as quais, em face ao disposto no art.º 325.º-A do Código das Sociedades Comerciais, são consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Pelo exposto, o total de acções próprias existente em 31 de Dezembro de 2009 era, assim, de 831.951 unidades.

5. TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

Nos termos do art.º 8.º n.º 1, al. b) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se, com referência à data de 31 de Dezembro de 2010, sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, no final do ano em apreciação, de acordo com o artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE.[2]
  Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2010, 1.308.888 acções da Banif SGPS, SA, correspondentes a 0,230% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 307.063.133 acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Rentipar Financeira SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

- 1.152.997 acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que são titulares os membros do órgão de administração da Rentipar Financeira

[2] A cabeça-de-casal da Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque é a Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro, filha do Sr. Comendador Horácio Roque.

SGPS, SA – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções, Dr. José Marques de Almeida: 1.117.440 acções e Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

- 27.583.051 acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira, SGPS, SA (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

- 267.750 acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Espaço Dez - Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
- 3.171.385 acções, correspondentes a 0,556% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a Fundação Horácio Roque - Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade considerada dominada pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

Num total de 340.547.204 acções, correspondentes a 59,745% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA.

- AUTO-INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, pessoa colectiva n.º 505 025 752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de 76.377.857 acções, representativas de 13,400% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA. A accionista é ainda titular de 59.405.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's), sendo que a participação qualificada de 13,400% diz respeito apenas às acções subscritas e não considera os direitos incorporados nos VMOC's, que apenas deverão vir a ser considerados aquando da sua conversão em acções.

- JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM, com domicílio na Rua da Corticeira, 34, 4536-902, Mozelos, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:

- 13.493.270 acções, correspondentes a 2,367% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a Evalesco, SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

- 12.138 acções, correspondentes a 0,002% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular um membro do órgão de administração da Evalesco, SGPS, SA – Carla de Castro Amorim (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

Num total de 13.505.408 acções, correspondentes a 2,369% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA.

09

Recomendações do FSF e do CEBS Relativas à Transparência de Informação e à Valorização de Activos

9

Recomendações do FSF e do CEBS Relativas à Transparência da Informação e à Valorização de Activos

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, e Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, do Banco de Portugal, sobre a "Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos".

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. *Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades /negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).*
   O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

2. *Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).*
   As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas "28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS" e "25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS", respectivamente, do ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras" consolidadas, da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

3. *Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).*
   As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

4. *Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.*

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

5. *Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.*
   Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. *Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.*
   A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto "2.3 Controlo dos Riscos de Actividade" da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

7. *Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.*
   As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto "2.3 Controlo dos Riscos de Actividade" da parte II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO EM 2010" do Relatório de Gestão.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. *Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados.*
   Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. *Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), colateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).*
   No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commmercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS),

colateralised debt obligations (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

Euros

	31-12-2009			31-12-2010		
TIPO DE PRODUTO	+/- VALIA POTENCIAL	+/- VALIA REALIZADA	RESERVAS	+/- VALIA POTENCIAL	+/- VALIA REALIZADA	RESERVAS
ABS	306.390	785.927	(817.268)	1.023.318	566.554	(70.778)
CDO	(466.350)	0	54	16.015	(881.500)	0
CLO	3.094.595	0	(636.098)	1.897.716	0	(115.571)
CMBS	(6.026)	0	(263.978)	16.375	138.445	(6.460)
RMBS	(254.924)	86.700	(373.916)	3269.738	219.000	1.298.740
GRAND TOTAL	2.674.224	872.627	(2.091.216)	3.223.162	42.498	1.105.930

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *sub-prime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos *spreads* e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados – o mercado tornou-se ilíquido –, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Grupo Banif - Grupo Financeiro, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Grupo.

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos *spreads* a partir de Maio. As taxas de *default* nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um

impressionante *rally* durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações *investment grade*.

O ano de 2010 foi também de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de *spreads* e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatícia e copiosa em termos de injecção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de secutritização (*asset-backed securities*, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito *Investment Grade* (IG) e mesmo *High Yield* (HY).

Numa análise do ano, verificou-se que a primeira metade pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos *spreads* dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções, em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, sendo que o montante emitido em Março de 2010 foi o mais alto verificado desde Dezembro de 2007. De acordo com o Banco Central Europeu (BCE), a recuperação sustentável deste mercado deverá implicar algumas alterações fundamentais em termos de transparência e simplicidade dos produtos, algo que começa já a verificar-se (in *Financial Stability Review June 2010*, BCE).

Os dados de mercado, nomeadamente o intervalo de *spreads* dos RMBS, apontam para uma maior diferenciação entre emitentes, revelando que a análise casuística do risco e do retorno de cada emissão é, cada vez mais, o factor decisivo em termos investimento, em detrimento da performance geral do mercado. De notar, no entanto, que os *spreads* dos produtos estruturados, em particular dos RMBS de alguns emitentes europeus, apresentaram uma deterioração por via das preocupações dos investidores relacionadas com questões de dívida soberana, a partir do início de Maio.

Na classe dos CMBS, apesar dos *spreads* de certa forma elevados face ao movimento geral descendente do risco nos produtos estruturados, alguns índices do mercado de crédito apresentavam em meados de Maio níveis pré colapso da Lehman, ao mesmo tempo que o mercado de CDOs apresentou também uma evolução positiva. Contudo, no que diz respeito ao mercado imobiliário com fins comerciais, apesar da maioria dos países da zona Euro ter registado algumas melhorias, é provável que os preços permaneçam abaixo dos níveis observados em anos anteriores por mais algum tempo, o que coloca alguns riscos nos créditos colateralizados por imóveis, entre os quais os CMBS (*commercial mortgage-backed securities*).

Na segunda metade do ano, os spreads dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos spreads nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade é meramente um reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os spreads dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008.

Com efeito, o mercado de securitização permanece em baixa, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003. A insuficiente transparência acerca da composição das *pools* de activos tem sido identificada como um dos impedimentos para uma recuperação sustentável dos mercados de securitização. Para resolver em parte esta questão, e considerando que o Eurosistema é um dos principais concedentes de crédito contra colaterais de ABS, o trabalho iniciado em Abril sobre o estabelecimento dos requisitos de informação deverá atenuar esta condicionante, sendo aplicável às novas emissões. Estes novos requisitos irão claramente aumentar a transparência neste mercado, contribuindo desta forma para melhores avaliações de risco e ajudando a restaurar a confiança nos mercados de ABS.

A boa conjuntura nesta classe de activos, possibilitou, uma vez mais, anular perdas dos anos anteriores, sendo que em 2010 houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo registava um saldo positivo em termos de mais-valias potenciais de €3,2 milhões, uma subida de 21% face ao ano anterior e as reservas passaram de €2 milhões negativos, em 2009, a €1,1 milhões positivos, em 2010. No que diz respeito a mais-valias realizadas o saldo foi positivo no ano (€42 mil), com os ganhos nos segmentos de ABS, CMBS e RMBS a mais do que compensaram as perdas nos CDOs.

11. *Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.*

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes (em milhares de euros):

BALANÇO	31-12-2010 VALOR LÍQUIDO	31-12-2010 VALOR LÍQUIDO SEM O IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
...	-	-
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	854.819	851.554
Activos financeiros disponíveis para venda	294.410	293.305
Activos por impostos diferidos	72.697	71.430
...	-	-
Total do Activo	15.710.692	15.707.589
...	-	-
Total do Passivo	14.431.815	14.431.815
...	-	-
Reservas de reavaliação	(10.572)	(11.357)
Resultado do exercício	33.426	31.108
...	-	-
Total do Capital	1.278.877	1.275.774
Total do Passivo + Capital	15.710.692	15.797.589

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31-12-2010 VALOR LÍQUIDO	31-12-2010 VALOR LÍQUIDO SEM O IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
...	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	452	(2.813)
...	-	-
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	58.075	54.810
Impostos	(13.904)	(12.957)
Correntes	(13.022)	(13.022)
Diferidos	(882)	65
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	44.171	41.853
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses que não controlam	(10.745)	(10.745)
Resultado consolidado do exercício	33.426	31.108

12. *Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados.*

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. *Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.*

Conforme já referido anteriormente neste Anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados de 2007, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos *spreads* de crédito e, consequentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras. Esta situação, no que concerne às instituições financeiras nacionais, inverteu-se ligeiramente no segundo semestre de 2009, mas retomou a tendência negativa em Fevereiro de 2010, tendo-se agravado significativamente no mês de Abril, na sequência das reduções do Rating da República Portuguesa.

Em 2010, a cotação das acções da Banif SGPS, SA acompanhou esta evolução do mercado, evidenciando uma maior volatilidade em períodos mais turbulentos, explicada pela menor dimensão da instituição, pela elevada concentração accionista e logo menor *free-float* e liquidez. Em 2010, a cotação das acções teve, em média, um comportamento menos favorável que o evidenciado pelo índice PSI do sector (PSI 20).

As acções da Banif SGPS transaccionavam, no final de Dezembro de 2010, a um valor correspondente a cerca de metade do respectivo valor contabilístico (*book value*).

14. *Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.*

A 31 de Dezembro de 2010, a carteira de produtos estruturados do Grupo, que se encontrava sedeada no banco de investimento em Portugal, ascendia a €38,3 milhões, medida em termos de valor de mercado, reflectindo-se numa redução significativa da exposição em risco face ao ano anterior (uma queda de 24% ou -€12 milhões) e que corresponde a cerca de 0,24% do activo líquido consolidado do Banif - Grupo Financeiro e cerca de 3,7% dos capitais próprios.

Em paralelo, o valor nominal da carteira registou uma queda de 25%, de €58 milhões para €43 milhões, decorrente, essencialmente, das amortizações e reembolsos verificados nas estruturas e, adicionalmente, da venda de alguns activos. A mitigar o risco existe uma compra de protecção (*credit default swap*) que corresponde a cerca de um terço do valor nominal da carteira de produtos estruturados, em que o risco de crédito é transferido para terceiros, e cujo montante *outstanding* ascende a cerca de €12 milhões – ver detalhes no ponto 17. Desta

forma, o impacto sobre o Grupo é pouco significativo, mesmo admitindo o cenário extremo de perda total do valor dos activos, situação de probabilidade reduzida tendo por base os dados observáveis no mercado, nomeadamente as taxas de default e as taxas de recuperação para instrumentos comparáveis aos detidos em carteira.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – "*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition*" – o Banif - Banco de Investimento (BBI) procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (*Loans and Receivables*), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (*foreseeable future*) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito. Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, sendo que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a defaults dos títulos. Fazendo uma análise à qualidade creditícia da carteira – ver ponto 18 –, verifica-se que, a 31 de Dezembro de 2010, cerca 62% da carteira de produtos estruturados do Banif - Grupo Financeiro era Investment Grade, tendo em consideração o rating médio das três principais agências internacionais: *Moody´s, S&P e Fitch*. De referir que, de uma forma global, assistiu-se no ano a uma tendência de downgrade nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração dos *ratings* dos soberanos, o que influenciou também os *rating* das securitizações, em particular dos RMBS.

Em 2010, registou-se novamente uma redução efectiva da exposição do Grupo a produtos estruturados, em virtude de alguns títulos que estavam em carteira terem chegado ao vencimento, em várias situações antecipadamente ao que estava previsto, com o reembolso dos mesmos pelo valor nominal (não ocorrência de eventos de crédito), reflectindo a qualidade creditícia da carteira.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do Banif - Grupo Financeiro tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008. Recentemente, em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A adopção desta medida não terá impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Banif - Grupo Financeiro.

15. *Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.*

A presente informação está incluída na nota "45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS" do ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras" consolidadas, da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. *Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".*

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições "vivas" nos instrumentos acima identificados.

Euros

	31-12-2009		31-12-2010	
TIPO DE PRODUTO	VALOR MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR MERCADO	VALOR NOMINAL
ABS	17.146.400	18.242.761	7.357.714	7.633.620
CDO	2.506.700	5.000.000	1.372.215	2.000.000
CLO	16.493.817	20.927.405	18.576.044	23.000.000
CMBS	6.873.720	7.019.578	4.130.116	4.042.743
RMBS	6.988.690	6.761.610	6.844.831	6.648.068
GRAND TOTAL	50.009.327	57.951.353	38.280.919	43.324.431

17. *Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.*

O quadro seguinte apresenta o detalhe do *credit default swap* em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

Euros

	31-12-2010	
TIPO DE PRODUTO	CDS OUTSTANDING	CDS +/- VALIA
ABS	5.000.000	-912.434
CDO	0	-149.955
CMBS	1.997.092	-65.341
RMBS	0	-452.369
CLO	4.932.049	-3.217.958
GRAND TOTAL	11.909.141	-4.798.057

18. *Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:*

- *Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;*
- *Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);*
- *Áreas geográficas de origem;*
- *Sector de actividade;*
- *Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);*
- *Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;*
- *Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.*

A 31 de Dezembro de 2010, a exposição do Grupo a produtos estruturados sedeada no BBI ascendia a cerca de €38,3 milhões em termos de valor de mercado, tendo ocorrido uma redução de exposição transversal às várias classes de securitização, mas com especial relevância nos ABS. Com efeito, a exposição a este segmento registou, pelo segundo ano consecutivo, uma queda significativa na sequência dos reembolsos ocorridos (cerca de €12,5 milhões em 2010), pelo que a exposição a valores de mercado passou de €17 milhões para €7 milhões (-60%), reflectindo-se igualmente na diminuição do respectivo peso na carteira de produtos estruturados do Grupo, de 34%, em 2009, para 19%, em 2010.

Também nos CMBS e CDO verificou-se uma redução de exposição efectiva, decorrente de reembolsos e vendas verificados, passando a assumir um peso de 11% e 4% no final do ano. Em consequência, as outras classes de activos: CLOs e RMBS registaram um aumento do peso relativo, representando respectivamente 48% e 18% da carteira. Dentro do segmento de crédito hipotecário, as exposições a CMBS (*commercial mortgage backed securities*) e RMBS (*residential mortgage backed securities*) não compreendiam qualquer exposição a crédito *sub-prime*. Nos CDOs e CLOs (*collateralised debt and loans obligations*), a exposição a *sub-prime* é marginal.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investiu nas tranches mais seniores das operações. No final do ano, o Grupo possuía apenas uma exposição correspondente a *first loss position*, com um valor de mercado de €1,4 milhões, com um peso de 3,6% na carteira.

No que diz respeito à qualidade de crédito, cerca de 62% da carteira total de produtos estruturados a 31 de Dezembro de 2010 era *Investment Grade*, sendo que mais de 35% possuía *rating* superior ou igual a A- atribuído pelas principais agências de *rating* internacionais, *Moody´s, S&P e Fitch* (valor médio das notações) – ver quadro 18.2. A assinalar que não existia na carteira do Grupo nenhuma exposição abaixo de B- ou sem rating atribuído. Assistiu-se, no entanto, a um *dowgrade* dos ratings médios dos produtos estruturados detidos em carteira face ao ano anterior, em linha com o movimento

generalizado de descida das notações de crédito nos vários tipos de activos, com particular incidência na dívida soberana dos países europeus periféricos, mas também em virtude de alterações nas metodologias utilizadas para a avaliação destes instrumentos. Os activos subjacentes à carteira de produtos estruturados são todos de países *Investment Grade*, maioritariamente respeitantes a países da União Europeia, que representam um peso de 94%. Os Estados Unidos têm um peso reduzido, de apenas 6%.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não tendo existindo qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do *sub-prime* (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010. Desta forma, na carteira remanescente, em termos de decomposição por ano de aquisição, cerca de 70% é respeitante ao período 2004-2005, e cerca de 28% a 2006. Apenas 5% da carteira, correspondente um valor de mercado de €1,8 milhões, foi adquirida em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados.

A carteira de produtos estruturados apresenta um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (*weighted average life*; vida média) nos 4,5 anos, a 31 de Dezembro de 2010, para a qual contribui favoravelmente os segmentos de ABS e CMBS com prazos de vencimento dos títulos mais curtos (WAL média de 2,5 e 1,8 anos respectivamente). Com efeito, tem-se assistido a uma redução natural da carteira de produtos estruturados do Grupo Banif decorrente dos vencimentos dos títulos, que durante o ano excederam os €15 milhões, o que se traduziu num aumento da vida média da carteira remanescente, em virtude do incremento do peso relativo das classes de activos com WAL superiores, como é o caso dos CLO e RMBS. A 31 de Dezembro de 2010, cerca de 1,5% da carteira possuía uma vida média residual estimada inferior a um ano, e cerca de 12,6% com um prazo entre 1 e 2 anos.

18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

	VALOR DE MERCADO	
TIPO DE PRODUTO / SECTOR	MONTANTE	PESO
ABS	7.357.714	19,2%
Leasing	2.997.485	7,8%
Crédito PME	2.048.470	5,4%
Outros	2.311.758	6,0%
CDO	1.372.215	3,6%
CLO	18.576.044	48,5%
CMBS	4.130.116	10,8%
RMBS	6.844.831	17,9%
TOTAL	38.280.919	100,0%

18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Euros

RATINGS	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
AA+	-	-	-	532.822	1.075.256	1.608.078	4,2%
AA-	-	-	-	-	1.361.666	1.361.666	3,6%
A+	-	-	-	-	3.626.848	3.626.848	9,5%
A	2.997.485	-	2.362.373	-	-	5.359.858	14,0%
A-	-	-	1.546.551	-	-	1.546.551	4,0%
BBB+	2.048.470	-	-	1.761.171	781.061	4.590.702	12,0%
BBB	1.734.056	-	-	-	-	1.734.056	4,5%
BBB-	-	-	3.744.917	-	-	3.744.917	9,8%
Investment Grade	6.780.011	-	7.653.841	2.293.993	6.844.831	23.572.676	61,6%
BB+	577.703	1.372.215	2.821.832	-	-	4.771.750	12,5%
BB	-	-	6.997.416	-	-	6.997.416	18,3%
B	-	-	-	1.836.123	-	1.836.123	4,8%
B-	-	-	1.102.954	-	-	1.102.954	2,9%
Non Investment Grade	577.703	1.372.215	10.922.203	1.836.123	-	14.708.243	38,4%
TOTAL	7.357.714	1.372.215	18.576.044	4.130.116	6.844.831	38.280.919	100,0%

Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody´s, S&P e Fitch.

18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Euros

REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
Alemanha	1.734.056	-	-	1.761.171	2.593.252	6.088.479	15,9%
EUA	-	-	2.424.117	-	-	2.424.117	6,3%
Europa	-	1.372.215	16.151.927	532.822	-	18.056.964	47,2%
Holanda	-	-	-	1.836.123	-	1.836.123	4,8%
Itália	2.997.485	-	-	-	-	2.977.485	7,8%
Reino Unido	2.048.470	-	-	-	4.251.579	6.300.049	16,5%
Rússia	577.703	-	-	-	-	577.703	1,5%
TOTAL	7.357.714	1.372.215	18.576.044	4.130.116	6.844.831	38.280.919	100,0%

18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Euros

VINTAGE	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
2004	2.997.485	1.372.215	4.928.391	532.822	4.251.579	14.082.491	36,8%
2005	2.048.470	-	5.184.627	1.836.123	2.593.252	11.662.471	30,5%
2006	2.311.758	-	6.598.917	1.761.171	-	10.671.847	27,9%
2007	-	-	1.864.109	-	-	1.864.109	4,9%
TOTAL	7.357.714	1.372.215	18.576.044	4.130.16	6.844.831	38.280.919	100,0%

18.5 – WAL Média e Distribuição por Buckets

Euros

BUCKETS	<6 MESES	6M A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 5 ANOS	>= 5 ANOS	TOTAL	WAL MÉDIA (ANOS)
ABS	75.073	502.630	2.997.485	1.734.056	2.048.470	-	7.357.714	2,5
CDO	-	-	-	-	-	1.372.215	1.372.215	5,5
CLO	-	-	-	-	16.672.132	1.903.912	18.576.044	4,2
CMBS	-	-	1.836.123	2.293.993	-	-	4.130.116	1,8
RMBS	-	-	-	1.075.256	-	5.769.574	6.844.831	8,8
TOTAL	75.073	502.630	4.833.608	5.103.305	18.720.602	9.045.701	38.280.919	4,5
PESO	0,2%	1,3%	12,6%	13,3%	48,9%	23,6%	100,0%	

Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors reports e da Bloomberg.

19. *Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.).*

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

Euros

TIPO DE PRODUTO	TIPO DE TRANSACÇÃO	31-12-2009	31-12-2010
ABS	REEMBOLSO	21.017.178	12.500.000
CDO	VENDA	-	685.000
CMBS	REEMBOLSO	-	2.766.047
RMBS	REEMBOLSO	1.500.000	-

20. *Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.*

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. *Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados:*
    - *Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;*
    - *Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito;*
    - *Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;*
    - *Decomposição das exposições por rating ou contraparte.*

    Em 13 de Dezembro de 2010, não se verificavam exposições nesta situação. O Grupo detinha uma exposição de cerca de 6,3 milhões de Notes Trade Invest Série 14 cujo activo subjacente era um portfolio sintético composto por diversas emitentes, incluindo a MBIA Insurance Corp. Estas Notes tiveram vencimento em 30/07/2010, tendo sido reembolsado 96,28% do valor nominal, devido a perdas relacionadas com dois emitentes. Não se verificou qualquer perda relacionada com a exposição indirecta ao risco da MBIA Insurance Corp.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. *Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.*

    A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota "3.10 instrumentos financeiros" do ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras" consolidadas, da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

23. *Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.*

    Os SPE e outros "veículos" incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota "4. EMPRESAS DO GRUPO" do ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras" consolidadas, da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS". A exposição destas entidades a produtos estruturados afectados pelo período de turbulência está descrita no ponto 21 deste Anexo.

24. *Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:*
    - *Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;*
    - *Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);*
    - *Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa);*
    - *Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).*

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota "3.10 instrumentos financeiros" e na nota "45. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS" do ponto "2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras" consolidadas, da parte "VI DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS".

25. *Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:*
    - *Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;*
    - *Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);*
    - *Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;*
    - *Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);*
    - *Stress scenarios.*

    Informação incluída no ponto anterior.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. *Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.*

    As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto "III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE".

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2010, e presta igualmente parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração de Banif SGPS, SA.

2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Quadros Superiores e Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.

3. Nesse contexto, o Conselho Fiscal solicitou às referidas entidades todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspectos e áreas da sua actividade, tendo igualmente solicitado e obtido todos os esclarecimentos complementares que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.

4. O Presidente do Conselho Fiscal esteve presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, teve acesso a toda a documentação que instruiu as referidas reuniões, acompanhou o processo de formação das deliberações tomadas e tomou conhecimento do teor das respectivas actas.

5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade das diversas empresas do Grupo durante o exercício de 2010.

6. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.

7. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das Contas Consolidadas da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2010, e à apreciação da concordância, com essas contas, do Relatório Consolidado de Gestão de acordo com o nº 1 do Artº 508º-D, do Código das Sociedades Comerciais.

8. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 245º, nº 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do nº 1 do Artº 8º do Regulamento da

CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis;

d) Aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas da Sociedade referentes ao mesmo período; e

e) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 24 de Março de 2011

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente _____

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA _____

Dr. JOSÉ LINO TRANQUADA GOMES _____

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Banif - SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.298.494 milhares de euros e um total de capital próprio de 814.226 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 14.365 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

   a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
   b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
   c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
   d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
   e) a de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração/pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
   - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Banif - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 24 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Banif – SGPS, S.A., as quais compreendem: o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 15.710.692 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.035.153 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 33.426 milhares de euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

   a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;
   b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
   c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
   d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
   e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a verificação das operações de consolidação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
   - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Banif - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 24 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

ÍNDICE DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

Açoreana	Companhia de Seguros Açoreana, SA
AE	Área do Euro
APS	Associação Portuguesa de Seguradores
Banco de Investimento	Banif - Banco de Investimento, SA
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), SA
Banif Capital	Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
Banif Comercial	Banif Comercial SGPS, SA
Banif Gestão de Activos	Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
Banif Go	Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA
Banif Imobiliária	Banif Imobiliária, SA
Banif Investimentos	Banif Investimentos SGPS, SA
Banif Mais SGPS	Banif Mais SGPS, SA
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
BanifServ	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
Banif SGPS	Banif SGPS, SA
Bankpime	Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, SA
Bank Plus	Bank Plus Bank, Zrt
BBCA	Banco Banif e Comercial dos Açores, SA (incorporado por fusão no Banif em 01-01-2009)
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios
BCV	Banco de Cabo Verde
BFC	Banif Forfaiting Company
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd.
BIH	Banif International Holdings, Ltd.
Companhia	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CSpA	*Credit Support Annex*
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DCA	Direcção de Canais Agenciados (Banif)
DCP	Direcção de Contabilidade e Planeamento

DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOQ	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DPC	Direcção de *Private Clients*
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRE	Direcção de Residentes no Exterior (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FATF/GAFI	*Financial Action Task Force / Group d'Action Finnancière*
FED	Reserva Federal Norte-americana (*Federal Reserve*)
Finab	*Finab International Corporate Management Services Ltd.*
FMI	Fundo Monetário Internacional
FX	*Foreign Exchange*
GIA	Gabinete de Inspecção e Auditoria (Banif Açores)
GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IFB	Instituto de Formação Bancária
INE	Instituto Nacional de Estatística
Interbolsa	Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, SA
ISDA	International Swaps and Derivatives Association, Inc.
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros, SGPS, SA
RERAM	Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)
SEPA	*Single Euro Payments Area* (Área Única de Pagamentos em Euros)
VaR	*Value-at-Risk*

Banif SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede Social: Rua de João Tavira, 30 – 9004-509 Funchal

Capital Social: 570.000.000 Euros

Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 511 029 730

BANIF

GRUPO
FINANCEIRO